

EDITORIAL

Dando continuidade ao v. 5, n. 2, apresentamos seis artigos com pesquisas que permeiam noções de linguagem, cultura, identidade e patrimônio.

O primeiro artigo, intitulado **Rumo à periferia global: os sentidos produzidos por sujeitos brasileiros ao migrarem para países periféricos**, Thaís Valim Ramos - Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo, RS, Brasil, está fundamentado na análise do discurso pecheutiana, e busca analisar o discurso de brasileiros que imigraram para Angola e Nigéria a fim de apreender as relações que os sujeitos que migraram para países periféricos estabelecem com estes e com o Brasil.

O segundo artigo, **As práticas alimentares dos colonizadores encontradas na marmitta do mineiro**, de Rosana Rubia Vieira Ramos – Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, e tem por objetivo central identificar os fatores históricos e culturais que contribuíram com formação do atual cardápio do mineiro de carvão da Região Carbonífera de Santa Catarina, além de evidenciar os fatores ambientais e climáticos que forçaram a modificação dos hábitos alimentares dos colonizadores.

No artigo, **Carlos Drummond de Andrade: o cantar das cidades – o martelar dos grandes centros, o ouro e os pomares de quaisquer cidadezinhas**, de Simão Pedro dos Santos – Universidade de Pernambuco – UPE, o apresenta o homem urbano desdobrado em questões que abrangem desde os atos políticos, com suas questões sociais, até a moda, a publicidade, o mercado, a religiosidade e aqueles casos mais prosaicos tão inerentes aos grandes e pequenos centros, respectivamente.

Para finalizar, o último artigo, intitulado **Memória, paráfrase e polissemia em diários de leituras: análise dos gestos de interpretação de estudantes do ensino médio**, de Vinícius Valença Ribeiro, desenvolve um estudo analítico de duas sequências discursivas materializadas em diários de leituras elaborados por estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como atividade componente da disciplina de Língua Portuguesa.

Desejamos uma ótima leitura!

Andréia da Silva Daltoé

Deisi Scunderlick Eloy de Farias

Heloisa Juncklaus Preis Moraes

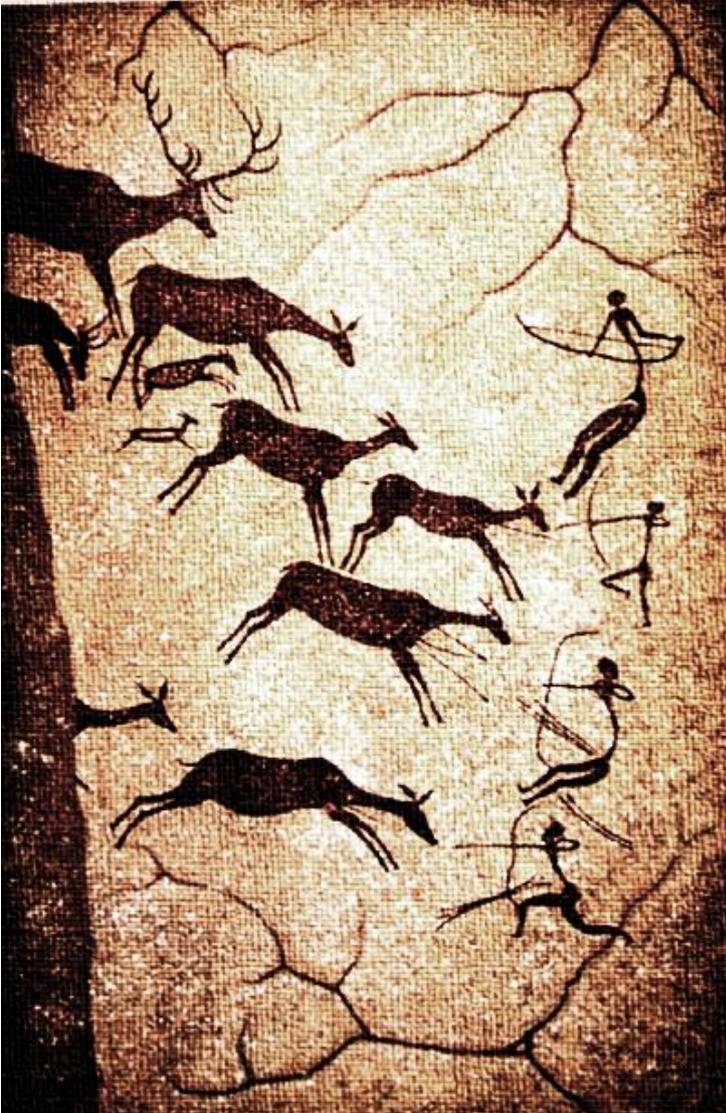
Jussara Bittencourt de Sá

DOI: 10.19177/memorare.v5e220181



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593



RUMO À PERIFERIA GLOBAL: OS SENTIDOS PRODUZIDOS POR SUJEITOS BRASILEIROS AO MIGRAREM PARA PAÍSES PERIFÉRICOS

Thaís Valim Ramos*

Resumo: Este artigo, fundamentado na análise do discurso pecheutiana, busca analisar o discurso de brasileiros que migraram para Angola e Nigéria a fim de apreender as relações que os sujeitos que migraram para países periféricos estabelecem com estes e com o Brasil. Sabendo que o Brasil se situa entre os periféricos, mas considerado em desenvolvimento, o brasileiro, quando estabelecido em outros países periféricos, assume uma postura de colonizador, desejando manter-se como estrangeiro neste lugar, podendo ser exaltado pelos locais como também podendo sofrer retaliações, restrições, ser estigmatizado por sua posição de estrangeiro. Esta postura assumida pelos brasileiros ocorre devido à impossibilidade de receber informações precisas para interpretar os novos dizeres, baseando, assim, sua interpretação na memória discursiva que os constitui.

Palavras-chave: Imigração. Países Periféricos. Representação

Abstract: This article, based in the discourse analysis Pecheutiana, seeks to analyze the discourse of Brazilians who immigrated to Angola and Nigeria in order to apprehend the relations the subjects that migrated to peripheral countries establish with them and with Brazil. Knowing that Brazil is among the peripheral, but considered in development, the Brazilian, when established in other peripheral countries, assumes a position of colonizer, wishing to remain a foreigner in this place, being able to be exalted by the locals as well as being able to suffer retaliation, restrictions, be stigmatized by his position as a foreigner. This position assumed by the Brazilians occurs due to the impossibility of receiving accurate information to interpret the new words, thus basing their interpretation on the discursive memory that constitutes them.

Keywords: Immigration. Peripheral Countries. Representation.

*Universidade de Passo Fundo - UPF,
Passo Fundo, RS, Brasil.

Professora do Programa Graduação em Letras da
Universidade de Passo Fundo.

E-mail: thaivr@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v5e220182-20



1. Introdução

Para este início é importante trazer a questão das relações de desigualdade-subordinação historicamente inscritas no cenário internacional, as quais constitui uma luta entre países. Nessa luta, os países dominantes e, portanto, mais poderosos, impõem sua formação ideológica aos demais, e esta se reproduz ao colocar o seu modo de vida como "globalizável". Por conseguinte, sob o disfarce da globalização, essa ideologia mantém o lugar e as condições da reprodução dessas relações de poder que vão se repetindo nos discursos dos sujeitos, que desejam fazer parte da outra cultura e, para tal, reproduzem o que lhes dão a ver e assumem seu lugar de subordinado. Partindo deste pressuposto, neste artigo, pensamos a questão da migração entre países periféricos, ou seja, de brasileiros que migram outros países periféricos, a fim de buscar pistas nos discursos produzidos por estes sujeitos que indiquem as posições que assumem ao migrarem para estes países, bem como as representações produzidas acerca destes e do Brasil.

Sabendo que o Brasil se situa entre os países periféricos, mas considerado em desenvolvimento, estudamos as relações que os sujeitos que migraram para Angola e Nigéria estabelecem com estes e com o Brasil. Para este estudo, filiados à análise do discurso pecheutiana e também mobilizando conceitos de autores como Bauman, da sociologia humanística, os quais dialogam e contribuem com a pesquisa, contamos com um arquivo constituído por relatos de brasileiros que estão morando em Angola e na Nigéria há mais de um ano. Os relatos foram obtidos via Skype, após contato e aceite por e-mail.

Para iniciarmos a reflexão, precisamos trazer para discussão a noção de globalização, os efeitos de sentido e as relações de poder que este termo abarca, para então tratarmos das relações entre países, bem como das questões pertinentes à imigração, já que é quando pensamos o papel dos países periféricos no cenário mundial que sentimos uma necessidade maior de aprofundar o tema.

2. A globalização

Um dos efeitos de sentido que o termo globalização encerra é de integração. Segundo (Li-moeiro-Cardoso, 1999, p. 106), a noção de globalidade "remete a conjunto,



integralidade, totalidade. A palavra 'global' carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto, inteiro, total", sendo seu oposto o dividir, o excluir. Alude-se a uma sociedade mundial, de paz mundial, de economia mundial, o que levaria a uma homogeneização dos modelos de consumo e da cultura. Na globalização, há a predominância da economia de mercado e do livre mercado, o máximo possível é mercantilizado. O princípio que orienta é de que é o mercado, e não o Estado, o agente capaz de fazer prosperar as questões econômicas da sociedade. Essa direção do global aparece como inevitável, e suas características dominantes, estabelecidas por consenso pelos países centrais, são reconhecidas como as evidentes e adequadas para a situação mundial atual. Dessa forma, seus sentidos são naturalizados.

No entanto, nada é mais seletivo que um investimento que busca rentabilidade máxima, feito que se fortalece com a possibilidade que os países centrais encontram, por meio da globalização, de entrar nos países periféricos e desfrutar de mão de obra barata, bem como, isenção de taxas, entre outros benefícios. Assim sendo, a globalização "não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade" (CHESNAIS, 1996, p.12). O fenômeno da globalização trata da necessidade do capital de expandir em escala mundial. Para tal, a ideia da globalização se apresenta como uma possibilidade para os países pobres progredirem à luz dos países ricos, aos quais caberia a função de mostrar o caminho. Dito de outro modo, sob a ilusão de que os países ricos têm a fórmula do sucesso e do progresso, os países pobres abrem suas fronteiras para as multinacionais à espera de obter melhoramentos. Funciona aqui o princípio de exercício das propagandas políticas que conduziu o proletariado a seguir o juridismo burguês que Pêcheux (2011 [1979], p. 83) aponta não ter parado de ecoar historicamente entre a burguesia e o proletariado: "se isso funciona tão bem pra eles, por que não funcionaria para nós?". Sob a ilusão de que é um processo consensual, no qual todos os países têm voz e os mesmos privilégios, o que vigora é justamente o contrário, não há nada de consensual e o que prevalece são os conflitos entre grupos sociais, interesses hegemônicos de um lado e interesses subalternos de outro.



O discurso da globalização silencia essas questões, fazendo emergir "a existência de formas de onipotência no chamado domínio pessoal em que a posição é 'se eu quiser, eu posso tudo' e essa posição aparece como se sustentando na vontade e na consciência", conforme aponta Orlandi (2012, p. 213). A autora (ibidem, p. 213) acrescenta que "há formas de onipotência também do social 'juntos podemos tudo', posição que se sustenta na quantidade e na pretendida consciência coletiva". Apaga-se o histórico, as relações de poder, o político e o ideológico e sugere-se que, quando se quer, se pode tudo fazer. Esse é um dos efeitos da ideologia, que atua atribuindo os sentidos a serem empregados ao mesmo tempo em que mascara sua atuação sob a evidência do sentido.

Na globalização, vista como resultado da natureza expansionista do capitalismo, no qual o processo de trabalho é organizado para a produção de mais-valia, temos em funcionamento o primado da luta de classes. Nesta organização, os países desenvolvidos são aqueles que possuem os meios de produção, enquanto os periféricos são detentores da força de trabalho. Diz Althusser (1973, p. 9) que as relações de produção:

[...] penetram nas forças produtivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das 'forças produtivas', e que [o] processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho. E como é esta a tendência que domina todo o processo de produção capitalista, faz-se necessário dizer que os mecanismos técnicos da produção se encontram submetidos aos mecanismos (de classe) da exploração capitalista. (ALTHUSSER, 1973, p. 9).

A globalização, assim entendida, tem o seu processo de produção organizado para extrair mais-valia, que é, então, o elemento do capital como relação social. Assim, o movimento do capital global subordina os países periféricos aos países desenvolvidos numa relação de exploração, que é a luta de classes. Essas classes somente podem ser definidas em sua relação e no processo histórico da sua reprodução/transformação. Elas não existem independentemente uma da outra, assim como a ideologia da classe dominante não se dá sem conflito, mas no embate, no encontro com a ideologia da classe dominada. Lembrando que, conforme traz Pêcheux (2009 [1975], p. 130),

[...] é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma vivesse "antes da luta de classes" no seu próprio campo, com suas próprias condições de existência, suas instituições, seus "hábitos" e "mentalidade" específicos, o que viria a conceber a luta de classes como o encontro de dois



mundos distintos preexistentes – esse encontro, sendo seguido pela vitória da classe "mais forte" que imporia, então, sua ideologia à outra.

Como, então, no mundo globalizado, a ideologia dos países desenvolvidos se impõe e se reproduz sobre a ideologia dos países periféricos? Os sujeitos são interpelados como livres, como parte de um contrato de "liberdade-igualdade" dentro da ordem do mercado, que prevê as relações de produção. Essas relações se mantêm devido aos AIEs¹. Estes não reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes, mas as divide em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.), assim como produz “as relações de *desigualdade-subordinação* entre essas regiões que constituem o palco da luta ideológica de classes” (Pêcheux, 2014 [1984], p. 5). A luta se dá a fim de impor novas relações de desigualdade-subordinação no interior dos AIEs, assim, dominante e dominado se constituem ao mesmo tempo.

A imposição de uma ideologia sobre outra não acontece somente a partir de uma dominação externa, mas também se manifesta na organização interna da ideologia dominada. O sujeito interpelado pela ideologia carregada dos sentidos dominantes se singulariza e é tomado na evidência empírica de sua identidade e de seu lugar, bem como se desdobra num Sujeito universal que, sob a forma de Deus, Justiça, Moral, etc., repassa a evidência de que o mundo é assim e sempre foi. Dessa forma, o sujeito se assujeita para "livremente" seguir sozinho.

É dessa forma que se mantêm as relações de classe entre os países ricos e os países pobres. Nesta relação, os países pobres, sob a ilusão da igualdade de condições e oportunidades no cenário mundial, são culpabilizados pela sua condição. Esta relação pode sofrer inversões, revoltas, ela pode falhar devido aos "maus sujeitos", sendo, então, necessária a intervenção dos AREs², que, no mundo global, podemos considerar as ameaças de guerra, bombas nucleares etc.

Retomando a questão da imigração, esta sempre existiu, mas é quando se começa a falar na globalização na década de 1980, tendo uma maior difusão após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, que a questão se intensifica. Bauman (2013, p. 36-37) aponta três fases distintas que constituem a história da migração moderna. A primeira refere-se à emigração de 60 milhões de pessoas da Europa (única

¹ Aparelhos Ideológicos do Estado

² Aparelhos Repressivos do Estado



área em processo de modernização na época das grandes navegações, ou seja, único território superpovoado) para "terras vagas" a fim do continente desfazer-se de seus excessos. A segunda compreende o retorno à terra natal dos sujeitos referidos na primeira fase devido ao declínio dos impérios coloniais. Algumas das populações nativas (com variados graus de educação e sofisticação cultural) seguiram os colonialistas, estabelecendo-se em cidades e transformando-se em minorias étnicas, linguísticas ou culturais. Esta fase ainda não terminou segundo diz o autor (BAUMAN, 2013). A terceira fase, em pleno curso, compreende a era das diásporas. São grupos étnicos, religiosos, sem preocupação com o caminho feito pelo episódio imperial/colonial, que seguem a lógica da redistribuição global dos recursos e das chances de sobrevivência no atual estágio da globalização.

É neste cenário global em que se estabelecem as relações entre países ricos e países pobres que pensamos a questão dos brasileiros que migraram para países periféricos Angola e Nigéria.

3. Representações sobre os países periféricos

A divisão do mundo em países "desenvolvidos" e países "periféricos" gera uma visão negativa, uma espécie de preconceito por parte dos estrangeiros que se estabelecem em países periféricos. Estes estrangeiros normalmente migram para estes países devido a propostas de emprego. Apresentam-se como "expatriados"³ e vão com a ideia de ficar um tempo e depois seguir para outro lugar. O desejo é sempre um país desenvolvido, já que a imagem que se tem deste é de um lugar onde tudo funciona.

Para falar sobre as representações acerca dos países periféricos, recorreremos às sequências discursivas abaixo:

SD 1 - Muitas pessoas que tão morando aqui é também para juntar dinheiro, porque morar num país tão, né? A gente não mora num país só por, né? A gente não mora aqui pela beleza do país. (Ana - Nigéria)⁴.

SD 2 - Fui meio ressabiada, porque não sabia o que ia encontrar lá. Eu só sabia que a Angola era um país muito pobre, então, eu fui com um ponto de interrogação muito grande. (Laura - Angola).

³ O termo expatriado carrega um sentido positivo, já que, no mundo dos negócios, se refere a alguém que veio trabalhar, alguém que já tem seu lugar definido.

⁴ Os nomes usados para identificar os recortes são fictícios para fins éticos.



SD 3 - Quando a gente chegou na Angola, a maioria é negro, certo? Aí, a gente saía na rua, a gente ficava meio com medo né, e as pessoas lá são mal encaradas assim, mas tem um sorriso lindo, então quando abrem aquele sorriso quebra a imagem fechada, sabe? (Laura - Angola).

O preconceito com relação aos países periféricos é marcante nestes recortes. Ana, SD 1, refere-se ao fato de os sujeitos se deslocarem para estes países somente pelo dinheiro, um paradoxo, já que se trata de um país muito pobre. Ela busca uma palavra para descrever esse lugar, mas não encontra, talvez porque, sob a ilusão de controlar seu dizer, não quisesse soar preconceituosa. No entanto, ao deixar os dizeres "morar num país tão, né? A gente não mora num país só por, né?", em suspenso ficam à mostra as marcas de seu preconceito. Há uma dificuldade em dizer, em falar do outro, talvez porque falar do outro implique falar de si e daí a grande hesitação do sujeito enunciador na SD1 observada nesta sequência. Por fim, refere-se à falta de beleza do país. Beleza que é relativa por se tratar de padrões determinados pela classe dominante. É imposto ao sujeito "civilizado" a obrigação de apreciar a beleza, mas precisa ser aquela que atende aos padrões ditados. À vista disso, a beleza só é vista e reconhecida por aqueles que devem vê-la para permanecerem no lugar em que estão.

Freud, em "O mal-estar na civilização" (1996 [1930]), aborda a exigência de que se valorize a beleza, a limpeza e a ordem como sinal de civilização mesmo que estes não sejam lucrativos. A falta destes atributos é incompatível com a civilização. Dessa forma, a falta de beleza a que se refere Ana está relacionada à condição bárbara desse povo, bárbaro como oposição ao civilizado. Esta condição Ana remete à ordem do que todo mundo sabe, o que pode ser concluído a partir do uso do conector "né". Com este uso, Ana busca os saberes que seriam partilhados com o interlocutor, considerando que aquilo a que se refere é de conhecimento de todos, é uma verdade.

Na SD 2, Laura mostra sua aflição e insegurança quanto ao que poderia encontrar na África. A palavra "ressabiada" revela a desconfiança/insegurança de Laura. Essa insegurança que Laura manifesta pode-se dizer que surge das representações negativas que são feitas desse lugar por se tratar de um país pobre, de periferia. Na conjuntura da globalização, os países que não estão ao alcance do consenso produzido pelo imaginário do que é ser "civilizado" são considerados bárbaros e selvagens e, por não atenderem aos padrões globais, são inferiorizados e excluídos. Orlandi (2012, p. 224) menciona que "o preconceito incide sobre a existência mesma do indivíduo,



negando-lhe a vida", ou seja, são seres inexistentes, inúteis à sociedade de consumo imposta no cenário mundial, o que resulta na segregação destes povos.

A relação com o perigoso, com o selvagem pode ser verificada na SD 3, quando Laura afirma sentir medo ao sair na rua pelo fato de as pessoas serem negras e, conforme seu juízo de valor, mal-encaradas. Além do termo mal-encarado, Laura refere-se ao sorriso para descrever o angolano, sendo o sorriso um gesto que significa acolhida para os recém-chegados, hospitalidade, indica que o sujeito está entre amigos, sendo a relação entre estes termos um tanto paradoxal. Os sentidos atribuídos ao termo mal-encarado podem ter relação com o corpo negro. Este traz consigo uma carga de significados construídos historicamente e que ainda ressoam bastante alto. São representações que se dão pelo viés da escravidão, quando os negros aparecem como mercadoria, condenados ao trabalho forçado, sujeitos passivos, apáticos e não civilizados por serem considerados seres inferiores. Dessa forma, o sorriso faz deslizar esses sentidos pré-construídos com relação ao negro.

Nas próximas SDs, é descrita a condição precária que marca os países periféricos: a desigualdade social dentro do país, o que facilita a exploração externa, já que a elite local contribui para tal cedendo às imposições do capital global; a falta de condições básicas para a sobrevivência, tais como moradia e saneamento básico, o que coloca em risco a saúde da população. Está presente a imagem da sujeira em oposição à imagem da limpeza que, juntamente com a beleza, faz parte dos atributos do mundo civilizado.

SD 4 - Tem uma desigualdade social muito grande, o cara muito rico e o cara muito pobre. É miséria, é viver, sei lá, porque é muita pobreza e daí tem uma classe média que eu digo que são os estrangeiros que vivem bem, que consomem. (Ana - Nigéria).

SD 5 - A pobreza, a falta, assim, de moradia deles, é uma coisa, assim, muito, é uma desigualdade muito grande, assim, que se vê, né? no país [...] os teus problemas se tornam mínimos, né, perto dessa realidade. (Suzy - Angola).

SD 6 - Não tem muito a questão do saneamento básico, não tem ainda. Então é, é um cheiro muito forte de lixo mesmo. No início, quando a gente chegou, tinha muito lixo na rua, principalmente lixo hospitalar, isso que me chocou bastante. Então, tu via assim, nas ruas, lixo por tudo. E assim, nos morros da cidade, assim, muito lixo. (Suzy - Angola).

SD 7 - Quando a gente foi pra Angola, foi muito ruim, ah, foi horrível, eu não gostei das pessoas, eu não gostava do cheiro do lugar, ah, quando você vai pra pousada, você começa a ver aquelas casinhas, aquilo tudo, foi muito difícil, foi muito chocante. (Ana - Nigéria).



Nas SDs 4 e 5, a questão da precariedade da moradia, a pobreza, a desigualdade social chocam. Situação que gera desconforto ao ser olhada de perto, sem o filtro da tela da TV. Lacan (1985 [1964], p.76) nos diz que o mundo não provoca nosso olhar, "quando começa a provocá-lo, então começa também o sentimento de estranheza", ou seja, quando se dá a ver o que estava até então invisível, vem à tona um sentimento incômodo. Dessa forma, o peso do visível cai sobre o sujeito, pois, sendo o "eu" acompanhado do "outro", o outro da periferia devolve uma imagem degradante na qual o sujeito recusa a se reconhecer, enquanto o outro dado a ver pelos países desenvolvidos resulta em objeto causa do desejo, aquilo que pode tamponar a falta constitutiva do eu. O outro que se faz ver nos países de periferia, tais como Angola e Nigéria, remetem a angústia da falta, o sujeito se resume a nada, ao vazio.

Esse desconforto pode ser verificado também na SD 7, quando Ana sente-se afetada pelo que viu e diz: "foi muito ruim, ah, foi horrível". A pobreza, longe dos olhos, não existe, torna-se invisível. Lacan (2003 [1993], p. 192) diz que "o olho é feito para não ver", no entanto, ao sermos olhados de fora por um "olhar outro", somos forçados a ver aquilo que foi privado do olhar. Segundo Haroche (2008, p. 145), "ao criar mecanismos de alienação e reificação, esses feitos, podem, pouco a pouco, despojar o indivíduo de sua capacidade de ver, privá-lo de seu olhar e de seu senso crítico". Dada a relação de exploração que organiza o capitalismo global, o olhar para países de periferia precisa ser desviado, pois para manter o fluxo do capital dos países desenvolvidos é necessária a condição da periferia.

Dessa forma, privados do olhar, da atenção global, a periferia do mundo não existe, e todos os olhares se voltam para os países centrais. O significado da pobreza desliza de uma carência com relação às necessidades básicas de sobrevivência para algo exótico que, sob a lógica do capital, é transformada em mercadoria. No Brasil, existem agências que promovem visitas a favelas, um exemplo é o "Favela Tour" no Rio de Janeiro, que tem ganhado cada vez mais espaço na mídia. Na África, a pobreza também tem servido ao espetáculo. Na África do Sul, um hotel de luxo, o Emoya Luxury & Spa, reproduziu uma favela sul-africana para oferecer aos seus hóspedes uma "experiência" numa favela. O material usado para construção dos barracos é o mesmo usado nas favelas, no entanto, os barracos são equipados com lareiras, rede wi-fi, aquecimento



entre outros luxos. É a globalização da miséria elevando a taxa de exploração e exclusão de vastos segmentos da população mundial.

O sujeito tornou-se descartável, assim como o lixo que o rodeia, mencionado por Suzy. O lixo representa o que se tornou inútil e feio. Na sociedade de consumo, os objetos tornam-se descartáveis, tornam-se obsoletos numa velocidade muito alta. Situação muito parecida com a descrita em Leônia, uma das cidades do livro “Cidade Invisíveis”, de Ítalo Calvino (1990, p. 105), onde a população, a cada novo dia, “veste roupões novíssimos em folha, extrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intatas, escutando as últimas lenga-lengas do último modelo de rádio”. No entanto, para usufruir dessas novas mercadorias, a cada amanhecer “envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos de Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro” (ibidem, p. 105), uma “fortaleza de rebotalhos indestrutíveis que circunda Leônia, domina-a de todos os lados como uma cadeia de montanhas” (ibidem, p. 106). Seria Leônia o retrato da sociedade moderna? A produção do lixo é um efeito colateral inevitável da modernidade, já que, assim como os leonianos, os sujeitos modernos almejam obter prazer com as coisas, se melindram com o tédio e o trabalho penoso, o que importa é a satisfação instantânea do mundo do *prêt-à-porter*. No entanto, com o triunfo do consumismo, aumentam-se as montanhas de lixo.

O problema da produção de lixo em larga escala na sociedade moderna global não compreende somente os objetos usados e descartados diariamente, mas a produção do “lixo humano”, o “refugo humano” conforme diz Bauman (2005). Da mesma forma que as montanhas de lixo são evitadas, escondidas, também são evitados, tornados invisíveis os sujeitos os quais se pensa não ter utilidade para a sociedade. Estes não são pensados ou olhados, eles são inimagináveis. Ficam confinados em bairros problemáticos, ruas perigosas, guetos, campos de refugiados, entre outros. São áreas das quais somos afastados, já que esse refugio deve ser segredo, é o lado vergonhoso da produção moderna.

A sede pela modernização, guiada pelo mercado, pela comercialização dos modos de subsistência dos sujeitos, progrediu e atingiu todos os cantos do planeta. A expansão da forma de vida moderna a nível mundial provocou, conforme Bauman (2005, p. 14), um movimento grande de “seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência – até então adequados, no sentido tanto biológico quanto



social/cultural". Além disso, se tem como resultado disso a problemática dos imigrantes e dos refugiados, que desempenham nas estratégias globais e na lógica da luta pelo poder um temor relacionado à segurança: os imigrantes representam o perigo, são indesejados e discriminados.

Privados de autoconfiança e de autoestima, estes sujeitos, uma vez no país do outro "civilizado", veem-se lutando pela sua subsistência e tornam-se incapacitados de encontrar uma forma de resistência, uma ação efetiva e aceitam sua condição de indesejados, desnecessários, supérfluos e intrusos. São os dispositivos de poder que operam nos detalhes cotidianos para transformar-se em uma vigilância generalizada.

Resumidamente, além dos objetos consumidos, também os sujeitos, enquanto mercadorias, neste cenário, tornam-se descartáveis quando não mais atendem às demandas do capitalismo. Qualquer trabalhador pode ser descartado, jogado fora como parte do "lixo humano", são excluídos do social e marginalizados. Uma vez descartados, desaparecem. "A visibilidade, portanto, apresenta-se como sinônimo de legitimidade, de utilidade, de garantia de qualidade", conforme sublinha Haroche (2008, p. 173). No entanto, a visibilidade dispensada é superficial, direciona-se somente às dimensões visíveis dos sujeitos.

As maneiras de olhar o sujeito remetem a questões sociais e políticas importantes, bem como à necessidade de atenção, consideração, respeito, reconhecimento e dignidade, sendo todas essas maneiras de nomear e designar a "necessidade de uma maior atenção às dimensões não visíveis das pessoas que se acompanham de um direito de olhar visando à proteção da integridade mais íntima de cada um" (HAROCHE, 2008, p. 145). É a dimensão violenta do olhar que, ao não olhar, não considera, não reconhece, nega ao sujeito o direito de existir. Por conseguinte, o olhar social serve aos interesses dominantes, relegando sujeitos e sociedades à invisibilidade, estimulando a desigualdade e o poder de uns sobre outros.

Relegar os sujeitos descartados à invisibilidade foi um dos papéis da colonização e das conquistas imperialistas, conforme apontado por Bauman (2005). A fim de absorver os excessos populacionais dos "países desenvolvidos", as novas terras serviram de destino para os sujeitos que precisavam ser removidos com o propósito de não contaminarem o processo de modernização. O medo da acumulação do "refugo humano" nas cidades estimulava a exportação dos "problemas sociais". Um dos

exemplos trazidos pelo autor (ibidem, p. 50) trata da "limpeza" em ampla escala que livrou Paris dos "rebeldes miseráveis" em junho de 1848. Estes eram transportados em massa pelo mar para Argélia. O fato se repetiu em 1871, porém para um novo destino, a Nova Caledônia. O problema era afastado para longe dos olhos e, dessa forma, esses sujeitos não eram olhados e desapareciam. Pode-se dizer que se inicia nesta época a globalização dos "corpos refugados", os quais eram e são vistos como um câncer que corrói o tecido social saudável do estilo de vida moderno.

Estes sujeitos tornados incessíveis, são emudecidos e inexistentes, assim como acontece com a situação dos africanos na África e daqueles em condição de refugiado. Invisibilidade que pudemos observar nos relatos trazidos neste capítulo frente ao choque das participantes da pesquisa ao se depararem com uma situação que desconheciam.

No sistema capitalista, o gênero humano tornou-se abstrato, sem efeito; fala-se dos direitos humanos porque a desigualdade entre os sujeitos, que sempre existiu e serviu até mesmo à base da ordem social, tornou-se gritante. No entanto, essa discussão acaba ficando em relatórios publicados pela Organização das Nações Unidas entre outros, conforme mostramos no trecho transcrito do relatório de 2003.

4. O imigrante na África

A contradição entre progresso e deterioração, entre inserção e exclusão derivada da globalização está cada vez mais evidente, resultando em regionalizações em oposição à globalização. Pode-se dizer que se trata de um retorno ao local, ao grupo ao qual pertence. Entretanto, Enríquez (2006) alerta para o perigo que pode resultar dessa reação, tais como os nacionalismos da África negra, que se traduzem pela eliminação e pelo massacre de populações inteiras (Ruanda); renovação dos integristas religiosos, gangues de bairro. Situações em que centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas, forçadas a deixar seu país em busca de refúgio. Esses "exércitos de guerrilheiros", ocupados em dizimar uns aos outros, aniquilam o excedente populacional. Esse "colonialismo regional", diz Bauman (2005, p. 92), trata de uma "solução local" para um "problema global" que os "retardatários da modernidade" descobrem estar empregando. Os sujeitos se voltam para sua própria



identidade/grupo e evitam, discriminam e até mesmo eliminam o outro diferente. A questão da discriminação é reportada por Susy na SD 8.

SD 8 - A gente se sente imigrante aqui porque a gente não tem muita liberdade, assim, pra sair nas ruas e caminhar, assim, ahm, sem, sem, você ter o seu passaporte junto [...] essa desigualdade a gente vê no momento que tá dirigindo, por exemplo. Você vê assim os, as pessoas, né, os nacionais, ahm, passam pela polícia numa tranquilidade e quando vai passar um brasileiro, um português, um branco, né, como eles chamam, eles chamam os branco, né, ou os "pulas", é, então, eles param. É visível a desigualdade, né, a diferença que eles fazem com os expatriados né. (Suzy - Angola).

Nesta SD, Susy refere-se à falta de liberdade para se juntar à multidão. Ela é sempre apontada, chamada a prestar contas. Uma interpretação possível é que os locais tentam reproduzir a discriminação que sofrem pela sua condição. Elias e Scotson (2000) apontam para o fato de que, quando a desigualdade entre opressor e oprimido é reduzida, este apela para uma contra-estigmatização. Os autores (ibidem, p. 24) trazem o exemplo dos negros da América do Norte e o exemplo os povos submetidos à dominação europeia na África, entre outros. Podemos dizer que o relato de Susy se filia aos sentidos do segundo exemplo colocado pelos autores. Estes sujeitos estão na posição de comando, são o grupo poderoso neste contexto local. Outra maneira de mostrar que estão no comando é o uso de termos que estigmatizam o outro. A questão do racismo do negro contra o branco é muito forte em Angola, as marcas do colonialismo violento português estão bem vivas na memória dos angolanos negros. Estes, como uma espécie de punição, estigmatizam ou mesmo agridem os brancos ou mulatos. O termo "pula", mencionado no relato de Susy, é usado de forma pejorativa para se referir aos brancos. Por se tratar de uma gíria, não encontramos muitas referências a este termo, entretanto, para fins de entendermos seu sentido, reproduzimos alguns recortes de comentários retirados da internet.

Um exemplo de actuação de um grupo de jovens lumpens luandenses, no Cacém. Ia a passar um casal, ele branco, ela negra, e uma filha muito jovem. O grupo estava reunido num jardim e imediatamente começou a insultar o marido: «Seu branco de merda, seu **pula**, deixa a negra, seu cabrão!». Ele enfrentou-os mas foi ainda mais insultado com muito calão à mistura e chegou a ser espancado.⁵ (Negrito nosso).

⁵ RAMOS, 11 abr. 1997.



Já sofremos alguns pequenos atos isolados que mostram um certo racismo aflorado. Lembro-me agora de três: há algumas semanas, a P. protestou quando um jovem tentou furar a fila do pão. Ele foi para o final da bicha, mas começou a dizer que as eleições estavam chegando e que "esses pulas" iam ver o que é bom, que certos estavam os sul-africanos, que ele mesmo ia picar uns brancos com uma garrafa. Em outro episódio, no domingo passado, estávamos parados no trânsito do Roque Santeiro a caminho da Barra do Dande quando um bêbado fingiu atirar uma pedra contra o vidro do passageiro. A P. levou um susto e ele desatou a rir, mas chamou a nossa atenção que tenha feito a brincadeira apenas contra o nosso carro, dos **pulas**, quando havia centenas de outros parados como nós. Dois dias depois, a P. teve um pequeno incidente de trânsito quando conduzia a dorotéia, e a outra motorista desceu do carro transtornada, querendo agredi-la e xingando-a de "branca".⁶ (Negrito nosso).

Podemos observar nesses recortes o uso pejorativo, a carga de ressentimento e a cólera que o termo "pula" representa. Termos que estigmatizam o outro podem servir como uma forma de humilhação, que adquire seu sentido dentro de uma formação discursiva e das relações de poder que esta comporta. Embora Angola pertença à periferia mundial e seja excluída no contexto global, dentro do seu território, os negros em posição dominante reproduzem a retaliação que sofreram/sofrem no contexto mundial. A rivalidade, a disputa pelo poder, não permite que aquele pertencente ao grupo dominante se coloque no lugar do outro, seja solidário ou hospitaleiro com ele. Há uma generalização daqueles que são diferentes, e neles são projetados todos os medos, ressentimentos e ódio com relação ao que já sofreram. O outro, neste caso, o branco representando o colonizador é aquele que pode ferir, tomar seu lugar e, portanto, indigno de confiança e de empatia.

Ao passo que Suzy descreve esta situação de preconceito com relação ao estrangeiro branco, no relato de Ana abaixo temos uma situação contrária com relação ao branco na África.

SD 9 - Eles mesmos tem preconceito com eles mesmos. Então, por exemplo, assim, você vai ao supermercado, toda vez que você sai do supermercado você tem que mostrar sua nota fiscal e mostrar a sua compra porque apesar de você ter passado pelo caixa, você tem que conferir sua compra. Quando eles veem que você é branco, sabe que você tá vindo aqui no país deles e tá trabalhando, você deve estar trabalhando e tudo, eles já fazem vista grossa. Pegam sua notinha e só rasgam ou só assim atrás e nem olham as coisas. (Ana - Nigéria).

⁶ MIGAS, 10 ago. 2008.



Está presente nesta SD a distinção entre os brancos, aqueles que trabalham, têm dinheiro, e os negros como seu oposto. Nesta SD, um sentido possível é que ser da cor branca representa riqueza, permite que Ana não siga as mesmas regras aplicadas aos locais. Riqueza que é fruto do trabalho, como faz questão de dizer ao repetir duas vezes que os brancos estão ali, nesse país, a trabalhar. Como um não-dito podemos inferir que não há outra razão para estarem ali, o que justifica certas regalias, já que estão trabalhando e contribuindo com o país.

A questão do preconceito interno, levantada por Ana nessa SD, nos aponta sua forma de interpretar o fato de não ter suas sacolas revistadas como os locais. Para ela, essa conduta se traduz em desconfiança dos nigerianos para com os seus iguais. Enríquez (2006) diz que "o mundo atual tende a tornar-se o do crescimento do desprezo, da generalização da desconsideração, do desrespeito, da recusa da diferença a que tem direito todo ser humano". Aquele que não atende aos padrões, assume a culpa para si e reproduz as condições de produção existentes, contribuindo para a manutenção do sistema vigente. O que dá aos estrangeiros, neste lugar, um estatuto de superioridade que impõe uma barreira, uma divisão que busca acentuar a diferença, o que neste caso não é usado para segregar o estrangeiro, mas para manter sua posição de superioridade, o que pode ser considerado nas SDs abaixo:

SD 10 - A gente tem motorista, mas não é luxo. Assim, todos os expatriados, todos os estrangeiros têm motorista. Porque, primeiro porque é uma maneira da empresa cuidar da segurança da família, tendo um local dirigindo, se acontece um acidente, na hora de discutir ali, eles resolvem, a gente não precisa se envolver. (Ana - Nigéria).

SD 11 - **Ana:** estrangeiro, tem muito estrangeiro, muito branco aqui, principalmente na região que a gente mora. [...] Que é um...um bairro assim, vamos dizer, privilegiado. É um condomínio dentro de um condomínio [...]. Então pra você entrar aqui dentro do nosso bairro tem segurança também, mas nesse bairro tem vários condomínios.

Entrevistador: Uhum. E por que, assim, o fato de você ser branca ajuda?

Ana: Porque eles sabem que os brancos têm dinheiro. (Ana - Nigéria).

Na sequência 10, Ana traz o fato de que os estrangeiros têm motorista. Está presente aqui o não-dito de que os locais não têm acesso a esse benefício, trata-se de uma diferenciação entre os locais e os estrangeiros. O uso da conjunção adversativa "mas" leva a interpretação para outro conjunto de saberes, pois normalmente ter um motorista é luxo, o que, na situação de Ana, corresponde a cuidar da segurança dos



estrangeiros, servindo também como mediador entre os locais e os estrangeiros em caso de necessidade. Chama a atenção o fato de Ana dizer que, tendo um motorista, "não precisa se envolver". Esse dizer nos leva a confirmar que ela está confortável nesta posição de estrangeira e que não é de seu interesse participar tão de perto desta outra cultura. Para se envolver e resolver alguma situação nesse outro lugar, é preciso invocar regras e sentidos que não fazem parte do seu conjunto de saberes, assim, para Ana, é mais fácil permanecer na posição em que se encontra.

O uso do pronome "eles", ainda na SD 10, faz também uma distinção, uma separação entre os locais "eles" e os estrangeiros "nós". A cultura pode ser usada como uma ferramenta na construção do outro, afirmando diferenças e legitimando a hierarquização. Cria-se uma espécie de bolha que os protege do apavorante lá fora que habita essa cultura. Estabelece-se aí uma relação de poder entre o estrangeiro, aquele que tem dinheiro, e os nigerianos, aqueles que não têm. O termo expatriado de que Ana lança mão também marca uma valorização do estrangeiro, como já tratamos.

Na SD 11, observa-se novamente a relação de poder entre os estrangeiros e os locais. Ana ressalta o fato de ter muito estrangeiro na Nigéria pelo uso do advérbio de intensidade "muito", além da repetição da palavra estrangeiro. A palavra, neste recorte, desliza e, além de significar aquele que vem de outro lugar, de outra cultura, se refere também à cor da pele branca. Ser estrangeiro na Nigéria é também ser branco. Essa fronteira estabelecida entre os locais e os estrangeiros pode ser observada também quando Ana nos diz que na região onde mora há muitos estrangeiros, trata-se de um bairro privilegiado, com seguranças que estão ali para manter essa fronteira. Fronteiras imaginadas a partir das diferenças estabelecidas e de onde emana o poder, bem como a desigualdade social característica do sistema capitalista, o que dá poder àqueles que detêm o capital financeiro e define aqueles que não têm como preguiçosos, incompetentes e responsáveis pela sua pobreza. Essa pobreza é, então, legitimada pelo mercado e pela divisão do trabalho.

É válido observar, ainda, a modalização empregada por Ana ao falar do bairro onde mora. Ela diz que é um lugar "vamos dizer" privilegiado. Chama-nos a atenção o mecanismo de atenuar o sentido de privilegiado, pois podemos entender como "privilegiado" naquele lugar, diante daquela configuração social, mas talvez não em outros. Ana usa duas terceiras pessoas do plural, uma nominada e a outra não. "Eles" x

“os brancos”. “Eles” corresponde aos negros, e “os brancos” aos estrangeiros. Ela não se inclui, não usa “nós” para se referir aos brancos, apesar de a entrevistadora usar “você” na pergunta. Há uma marca de estrangeiridade em relação a si mesmo, é vergonhoso ter dinheiro em um país tão pobre. Ela parece não admitir dizer “nós temos dinheiro”, bem como evita dizer “os negros”, referindo-se a estes como “eles”. Assim, retomando o dizer de Ana, ser branco ajuda, pois ser branco significa ser estrangeiro, significa ter dinheiro, o que facilita a convivência nesta outra cultura, lhe dá um estatuto de superioridade e até a exime de certas regras.

O desejo de fazer parte da outra cultura e ser confundido com o outro, de fazer parte do “eles”, comumente observado nos discursos de imigrantes em países desenvolvidos, toma outra forma quando em países periféricos. Neste caso, o “nós” cria a ilusão de uma identidade fechada para os estrangeiros que lá estão, ao passo que se observa um “eles” distante do qual os sujeitos não desejam fazer parte.

Enfim, seja através de um olhar de quem faz parte ou de quem se exclui, é sabido, por meio de pesquisas de órgãos como a ONU e o Banco Mundial, que a África é o continente mais pobre do mundo, está situado abaixo do nível da pobreza. Além disso, agrava a situação a desnutrição, o avanço de epidemias, os conflitos armados, o atraso econômico e a ausência de uma sociedade de consumo, o que não gera interesse aos países centrais, que dominam o mundo globalizado e, portanto, relegam a África ao total abandono.

4. Considerações Finais

Observamos que os sujeitos participantes desta pesquisa, ao se perceberem nos países periféricos Angola e Nigéria, assumem o lugar do colonizador, sentindo-se superiores e, muitas vezes, negando a participação nesta cultura, preferindo ser reconhecidos como estrangeiros, como aqueles que não fazem parte, não pertencem.

Essa hierarquização leva-nos a pensar a relação de superioridade na qual se colocam os imigrantes brasileiros na África, conforme constatamos nas SDs apresentadas neste estudo. Estes sujeitos identificados com o mundo desenvolvido, dito civilizado, buscam distanciar-se dos locais africanos, como mostramos em nosso gesto de interpretação, ou no caso daqueles que se relacionam de forma mais aproximada com



os locais e sofrem retaliações dado o fato de serem vistos como representantes do colonizador e, portanto, constituem o perigo. Além disso, estes imigrantes apresentam-se sempre como expatriados, ou seja, alguém que vai a trabalho para contribuir para o desenvolvimento deste povo atrasado, o que evoca o imaginário de que eles não têm condições de fazer este trabalho, mesmo que esta não seja a situação.

A relação que se tem entre os países no contexto mundial faz parte da estrutura na qual se organiza a formação social capitalista. O atraso e a pobreza de alguns países fazem parte desta estrutura, ou seja, para alguns serem desenvolvidos, outros devem ser periféricos e se subjugam aos interesses daqueles. Para se chegar a essa organização do poder, parte-se da inversão pura e simples da força de trabalho, na parcelarização do trabalho ou pela escola que terá como função a separação do trabalho manual e intelectual, como aponta Escobar (1979, p. 186). Dessa forma, separa-se o mundo em classes, desautorizando o saber aos países periféricos e deixando a cargo dos países desenvolvidos a função de produzir o conhecimento científico. No entanto, é importante lembrar que existem falhas e brechas nesta estrutura por onde pode emergir a resistência.

Referências

- ALTHUSSER, L. (1973). Apresentação de Louis Althusser. In: HARNECKER, M. Conceitos elementais do materialismo histórico. São Paulo: Edições Sociais, 1973.
- BAUMAN, Z. **Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. In: **RAE - eletrônica**, v. 5, n, 1, Art. 10. jan. /jun. 2006.
- FREUD, S. (1930). Mal-estar na civilização. In: FREUD. **O futuro de uma ilusão, o**

mal-estar na civilização e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 65-174. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

HAROCHE, C. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior. In: HAROCHE, C. **A condição do sensível:** formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

LACAN, J. J. (1993). Televisão. In: LACAN. **Outros escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. (1964). **O Seminário,** livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente.** Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ORLANDI, E. **Análise em discurso:** sujeito, sentido, ideologia. 2ª ed. Campinas: Ed. Pontes, 2012.

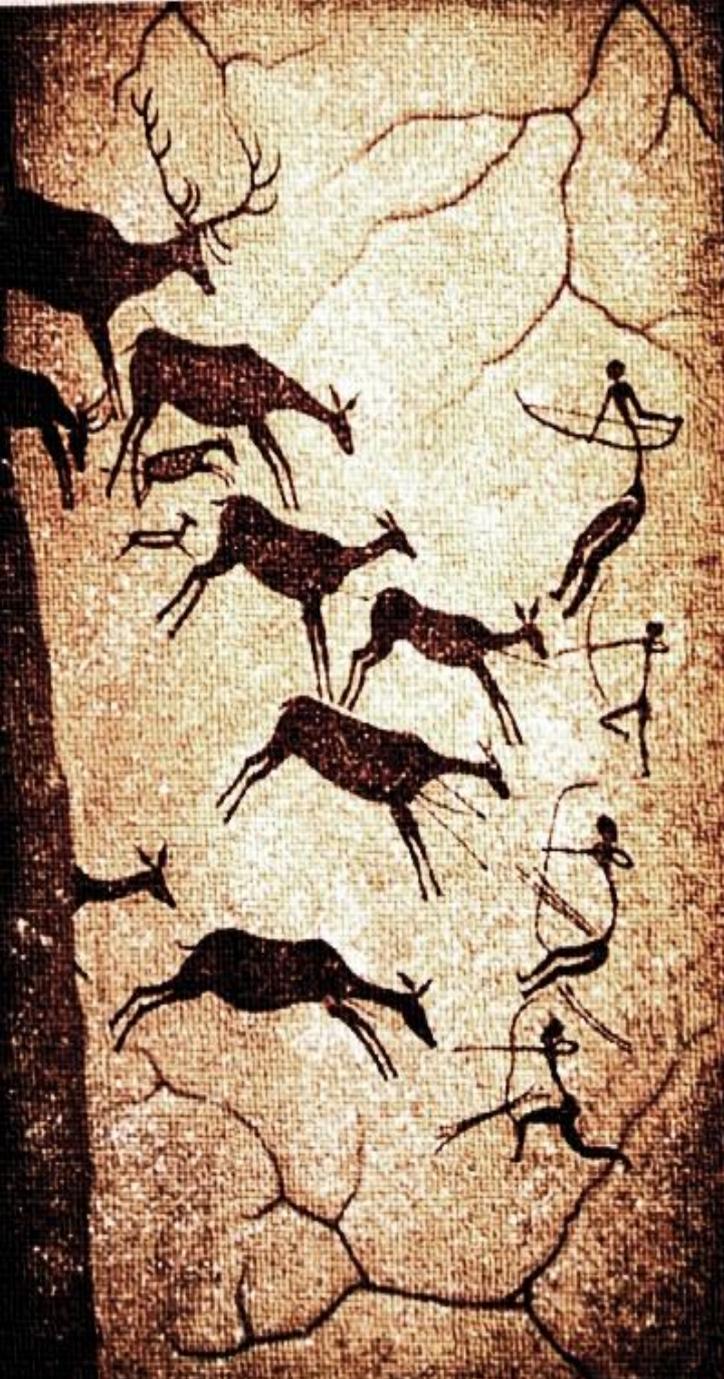
PÊCHEUX, M. (1979). Foi propaganda mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. Textos Selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. (1984). Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. In: **Décalages:** vol. 1: Iss. 4. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=decalages>. Acesso em 10.nov.2016.

_____. (1975). **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

Submetido em: 02/04/2018. Aprovado em: 19/07/2018.





AS PRÁTICAS ALIMENTARES DOS COLONIZADORES ENCONTRADAS NA MARMITA DO MINEIRO

Rosana RúbiaVieira Ramos*

Resumo: O presente estudo tem por objetivo central identificar os fatores históricos e culturais que contribuíram com formação do atual cardápio do mineiro de carvão da Região Carbonífera de Santa Catarina, além de evidenciar os fatores ambientais e climáticos que forçaram a modificação dos hábitos alimentares dos colonizadores. A pesquisa consiste de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória. Ao longo do trabalho foram abordadas as características gastronômicas das etnias portuguesa, indígena, negra, alemã e italiana, a fim de pontuar as contribuições culturais deixadas pelas mesmas. Além disso, foram entrevistados 25 mineiros para levantar os hábitos alimentares desses personagens procurando identificar elementos que se assemelhem às herdadas pelos povos que formaram a referida região.

Palavras-chave: gastronomia. marmita. colonização de Criciúma.

Riassunto: L'obiettivo principale di questo studio è stato quello di identificare i fattori storici e culturali che hanno contribuito alla formazione dell'attuale menu dei minatori di carbone della regione carbonifera di Santa Catarina, oltre di evidenziare i fattori ambientali e climatici che hanno costretto i colonizzatori a cambiare le loro abitudini alimentari. La ricerca consiste in un approccio qualitativo, descrittivo ed esplorativo. Durante tutto il lavoro sono state discusse le caratteristiche gastronomiche dei gruppi etnici portoghesi, indiani, neri, tedeschi e italiani, al fine di punteggiare i contributi culturali lasciati da loro. Inoltre, 25 minatori sono stati intervistati per capire le abitudini alimentari di questi personaggi cercando di identificare elementi che assomigliano a quelli ereditati dai popoli che hanno formato la regione.

Palabras clave: Gastronomía. Pranzo. colonizzazione di Criciúma.

*Universidade do Extremo Sul Catarinense -
Unesc,
Criciúma, SC, Brasil.
Formanda de Pós-Graduação em Gastronomia
E-mail: rrubiaramos@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v5e2201821-40



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Bilhões de pessoas ao redor do mundo precisam se alimentar todos os dias. A alimentação é uma das principais necessidades fisiológicas do ser humano. Tais necessidades, segundo Maslow (2000), são básicas de modo que o homem depende para sobreviver. Ainda que passe despercebido pela grande maioria dos comensais, o alimento de todos os dias representa um importante traço cultural capaz de revelar a história de um povo e do local onde vive.

A ideia de que a cultura, no qual se inclui a gastronomia, está atrelada à formação de uma identidade foi observada por Freyre (2002). O autor afirma que:

O paladar defende no homem a sua personalidade nacional. É dentro da personalidade nacional e regional que prende o indivíduo de modo tão íntimo às árvores, às águas, às igrejas velhas do lugar onde nasceu, onde brincou menino, onde comeu os primeiros frutos proibidos. (FREYRE, 2002, p 64).

Com base nisso, esta pesquisa busca identificar os fatores históricos responsáveis pelo desenvolvimento dos atuais costumes alimentares dos habitantes da Região Carbonífera de Santa Catarina, aqui representados pela figura do mineiro, trabalhador operário das minas de carvão que leva diariamente para o trabalho sua refeição em forma de marmita. Este objetivo foi estabelecido para responder ao seguinte questionamento: é possível identificar na marmita do mineiro práticas alimentares oriundas do processo de colonização?

Elencaram-se a partir do objetivo geral, os objetivos específicos de identificar os povos que colonizaram o sul do Estado de Santa Catarina; identificar os principais pratos ou receitas trazidos pelos imigrantes; e evidenciar os fatores ambientais e climáticos que forçaram a modificação dos hábitos alimentares dos colonizadores.

A pesquisa partiu da premissa de que a gastronomia local deriva de uma miscigenação entre os costumes das diversas etnias como a indígena, africana, alemã, mas principalmente, na região a ser estudada, da italiana e portuguesa, maiores responsáveis pela colonização deste território.

Essa miscigenação de povos criou o que hoje conhecemos como cultura brasileira, que tem como sua maior característica a diversidade, seja pela grande extensão territorial, seja pelas diferentes composições de etnias em cada região do

Brasil. No caso desta pesquisa o território estudado se restringe à Região Carbonífera, no sul de Santa Catarina, composto pelos municípios de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

A abordagem do tema do presente estudo justifica-se diante da curiosidade de entender como a gastronomia local chegou aos moldes que conhecemos atualmente e, principalmente, quais foram os legados culinários dos nativos indígenas e dos imigrantes portugueses, negros, alemães, poloneses, italianos, principais etnias exploradas nesta pesquisa.

Conhecendo os processos históricos vivenciados nos últimos séculos espera-se traçar uma relação com o cardápio que os mineiros levam para o trabalho em suas marmitas, pois para entender a gastronomia típica local deve-se conhecer a história da formação dessa região.

Esta pesquisa também prevê que os fatores ambientais e climáticos podem ter contribuído para modificações dos hábitos alimentares dos colonos, uma vez que estes tiveram que se adaptar à matéria prima encontrada em solo brasileiro e ao clima desconhecido.

2. História da colonização da região carbonífera

O Brasil é reconhecidamente um país fruto da miscigenação de diferentes povos. Cada etnia que desembarcou em terras tupiniquins, trouxe consigo parte de sua cultura e hábitos. Descobridores do Brasil, os portugueses foram os primeiros a se estabelecerem em terras que até então eram habitadas por diferentes povos indígenas.

Ao falar especificamente do povoamento de Santa Catarina, com ênfase na colonização do território hoje conhecido como Região Carbonífera, este capítulo irá iniciar dedicando-se a contar a história da colonização a partir da etnia lusa, primeira a chegar ao país, se afunilando até chegar à imigração italiana e alemã que determinaram a criação das cidades que existem hoje na região abordada.

Pode-se dizer, de acordo com Arns (1985, p. 97), que “a mais antiga colonização de Santa Catarina é de origem bandeirante”, que remonta ao século XVII. Os bandeirantes em questão eram de origem lusitana e começaram a formar cidades no

litoral, a exemplo de Laguna, em 1654, que foram desenvolvidas a partir da fixação de imigrantes açorianos, estes também lusos.

Quase dois séculos depois, de acordo com Bortolotto (2012, p.35) “a ocupação do sul do estado de Santa Catarina foi retomada com a fundação de Tubarão em 1836 e de Campinas do Sul, hoje Araranguá, em 1848”, no entanto, a porção de terra, onde hoje se localizam os municípios de Urussanga, Morro da Fumaça, Criciúma, Nova Veneza, Içara, Siderópolis, Forquilha, Maracajá e Meleiro, eram, segundo o autor, terras devolutas e intocadas até o início da segunda metade do século XIX.

No entanto, o cenário mudou como destacam Câmara e Costa (2011), com o processo de colonização do século XIX no Brasil, que ocorreu em função de fins militares de ocupação do território, política de “branqueamento” da população e de modernização da economia, uma vez que a abolição da escravidão exigiu a substituição do trabalho dos escravos por trabalhadores livres.

Na Europa no século XIX, recém-unificada em Estado-Nação (país), as mudanças sociais, políticas e econômicas ofereciam dificuldades de deslocamento e vários países colocavam obstáculos para migrações internas no continente europeu. Na Alemanha, os camponeses encontravam dificuldades na agricultura e impostos elevados. Na Polônia havia uma disputa política de partilha territorial por várias nações, além da falta de liberdade política e religiosa. Na Itália unificada havia uma crise agrária que explorava os trabalhadores com salários irrisórios e desestruturava a sociedade rural, o que culminou no êxodo rural para as cidades, colocando os trabalhadores como exército de reserva, sem garantias de emprego, com baixos salários e ausência de proteção legal do trabalho. Assim, a vida na América parecia como uma esperança (CÂMARA; COSTA, 2011, p. 394).

Ainda conforme Câmara e Costa (2011, p. 396-397), a fim de ocupar a região sul catarinense “foram fundados o Núcleo Colonial Azambuja, em 1877; o núcleo de Treze de Maio, Pedras Grandes, Armazém e Acioli de Vasconcelos e o núcleo de Urussanga, em 1878, o núcleo colonial São José de Cresciúma e o núcleo colonial Torres, em 1880”.

O núcleo de Cresciúma era um território coberto por mata virgem e ocupado por índios da etnia Carijó conforme conta Bortolotto (2012), ambiente que dificultou a adaptação dos imigrantes italianos à nova nação.

Conforme explica o autor, os núcleos coloniais eram ocupações realizadas de forma sistêmica por companhias colonizadoras que adquiriam do Governo da União

milhares de hectares que eram divididos em pequenas propriedades, que posteriormente eram vendidas na Europa pelos agentes das companhias colonizadoras, por meio de campanhas publicitárias, com o prazo de alguns anos para pagar pelos lotes.

Bortolotto (2012) detalha que os colonos recém-chegados precisavam desmatar a área para prover, a partir da mão-de-obra familiar, a agricultura de subsistência, onde cultivavam principalmente o milho para o consumo próprio e de seus animais.

Sobre a imigração alemã, Arns (1985), descreve que a Alemanha do século XIX encontrava-se imersa em problemas sociais, políticos e econômicos que acabaram por impulsionar a emigração. Atraídos pela propaganda das colônias, os alemães se estabeleceram primeiro na Grande Florianópolis e, a partir daí, “reemigraram” para a região que hoje compreende os municípios de Braço do Norte, São Ludgero e Capivari, principais colônias germânicas do Sul Catarinense.

Já os primeiros alemães que se instalaram na Região Carbonífera, no entorno das Colônias Nova Veneza e Criciúma, nas localidades de São Bento Baixo e Forquilha, segundo Zanellato e Osório (2012), eram provenientes de São Martinho do Capivary. Chegaram tardiamente, por volta de 1912, e se depararam com famílias luso-brasileiras, também conhecidos como caboclos, que viviam na periferia das colônias italianas.

Os autores contam que um grupo de colonos de São Martinho, composto por Gabriel Arns, Geraldo Westrup, José Michel, João Backes e João José Back, veio até o Vale do Rio Araranguá para verificar a existência de terras em quantidade e qualidade para adquiri-las. Desta incursão resultou a compra de quase 700 hectares de terra, na qual se edificou o núcleo colonial de Forquilha.

A história da região também presenciou a chegada de imigrantes poloneses, ainda que em uma escala menor que a imigração italiana e alemã, visto que esses não eram alvos das campanhas de colonização que estavam acontecendo na época.

O motivo da vinda desses sujeitos para o Brasil se deu, segundo Arns (1985), em virtude da situação caótica em que se encontrava a Polônia no século XIX. O país, junto com Napoleão Bonaparte, entrou em confronto com a vizinha Rússia e perdeu, de modo que em 1812 se tornou uma província russa.

Conforme ilustra Arns (1985), medidas de repressão, com caráter anti polonês, se intensificaram a partir da segunda metade do século, fato que desencadeou a partida de centenas de milhares de poloneses.



Gardolinski (1958, p. 4-5) explica que é impossível afirmar com precisão o momento e quantos poloneses desembarcaram em terras brasileiras, já que documentalmente existem raros registros sobre esses sujeitos, uma vez que após o fracasso do Ducado de Varsóvia contra a Rússia, a Polônia não mais existia como estado soberano, portanto:

Os países europeus ao permitirem a saída de seus súditos, forneciam-lhes os documentos legais, que evidentemente, traduziam a sua procedência de origem. Tal fato fez com que os poloneses que de lá emigraram, entrassem no Brasil sendo considerados de nacionalidade russa, alemã ou austríaca. (GARDOLINSKI, 1958, p. 4-5).

Como citado no início deste capítulo, o sul de Santa Catarina, até sua ocupação, era habitado por índios da tribo carijó, assim como o restante do país que era povoado por outros tantos povos indígenas, no entanto, o assentamento dos colonos promoveu o massacre dos índios que habitavam a região.

Bortolotto (2012) conta que os “*bugres*”, como eram chamados os carijós, foram caçados sistematicamente pelos denominados bugueiros, homens especialmente contratados e remunerados pelo governo para exterminar os índios ao longo da encosta da Serra Geral.

Segundo o autor, esses indígenas, embora pacíficos, não eram nem mesmo vistos como humanos pelos colonos, “eram temidos como feras, ou mesmo, mais que eles. Caçados impiedosamente sob os olhares complacentes dos poderes e da igreja, os índios foram dizimados na região” (BORTOLOTTI, 2012, p. 97)

No que se refere ao assentamento dos negros em terras criciumenses, a autora Silva (1993) afirma que estes indivíduos começaram a se instalar na localidade de Urussanga Velha, pertencente à hoje conhecida Içara, após a Guerra do Paraguai, em 1870.

Outro autor, Ribeiro (2005, p. 28), considera importante esta informação “uma vez que ela dá conta que dez anos antes da propalada fundação de Criciúma já se registrava a presença de população negra pela região do Estado de Santa Catarina”.

Já, Arns (1985) diverge do autor anterior ao afirmar que os primeiros negros começaram a se instalar na região só a partir de 1905, atraídos pela possibilidade de trabalhar nas minas de carvão ou na construção da ferrovia Dona Teresa Cristina.



Bortolotto (2012) faz entender que a ocupação sistematizada do sul do Estado não se deu aleatoriamente, mas sim, vislumbrando um futuro cenário em torno da exploração do carvão, logo, é impossível falar da colonização e desenvolvimento da Região Carbonífera sem passar pela história do carvão mineral das jazidas do Sul Catarinense e falar do personagem central de todo o movimento extrativista: o mineiro.

Conforme Belolli *et al.* (2002), no início do século XIX, a existência do mineral na região já era oficialmente conhecida pelo Governo Imperial que já havia promovido estudos sobre o assunto. Paralelamente ao processo de colonização, no decorrer da segunda metade do século, a região, segundo Bortolotto (2012), já ensaiava suas primeiras tentativas de explorar economicamente as jazidas de carvão presentes no subsolo de parte da colônia, logo, a mão-de-obra que desembarcara dos navios oriundos da Europa pôde ser usada também no trabalho das novas minas.

Belolli *et al.* (2002) reforça que dois marcos contribuíram para a consolidação da indústria extrativista da região, sendo o primeiro a construção da Ferrovia Dona Teresa Cristina, que levava o mineral desde Lauro Müller até o Porto de Imbituba, onde era embarcado para outros estados e até países. Já o segundo marco consistiu na criação da Cia. Siderúrgica Nacional, no ano de 1942, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, que representava a maior demanda de carvão da região, fato que provocou o grande desenvolvimento do setor, que acabou por alicerçar novos setores empresariais que orbitavam a indústria do carvão.

O mineiro, personagem central da história de Criciúma e região, representa a mão de obra operária, no entanto carrega o significado de motor do desenvolvimento dessa indústria. Como no caso da maior cidade da região, Teixeira (1995, p. 28-29) ressalta que “embora o nome da cidade esteja relacionado com uma planta chamada “cresciúma”, abundante na época da colonização, o símbolo de Criciúma é o mineiro, mais exatamente, ‘o homem do carvão’”.

Ao fazer um exercício de imaginação, é possível concluir, que em uma época de costumes patriarcais, onde o pai era o provedor central da família e tirava o sustento do trabalho nas minas de carvão, o mineiro tornou-se uma figura valorosa aos olhos da sociedade à qual pertencia.



3. A alimentação dos colonos

O Brasil possui uma culinária muito diversificada, visto que, ao longo dos últimos séculos, vem transformando e misturando a culinária europeia aos ingredientes da culinária indígena e africana. Pela grande diversidade cultural gastronômica existente entre as regiões brasileiras, pode-se dizer que essas influências externas foram assimiladas de forma diferente. Tendo em vista as singularidades de cada região, o presente capítulo irá focar nas influências das etnias que povoaram a Região Carbonífera, pautando-se pela história local.

Em todo o país, de acordo com Cascudo (1983), os índios contribuíram de muitas maneiras para a nossa culinária, tanto com o conhecimento sobre o beneficiamento de produtos agrícolas pré-colombianos, como técnicas de caça e pesca. No entanto o maior legado culinário deixado pelos indígenas, de acordo com Ribeiro (1987), foi a mandioca, que se adequou ao sistema alimentar brasileiro desde o início da colonização, fazendo com que a farinha derivada dela, fosse prontamente adotada pelos portugueses, os primeiros a se instalarem na costa brasileira e que posteriormente passariam esse costume para os imigrantes seguintes, como italianos e alemães.

Quanto ao feijão, alimento consumido em todo o país, Ribeiro (1987) afirma que apenas algumas espécies de feijões eram conhecidas pelos índios, porém muito pouco consumidas, por isso o autor defende que na realidade foram os europeus que popularizaram o consumo do grão, uma vez que estes já consumiam diferentes variedades de feijões e favas desde à Idade Média.

No que tange os carijós, tribo que habitava a região estudada no presente artigo, Baldessar (1991) explica que estes consumiam principalmente a farinha de mandioca, preparada em forma de mingau, angu, caldos, tapioca, e ainda comiam os brotos da mandioca, batata-doce, cará, pimenta, pinhão, palmito, guabiroba, palmeira juçara, amendoim, abóbora, cajá, e milho.

Esses índios caçadores e coletores se alimentavam também de frutas, dentre as quais, abacate, ingá, araçá, pitanga, cajá, abacaxi, mangaba, goiaba, jabuticaba, maracujá, carambola, jambo, além de frutos de palmeiras e bananas. Já a carne provinha da caça de animais como os porcos-do-mato, macacos, pacas, capivaras e pássaros em



geral, além de alguns insetos, e pela proximidade com o litoral e rios, os peixes eram um alimento básico, segundo Baldessar (1991).

Vindos de várias partes do mundo, imagina-se que europeus e africanos que aportaram no novo continente, tenham passado por uma dolorosa adaptação para sobreviver ao novo território e se habituarem aos seus produtos, como aponta Cascudo (1983). As etnias europeias que se assentaram no sul de Santa Catarina, assim como em outras partes do Brasil, tiveram que se adaptar a um ambiente até então desconhecido, no qual tiveram que reaprender a cultivar a terra.

De acordo com Cascudo (1983), os lusos tiveram problemas para manter o consumo dos alimentos aos quais estavam habituados, pois, se em Portugal bebiam vinho e comiam hortaliças, carnes defumadas e frutas do pomar, por aqui tiveram que incorporar aos seus costumes produtos ameríndios.

No entanto, durante este primeiro grande processo de descobrimento e globalização, os portugueses também trouxeram animais como porcos, ovelhas, galinhas, patos, vacas, bois e plantas como figo, laranja, limão, melão, uva, cenoura, pepino, agrião, espinafre, coentro, arroz, gengibre e cana-de-açúcar. (LEAL, 2004 apud MATTOS, 2007)

De acordo com Cascudo (1983), os alemães sentiram a mesma dificuldade dos portugueses no que diz respeito à disponibilidades de produtos aos quais estivessem habituados. Alguns produtos puderam ser mantidos, mas apenas aqueles que fossem passíveis de serem providos pela agricultura local. Neste caso dos alemães foram conservados as salsichas, as mortadelas, o toucinho defumado e a cerveja, já que o produto pode ser feito de diferentes tipos de cereais.

Segundo Caetano et al.(2012), esses imigrantes trouxeram consigo crenças, hábitos, costumes e necessidades alimentares. Oriundos de pequenas propriedades agrícolas de subsistência, esses europeus pensaram em continuar o cultivo daquilo que já conheciam em suas regiões de origem, mas falharam em virtude de fatores como o clima e solo.

De acordo com Baldessar (1991) o trigo, outrora largamente consumido na Europa, não se adaptou ao clima da região, forçando os alemães e posteriormente os italianos a substituir a farinha usada no pão. Os teutônicos em particular passaram a fazer o pão com farinha de milho e batata.

Caetano *et al.* (2012) ressaltam por exemplo, que estes últimos eram habituados às batatas inglesas, hortaliças, massas de farinha de trigo, carnes defumadas e pão de centeio, mas tiveram que se familiarizar com o consumo de farinha de mandioca, feijão-preto, arroz, taioba, pão de milho e carne seca.

Devido a tais fatores, passaram a cultivar os produtos da agricultura local, se adaptando ao meio, incorporando processos e práticas da população local luso-brasileira e cabocla. Das malogradas tentativas do plantio de batatas, centeio, trigo, legumes, e outros consumidos na Alemanha, passaram a plantar outros tubérculos nativos e outra raízes: o aipim, batata doce, taiá, cará, amendoim, mangarito, palmito, milho, arroz, feijão. Passou-se também a consumir mais carne bovina ao invés da suína.

Ovos, leite, queijo, carne fresca e linguiça inicialmente eram raras, só posteriormente integrando as mesas dos colonos. Assim, a dificuldade de plantar os alimentos anteriormente consumidos na Europa propiciou a sua substituição na culinária por outros nativos da nova região. (CAETANO et al. 2012, p. 48).

Como em um grande intercâmbio cultural, Cascudo (1983) afirma que os alemães não trouxeram muita influência para a alimentação no Brasil, mas reforçaram o consumo de certos produtos incorporados pelos portugueses desde o século XVI.

As comidas alemãs mais típicas não se espalharam: salada de batatas, *Kartoffelsalat*, salada de beterrabas, *Zuckerruebesalat*, a linguiça de fígado, *Leberwurst*, o arenque defumado, *Bucklinger*, o arenque enrolado em escabeche, *Rollmops*, o toucinho de vitela ou carneiro, assado ou frito, *Cassler Rippchen*, o mocotó de porco, *Eissbein*, a linguiça de sangue, *Blutwurst*, o queijo de porco, *Schwarternagen*, chucrute, *Sauerkraut*, o pão preto, *Schwarzbrot*, etc. (CASCUDO, 1983, p. 298).

Não é difícil encontrar na bibliografia ou ouvir relatos de fome e miséria no início da colonização italiana, visto que ao chegarem nas propriedades adquiridas das companhias colonizadoras, os imigrantes encontravam apenas mata fechada.

Baldessar (1991) evidencia que os imigrantes recém-chegados precisavam improvisar utensílios e alimentos para sobreviver num primeiro momento, já que o plantio dependia da derrubada da mata virgem e de ferramentas para lavrar o campo. Nesse período de alimentação escassa, o primeiro e principal cereal a ser colhido, o milho, era consumido ainda verde. Posteriormente passou-se a secar e moer o cereal para fazer a farinha para a polenta, que era a maneira mais fácil de transformar o grão seco em alimento.



A polenta por sua vez, segundo Baldessar (1991), vinha acompanhada de carne de caça de aves, o que pode ter contribuído para o posterior costume de consumir a tradicional polenta com galinha, já as verdura e legumes, principalmente *radicchio*, alface, repolho, couve, tomate, batata doce, abóbora, aipim, mandioca, pepino, cebola, alho, milho verde e frutas eram mais abundantes uma vez que todas as famílias possuíam hortas e pomares. (BALDESSAR, 1985)

Assim como visto no caso dos alemães, a herança da gastronomia italiana também não foi tão acentuada como aconteceu com outros povos, como foi evidenciado na obra de Cascudo:

Não se divulgam no país onde o italiano se estabelece algumas glórias regionais de sua cozinha: *escalope di vitello alla pizzaiola*, de Nápoles, o *suprema di frango alla parmigiana*, de Parma, os *ossobuchi alla milanese*, o *risotto alla milanese* ou a doce *cassata alla siciliana*, tanto quanto os universais *spaghetti al sugo* ou o *tagliolini alla bolognese*. (CASCUDO, 1983, p. 274).

No caso dos italianos, é defendido por Cascudo (1983), que estes trouxeram o gosto pelas massas de farinha de trigo, acompanhadas de molho de tomate, itens que se espalharam por todas as classes e partes do país. No entanto, segundo o autor, prevalece a diferença de que na Itália a massa constitui uma refeição única e completa, já no Brasil, de acordo com o gosto dos brasileiros, ela não dispensa acompanhamentos como farofa, arroz, feijão, carne ou peixe.

Diante do exposto por Baldessar (1991), de que a alimentação dos colonos era limitada por fatores ambientais, climáticos, comerciais e financeiros, torna-se possível entender o porquê de muitas receitas e pratos italianos, como os citados por Cascudo (1983), não terem sido passados para as gerações posteriores. A dificuldade de manter os costumes, fez com que certas técnicas e preparos não estejam inseridas nos dias atuais.

Baldessar (1991) deixa transparecer a dificuldade para dispor de produtos que não fossem aqueles produzidos pela agricultura de subsistência das famílias da colônia:

Outros alimentos havia, mas dependia sempre de encontrar e ter condições de comprar os ingredientes. Nunca esqueci a especialidade de minha mãe em preparar um bacalhau, difícil de encontrar, mas aparecia de quando em vez. (BALDESSAR, 1991, p. 76).



As principais refeições dos colonos, segundo Baldessar (1991) consistiam principalmente do desjejum apenas com café - feito a partir dos grãos cultivados, torrados e moídos por eles próprios, o prato do almoço era a polenta, enquanto na ceia comia-se a *minestra*, uma sopa feita com feijão batido e arroz, também cultivado e beneficiado em casa, ou seja, refeições ricas em carboidratos para aguentar as jornadas de trabalho na agricultura. O aipim também muito consumido, era cozido em água até ficar macio, já a mandioca era destinada a produção de farinha que era usada no pirão de feijão e como alimento para vacas e porcos (BALDESSAR, 1991).

A vaca era tida principalmente para a produção de leite, já o porco abastecia o estoque de embutidos. A carne do animal não tinha comércio, por isso os colonos produziam salame, banha, carne seca ao sol e até sabão feito com a gordura do porco (BALDESSAR, 1991).

O mesmo autor reforça que para os caboclos não havia comida sem carne que a caça, então abundante, fornecia, o que pode indicar que o hábito brasileiro de consumir carne na maior parte das refeições deriva dos costumes caboclos e da fartura de animais silvestres disponíveis para a caça, como catetos, pacas, tatus, cotia, quatis, macacos, bugios, além das aves que habitavam as matas em abundância, como os macucos, jacutingas, araquãs, urus, saracuras, jacupembas, perdizes, jacus, pato selvagem etc.

Já a pequena população negra que passou a residir na região no início do século XIX, segundo Arns (1985), tinha um cardápio alimentar um pouco diferentes dos europeus, tendo nas principais refeições o biju, cuscuz, angu, o arroz quando possível acompanhado de feijão, o pirão d'água ou pirão de feijão, repolho ensopado e farofa de ovo. Percebe-se, portanto, que os afrodescendentes assimilaram mais o consumo de derivados da mandioca, como o biju, o pirão de farinha de mandioca e a farofa feita com a mesma, possivelmente pelo fato da farinha ser o único alimento disponível aos escravos. De acordo com Arns (1985), esses negros consumiam apenas um prato de origem africana: o cuscuz.

Como foi exposto, cada etnia que contribuiu para povoar o Brasil trouxe consigo na bagagem costumes, conhecimentos, receitas e gostos que tiveram que se adaptar conforme a necessidade. Muitos dos preparos não puderam ser mantidos, seja pela falta de ingredientes, como pela falta de instrumentos. Essa gama de produtos e hábitos



alimentares resultantes desta adaptação, que anteriormente pertenciam apenas a um grupo étnico ou outro, se fundiram originando a cultura gastronômica conhecida hoje.

4. Metodologia

Sobre a natureza da pesquisa, pode-se afirmar que está classificada como básica que, segundo Gil (2010, p. 26) visa preencher uma lacuna no conhecimento e “está destinada unicamente à ampliação de conhecimento, sem qualquer preocupação com seus possíveis benefícios”.

No caso da presente pesquisa, sabe-se que o assunto foi pouco explorado anteriormente. Sendo assim, a proposta de conhecer a relação entre a história da Região Carbonífera e a gastronomia local vai ao encontro à afirmação de Gil (1946, p. 25) de que pode haver interesse do pesquisador por áreas já exploradas, com o intuito de levantar com mais “especificidade as condições em que certos fenômenos ocorrem ou como podem ser influenciados por outros”.

Quanto à abordagem da pesquisa, esta é qualitativa, uma vez que não busca levantar números, e, sim, tem como principal objetivo responder ao questionamento proposto, citado no primeiro parágrafo deste capítulo. Assim, serão entrevistados 25 mineiros com relação a suas marmitas, sendo todos moradores de município da Região.

De acordo com Gil (2002), do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que a coleta de dados envolve levantamento bibliográfico e entrevistas sobre o assunto. A pesquisa, conforme Gil (2002, p. 29) classifica-se do ponto de vista dos procedimentos técnicos como bibliográfica, estudo de caso e pesquisa de campo.

5. Análise de dados

Marmita, viana, boia ou quentinha, esses são os nomes dados ao recipiente ou à refeição que os trabalhadores levam consigo para o trabalho.

A etimologia da palavra “marmita” tem sua origem no francês “marmite” sendo relacionada a um recipiente de barro ou metal para ferver água ou cozinhar alimentos e no latim “gamella” que no século XVI referia-se a uma

bacia de madeira ou metal em que os soldados e marinheiros realizavam suas refeições (GARCIA; GOMES, 2016, p. 824).

De acordo com Freitas (2016) a quentinha está associada à pobreza devido ao fato de estar estritamente ligada ao universo do trabalho e a rotina dura dos operários, no entanto, Garcia e Gomes (2016, p. 824) defendem que “devido ao modo de vida atribulado da população brasileira, percebe-se que a utilização de marmitas retorna ao cotidiano e atualmente, ocupam um status de mais saudável, nutritiva e acessível à renda do consumidor”.

Na atividade de subsolo dos mineiros do carvão, a marmita, como é mais conhecida na Região Carbonífera, se faz indispensável haja vista que os mineiros "baixam a mina" e lá permanecem até o fim do turno, não havendo onde fazer as refeições, a não ser em um refeitório improvisado com uma mesa, onde os funcionários almoçam em grupo, conforme foi exposto pelos entrevistados do presente estudo.

Tendo como objetivo identificar as influências dos colonizadores na constituição da marmita dos mineiros da Região Carbonífera, assim como fatores climáticos e ambientais que porventura tenham modificados tais influências, o presente artigo utilizou-se de um questionário para identificar os alimentos presentes nas principais refeições dos trabalhadores do carvão.

Para realização desta pesquisa foram entrevistados 25 mineiros, com idades entre 25 e 54 anos, residentes em municípios da região, funcionários das carboníferas Metropolitana, Belluno e Rio Deserto, localizadas respectivamente nos municípios de Treviso Siderópolis e Lauro Müller.

Por meio do questionário foi possível levantar o número de mineiros descendentes das etnias investigadas e descritas no primeiro capítulo deste estudo, sendo possível identificar entre o total dos entrevistados que a maioria, 24 indivíduos, possui ascendência italiana ou outra ascendência somada à italiana, enquanto o indivíduo remanescente se autodeclarou de origem portuguesa.

No que tange especificamente a marmita, objeto da presente pesquisa, constatou-se que 84% dos mineiros indagados tem como sua principal refeição o binômio arroz e feijão. Em seguida, pela ordem dos alimentos mais listados, aparecem a carne (22) como principal acompanhamento do arroz e feijão, seguida pela salada (12), enquanto a massa foi mencionada em 44% das respostas. A polenta, o ovo e a *minestra* são



elencados por 32% dos indagados, como complementos que constituem a quentinha junto ao dueto arroz e feijão.

Neste primeiro momento conclui-se que a marmitta do mineiro tem um cardápio bastante homogêneo formado por arroz, feijão, carne e ocasionalmente massas. O feijão por sua vez, que carece do acompanhamento do arroz, já foi descrito como indispensável na alimentação dos brasileiros em geral. Cascudo (1983, p. 441-442) afirma que “para o povo, uma refeição sem feijão é simples ato de enganar a fome. Não de alimentar-se. Não há refeição sem feijão.” O autor também descreve que o grão era consumido com farinha de mandioca antes de ganhar o arroz como principal acompanhamento.

Para Silva (2005, p. 20) algumas das hipóteses para que o feijão tenha se tornado popular é que historicamente as leguminosas possuem um caráter altamente nutritivo, além de terem um baixo custo de produção e um breve ciclo para a colheita. Pode-se também dizer que as hipóteses da autora acima corroboram com Cascudo (1983) o qual afirma que o consumo de feijão tornou-se comum no novo continente por interferência dos colonos portugueses.

Também foi possível constatar por meio das entrevistas realizadas que há a inserção de alimentos integrais, como arroz e pães, entre os mineiros mais jovens, com idades entre 25 e 32 anos, denotando um maior cuidado com a saúde. Destes quatro indivíduos que consomem integrais, três declararam que não partilham dos mesmos hábitos alimentares da família, uma vez que seguem dietas prescritas por nutricionistas. Os mesmos que declararam seguir dietas elencaram a batata doce, o ovo, o frango e a salada como os alimentos presentes nas principais refeições, incluindo o lanche.

Cabe ressaltar aqui que todos os respondentes, exceto os indivíduos citados acima que seguem algum tipo de dieta, declararam que herdaram seus costumes alimentares da família, e ao serem questionados sobre quem era o responsável pela preparação da marmitta, 18 deles afirmaram que o preparo das refeições é de responsabilidade da esposa, mãe, sogra, ou seja, da figura feminina do lar. Dos 25 mineiros, apenas três confirmaram ser inteiramente responsáveis pelo preparo da própria marmitta, enquanto outros quatro afirmaram que dividem a tarefa com as esposas.

A presente pesquisa apurou que 100% dos entrevistados consomem um cardápio diferenciado nos dias de folga, que inclui especialmente o churrasco, o que de acordo com Barbosa (2007), é um hábito comum dos brasileiros, que costumam fazer diferenciação entre a comida do dia-a-dia daquela dos fins de semana e ocasiões festivas.

O churrasco, inserido neste contexto, foi descrito 21 vezes como o principal prato dos fins de semana, o que denota que houve apropriação da cultura gaúcha, que tem por tradição o preparo de carnes na brasa. Zamberlan *et al.* (2009, p.9) corrobora com o parágrafo anterior ao afirmar que “no Brasil, e também na Argentina, observou-se a presença do churrasco ou *asado* em festas religiosas, almoço em família, reunião de amigos”.

Símbolo da cultura gaúcha que se espalhou pelo Brasil:

O churrasco surgiu no Rio Grande do Sul, no século XVII, nos pampas, quando essa parte do Brasil, era disputada por castelhanos e paulistas. Nessa época a região sul era ocupada por milhares de cabeças de gado selvagem, oriundas de Buenos Aires e de outras áreas da Argentina. [...] Para isso, realizavam-se as vacarias as matanças de gado, que podiam ser oficiais, se autorizadas pelo governo espanhol ou clandestinas, quando realizadas por soldados desertores que acabaram por dar origem aos gaúchos. Durante as famosas vacarias, os vaqueiros, depois de correrem, cercarem e matarem os bois, cortavam o pedaço mais fácil de partir e o assavam inteiro num buraco aberto no chão, temperando-o com a própria cinza do braseiro, o que pode ser considerado a origem mais remota do churrasco (ZAMBERLAN *et al.* p.10, 2009).

Dentre os demais pratos do fim de semana elencados pelos entrevistados estão, em ordem dos mais para os menos listados, a maionese (15), as massas (12), a galinha ensopada com polenta (9), a pizza (9) e feijoada (1).

6. Conclusão

Como descrito por Barreto (2001), a gastronomia é a tradução de toda uma herança cultural que, no entanto, está sujeita a fatores climáticos, geográficos, históricos, situações políticas e sociais em suas diferentes épocas. Assim, pode-se dizer que, conforme constatado na pesquisa de campo, a grande maioria dos descendentes de italianos, conservaram como costumes alimentares apenas o que era possível prover



com os recursos disponíveis na época e ainda se adequaram às diferentes combinações de ingredientes que já haviam sido incorporadas pelos imigrantes portugueses.

Voltando ao capítulo que descreve a chegada dos imigrantes europeus que povoaram a região, percebe-se o quão hostis eram as circunstâncias de vida às quais estavam submetidos. A escassez de alimento, seja por dinheiro ou falta de onde comprar era uma constante que permaneceu por longos anos, portanto, ao avaliar o grau de influência dos colonizadores europeus e africanos na constituição da atual marmitta do mineiro, é possível perceber que a principal contribuição está na adaptação destes indivíduos aos ingredientes disponíveis na época e às condições existentes para o beneficiamento e preparo dos alimentos.

Vê-se no cardápio dos mineiros, principalmente, o resultado da mistura de costumes europeus aos ingredientes ameríndios, como a polenta de farinha de milho, o feijão, a mandioca e seus derivados, porém não estão descartadas as contribuições trazidas na bagagem, ou seja, os costumes, hábitos e receitas.

É possível imaginar que os caderninhos de receitas, trazidos na mala dos colonos, tornaram-se inúteis diante das dificuldades encontradas, como foi o caso das massas e pães de trigo que passaram a ser produtos raros em decorrência da não adaptação do trigo ao solo brasileiro, o que permite afirmar que as condições ambientais e climáticas exerceram sim uma grande influência sobre as heranças gastronômicas dos imigrantes.

Ainda sobre a indagação dos pratos consumidos nos fins de semana e datas festivas, na qual 12 dos mineiros elencaram, além do churrasco acompanhado pela maionese, o consumo de massas, nos permite levantar a observação de que o fato da farinha de trigo ter sido um artigo raro, e por isso só consumido apenas em datas especiais, fez com que as mencionadas lasanhas, nhoques e macarronadas se tornassem pratos até hoje consumidos, sobretudo, em dias especiais.

Essa pesquisa embasada em entrevistas mostra que as heranças culturais dos poloneses, negros e índios - exceto a farinha de mandioca, são praticamente nulas no contexto da marmitta do mineiro da Região Carbonífera já que não houve citações por parte dos respondentes.

Há de se considerar que a atual nutrição desses descendentes de imigrantes se distancia em muito da dos pioneiros pela facilidade de compra dos produtos de

consumo, no entanto, foi alcançado o objetivo proposto inicialmente de determinar as contribuições dos colonos e as influências que acarretaram mudanças ao longo de séculos de colonização, denotando que na região abordada prevalecem os traços da cultura italiana que se somaram à costumes caboclos, mesclaram tradições gaúchas e que incorporaram o que já havia sido apreendido pelos portugueses.

Referências

- ARNS, Otília (Coord). **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985. 260 p.
- BALDESSAR, Monsenhor Quinto Davide. **Imigrantes: Sua História Costumes e Tradições**. S.l.: s.n.. 1991.
- BARBOSA, Livia. **Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2007. Disponível em: Acesso em 04 out. 2011.
- BARRETO, R. L. P. **A Gastronomia e o Turismo - Interfaces da gastronomia**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- BELLOLLI, Mário; QUADROS, Joice; AYSER, Guidi. **A história do carvão de Santa Catarina**. 2002.
- BORTOLOTTI, Zulmar Hélio. **História de Nova Veneza**. Florianópolis: 2ª. ed. Insular, 2012.
- CAETANO, Adriano Luna de Oliveira et al. **História posta à mesa: o patrimônio cultural e alimentar das culturas teuto-brasileiras e luso-brasileiras em Santa Catarina**. Revista Santa Catarina em Histórias, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.37-53, 2012. Anual. Disponível em: <<http://nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/536/225>>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- CÂMARA, Maurício Ruiz; COSTA, Marli de Oliveira. **A cidade como texto: tecendo saberes e conhecendo Criciúma**. São Paulo: Baraúna, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- FREITAS, Eduardo De. **"Boias-Frias"**; Brasil Escola. Disponível em: Acesso em: 13. Mar.2018.
- FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. São Paulo: Cia. das Letras. 2002. p.34.



GARDOLINSKI, E. **Polska grupa etniczna w Região Missioneira**. Kalendarz Ludu. Curitiba, 1958, p. 73.

GARCIA, Keilla Ribeiro; GOMES, Joneval Zanella. A marmita como utensílio para a qualidade de vida: o perfil do consumidor brasileiro. In: IV Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, 4., 2016, Caxias do Sul. **Artigo**. Caxias do Sul: Fsg, 2016. p. 823 - 839. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/viewFile/2083/1832>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASLOW A . **H. Maslow no Gerenciamento**. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2000.

MATTOS, Ana Carolina Paulino. **ENSAIO SOBRE A GASTRONOMIA**. 2007. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Centro Universitário de Brasília – Uniceub, Brasília, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/Rubia/Desktop/açucar valor de um dote.pdf](file:///C:/Users/Rubia/Desktop/açucar%20valor%20de%20um%20dote.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RIBEIRO, Berta. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Revan. 1987.

RIBEIRO, Ivan de Souza. **Presença e invisibilidade da população negra em criciúma e região do período anterior e posterior à sua "fundação" (1880) e o contexto histórico relativo no brasil**. 2005. 49 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História Social e Cultural, Unesc, Criciúma, 2005. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/universidade-do-extremo-sul-catarinense-unesc-pos-graduacao-em-historia-social-e>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

SILVA, Maria de Fátima Fraga. **Cento e vinte e três anos da raça negra no município de Içara**. Criciúma - SC: 1993. Monografia (Especialização em História) – Curso de PósGraduação “latuo Sensu” Especialização em História,UNESC.

SILVA, Paula Pinto e. **Farinha e carne-seca: um tripé culinário no Brasil colonial**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005

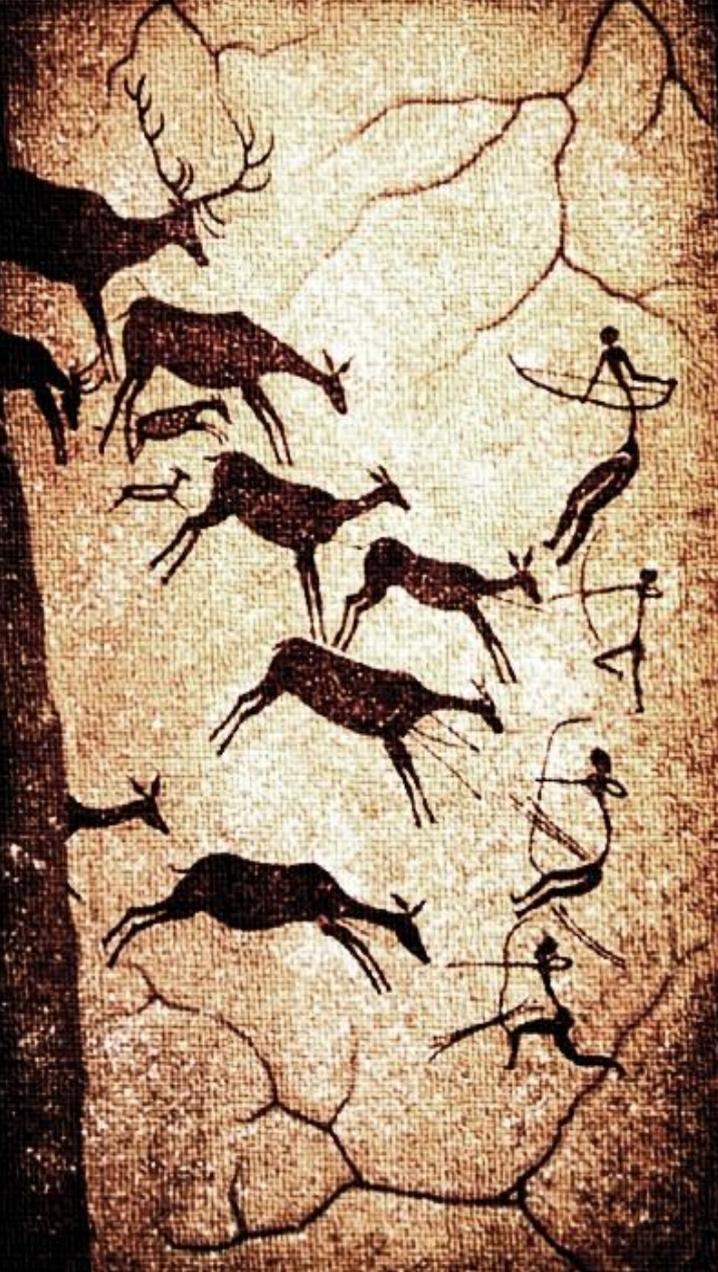
TEIXERA, José Paulo. **Os donos da cidade: poder e imaginário das elites em Criciúma**. 1995. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76207/102697.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ZAMBERLAN, Luciano et al. **Do Churrasco à Parrilla: Um Estudo Sobre a Influência da Cultura nos Rituais Alimentares de Brasileiros e Argentinos**. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., 2009, São Paulo. Artigo. São Paulo: Anpad, 2009. p. 1

- 16. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/MKT2833.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. **Forquilha: do presente para o passado, outras memórias uma nova história**. Forquilha, SC: Ed. UNESC, 2012.

Submetido em: 14/05/2018. Aprovado em: 31/07/2018.



**CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE:
O CANTAR DAS CIDADES – O
MARTELAR DOS GRANDES CENTROS,
O OURO E OS POMARES DE
QUAISQUER CIDADEZINHAS**

Simão Pedro dos Santos*

Resumo: Na obra de Carlos Drummond de Andrade perpassa, entre outras, uma poética da cidade, que se dá como uma espécie de busca de identificação do homem por seu espaço. Um eu lírico crítico e reflexivo empreende olhar que não ocorre apenas quando o foco é o contexto urbano dos grandes centros. Uma pequena cidade interiorana também é mote das mesmas críticas e reflexões desse eu. Humor e ironia, característicos do poeta mineiro, também se fazem presentes na temática apontada. O estudo das cidades nesse autor leva-nos a perceber o homem urbano desdobrado em questões que abrangem desde os atos políticos, com suas questões sociais, até a moda, a publicidade, o mercado, a religiosidade e aqueles casos mais prosaicos tão inerentes aos grandes e pequenos centros, respectivamente. É o que tentaremos apresentar nesse

texto.

Palavras-chave: Poética. Cidades. Humor.

Abstract: The work of Carlos Drummond de Andrade brings up, among other themes, an urban poetry, which consists of a kind of search for man's identification with their space. It shows a critic and reflexive poetic persona looking not only into the big urban centres. A small town in the countryside is also a theme of the same critics and reflexions of this persona. Sense of humour and irony, typical of this poet from Minas Gerais, are also part of this thematic area. The study of cities in Drummond's work let us perceive the urban man amid their political acts, social issues, fashion, publicity, business, religiosity and those prosaic cases inherent of the big and small centres, respectively. This is what we aim to present in this text.

Keywords: Poetics. Cities. Humor.

* Universidade de Pernambuco – UPE Campus
Petrolina, Petrolina, PE, Brasil.
Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em
Letras.

E-mail: professor.upeletras@gmail.com
DOI: 10.19177/memorare.v5e2201841-57



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

Em textos de Carlos Drummond de Andrade há cidades que são apresentadas com nome próprio, a exemplo de Itabira, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Mariana, Sabará, São João Del Rei, entre outras. No entanto, umas há que aparecem insinuadas e, que, graças à semiologia, as identificamos segundo os signos que as fazem emergir em ruas, calçadas, igrejas, tipos humanos e seus transitares diversos, a mula, o cachorro, a venda.

2. Drummond, o fundador de cidades: as grandes, as pequenas, as imaginárias

A nosso ver, as cidades imaginárias de CDA são tão globalizadas quanto àquelas reais, com data de nascimento e batismo, algumas já no âmbito das metrópoles, e tornadas motivos na poética do itabirano. Podem figurar essas cidades imaginárias em qualquer espaço geográfico sem representarem, necessariamente, a exuberância dos centros urbanos, mas quaisquer cidadezinhas, (com a permissão para inverter e flexionar um dos títulos mais conhecidos da poesia drummondiana), construídas atemporal e concretamente pela sensibilidade da criação humana, inclusive como pontos tangenciais de fuga da realidade. De todo modo, a cidade, imaginária ou não, é essa convenção necessária ao refúgio humano. É o espaço provido de todas as ferramentas de que o homem necessita para, confortavelmente, habitá-la. É certo, embora, que a cidade se faz de percalços, labirintos, armadilhas, mas é nela onde estão todos os aparatos que a faz ser tida e havida nessa condição.

Se concordarmos que a matéria da poesia é a palavra e que esta se dá pela língua (falada ou escrita) e mais uma série enorme de significações, perceberemos quanto Carlos Drummond de Andrade deste vasto terreno/linguagem se utiliza para, com muita fineza, arquitetar suas cidades.

Começemos nossas apreciações pelo poema “Eu, etiqueta” (*Corpo*, 1984). Embora não apareça uma cidade com nome próprio, artérias, prédios, calçadas, lojas, o eu lírico insinua que pelas ruas de uma cidade perambula um homem, igualmente sem nome, que traduz uma semiologia de coisificação do urbano: blusão com o reclamo da

bebida, camiseta que proclama o cigarro, meias, lenço, relógio, cinto, escova. Tudo o sujeito alardeia em seu corpo, sem, no entanto, os ter experimentado.

O texto traz a ideia de consumo tão próprio desse homem/coisa da cidade. Note-se que o homem, sujeito e objeto de consumo a um só tempo, se encaixa naquela função conativa ou apelativa ligada à linguagem da propaganda, da publicidade e, seguramente, do se convencer, mas do convencer o outro ao consumo. Quanto à discussão em torno da técnica do levar o outro ao consumo, afirma Barthes (1985, p. 168): “Pela sua dupla mensagem, a linguagem conotada da publicidade reintroduz o sonho na humanidade dos compradores: o sonho quer dizer, sem dúvida, uma certa alienação (a da sociedade concorrencial) mas também uma certa verdade (a da poesia). E esta “certa verdade da poesia” está nesse olhar crítico para uma sociedade cada vez mais perdida nos labirintos do consumo. Só a poesia do cotidiano é capaz de nos mostrar essa verdade.

O homem-quase-sanduíche de “Eu etiqueta” parece se mostrar consciente de sua ação de “propagandista” que carrega grudado ao corpo produtos que nunca usou, embora espalhe pela cidade um instigar ao consumo: seu blusão, sua camiseta, a marca de cigarro, suas meias, seu tênis trazem aquilo a que outros até experimentam ou poderão experimentar, mas que alguns, na igual condição dele, jamais experimentarão:

Em minha calça está grudado um nome
Que não é meu de batismo ou de cartório
Um nome... estranho.
Meu blusão traz lembrete de bebida
Que jamais pus na boca, nessa vida,
Em minha camiseta, a marca de cigarro
Que não fumo, até hoje não fumei.
Minhas meias falam de produtos
Que nunca experimentei
Mas são comunicados a meus pés.

O anônimo que propaga marcas, além de certa consciência, como acima apontado, aparenta concomitantemente, algum alheamento por, talvez, não dar conta de que os produtos por ele anunciados podem resultar de seu trabalho ou do de seus semelhantes, se concordamos com Marilena Chauí, para quem trabalho alienado é aquele no qual o produtor não pode reconhecer-se no produto de seu trabalho, porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições do trabalho. (CHAUÍ, 1994, p. 55).



Neste caso, pode-se inferir de um sujeito que também não se percebe dominado pelas forças de trabalho, pelo mercado e por uma classe a ele tão superior, (seu proprietário), que não só faz, mas impõe o mercado, apesar de esse homem se saber não consumidor do mercado cujo produto sai de suas mãos.

Interessante notar que, mesmo senhor de sua condição de homem anteriormente consciente, “pensante, sentinte” o personagem faz referência à outra/nova condição sua: a de viver uma alienação em meio à correria do grande centro:

Estou, estou na moda.
É duro andar na moda, ainda que a moda
Seja negar minha identidade,
Trocá-la por mil, açambarcando
Todas as marcas registradas,
Todos os logotipos do mercado.
Com que inocência demito-me de ser
Eu que antes era e me sabia
Tão diverso de outros, tão mim mesmo,
Ser pensante, sentinte e solitário
Com outros seres diversos e conscientes
De sua humana, invencível condição.

Em “Eu-etiqueta”, pode-se afirmar o sujeito que carrega adesivos, rótulos marcas, com o fim de propagar os produtos tatuados em sua roupa, se deixa perder a identidade. Nega-a. Inclusive, veja-se, a anulação da identidade vernácula que parece sufocada por uma língua qualquer. Observe-se a ênfase dada ao verso entre parêntesis:

Agora sou anúncio
Ora vulgar ora bizarro.
Em língua nacional ou em qualquer língua
(Qualquer principalmente.)

Esse homem, que não é “anúncio contratado”, paga para ter em seu traje, somente por prazer banal, as marcas que apagam identidades, o que é lamentável para quem antes, tinha alguma consciência, era senhor de si, independente e que ora passa a ser “Coisa, [...] coisamente” na cidade que o devora, o faz menor, que o engole. Vorazmente.



3. O vidro, o asfalto, o barulho das ruas e a calmaria poética das tantas cidadezinhas

Em “Os materiais da vida”, (*A vida passada a limpo*, 1958), uma ideia de cidade aparece em decorrência de signos como vidrotil, modernfold, interflex, camabel, ondalit. Tiradas das páginas de anúncio da revista *Módulo* (Cf. FERRAZ, *In*: Terceira Margem: 1995), as palavras do poema estabelecem diálogo com elementos da modernidade, o que evidentemente envolve campos de significação que abrangem o grande centro citadino. É importante lembrar que a *Módulo* foi uma Revista de Arquitetura e Artes Plásticas teve duas fases: de 1955 a 1965 e de 1975 a 1989. [...] Desde o início, [...] teve periodicidade irregular, com um mínimo de publicações de dois números por ano (em 1957 e 1964). Entre 1959 e 1965, foram lançados cinco números por ano, em meses que variavam. (Cf. www2.espm.br).

Pensemos com Italo Calvino (1990) na sua asserção de que “nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve”. Neste aspecto, o discurso literário, há de se perceber, será sempre uma representação do mundo-objeto, motivo por que o discurso, por exemplo, em torno da cidade não a trará propriamente, mas redundará das impressões do poeta, que com palavras e em oficina, a recria em discurso, com palavras. A cidade-objeto do poeta resultará metáfora para constituir com jogos de palavras, um ideal de cidade e, portanto, de significações. A cidade atrai o artista. Sempre atraiu poetas, pintores, romancistas, contistas, cronistas. A cidade é um corpo, e desse modo, tem veias, ligações, batimentos, sangue, vida.

Para Bradbury (1989, p. 76), “sempre existiu uma ligação entre a literatura e as cidades. [...]”. Certamente esse elo, nem sempre pacífico, desperta nos romancistas, nos cronistas, nos contistas e nos poetas a atração, mas também a recusa, ambas responsáveis pelo discurso no qual “a cidade aparece mais como metáfora do que como lugar físico” (Bradbury, 1989, p. 77). Se cidade é discurso é fala que se traduz por conteúdo e até por forma. A forma que o poeta lhe queira dar. Evidentemente.

A cidade é prisão, labirinto, mas também é liberdade, pois é libertação. Pela cidade andamos, vamos aos cafés, aos museus, às bibliotecas, ao cinema, ao teatro, às praças. Ao mesmo tempo a cidade nos castiga, prende: a poluição sonora, o assalto, o automóvel, as luzes, o semáforo, a correria, o trabalho, o relógio, os compromissos. Há



na cidade o embate entre o ficar e o fugir. Nas duas situações estão os labirintos, pois se nela nos detemos, por vezes, nos angustiamos, sufocados, se dela fugirmos, queremos voltar e voltamos e ficamos. Parece não haver saída. Grande dilema. A cidade nos prende e nos liberta, mas o seu prender ou o seu libertar soam quase como maldição.

Afirma Barthes (1987, p. 184) que “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos à nossa cidade”. E quando “falamos a nossa cidade” o fazemos com o corpo, com o coração, com o sentimento, com o olhar aguçado da arte, com a crítica cruel ou o mais inflamado encômio. O discurso da cidade está em suas periferias como está em seu mais nervoso centro. A cidade clama efetivamente por um discurso e nós o fazemos e há quem o faça o tempo inteiro, pois a cidade é corpo vivo e como tal, sofre ou se deleita a depender do discurso que lhe seja direcionado. De todo modo, a cidade espera por invocação, um discurso. E não importa se esse discurso traga dor ou alegria.

Berman, ao buscar compreender a cidade moderna afirma que:

[...] promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça, destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (BERMAN, 2007, p. 24).

Cientes de como são as *urbes* modernas, a elas voltemos segundo a poética de CDA. Quando do lançamento de *A vida passada a limpo* vivia-se a eufórica modernidade brasileira: tempos de Juscelino Kubitschek e seu desenvolvimentismo dos *50 anos em 5*. Da construção de Brasília – símbolo maior e orgulho da moderna arquitetura nacional –. Da Bossa Nova. Do Cinema Novo. Das montadoras de automóveis. Tudo a representar um Brasil que desde a década de 1930 ensaia a saída de sua arraigada cultura rural. “Os materiais da vida” traz uma reflexão sobre esse Brasil que se urbaniza:

Drls? Faço o meu amor em vidrotíl
nossos coitos são de modernfold
até que a lança de interflex
vipax nos separe
em clavilux
camabel camabel o vale ecoa



sobre o vazio de ondalit
a noite asfáltica
plkx

A disposição de agrupamento de fonemas seguidos de interrogação, no primeiro verso, e aparentemente sem sentido, na verdade, leva o leitor a depreender o porquê da confusão, do emaranhado e do contorcer-se próprios das grandes cidades. “Drls?” não diria nada, não fosse o desenrolar do texto. A cidade é um verdadeiro arregaçar de si mesma, uma movimentação, um entra e sai de novidades e um abrir e fechar de tradição e modernidade que convivem: o antigo e o moderno se dão por palavras como “coitos” (tradição) x modernifold (modernidade); “lança” (tradição) x interflex/vipax (modernidade); “vale” (tradição) x “camabel” (modernidade). E “sobre o vazio de ondalit”, processo metonímico de que o poeta se utiliza para substituir a marca pelo produto (Ondalit = telha, que remete a telhado = casa,) “a noite asfáltica” cobre o vazio das casas, o silêncio, a indiferença da família moderna e encerra o aspecto de modernidade do universo urbano. Já “Noite asfáltica” tanto leva à escuridão da noite quanto, propriamente, ao asfalto preto que cobre as ruas, símbolo igualmente da modernidade. Como no primeiro verso do poema, um impronunciável grupo de fonemas, “plkx” (último verso), continua a traduzir o labirinto que é a cidade, um quê de confusão, emaranhado e contorcimento próprios da cidade grande.

A cidade ferve, se aquece. Há um “fazer amor” revestido de vidrottil (mosaico produzido artesanalmente, com vidro puro e disponível em várias cores e tamanhos irregulares, amplamente usados por artistas, arquitetos e designers). Atente-se ainda que “fazer amor” já abrange um falar da modernidade, enquanto “coito” induz a uma condição mais rudimentar do homem, uma vez que é uma referência apenas à procriação (quase o sem-prazer, sobretudo da mulher de uma época, no ato sexual). Coito tanto envolve linguagem bíblica, tradicional, judaico-cristã para ato sexual humano quanto diz de igual ação a partir de que os animais irracionais se reproduzem. Desse modo, “fazer amor” (“Faço o meu amor em vidrottil”) e “coito” (nossos coitos são de modernifold) divide o homem em civilizado e “incivilizado”, moderno e selvagem, respectivamente, “até que a lança de interflex/vipax nos separe/em clavilux”. Neste caso, há um “até que a morte [lança/pênis] nos separe” (discurso tradicional em cerimônias de casamento) e um até que as paredes [de interflex/pênis] (divisórias de escritórios) nos separe. Pura modernidade das coisas, da vida e das relações.

Em estudo sobre “Os materiais da vida” afirma Denise Azevedo:

Pelo efeito do estranhamento, seja no sentido, no ritmo ou visualmente, ao agir metalingüisticamente, o poeta cria as palavras capazes de exprimir as coisas de um mundo cada vez mais artificial. Drummond consegue problematizar a percepção distorcida do homem da época, em seu fascínio pelos derivados de petróleo, pelos produtos estrangeiros e pelos nomes também importados, como símbolos do status. Desse modo a relação amorosa "naturalizada" (pelo uso do vocábulo "coitos", que remete ao ato naturalmente praticado entre animais) vê-se cercada de materiais de uma vida artificial. A lança /pênis de interflex vipax ao invés de unir, separa o casal; restando apenas o vazio de uma noite oposta àquela cultivada nos poemas românticos, sem lua e sem estrelas, tão negra quanto asfalto (www.utp.br).

Presentes na modernidade, os signos do poema levam a uma conclusão de que a cidade grande integra uma natureza artificial composta de plástico, náilon, vidro, aglomerados, entre outros produtos, o que lembra agilidade, leveza e dinamismo. Há também a revelação de uma cidade que, em meio à modernidade, vive o sexo, a vontade de fazer amor, a busca pelo outro, embora em relação artificial que pode acabar a qualquer momento. O homem se artificializa com e como a cidade.

No tocante à modernidade presente no texto aponta ainda Denise Azevedo:

Nos meados do século XX, surge a consciência de que a velocidade, nas grandes cidades, além de impor um ritmo frenético ao cidadão, alia-se ao artificialismo de uma vida regida pela "matéria plástica". Os derivados do petróleo e outros materiais da vida moderna na cidade têm o poder em seus próprios nomes vinculados ao consumo, com apelos ao estrangeiro (importado e raro) e ao produzido em grande escala (fruto da tecnologia) (www.utp.br).

De acordo com Baudrillard:

[...] Todos os processos orgânicos ou naturais praticamente encontram o seu equivalente funcional em substâncias plásticas e polimorfos: lã, algodão, seda ou linho encontram seu substituto universal no nylon ou em suas inumeráveis variações. Madeira, pedra, metal cedem lugar ao concreto, à fórmica e ao polietileno (BAUDRILLARD, 2009, p. 44).

Vidrotil, modernfold, interflex, vipax, camabel, ondalit integram o poema numa mostra dessa modernidade que nos acompanha desde os séculos XVIII e XIX com sua Revolução Industrial. E isto depõe de nossa ânsia por nos tornar cada vez mais

sintonizados com a cidade, suas placas luminosas, seus autos, seu asfalto e sua industrialização.

Ao explicar o uso de vocábulos com características modernas como *vipax*, *interflex*, *clavilux* e outros, explica o prof. Cláudio Moreno:

A operação de batizar um produto industrial envolve muito mais que uma simples designação: é importante também que esse nome sugira qualidades desejáveis como modernidade, eficiência e respeitabilidade. Essa força evocativa das palavras fica naquele rincão misterioso que o linguista Roman Jakobson denominava de *função poética* da linguagem. Digo misterioso porque simplesmente ninguém explica por que uma determinada combinação de sons traz mais prestígio do que outras; o certo é que isso acontece, e os publicitários e homens de criação precisam ter sempre o ouvido muito atento (wp.clicrbs.com.br).

E prossegue:

Há fortes indícios de que o uso das terminações em **X** para marcas e produtos tenha vindo do Inglês. A presença, em muitos nomes compostos de radicais como *flex*, *mix*, *max*, *fix*, *lux*, *vox*, [...] que sugere a ideia de excelência, parece ter carregado todos os nomes terminados em **X** com essa aura especial, reforçada por marcas de grande renome e qualidade, como *Rolex*, *Xerox*, *Pentax*, *Victorinox*, *Linux*, *Rolleiflex*. Na irrefreável globalização mercantil, muitos desses produtos entraram no Brasil, misturando seus nomes ao de produtos genuinamente nacionais, batizados também nesse novo estilo. Hoje, sem uma pesquisa cuidadosa nas juntas comerciais e nos registros de marcas, é praticamente impossível distinguir, a olho nu, quem é daqui e quem é de fora entre os seguintes nomes: *Ajax*, *Chamex*, *Colorex*, *Concremix*, *Durex*, *Errorex*, *Eucatex*, *Iodex*, *Marinex*, *Mentex*, *Panex*, *Paviflex*, *Repelex*, *Varilux*, *Zetaflex*. (wp.clicrbs.com.br).

Acreditamos que terminações sufixais como as de *vidrotil*, *camabel*, *ondalit* tenham explicações parecidas com essas terminadas em **X**.

Ao pensar a modernidade junto à língua, C.D.A. se apropria de linguagem que a represente segundo sua leveza: se o mundo propõe sair dos pesados pés das coisas, dos objetos e até das mentalidades, o poeta faz as palavras flutuarem em *pés-palito* (para usar termo cunhado por Eucanaã Ferraz):

Sonhando com a leveza, o mundo moderno parecia mesmo equilibrado sobre *pés-palito*. Com novas funções, novo desenho, novo material, os objetos ganharam um status até então desconhecido, testemunhando, no lar de cada cidadão, o avanço da ciência e a certeza do bem-estar burguês. A publicidade ganhou papel decisivo, compondo um discurso com forte apelo à técnica, à ciência e à estética, decididamente unidas em torno de novos objetos. (EUCANAÃ, *In*: Terceira Margem, 145).

A paisagem urbana ganha velocidade e dinamismo com o respaldo da tecnologia, da ciência, dos aparatos mecânicos e, hoje, eletrônicos. Observada pelo olhar do poeta e com os recursos poéticos de que este dispõe, sofre essa paisagem abordagem igualmente moderna por linguagem não menos dinâmica.

Para Eucanaã Ferraz:

O poema “Os materiais da vida” pode ser lido como uma fantasia criada a partir dessa espécie de rejuvenescimento das substâncias, das formas, dos sentidos, da história e, evidentemente, da língua. Com a avalanche de novidades surge um novo vocabulário, com marcas fonético-morfológicas exageradas, como que buscando refletir ao nível da construção do signo linguístico a novidade do objeto nomeado e ainda é como se, com as novas substâncias, nascesse uma língua sintética, artificial, luminosa, em substituição a uma outra natural, de sons e formas já codificados, sem brilho. (*In*: Terceira Margem, 145-146).

“Os materiais da vida” é sem dúvida, não só questão de língua, mas de linguagem, pois é a busca pela palavra que mais bem represente o homem e a modernidade que o cerca e em que vive. É também a busca pelo som material da palavra, num jogo que envolve não só os impronunciáveis versos *Drls?/Plkx*, em detrimento da não sequência de sons consonantais aliados aos vocálicos, mas também pelos sons e não rimas, produzidos por *vidrotil*, *modernfold*, *interflex*, *vipax*, *clavilux*, *camabel* e o sonoro *ondalit*.

Em análise do referido poema, afirma Bráulio Tavares:

Em “Os materiais da vida”, Carlos Drummond diz: “*Drls? Faço meu amor em vidrotil / nossos coitos serão de modernfold / até que a lança de interflex / vipax nos separe / em clavilux*”. Que palavras são estas? Pouco importa. O som delas nos traz imediatamente à memória os nomes de centenas de marcas de produtos, de materiais plásticos ou metálicos, de invólucros, de texturas. Ironizando o amor em tempos de tecnologia e comércio, o poeta multiplica as sílabas que são a cara da indústria, da publicidade, dos comerciais da TV. (www.portalentretextos.com.br).

Com relação aos sons da palavra assevera ainda Tavares: “Pode-se dizer que essas palavras têm seu significado determinado, antes de tudo, pelo seu próprio som”. (www.portalentretextos.com.br). Desse modo, afirma-se que o Carlos Drummond de Andrade de “Os materiais da vida” tanto buscou encontrar solução para arregimentar palavras que dissessem da vida e do cotidiano do grande centro como buscou os sons

que representassem esse cotidiano e as correrias da cidade inserida na modernidade em meio à publicidade, aos cartazes, aos arranha-céus, a buzinas, a barulhos, a passantes.

Diferentemente do Drummond de “Eu, etiqueta” e de “Os materiais da vida”, há o de “Cidadezinha qualquer”, (*Alguma poesia*, 1930) que é, na verdade, qualquer cidadezinha dessas de interior em que o tempo não passa. Cidades congeladas, mas não menos poéticas, sobretudo quando se pensa no poeta de Itabira, para quem tudo pôde ser matéria de poesia. A estática paisagem de “Cidadezinha qualquer” traz como num quadro mulheres em conversa no pomar, metonímicas janelas a olhar a rua e animais que adentram na toada das ruas de pó.

Para Níncia Teixeira, (2007):

A temática Literatura e Cidade tem despertado pesquisas em diversos campos do saber. Historiadores, arquitetos, sociólogos, antropólogos e estudiosos da literatura têm enfrentado o desafio de inscrever a cidade como um espaço de concentração de linguagens, que compõe o discurso da modernidade. Na literatura, a experiência urbana e a cena escrita estão, ambas, inseridas no mundo dos signos. Conseqüentemente, pode-se afirmar que a cidade tem a capacidade de produzir significados da mesma forma que os textos literários apresentam tantas interpretações quantos forem os leitores. (www.uel.br/pos/letras/terroraxa).

Em CDA essa leitura fica evidente tanto no que refere à grande cidade como à pequena. É um desafio a qualquer poeta a temática das cidades, sua inserção em contexto poético, com seus homens, suas mulheres, seus bichos, seus costumes, seus problemas, seu dia-a-dia. Em “Cidadezinha qualquer” há a provocação da simplicidade (tarefa nada fácil) e do sintético: dizer em poucas palavras mediante signos que têm de se completar na interpretação do leitor é algo que só ao poeta cabe. Dizer da pequena e estática cidade sem que isto soe irônico, embora para uns até seja, não é simples fazer e mencionar a “vida besta” sem atingir o leitor mais sensível, e, sobretudo, fazê-lo ver no texto o elogio da pequena cidade, (sem que perceba nisso um elogio às avessas), é trabalho desafiante a qualquer poeta.

Com efeito, é certo que graça, humor e até ironia passeiam por esta “Cidadezinha qualquer” universal, pois sem nome, é um sítio do mundo. De signos particulares como bananeiras, laranjeiras, o cachorro, o pomar ou até o burro e as janelas, o texto se universaliza, já que o habitante de qualquer aldeia do orbe pode se



identificar como um habitante dessa cidadezinha intimista que o poeta mineiro arquitetou e ergueu:

Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.
Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.

Devagar as janelas olham.

Eta vida besta, meu Deus.

O silêncio do vale dessa cidade anônima ecoa mundo afora como uma representação da identidade do homem interiorano, simples que, a seu modo, faz da paisagem da “vida besta” seu espaço de contemplação, de trabalho, de compadrio, de fê, de camaradagem, de afinidade e até de solidariedade. Parece que, parado no tempo, esse espaço não tem vida, mas tem: é uma vida ao seu jeito, ao jeito do homem que o habita sem a pressa e a correria da cidade grande. Diametralmente inverso, o espaço de “Cidadezinha qualquer” é tão importante quanto o de qualquer metrópole, pois é espaço feito por homens que com ele se identificam. O que não há nesta cidadezinha que a diferencia das grandes é roncar de motores, estridências de máquinas, semáforos, correrias, asfalto, gritaria, poluição.

Interessante apontar que há, igualmente, uma “vida besta” (grande ironia drummondiana) da/na cidade grande: a pressa, as Bolsas, os bancos, os shoppings, o medo, o assalto, as sirenes, as buzinas, os automóveis, os transportes coletivos, a aglomeração habitacional, as favelas, tudo a trazer ao homem desse grande centro o pânico de si e do outro na contramão da bucólica tranquilidade de uma “Cidadezinha qualquer”. Diga-se que a “vida besta” da metrópole seja essa corrida desenfreada, e, por vezes, sem sentido, vazia, o que denota um perder-se do homem cidadão que não sente e não ver a verdadeira vida, pois:

A cultura da modernidade é, eminentemente, urbana e comporta duas dimensões indissociáveis: por um lado, a cidade é o sítio da ação social renovadora, da transformação capitalista do mundo, e por outro lado, a cidade torna-se, ela própria, o tema e o sujeito das manifestações culturais e artísticas. Dessa forma, é na correlação modernidade-cidade que encontramos a passagem da ideia da urbe como local onde as coisas acontecem. A



metrópole é a forma mais específica da realização da vida moderna.
(www.uel.br/pos/letras/terraroja).

Essa “realização da vida moderna” tem levado o homem a não mais se ver e, conseqüentemente, a não ver seu semelhante. Que “Vida besta, meu Deus”.

Sabará é cidade com nome próprio que aparece na poética de Drummond. Integra “Lanterna mágica”, (*Alguma poesia*), série de oito poemas que figuram cinco cidades mineiras e lugares como a fluminense Nova Friburgo, Rio de Janeiro e a Bahia. Os de Minas recorrem à memória remota. “Sabará”, dedicado a Aníbal Machado, é um deles: os velhos tempos coloniais, o ouro, os casarões, os bandeirantes vêm à tona. A cidade é mostrada como reminiscência de um passado que tem acanhamento de se apresentar aos tempos modernos, à exceção das torres das igrejas:

A dois passos da cidade importante
a cidadezinha está calada, entrevada.
(Atrás daquele morro, com vergonha do trem).
Só as igrejas
só as torres pontudas das igrejas
não brincam de esconder.

Diferentemente da atemporal “Cidadezinha qualquer”, “Sabará” é de tempo mais antigo, tempo de coisas “muito mortas”, passado que vai além da memória do poeta, pois é memória mesmo de antanho. Tempo a que o poeta só alcança pela história, como qualquer de seus leitores. Tempo de lembranças das Gerais e não propriamente da contemporaneidade do autor de “Mãos dadas”. Minas rediviva no seu passado de século XVIII:

Ai tempo!
Nem é bom pensar nessas coisas mortas, muito mortas.
Os séculos cheiram a mofo
e a história é cheia de teias de aranha.
Na água suja, barrenta, a canoa deixa um sulco logo apagado.
Quede os bandeirantes?
O Borba sumiu,
Dona Maria Pimenta morreu.

No tempo presente [o da escrita do poema] dessa velha Minas “O Rio das Velhas lambe as casas velhas,/ casas encardidas onde há velhas nas janelas”. Minas que rememora e remói seus mortos, mortos os homens, mortas as ruas, morta D. Maria



Pimenta, sumido o desbravador Borba Gato, morta a Penção de Juaquina Agulha na velha Sabará “a dois passos da cidade importante”. O entrevamento da vetusta cidade se move na poesia drummondiana, salta para páginas de memória e se eterniza como uma obra do Aleijadinho.

Notem-se como termos da língua e da linguagem popular acontecem no texto: “penção”, “quede”, “cacunda”, “Juaquina”, “maginando” “forde” dão ao poema a vivacidade da “língua errada do povo/ língua certa do povo”, como queria Manuel Bandeira. (Estrela da vida inteira), mas dão também a dimensão da pesquisa e do experimentalismo que seguem pelos anos de 1930, segundo propostas que vêm da fase anterior, com um Oswald de Andrade, um Mário de Andrade, um Manuel Bandeira, entre outros.

Ao mencionar Sabará-buçú, ou Sabarabuçu o poeta intenta mostrar um passado tradicional (nessa acepção mesma, sem redundância), da região, já que Sabarabuçu foi um dos trajetos da Estrada Real ao tempo da mineração no distante século XVIII e ligava ainda Catas Altas a Glaura (então distrito de Ouro Preto) e se constituía em extensão do Caminho Velho, que chegava às vilas de Sabará e Caeté que tinham o rio das Velhas como ponto convergente.

Esses velhos motivos levam justamente o poeta a apontar: “Nem siderúrgica nem Central nem roda manhosa de forde/sacode a modorra de Sabará-buçú”. Imaginem-se: tecnologias de usina, avanços todos, a chegada do automóvel, mas nada demove Sabará de seus “andrajos”, de seu tempo, como a igreja do Carmo, todo pedra. Entre irônico e resignado um eu lírico é chamado a tratar a velha *urbe* de “cidade teimosa”:

Mas tudo tudo é inexoravelmente colonial:
bancos janelas fachaduras lampiões.
O casario alastra-se na cacunda dos morros,
rebanho dócil pastoreado por igrejas:
a do Carmo - que é toda de pedra,
a Matriz - que é toda de ouro.
Sabará veste com orgulho seus andrajos...
Faz muito bem, cidade teimosa!

Nos agrupamento de poemas de “Lanterna mágica” tudo parece cheirar a mofo. Em “Belo Horizonte”, por exemplo, o eu lírico tomado de tempo pretérito não desconversa: “Meus olhos têm melancolias,/ minha boca tem rugas. Velha cidade!/ As árvores tão repetidas”. Uma cal parece não deixar que se entreveja um rosto novo de



presente. Ironicamente essa cal conserva o velho em detrimento daquilo que é tinta fresca, nova. Olhos abertos, atentos para o repetido, mas cegos para a novidade. Em “Caeté”, a cidade aparece como aquela que dá às costas para um tempo presente, representado pelo trem, que resulta, é certo, da modernidade: “A igreja de costas para o trem./ Nuvens que são cabeças de santo. /Casas torcidas./ E a longa voz que sobe/ que sobe do morro/ que sobe...” Tempo de voz que se ergue, vira fumaça, (“nuvens que são cabeças de santos”), se dissipa. Tempo místico que dispensa a razão (o trem). Tempo barroco com suas “casas torcidas”, com seus homens torcidos, espiralados.

São João Del-Rei não é para ser despertada. A modernidade não a deve assombrar: “Quem foi que apitou?/ Deixa dormir o Aleijadinho coitadinho./ Almas antigas que nem casas./ Melancolia das legendas./ As ruas cheias de mulas-sem-cabeça/ correndo para o Rio das Mortes/ e a cidade parálitica/ no sol/ espiando a sombra dos emboabas/ no encantamento das alfaias”.

Elementos linguísticos/semânticos como almas, (tão antigas quanto as casas) sombras, legendas, mulas-sem-cabeça contrastam com o ideal de modernidade tão presentes no tempo de *Alguma poesia* representado pelo apito que não apenas se presta ao despertamento, mas para o abrir passagem, caminhos. Que serve para alertar (“quem apitou?”). O trem, o automóvel? A fábrica? E Del-Rei dorme com seus mortos. Deixem a cidade parálitica vivenciar seu eterno tempo. Seus fantasmas.

“Itabira” chama à atenção a atitude de Tutu Caramujo: no barroquismo do texto suas lamentações se dão em torno das perdas: a identidade perdida com o fim do Pico do Cauê é fatal, mas ninguém dá conta. Tutu Caramujo agrega em si as frustrações a que o cotidiano esquece. O homem comum que é Tutu é resignado no movimento quase fotografia de seu lugar: “os meninos seguem para a escola/ os homens olham para o chão/ Os ingleses compram a mina.” Meninos/presente, escola/futuro: olhar para cima. Os homens olham para o chão/olhar para baixo. Angústias cotidianas de barroquismo mineiro: “os homens olham para o chão” diante da perspectiva de futuro: o “olhar para cima” dos meninos que vão para a escola.

Olhar para o chão é também não querer deparar com a dura realidade do Pico que não mais pertence a ninguém – ou melhor, é dos ingleses que não só o compraram como o destruíram. O Pico do Cauê é território inglês. Olhar para o chão é aceitar perdida a identidade em meio às crianças que prosaicamente vão à escola. A Tutu

Caramujo (isolado, fechado em si, para dentro) cabe pensar, matutar, na “perda incomparável”.

4. Considerações Finais

Na poética das cidades em Carlos Drummond de Andrade há um fazer que direciona tanto para o cotidiano e à cultura de cidades interioranas e pacatas, (como aquelas do ciclo ouro ou uma “Cidadezinha qualquer”), quanto para o cotidiano de cidade agitadas como às insinuadas em “Eu, etiqueta” e “Os materiais da vida”. Àquele, a trazer o homem-sujeito-coisa, dobrável/dobrado/perdido; este, a abordar o uso de leves e artificiais palavras para também dar sentido de modernidade a um mundo que, como nos dois poemas em questão, se faz dobrável, flutuante, retorcível.

“Os materiais da vida” é um poema *modernfold*, ele todo, para se entender, com Eucanaã Ferraz (1995), que se trata de “um texto dobrado sobre si mesmo”. Em “Eu etiqueta” e naqueles que integram “Lanterna mágica”, além de “Confidência do itabirano” e de “Mulinha”, (apenas mencionados, mas não trazidos como reflexão neste artigo), há o verso e a palavra modernos com a reflexão antigo/moderno, e, como em “Os materiais da vida”, com a ideia de que poesia se faz com palavras, que se experimentam, têm movimento, indagam, questionam e se dobram.

Em “Os materiais da vida” os versos do início e do fim se dão de forma a confundir o leitor, atordoá-lo frente à cidade que é legível/ilegível, que se faz compreendida/incompreendida. [Significante/grupo de fonemas/versos] - *Drls?/plkx* sem significado algum apontam para o indizível, para o não compreendido. Parece, inicialmente, que “Os materiais da vida” é poema para confundir, mas na verdade, é para se entender que a cidade moderna é isto: “contorcimento”. Como é contorcido certo “anjo torto desses que vivem na sombra”.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. **Poesia completa**. Gilberto Mendonça Teles (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARTHES, Roland. **Semiologia e urbanismo**. A aventura semiológica. Tradução de Maria S. Cruz. Lisboa: Edições 70, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTELHO, Gustavo Schindwein; AMORIM, Patrícia. **Revista Módulo (1955 –1965): Projeto gráfico e o estilo tipográfico internacional**. Disponível em: <http://www2.espm.br>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BRADBURY, M.; McFARLANE, J. **Modernismo**: guia geral. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERRAZ, Eucanaã. **Poesia como semiologia da cidade**. In: Terceira margem. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFRJ. n.º 3, A cultura das cidades e outros ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GUIMARÃES. Denise Azevedo Duarte. **A arte na urgência da urbe**. Disponível em: <http://www.utp.br/eletras/ea/eletras3/art01.htm>. Acesso em 17/02/13.

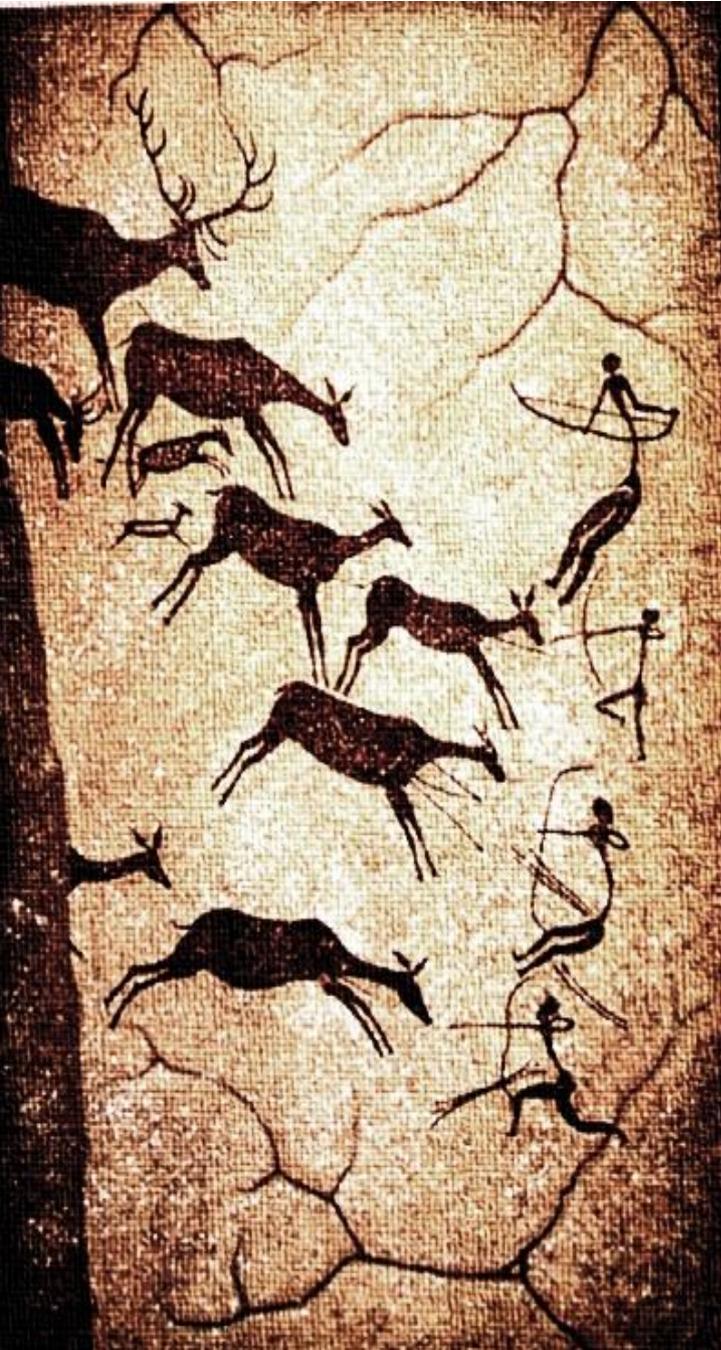
MORENO, Cláudio. **Sua língua**. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua>. Acesso em: 23 fev. 2013.

TAVARES, Bráulio. **O som em versos**. In: Língua Portuguesa. Ed. 33. Disponível em: <http://www.portalentretextos.com.br/noticias/o-som-em-versos,272.html>. Acesso em: 23 fev. 2013.

TEIXEIRA, Níncia Cecília R. Borges. **Fisionomia da cidade moderna**: imagens literárias urbanas. Terra roxa e outras terras. Revista de estudos literários. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol10. Acesso em: 2 mar. 2013.

Submetido em: 30/03/2018. Aprovado em: 31/07/2018.





MEMÓRIA, PARÁFRASE E POLISSEMIA EM DIÁRIOS DE LEITURAS: ANÁLISE DOS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Vinícius Valença Ribeiro*

Resumo: Este artigo desenvolve um estudo analítico de duas sequências discursivas materializadas em diários de leituras elaborados por estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como atividade componente da disciplina de Língua Portuguesa. Os pressupostos teóricos do estudo são as noções, em *Análise do Discurso*, de interpretação e autoria, memória, paráfrase e polissemia como estão desenvolvidas em Pêcheux (1983/2015a; 1983/2015b) e Orlandi (2007; 2012). Para a discussão sobre memória, o trabalho acrescenta concepções de Furlanetto (2010) e Paveau (2013). A análise dos aspectos parafrásticos, polissêmicos e de memória busca conhecer o que se reitera e o que se modifica nas sequências. A investigação é desenvolvida por meio do cotejo entre as sequências dos diários e formulações de outros textos, oferecendo a possibilidade de esboçar como as filiações discursivas dos sujeitos dos diários determinam o funcionamento da interpretação.

Palavras-chave: Diário de leituras. Memória. Paráfrase. Polissemia.

Abstract: This paper develops an analytical study of two discursive sequences materialized in reading journals produced by students attending High School at Sergipe Federal Institute of Education, Science and Technology. They were produced as a component activity for Portuguese classes. The theoretical basis are the conceptions of interpretation and authorship, memory, paraphrase and polysemy by Discourse Analysis as they are developed in Pêcheux (1983/2015a; 1983/2015b) and in Orlandi (2007; 2012). Concerning the discussion about memory specifically, the work adds notions from Furlanetto (2010) and Paveau (2013). The analysis of paraphrastic, polysemic and memory issues attempts to understand what is repeated and modified in the sequences. Research is developed by relating the journal sequences with formulations of other texts presenting possibilities of outlining how the discursive affiliations of the subjects in the journals guide the functioning of interpretation.

Keywords: Reading journals. Memory. Paraphrase. Polysemy.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe,
Aracaju, SE, Brasil.

Professor de Leitura, Escrita e Língua Portuguesa.
Mestre em Ciências da Linguagem-Universidade
do Sul de Santa Catarina-Unisul.

E-mail: vinimacedo@uol.com.br

DOI: 10.19177/memorare.v5e2201858-82



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

São fortes as coerções discursivas no ensino tradicional de Língua Materna. Com frequência, os educandos recebem do material didático ou do professor, instruções que monitoram, excessivamente, seu modo de interpretar e de produzir textos. As condições de produção do ensino tradicional, em menor ou em maior grau, levam a tentativas de controle da memória discursiva. Tal forma de proceder dificulta a materialização de gestos de interpretação heterogêneos, pois, nessas circunstâncias, a herança discursiva dos estudantes enfrenta obstáculos para se textualizar. Diante disso, em nossa atividade docente no Ensino Médio, temos buscado desenvolver didáticas que favoreçam experiências, com a Língua Materna, diferentes das convencionais. Entre elas está o trabalho com o gênero diário de leituras, incluído em nosso planejamento para a disciplina de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A questão de pesquisa que nos orienta é a seguinte: como se constituem, nos diários, os gestos de interpretação? A nossa hipótese é a de que os diários materializam, mais facilmente, variações composicionais e discursos heterogêneos em comparação com as atividades convencionais de interpretação e escrita. Isto é, haveria menos restrições discursivas durante o processo de interpretação. Por meio desse último, o que pode se repetir, como paráfrase discursiva, é menos o que professor e material didático determinam e mais o que compõe a herança discursiva dos sujeitos envolvidos no trabalho com o gênero em questão. Os vários estilos de diário são pouco sujeitos a constrições discursivas, incluindo o de leituras. Tentamos transpor essa particularidade por meio da intervenção didática que comportou a aplicação do gênero.

Em nossa pesquisa de Doutorado¹, em andamento, são analisados os resultados discursivos da intervenção didática. Entre os elementos investigados, estão interpretação e autoria, memória, reiteração e deriva dos discursos. Os dois últimos aspectos são nomeados *paráfrase* e *polissemia*, respectivamente, em vários trabalhos de Eni Orlandi (p. ex. 2007, p. 36). Neste artigo, é sobre estas questões que recai o exame. Realizamos um estudo analítico de duas

¹ O estudo representa parte dos resultados preliminares de pesquisa de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina – para a linha de pesquisa Texto e Discurso.



sequências discursivas materializadas em diários de leituras. Nosso objetivo principal é analisar a interpretação textualizada no que ela dispersa, considerando a polissemia, e a que ela remete, considerando a paráfrase. Ademais, pretendemos descrever o modo de enunciação, com a observação das escolhas linguísticas, e refletir, brevemente, sobre a contribuição de intervenções didáticas com o gênero em pauta para o ensino de leitura e escrita.

Nossos pressupostos teóricos são os da Análise de Discurso em Pêcheux (1983/2015a; 1983/2015b) e em Orlandi (2007, 2012). Sobre a memória, especificamente, incluímos, no estudo, noções em Furlanetto (2010) e Paveau (2013). A análise oferece a possibilidade de esboçar o modo como as filiações discursivas dos sujeitos dos diários funcionam nos gestos de interpretação e de autoria. O trabalho é, também, uma amostra de como a Análise do Discurso pode gerar pesquisas orientadas ao ensino de leitura e escrita.

Os diários foram produzidos por estudantes de turmas do Ensino Médio do Instituto em parte do ano letivo de 2015². Parte significativa das orientações para a intervenção didática com o diário é oriunda das pesquisas de Machado (1998) e Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2007). Trata-se dos estudos pioneiros³ sobre o gênero no Brasil. Apropriadas as orientações, fizemos as adaptações necessárias para a nossa realidade escolar.

A experiência teve duração de um semestre e foi realizada com duas turmas do segundo ano. O trabalho consistiu na leitura, empreendida pelos alunos, de textos em diversos gêneros e temáticas variadas, para que eles escrevessem, em seus diários, sobre o que foi lido. Os textos foram disponibilizados semanalmente por nós. Os alunos tiveram, também, liberdade para eles mesmos escolherem ou sugerirem textos para o diário conforme suas preferências. A sequência didática iniciou com a realização de atividade envolvendo diversos gêneros, entre os quais estilos de textos de diários. O

² O período não correspondeu ao ano civil. Devido à sequência de greves das instituições federais nos últimos anos, às quais o campus Aracaju do Instituto Federal de Sergipe aderiu, o ano letivo de 2015 se deu, efetivamente, entre outubro do ano civil de 2015 e agosto do ano civil de 2016, com as reposições aos sábados.

³ A pesquisa pioneira acerca do diário de leituras no Brasil (MACHADO, 1998) está inscrita no âmbito do Interacionismo sociodiscursivo. Em nosso trabalho, as orientações para a prática com o gênero em ambiente escolar estão circunscritas somente à metodologia de intervenção didática. O que foi delimitado para a intervenção não apresenta incompatibilidade com os nossos pressupostos teóricos, de Análise do Discurso, entre outros motivos porque envolve basicamente o momento prático, de produção do gênero e não de análise.



objetivo foi permitir aos estudantes conhecer melhor o gênero diário de leituras e perceber suas diferenças em relação a outros tipos de textos. No andamento das aulas, discutimos as respostas da atividade e provocamos o debate para atenuar as dúvidas e esclarecer os procedimentos da intervenção didática. Os estudantes receberam roteiro com as orientações para produção dos diários, que foram desenvolvidos em caderno à parte. Solicitamos que tanto a leitura quanto a escrita dos textos dos diários fossem realizadas, preferencialmente, em horários e locais extraclasse. Em sala, continuaram ocorrendo, eventualmente, debates ou conversas informais sobre os temas dos textos lidos.

Nesses momentos, e no próprio roteiro de leitura, primou-se pelo estímulo à expressão das opiniões, emoções, sensações, dúvidas ou críticas sobre o que havia sido lido. Para isso, foi necessária a mudança de postura docente. Em acordo com as turmas, buscamos, então, interferir o menos possível no processo. Não houve revisão dos textos, avaliação ou nota; nossa opinião só seria dada se solicitada, e só leríamos os diários se nos fosse permitido pelos seus autores. Além disso, a participação dos alunos na experiência não foi obrigatória. A decisão de participar foi individual. A utilização dos textos dos educandos, para fins de pesquisa, foi formalmente concedida, primeiramente por eles próprios e, depois, pelos pais via assinatura de termo de concessão.

Um dos questionamentos previsíveis sobre um trabalho desse tipo recai sobre sua razão de ser, uma vez que o grau de autonomia é alto para uma instituição como a escola, que tradicionalmente prescreve cumprimento de regras e avaliação de aprendizado. De nossa parte, acreditamos que uma intervenção desse tipo serve, no mínimo, para incentivar a leitura durante períodos consistentes, além de oportunizar o contato com materialidades discursivas que não fazem parte da realidade imediata dos alunos. Outra razão positiva é o favorecimento de gestos de interpretação, por assim dizer, com mais autenticidade, já que, sobre os sujeitos envolvidos, não se impõe a expectativa da “resposta correta”, como é convencionalmente estabelecido em gama significativa das atividades de interpretação de texto no Ensino Médio.

Ademais, para além da qualidade coesiva, há o estímulo à autoria criativa. Os sujeitos/autores não estão limitados a apenas um registro da língua. São impulsionados a iniciar um traçado estilístico, a correr riscos e ao que mais puder contribuir para a criatividade autoral. Isso significa experiência diferenciada com a linguagem, o que nos



permite observar quais outros contornos recebem o comportamento linguístico estudantil e o que é possível acomodar na escola. Somando-se às circunstâncias, há percepção de que as relações de poder são enfraquecidas no contexto de ensino de uma disciplina escolar. A experiência com a disciplina passa a ser diferenciada, menos sistemática, mais democrática e favorável à heterogeneidade discursiva.

2. Memória, paráfrase e polissemia

Em Análise do Discurso, a interpretação pode ser entendida como produção de sentidos diante de um objeto simbólico. O processo é, invariavelmente, sustentado por dizeres anteriores aos dos sujeitos que realizam o gesto interpretativo. A retomada dos dizeres se faz, porém, como possibilidade de jogo entre a estabilidade semântica precedente e outras nuances de sentidos na atualização discursiva dada na interpretação. Pêcheux (1983/2015a, p. 53) explica que: “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]”. O já dito consubstancia o enunciado figurando-se em paráfrase; a variação, em polissemia.

A paráfrase é o traço da linguagem referente à manutenção do sentido, ao retorno àquilo que está mais ou menos estabilizado historicamente. Trata-se, pois, de movimento de memória orientado para a reiteração do já dito, para o resgate do sentido em sua consistência relativa. O aspecto polissêmico, por sua vez, é elemento da novidade, por meio da qual o sentido ganha outras matizes, modifica-se até certo ponto. No discurso, apesar das particularidades, paráfrase e polissemia interpenetram-se, pressionando o sentido entre conservação e transformação. Nas palavras de Orlandi (2007, p. 36):

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas.

Neste trabalho, estudamos os processos parafrástico e polissêmico para obter uma noção de como se constitui o gesto de interpretação e autoria em diários de leituras. Paráfrase e polissemia esteiam os indícios tanto das filiações discursivas dos sujeitos



dos diários quanto das condições específicas de produção desses mesmos sujeitos. Examinar tais processos nos dá uma noção da historicidade na linguagem; em nosso caso, do trajeto percorrido pelos sentidos (filiações) até serem atualizados nas formulações dos diários (condições de produção).

Buscamos verificar em quais outras materialidades os dizeres e seus sentidos se aproximam dos que estão materializados nos diários. Ou seja, focalizamos uma pequena parte da rede de enunciados da qual os sujeitos dos diários fazem reiteraões. Ao mesmo tempo, observamos em quais direções os sentidos produzidos por esses sujeitos parecem deslizar, precipitando-se, assim, em outros espaços discursivos mais distantes daqueles reiterados.

A análise da paráfrase e da polissemia, ainda que precariamente, pode fazer soar eco de como se processa a memória discursiva. Orlandi (2012, p.28) a define como “[...] uma filiação na rede dos sentidos – o interdiscurso”. A memória discursiva projeta os sentidos, mas ela própria não pode ser projetada, não se materializa na formulação, ou seja, a memória não se textualiza, mas deixa indícios, no texto, de seu funcionamento. O sujeito, no gesto de interpretação, não a percebe porque, como se diz em *Análise do Discurso*, ela é marcada pelo esquecimento: “[...] aparece negada como se o sentido surgisse lá. [...] esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós” (ORLANDI, 2012, p. 28).

Pêcheux (1983/2015b) ensina que a memória não pode ser confundida com um depósito onde sentida, sempre os mesmos, são armazenados e depois empregados quando necessário. Não é, também, estoque de formas da língua sem os aspectos simbólico e valorativo, ou o registro estampado da normatividade gramatical. Em trabalho sobre os sentidos literal e metafórico, Furlanetto (2010, p.160) aponta que “[...] na memória discursiva, as expressões se tornam um material sempre mais maleável”. Tal maleabilidade, cremos, pode ser estendida a quaisquer dizeres, uma vez que a memória constitui-se pela falha, sendo assim, com menos ou mais intensidade, passível de exercer flutuação sobre os sentidos. Vem disso a tensão entre reiteração e deriva.

Paveau (2013) contribui para o desenvolvimento da noção de memória, em *Análise do Discurso*, ao acrescentar a ideia de cognição. Para a autora, a cognição não está apartada do social. Parte das estruturas cognitivas se desenvolvem a partir de influxos discursivos dos contextos sociais dos sujeitos. Paveau (2013) discorre, então,



sobre os instrumentos de tecnologia discursiva e acerca dos quadros pré-discursivos. Os primeiros consistem em artefatos diversos, fora da mente – textos, mídias, imagens, sons – cujos sentidos nutrem, à maneira enciclopédica, a memória discursiva e são eles mesmos uma espécie de módulo memorial na medida em que funcionam como objetos simbólicos, sempre passíveis de interpretação; os segundos são o conjunto de saberes, crenças, ideias, juízos, noções que existem em estágio de anterioridade discursiva. A peculiaridade da noção de quadros pré-discursivos é o lugar onde esse conjunto se perfaz. Segundo Paveau (2013), os saberes não decorrem, somente, da memória de grupo, em nível ascendente ou ancestral. Eles estão, também, disseminados, horizontalmente, entre os instrumentos das tecnologias discursivas, compondo um quadro de cognição distribuída.

Portanto, os instrumentos da tecnologia discursiva não são considerados apenas simbólicos. São também artefatos cognitivos, distribuídos no meio social. As noções desenvolvidas em Paveau (2013) são importantes para o presente estudo por lastrear a investigação de possíveis materializações de saberes enciclopédicos. O que os autores dos diários apreendem da memória de arquivo é depois reformulado. Suscita-se, também, nesse plano, a tensão entre reiteração e deriva. Os autores dos diários, enquanto sujeitos, ocupam posições discursivas várias. Em face de objetos simbólicos, vão, por exemplo, de leitores a telespectadores, de ouvintes a internautas. Estão, pois, em continuada correlação com instrumentos da tecnologia discursiva. As informações de dispositivos de arquivo não são assimiladas passivamente. Esses influxos discursivos não estruturam a cognição sem serem confrontados, interpretados e avaliados pelos discursos e sentidos que interpelam os sujeitos. Os elementos das culturas visual, virtual, auditiva e escrita passam a compor conjuntos de referências cujas informações podem ser reiteradas, mas que são, também, passíveis de receber outras nuances de sentido, no instante de remissão, por parte dos autores dos diários.

Nem paráfrase nem polissemia são percebidas como tais no instante de formulação. O sujeito se nota, ilusoriamente, como limiar do discurso. Mesmo a polissemia, que implica deslizamento de sentido, não diz respeito ao irrompimento de suposta originalidade absoluta, mas, sim, a certo distanciamento do sujeito daquilo que vinha sendo reiterado. Ele move-se, mas não em uma direção que é pura criação sua. Segue por outros espaços discursivos, mais distantes, porém já existentes.

É por meio da análise que se assinalam os indícios de repetição e de mudança. Especialmente acerca dos diários de leituras, o estudo desses processos pode atestar a baixa coerção enunciativa do gênero. Em oposição às atividades convencionais de interpretação de texto do Ensino Médio, os diários acomodam melhor a heterogeneidade do imaginário estudantil. Nesses textos, nota-se, com relativa facilidade, que as filiações discursivas estão mais marcadas.

3. Procedimentos de análise

A análise é desenvolvida por meio do cotejo entre as sequências dos diários e outras formulações de outros gêneros do discurso. A estas últimas, correspondem um artigo de opinião, uma letra de canção e o texto instrucional lido pelos autores dos diários. Chegamos aos dois primeiros pelo movimento de análise, no encaixe das filiações discursivas das sequências sob exame. O último, o texto instrucional, foi selecionado para a leitura dos sujeitos envolvidos na intervenção a partir de nossa opção em trabalhar com materialidades que tratassem de aspectos de interesse geral: questões sociais, tecnológicas, ambientais, comportamentais, entre outras temáticas com orientação similar e com potencial para estimular gestos de resposta.

Em relação às sequências, o critério de escolha foi a averiguação de quais textos se distanciavam do comum a se produzir na escola; autoria contrastante à tendência homogeneizante da instituição de ensino e de alguns materiais didáticos. Seria, por assim dizer, a materialização das condições de produção em indícios, os sinais da liberdade possível implicada na intervenção didática.

No plano da análise, queríamos ter noção da configuração dos contrastes nas sequências. (Já está dito no parágrafo anterior com o que contrasta) O que delas reverbera, quais dizeres anteriores estão indiciados – as filiações dos autores, o movimento da memória. Compreendendo isso, por meio da análise, poder-se-ia delinear o que o ensino tradicional de Língua Materna acaba silenciando. Pensando na estruturação do meio social em vários níveis de ordens do discurso, podemos dizer que o silenciamento escolar não ocorre somente em relação ao educando, mas, também, sobre discursos, ou, ao menos, sobre o modo de enunciá-los. Para assinalar que a instituição de ensino se fecha sobre o discursivo do meio social e não apenas sobre o



sujeito, é necessário encaixar os dizeres e seus sentidos em dimensão anterior aos enunciados examinados.

Conhecer os indícios de autoria, nas sequências, pôde nos dar pistas dos já ditos e de quais outros textos poderíamos buscar para o cotejo. Em pesquisa na internet, chegamos a dois: “*Um ‘rolezinho’ para incomodar a burguesia*”, artigo de opinião de autoria de Diego Cruz, publicado no site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) em 13 de janeiro de 2014; “*Sentido de Natal*”, letra de canção gospel com autoria atribuída à cantora cristã Fernanda Brum e publicada no site Vagalume.

Do artigo e da letra de canção, selecionamos excertos cujos dizeres produziram sentidos próximos aos das sequências. Em certos momentos da análise, fizemos montagens entre os enunciados das duas sequências, do artigo e da letra de canção para aprimorar a percepção das reiteraões e deslizamentos.

Outra modalidade de cotejo se deu entre as sequências dos autores dos diários e os textos lidos. Nesse caso, quisemos observar, sobretudo, o elemento polissêmico. Vislumbramos como o discurso pode seguir novas rotas quando as condições de produção são menos constritoras. Queremos dizer com isso que os autores produziram enunciados contrastantes diante do que foi lido, passando a impressão de não se preocupar com a opinião do professor. A nosso ver, é circunstância pouco corrente em ambiente escolar.

Há momentos analíticos sem cotejo. Examinamos os deslocamentos do sujeito no fio do discurso das sequências. A ênfase foi a compreensão da memória do dizer e da polissemia “interna”, sem parâmetro obtido a partir de outro espaço discursivo, isto é, sem justaposição com textos e sentidos heterogêneos. Essa investigação interessa para entender a dimensão dos deslocamentos quando as condições de produção do discurso favorecem o *poder dizer*. No corpo da análise, fazemos comentários, expondo nossa compreensão dos resultados.

Percebe-se que o caminho é longo para a desestabilização dos discursos produzidos e reproduzidos pelas práticas culturais, pois a cultura também tende a condicionar a visão de mundo, o certo e o errado, o lugar e o não lugar, o dentro e o fora dos padrões sociais. (DIAS, 2015, p. 76).



4. Análise

Para a análise, escolhemos duas sequências discursivas de dois sujeitos diferentes. Chamaremos os sujeitos de autor 1 e de autor 2 (ou A1 e A2). Estas sequências foram formuladas em seus diários a partir da leitura e interpretação de um exemplar do que, de forma geral, se denomina *texto instrucional*. A categorização genérica do texto cedido para leitura é ampla, uma vez que, entre estes tipos textuais, encontramos as receitas culinárias, as bulas de remédio e até os manuais de eletrodomésticos. O traço comum entre eles é o objetivo preponderante de instruir o leitor sobre a realização de alguma tarefa. O texto instrucional lido pelos sujeitos autores dos diários orienta a realização das compras de Natal, foi publicado na revista *Exame*, e seu caráter político não está explícito. Por uma questão de efeito de clareza, vamos nos referir a este texto apenas como *texto lido* ou *texto instrucional*; os trechos dos diários são referenciados como *sequências discursivas* (SD); a letra de canção e o artigo de opinião cotejados com as sequências dos diários são referenciados como *formulações cotejadas* (FC).

A seguir apresentamos o texto lido pelos alunos:

5 passos para comprar os presentes de Natal sem pirar – Ah, o Natal! Essa época do ano que muitos esperam, mas só porque esquecem do "pequeno" detalhe que é a correria para comprar TODOS os presentes a tempo! Por isso, vamos te dar um passo a passo para não surtar (tanto) durante esse período:(1) Planejamento – Essa palavra é fundamental, segundo Ivana Portella e Priscila Saboia, organizadoras profissionais. "Quanto antes você comprar os presentes e principalmente tudo que depende de lojas e shopping, melhor", explicam. Então corre que ainda dá tempo! Só não esquece que, antes de bancar o Papai Noel, você vai precisar da...(2) Listinha – Tão importante quanto sair de casa agora e já começar a comprar, é você preparar uma listinha com o nome de TODAS as pessoas que você vai presentear. Amigo secreto da firma? Vai pra lista. Amigo secreto da família? Lista. Amigo secreto da escola d@ filh@? Nome na lista, por favor. As pessoas com quem você vai passar a noite de Natal? Listinha. O pessoal do almoço do dia 25? Olha só, lista também!(3) Estabeleça limite de preço – Com a listinha completa, chegou a hora de atribuir valores aos

presentes. Afinal, com a crise econômica, 2015 está mais para lembrancinhas do que presentes caros. E, por mais que você não goste da brincadeira, esse é um bom momento para sugerir o amigo secreto em todos os círculos sociais que você frequenta e terá que presentear. "Fazer um amigo oculto, seja na família ou no trabalho, é sempre legal porque assim todo mundo ganha presente e não gasta muito", comentam Ivana e Priscila.(4) Centralize suas compras – É claro que a gente gosta de acertar os presentes de todo mundo, mas, a realidade, é que nem sempre isso acontece. Observe na sua lista as pessoas que você não encontra pessoalmente faz tempo e tente comprar presentes genéricos (como um bom livro ou chocolate, por exemplo) ou em grandes lojas. Isso vai facilitar MUITO a vida do presenteado, caso ele precise trocar.(5) Presentes a mais – A gente sabe que já te ensinou como economizar e ser hipermetódica para ninguém ficar sem presente. Mas a vida é uma caixinha de supresas... E o presente que ela pode te trazer são convidados surpresas! Caso você não queira ser pega de surpresa - principalmente se você já passou por essa situação -, compre uns dois presentes genéricos e unissex a mais.

Fonte: Teixeira-Revista Exame.com/Estilo de vida. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/5-passos-para-comprar-os-presentes-de-natal-sem-pirar>>.

Para início de análise, trazemos a sequência discursiva de A1:

SD1: Primeiramente: eu nunca leria um artigo chamado: “5 passos para comprar o presente de Natal sem pirar”, eu não tenho grana nem pra comprar uma caneta pro meu amigo que rouba a minha toda semana, quanto mais pra uma listinha. Esse uso do @ na hora que foi comentar dos filhos foi minha parte favorita do texto. Porque, vou dizer viu, oh vontade de mandar essa autora procurar o que fazer, ao invés de manter e perpetuar esse pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho. Eu em!

Na SD1, ocorrem enunciados que remetem a discursos historicamente convencionados como de esquerda. Em “*Esse uso do @ na hora que foi comentar dos filhos foi minha parte favorita do texto*”, A1 se posiciona a favor de uma tendência por meio da qual os gêneros da língua, masculino e feminino, são simultaneamente referidos em uma mesma palavra na modalidade escrita. Para isso, o procedimento é utilizar o sinal de arroba (@). Sob tal perspectiva, o grafema ‘a’ representa o gênero feminino enquanto o círculo aberto que o envolve é interpretado como o grafema ‘o’ e, conseqüentemente, como referência ao gênero masculino. A tendência para a



substituição é predominante na textualização de discursos articulados por sujeitos cujos lugares de enunciação são os espaços do feminismo e da esquerda progressista contemporânea, territórios discursivos que há algum tempo estão em convergência e nos quais, nas últimas décadas, fortaleceu-se o debate acerca da igualdade de gêneros.

No texto lido por A1, a substituição ocorre efetivamente em “*Amigo secreto da escola d@ filh@?*”. Embora a utilização seja discreta, a peculiaridade da ocorrência é o uso do sinal de arroba (@), como mecanismo igualador, em um contexto discursivo muito distinto daquele em que tal utilização é comum. Trata-se de texto instrucional para compras de Natal, sem conotação política explícita, publicado na versão online da revista *Exame*. O foco do veículo são os negócios e a economia, e seu endereçamento é o empresariado. Não à toa, A1, que, como presumimos, está mais articulado com discursos convencionados como de esquerda, critica o texto instrucional e toma como parte favorita somente o momento em que aparece o sinal de arroba.

A familiaridade de A1 com o deslizamento contextual do sinal de arroba faz-nos supor o saber discursivo enriquecido por processos de letramento digital, por meio do contato com hipertextos em redes sociais e sites de internet. Trata-se da correlação do sujeito com o que Paveau (2013, p.144) chama de instrumentos da tecnologia discursiva, artefatos que são exteriores à mente, em princípio, mas se transfiguram em substância simbólica no plano cognitivo. São, assim, elementos que alimentam a memória também em outro nível, o do saber enciclopédico.

Depreendemos pontos de contato entre essa concepção e a noção de memória de arquivo em *Análise do Discurso*. A internet e suas materialidades discursivas integrantes compõem a cultura material e tecnológica contemporânea. São, pois, rotas sociais e discursivas por meio das quais os sujeitos transitam e com que, discursivamente, se relacionam. Nessas circunstâncias, a correlação é mais ou menos consciente, diferentemente do que acontece com a “aprendizagem” de discursos pelas interações com outros sujeitos, no cerne da família, de grupos ou da coletividade. Nesse último caso, trata-se da transmissão por herança e atavismo axiológicos. São sentidos que emanam do interdiscurso. Isso se aproxima da noção de eixo vertical diacrônico a respeito do qual Paveau (2013, p.135-136) discorre e sobre o qual, conforme a autora, a coletividade se apoia:



- o eixo vertical diacrônico diz respeito à transmissão no tempo: é coletivo, o que recebemos de discursos anteriores e que exploramos em torno de nós antes de transmiti-los. É, evidentemente, a memória que constitui o principal agente de transmissão, todavia uma memória que não se reduz ao simples armazenamento e desarmazenamento de informações semânticas e enciclopédicas. (PAVEAU, 2013, p. 137).

Qualquer modalidade de transmissão dos sentidos remete a planos anteriores que Paveau (2013, p.137) denomina quadros pré-discursivos. No que diz respeito ao saber enciclopédico, esses quadros envolvem percepções, valores, crenças, noções, ideias, interpretações, materializados em dispositivos diversos, que precisam ser mobilizados a fim de que o sentido se produza. Ao afirmar “*Esse uso do @ na hora que foi comentar dos filhos foi minha parte favorita do texto*”, A1 faz apelo à memória operante no potencial leitor de seu diário para que ele reconstrua os sentidos do sinal de arroba em textos, inferindo por que, para A1, aquela é a parte favorita do texto lido. O mesmo enunciado que apela à memória de outrem projeta os sentidos antecedentes e integrantes da memória que funciona em A1. Ao declarar sua predileção, assinala o conhecimento sobre as transformações semânticas e valorativas do sinal de arroba.

Exemplo significativo da relação entre o discurso examinado e o já dito ocorre em “*Porque, vou dizer viu, oh vontade de mandar essa autora procurar o que fazer, ao invés de manter e perpetuar esse pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho*”. Neste enunciado, a relação com dizeres comuns a discursos de esquerda está mais marcada. A memória discursiva funciona de modo a projetá-los em formulações como “*pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho*”. No exame da paráfrase, caso implementássemos um trajeto discursivo extenso, poderíamos chegar até textos marxistas canônicos. Por ora, vamos nos ater a um recorte textual oriundo de um artigo sobre o rolezinho, publicado no site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). O tipo de formulação seguinte parece resultar do processamento de memória discursiva que, a nosso ver, está atravessada por sentidos próximos àqueles produzidos por A1. Chamamos o recorte do artigo de formulação cotejada (FC).

FC1: *Um “rolezinho” para incomodar a burguesia – O chamado “rolezinho” tem causado espanto em alguns desatentos frequentadores do que representam os centros do consumismo capitalista. Não se trata mais de pequenos burgueses perfumados, típicos frequentadores desses espaços, mas da fina flor da exclusão, a*

juventude pobre e negra que vêm das periferias para causar furor e “desordenar” o ambiente. Se os ventos de junho que varreram as ruas do país de norte a sul tiveram uma face, parte dela foi a revolta das massas populares, essa mesma juventude que é alimentada todos os dias com a ideologia de que viver bem é consumir. Ao mesmo tempo, é submetida a empregos precarizados e vive afastada do centro, em bairros sem infraestrutura, tratada como gado num sistema de transporte coletivo caro e de péssima qualidade⁴.

Fonte: Araújo-site do PSTU. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/um-%E2%80%99Crolezinho%E2%80%99D-para-incomodar-a-burguesia/>>.

Podemos delinear, então, a seguinte relação parafrástica entre os enunciados da SD1 e da FC1:

FC1: [...] *essa mesma juventude que é alimentada todos os dias com a ideologia de que viver bem é consumir*

SD1: [...] *pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho*.

O processo parafrástico assinalado na SD1 indica aproximação de sentidos entre os enunciados cotejados. No nível textual, a paráfrase é sustentada pelas escolhas linguísticas, como em (FC1) “*consumir*” e (SD1) “*consumismo*”. A paráfrase se constitui pelos radicais dos vocábulos. No nível discursivo, os dizeres aproximam-se em termos de posicionamento dos sujeitos, uma vez que o consumismo é criticado por ambos. Vale observar também que nas duas sequências realizam-se comparações:

(FC1) [...] *a ideologia de que viver bem é* → (SD1) [...] *consumismo se equivale a* [...].

As observações do que se reitera nos servem também para contemplar um pouco a historicidade na língua, isto é, o trajeto que o sentido segue entre as muitas textualizações possíveis de um discurso. Ao mesmo tempo, resultando da historicidade, temos a constituição polissêmica do enunciado. As escolhas linguísticas se aproximam, mas não são as mesmas. Quanto a isso, diferem também as comparações realizadas em uma e em outra sequência. Na comparação estabelecida na SD1, de A1, a peculiaridade

⁴ No texto, os “ventos de junho” referem-se às manifestações ocorridas em diversas cidades brasileiras em junho de 2013. O objetivo inicial foi a contestação do aumento nas tarifas no transporte público. Os protestos também ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. Nos desdobramentos das manifestações, pautas distintas e diferentes movimentos passaram a ganhar corpo.



maior no nível discursivo é o tom pessoal, emotivo, o efeito de subjetividade; a palavra “*carinho*” indica isso, o que quebra, de alguma forma, o tom político em sentido estrito, remetendo às condições de produção do sujeito do diário. As condições são diferentes daquelas do autor do texto publicado no site do PSTU. No primeiro caso, trata-se de um sujeito/autor em fase escolar, desenvolvendo um gênero que prima pela espontaneidade, pelo fluxo interpretativo, e cujo resultado não tem circulação pública. Já o texto publicado no site do PSTU tem circulação ampla, apresenta objetivos de característica político-partidária, é endereçado aos militantes do partido e a quem mais interessar possa. Sendo assim, é marcado em termos de ideário partidário, subtraindo as possibilidades de efeitos de subjetividade realçados na superfície do texto.

Do processo polissêmico estudado, depreendemos que sujeitos compartilhando um imaginário não materializam seus sentidos do mesmo modo, pois tanto as condições históricas de produção do discurso quanto suas circunstâncias imediatas afetam o funcionamento da memória do dizer. Vale recapitular Pêcheux (1983/2015b, p. 50) quando afirma que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1983/2015b, p. 50).

Pêcheux, ao fim da citação, situa a memória como espaço de contraste, para o contradiscurso. A memória discursiva projeta sentidos, materializando, discursivamente, imaginários, que podem estabelecer dessemelhanças em relação a outros. Nesses casos, é mais acentuado o aspecto de polissemia. Ao examinarmos o gesto de interpretação de A1 como uma resposta ao texto lido, entrevemos esta outra faceta do processo polissêmico em que o deslizamento de sentido é mais expressivo do que no cotejo com o artigo veiculado pelo PSTU. O posicionamento divergente de A1 imprime uma nova orientação para o tema tratado no texto lido, ocasionando a deriva. Vejamos as sequências discursivas em cotejo:

Texto lido: *5 passos para comprar o presente de Natal sem pirar*

SD1: [...] *perpetuar esse pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho.*

O título do texto lido é enquadrado por A1 em seu próprio texto por meio das aspas para marcar as fronteiras discursivas – (SD1) “*Primeiramente: eu nunca leria um artigo chamado: ‘5passos para comprar o presente de Natal sem pirar’*”. Por meio de procedimento metadiscursivo, A1 se volta, então, ao enunciado enquadrado para qualificá-lo como [...] “*esse pensamento burguês e capitalista*”. Configura-se a polissemia porque a sensatez no momento das compras, preconizada pelo texto instrucional, é projetada pelo gesto de interpretação de A1 como um modo de pensar burguês e capitalista.

A partir das duas sequências discursivas, outra montagem possível para verificarmos a deriva de sentido é esta: Texto lido: [...] *comprar o presente de Natal* → (SD1) [...] *consumismo* [...]

A partir da leitura do texto instrucional, A1 instaura a polêmica. Para nós, isso indica abertura maior no que diz respeito ao gesto de interpretação. Comparando o tipo de resposta propiciada pela escrita do diário com os exercícios convencionais de interpretação de texto em livros didáticos, veem-se diferenças importantes. Em primeiro lugar, o aspecto da formulação comum às questões convencionais de interpretação orientam, com frequência, a certo tipo de resposta sobre os textos lidos; uma réplica, de alguma forma, esperada como correta. Enquanto o roteiro de leitura para a produção do diário apresenta formulações como “*Não se autocensure – libere seus pensamentos e emoções*”, é sintomático que as seções de respostas anexadas aos tradicionais livros do professor no Ensino Médio apresentem, para algumas questões de interpretação, indicações como “*Professor, espera-se que o aluno responda que...*” ou “*Professor, espera-se que o aluno reaja de modo...*”. Isso reforça que é incomum, partindo das questões de interpretação em livros didáticos, o objetivo de levar o aluno a níveis reflexivos mais profundos.

Está assumido neste estudo que até mesmo o trabalho com o diário de leituras implementa algum grau de orientação, visto que há um roteiro para a leitura e as explicações do professor. Portanto, não estamos questionando a validade das atividades monitoradas em si, maso seu o modo padrão de elaboração. Sua tendência tem sido a compressão em demasia do gesto interpretativo e da produção de sentidos, orientando-os a direções previamente determinadas. Dificilmente, nos exercícios-padrão, há



abertura para o pleno processamento da memória discursiva. Então, é difícil também encontrar gestos de resposta similares ao de A1 na SD1.

Por enquanto, em relação às atividades convencionais, falamos das chamadas questões discursivas. Por seu turno, as questões de múltipla escolha, à maneira do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), são ainda mais constritoras, pois os limites impostos ao gesto de resposta estão explícitos. Eles são demarcados pelas cinco opções do aluno, entre as quais apenas um dos enunciados é o correto. De qualquer forma, é preciso reconhecer o mérito dos idealizadores do Enem pelo esforço em priorizar gênero textual e leitura na prova, ao contrário da antiga tradição dos vestibulares, em que a múltipla escolha limita-se ao conhecimento gramatical normativo. Nesse sentido, o Enem apresentou melhorias expressivas. Não obstante nossa crítica, os livros didáticos, nos últimos anos, seguiram a mesma direção.

Finalizamos a observação da SD1 com um último delineamento do trajeto polissêmico dentro dos limites textuais da própria sequência discursiva. Traçamos, então, possíveis posições-sujeito implicadas:

SD1: *Esse uso do @ na hora que foi comentar dos filhos foi minha parte favorita do texto* (sentidos próximos aos dos discursos feministas, do da igualdade de gêneros ou com ênfases similares) / *esse pensamento burguês e capitalista* (sentidos próximos aos dos discursos políticos de esquerda) / [...] *esse pensamento burguês e capitalista de que consumismo se equivale a carinho* (sentidos próximos aos dos discursos com tom humanista).

Não obstante o trabalho de autoria, fomentador de organização e coerência, é no nível discursivo que percebemos a dispersão do sujeito ao se deslocar em diferentes posições. No caso específico da SD1, notamos especialmente que os deslocamentos não sugerem contradição. Embora o sujeito oscile entre posições discursivamente distintas, as filiações não são necessariamente contraditórias. Os dizeres ali projetados, ainda que heterogêneos, parecem consonantes e, por isso, significativos no que diz respeito ao efeito de verdade que o sujeito tenciona.

Para dar continuidade à análise, trazemos, a seguir, a sequência discursiva formulada por A2 após a leitura do texto instrucional sobre as compras de Natal:

SD2: A moça que escreveu conseguiu começar o seu texto instrucional já me dando uma péssima impressão. Desde o início, ela trata os presentes como



parte essencial do Natal. Que pensamento mais consumista! Num país pobre como o nosso é disso que menos precisamos. Cadê a tão famigerada magia do Natal? Que tal comemorar o aniversário de Jesus, que é o significado da festa? É muito fácil encontrar fotos de presentes natalinos no Facebook nessa época do ano, mas ninguém posta #happybdayJesus ou “Feliz 2016, Jê!!!”. Nem os cristãos. Apesar dos pesares, é isso que o povo lê sempre, mesmo. Luciana não falou nada de errado com relação a planejamento, então, se for pra gastar que seja assim.

Assim como A1, A2 também critica o texto lido. Discorre sobre consumismo e pobreza, mas a composição não nos parece tão marcada por sentidos relativos a discursos progressistas e de esquerda, como no caso de A1. Este último, como vimos, faz referência à questão de classe – burguesia – e ao modo econômico de produção – capitalismo. A2 acaba deslocando-se para um espaço discursivo que implica religiosidade. É desse espaço que vem a ênfase da sua crítica ao texto lido, mas o tom, ao contrário do que se espera da formulação de caráter religioso, é de ironia, e o efeito, de humor. Diríamos que a memória de religiosidade é afetada por alguma subversão.

Em princípio, há enunciados na SD2 que aparentam depor contra uma certa memória de pertencimento ao campo do espiritualismo/religiosidade e que funciona em A2. Cremos, porém, que uma oposição radical seja apenas ilusória. Em “*Cadê a tão famigerada magia do Natal?*”, A2 caracteriza negativamente o “clima natalino”; em “*mas ninguém posta #happybdayJesus ou ‘Feliz 2016, Jê!!!’. Nem os cristãos*” A2 insinua não participar da instituição religiosa cristã. De qualquer forma, o posicionamento distanciado da religiosidade não impede a defesa do Natal idealizado, isto é, a defesa de uma comemoração cristã.

No caso do adjetivo “*famigerada*”, em que preponderaria acepção negativa, a tentativa, parece-nos, é de produzir efeito de ironia. E embora em “*Nem os cristãos*”, A2 sugira não ser um deles, não aparenta, por outro lado, estar-se opondo a todo e qualquer discurso que compartilhe sentidos com as materialidades discursivas da religião, do misticismo ou do que se chama, mais genericamente, de campo da espiritualidade.

Nosso entendimento toma como base a argumentação na SD2, que é constituída por sentidos do espaço discursivo da religiosidade a favor do “verdadeiro” “*significado da festa, o aniversário de Jesus*”. Tal direcionamento argumentativo permanece sem muito arrefecimento, pois, como buscamos explicar, A2 acaba por defender o Natal idealizado, embora o faça de modo peculiar. Como diz Achard: (1983, p.17). “[...] a



memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase”.

Para observação das relações parafrásticas e polissêmicas, vamos cotejar elementos da SD2, de A2, com a FC2 a seguir, que corresponde a trecho de canção gospel cujo tema é o Natal:

FC2: *Sentido do Natal – Há correria por todo lugar/Tanta euforia me faz questionar/Se a humanidade entendeu o porquê /De Deus enviar-nos tão lindo bebê/Onde está o verdadeiro sentido? /Natal real é ter Jesus como amigo!*

Fonte: Brum-site Vagalume. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/fernanda-brum/sentido-do-natal.html>>.

Em cotejo⁵:

FC2: [...] *Onde está o verdadeiro sentido? /Natal real é ter Jesus como amigo!*

SD2: [...] *Que tal comemorar o aniversário de Jesus, que é o significado da festa?*

Uma montagem possível é a seguinte:

(SD2) *Onde está o verdadeiro sentido?* → (FC2) [...] *comemorar o aniversário de Jesus* [...]. Ou ainda: (FC2) *Natal real é ter Jesus como amigo* → (SD2) [...] *o significado da festa* [...].

A paráfrase é estabelecida pelos sentidos adjacentes que as escolhas linguísticas, dentro do contexto discursivo da religiosidade cristã, em um e em outro excerto produzem. Por exemplo: (FC2) “*Verdadeiro sentido*” para (SD2) “*comemorar o aniversário de Jesus*”, ou ainda (FC2) “*Jesus como amigo*” para (SD2) “*o significado da festa*”. Por sua vez, assumindo que não há sinonímia perfeita, a polissemia entre as sequências é entrevista nas nuances de sentidos, que oscilam entre os dizeres ao serem justapostos, como em por exemplo:

(FC2) *Natal* → (SD2) *festa* ou ainda (FC2) *sentido* → (SD2) *significado*

Continuando com o cotejo entre os trechos das sequências, temos:

(FC2): *Há correria por todo lugar/Tanta euforia me faz questionar/Se a humanidade entendeu o porquê/De Deus enviar-nos tão lindo bebê*[...]

⁵ O que se configura como perguntas na SD2 e na FC2 aparece como afirmação em algumas montagens que realizamos. A razão disso é que em ambas as sequências, as perguntas são retóricas, apresentando um tipo de força ilocutória que pode ser interpretada como de afirmação do que é o verdadeiro sentido, ou como de negação do que não é.



SD2: *É muito fácil encontrar fotos de presentes natalinos no Facebook nessa época do ano, mas ninguém posta #happybdaysJesus ou “Feliz 2016, Jê!!!”.*

Entrevemos relações parafrásticas/polissêmicas em:

(FC2) [...] *Há correria por todo lugar/Tanta euforia me faz questionar* → (SD2) [...] *É muito fácil encontrar fotos de presentes natalinos no Facebook nessa época do ano* [...]

Em SD2 e FC2, ocorre a reiteração de discursos cujos dizeres, à época do Natal, comumente correspondem a críticas, de um lado ao consumo, às compras, ao comércio, à agitação, e de outro, ao esquecimento de suposto sentido verdadeiro/original do Natal. Esses sentidos vêm sendo historicamente textualizados em materialidades como as mensagens papais ou em outras formulações de sujeitos que ocupam posições em espaços discursivos religiosos. A memória discursiva que projeta o gesto de interpretação de A2 possivelmente se constitui, em certa medida, por estes mesmos sentidos.

Quanto ao aspecto polissêmico, é importante assinalar o que resulta das condições de produção do autor do diário. A “*correria por todo lugar*”, criticada na FC2, pode ser vislumbrada na SD2 na referida abundância de “*fotos de presentes natalinos no Facebook nessa época do ano*”. A referência ao Facebook vincula o dizer às condições de produção de um sujeito/autor jovem, para quem as redes sociais são algo familiar e parte do cotidiano. É a partir disso que esse sujeito capta e entende a agitação do Natal.

Outra possibilidade para o exame dos aspectos parafrásticos e polissêmicos é esta:

(FC2) [...] *Tanta euforia me faz questionar/Se a humanidade entendeu o porquê de Deus enviar-nos tão lindo bebê* [...] →(SD2) *mas ninguém posta #happybdaysJesus ou “Feliz 2016, Jê!!!”*

Nos discursos preconizadores do julgado verdadeiro sentido do Natal há, com bastante frequência, a referência ao Menino Jesus e ao seu nascimento. A crítica em SD2 e FC2 alude à indiferença social sobre isso. Para o sujeito da FC2, a “*humanidade*” não deve ter entendido “*o porquê de Deus*” ter enviado “*tão lindo bebê*”; na SD2 “*ninguém*” se importa com Jesus porque ninguém lhe dá os parabéns; “*ninguém posta #happybdaysJesus*” ou “*Feliz 2016, Jê!!!*” São essas reiterações que assinalam a relação



parafrástica. No que diz respeito à relação polissêmica, é o estilo, o modo de dizer, de A2 que situa o deslizamento. O tom oscila entre a descontração jovem, humorística, até o sarcasmo, diferentemente do estilo emotivo e laudatório da canção. Um exemplo disso é (FC2) “*lindo bebê*” → (SD2) “*Jê !!!*” (Abreviando o nome ‘Jesus’).

A ocorrência de “*#happybdaysJesus*” apresenta indício de trabalho de memória de arquivo. O enunciado faz pensar sobre um sujeito a par de materialidades discursivas muito próprias da internet. Isso viria a compor, em parte, o que, de maneira geral, nomeia-se ‘bagagem cultural’ e ‘conhecimento de mundo’, ou como já dissemos, saber enciclopédico. De modo similar ao que faz A1 em relação ao sinal de arroba, A2 reivindica da memória, em seu leitor potencial, a noção prévia da expressão ‘hashtag’ (#) para que o seu enunciado produza coerência. Dito de outro modo, os quadros pré-discursivos demandam acionamento. Pode-se, também, neste caso, falar-se em deriva, porque, apesar de “*#happybdaysJesus*” se aproximar, em sentido, de “[...] *Deus enviar-nos tão lindo bebê*” (FC2), a hashtag mobiliza o funcionamento de outras redes discursivas cujos sentidos circulam predominantemente entre internautas nas redes sociais. É necessário, por exemplo, conhecer a função de campanha da hashtag, bem como seu modo de utilização nas redes, para que o sentido de humor seja produzido a partir de “*#happybdaysJesus*”. Campanha e efeito de humor não estão em questão na letra gospel.

Observamos, também, as relações de paráfrase e de polissemia a partir do cotejo entre a SD2 e o texto lido. Em síntese, a temática do Natal nas duas formulações é o principal determinante para o aspecto parafrástico enquanto os posicionamentos orientam a relação polissêmica. Dito de outro modo, são duas materialidades que, por um lado, reiteram o mesmo assunto (paráfrase), mas, por outro, apresentam escolhas linguísticas diferentes e julgamentos divergentes (polissemia) sobre aquilo que se repete. Entre as montagens possíveis, apresentamos a que segue para termos uma ideia disto:

(Texto lido) *1 Planejamento; 2 Listinha; 3 Estabeleça limite de preço; 4 Centralize suas compras; 5 Presentes a mais* → (SD2) *Que tal comemorar o aniversário de Jesus, que é o significado da festa?*

No entanto, na parte final da SD2, A2 muda a direção da sua argumentação de modo a concordar com o texto lido: (SD2) “*Apesar dos pesares, é isso que o povo lê*



sempre, mesmo. Luciana não falou nada de errado com relação a planejamento, então, se for pra gastar que seja assim". Nesse ponto da SD2, A2 é, em algum grau, interpelado pelos sentidos de certo discurso da economia doméstica, também enunciados pelo texto lido.

Especialmente em relação à polissemia, é possível delinear dentro dos limites da SD2 algumas variações que sugerem posições-sujeito diferentes: *pensamento mais consumista! / Num país pobre* (discursos da crítica ao sistema/ discursos próximos aos de esquerda) → *aniversário de Jesus / significado da festa* (discursos religiosos/ discursos cristãos) → *Planejamento/se for pra gastar que seja assim*. (discursos da economia doméstica).

Como A1, A2 perpassa searas discursivas heterogêneas. Por outro lado, em relação a A2, o deslocamento nos parece maior. A2 ocupa lugares discursivos que vão da crítica social genérica, passando pelos sentidos da religiosidade, até culminar em alguma concordância com o texto lido, ao passo que agencia sentidos e posicionamentos mais ou menos similares aos do texto instrucional na conclusão da sequência. Ainda assim, com esse movimento, não vislumbramos gestos de interpretação contraditórios. O modo de dizer indica um sujeito que primeiro critica e, não obstante o efeito de humor, até se revolta para, depois, relutantemente se conformar sem necessariamente se contradizer.

De nossa parte, não entrevemos alguma coisa nas sequências analisadas que poderia ser motivo de demasiado abalo para o interlocutor possível. Acreditamos que para muitos professores, ou analistas, valha o mesmo. De qualquer maneira, correspondem, ainda assim, a manifestações discursivas que desestabilizariam as circunstâncias em que se dá o modo convencional de ensino. Esses textos têm entonações fortes, questões políticas e de classe, apresentam negativas incisivas que não seriam esperadas. Enfim, o posicionamento parece mesmo autêntico. Com isso, queremos dizer que o horizonte dos autores, em sua escrita, não foi a satisfação do professor. O que está formulado nas sequências é, provavelmente, materialização da herança discursiva dos sujeitos, desenvolvida em espaços discursivos para além da instituição de ensino. O comum é que marcas assim sejam indesejadas na escola, mesmo que estejam limitadas a materialidades textuais. As aulas de Língua Materna, ou

por sua tradição ou devido ao modo como o ensino continua estruturado, permanecem com antigas restrições.

5. Considerações finais

Neste estudo, as formulações cotejadas (FCs) com as sequências dos diários (SDs) devem ser compreendidas como parte do que Orlandi (2007) chama de famílias parafrásticas – isto é, o conjunto de dizeres que, em rede, vão compondo a história do sentido. Os enunciados dos diários poderiam ter sido justapostos a uma infinidade de outros enunciados constituintes desse fluxo ou de outras redes discursivas contíguas. Salientamos a questão para que não se tomem as formulações escolhidas como únicas possibilidades para o cotejo com os enunciados dos diários, ou como origem discursiva do que é reiterado pelos seus autores.

A importância do exame da constituição parafrástica e polissêmica dos diários se dá porque, com isso, tem-se uma ideia do percurso do sentido e das filiações dos autores. Os sentidos não estão dados, não são intrínsecos aos objetos simbólicos. São, sim, constituídos historicamente em contextos discursivos vários e emergem como consequência de gestos de interpretação que atualizam o já dito a partir do funcionamento da memória discursiva. Para o sujeito que interpreta, o processamento da memória é o que permite o seu deslocamento entre vários espaços discursivos.

Não há possibilidade de que a memória discursiva interrompa seu curso, mesmo em gestos de interpretação submetidos a demasiado monitoramento discursivo, como é o caso de muitas atividades convencionais de interpretação aplicadas no Ensino Básico. Mas a existência solitária deste último modo de proceder instaura precariedade sobre o trabalho de leitura e escrita porque, frequentemente, os professores se detêm sobre o mais do mesmo da prática pedagógica de Língua Materna.

Em relação a nosso trabalho com o ensino, estamos cientes de que a metodologia de intervenção didática é sempre passível de melhoramentos, mas acreditamos que, no trabalho com o diário de leituras, diminuir o quanto possível a interferência e a relação de poder entre professor e aluno ainda é um dos pontos principais. Foi o que tentamos fazer. Trata-se mesmo de uma decisão política.

Furlanetto (2008, p. 2) afirma que “A constituição da autoria é caracterizada em função dos vários discursos, de seu modo de acontecimento e circulação.” Se a autoria é, assim, formada por muitos discursos, incluindo aqueles antecedentes ao sujeito enquanto educando, deveria a ele ser permitido materializar, no espaço escolar, sua herança discursiva. Nossa tentativa foi a de que os sujeitos/autores dos diários pudessem tomar a palavra mais abertamente, sem embaraços, para expressar o que para eles têm sentido de importância. Portanto, observar a constituição parafrástica e polissêmica desses discursos serve, também, para compreendermos essas idas e vindas dos sujeitos, que envolvem imaginários heterogêneos, polêmicas travadas, seus contrastes e concordâncias, ou seja, o efeito de verdade que eles buscam imprimir e que a instituição de ensino, não poucas vezes, busca silenciar.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória**. 4.ed.Campinas : Pontes, 2015[1983].p.11-19.

ARAÚJO, Avanilson. **Um “rolezinho” para incomodar a burguesia** - 2014. Disponível em: < <http://www.pstu.org.br/um-%E2%80%9Crolezinho%E2%80%9D-para-incomodar-a-burguesia/> >. Acesso em: 04 jan. 2017.

BRUM, Fernanda. **Sentido do Natal**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/fernanda-brum/sentido-do-natal.html>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

FURLANETTO, Maria Marta. **Gêneros e autoria**: relação, possibilidades e perspectivas de ensino. In: VIII Encontro do Celsul, 2008, Porto Alegre. Anais do CELSUL, 2008. GT Gêneros do discurso, autoria e ensino. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Literal/metafórico: um percurso discursivo. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 1, p. 151-179, jan./abr. 2010. Disponível em: < http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/440/460>. Acesso em: 06 jul. 2018.

MACHADO, Anna Rachel. **O Diário de leituras**: a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. **Trabalhos de Pesquisa: diários de leitura para revisão bibliográfica**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Tradução de Grciely Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015a[1983].

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória**. 4. ed. Campinas : Pontes, 2015b[1983]. p. 43-51.

TEIXEIRA, Luciana. **5 passos para comprar os presentes de Natal sem pirar** -2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/5-passos-para-comprar-os-presentes-de-natal-sem-pirar>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

Submetido em: 11/06/2018. Aprovado em: 26/07/2018.



APRESENTAÇÃO

O presente volume é um dossiê especial que versa sobre pesquisas em **gestão integrada do patrimônio e da paisagem** para a Revista Memorare, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e do Grupep-Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina. O mesmo apresenta estudos nacionais e internacionais sobre as especificidades da gestão patrimonial de bens arqueológicos em diferentes enfoques e escalas. Para tal intuito, o periódico convidou os pesquisadores Juliano Bitencourt Campos e Marcos César Pereira Santos do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz da Universidade do Extremo Sul Catarinense - (LAPIS/UNESC) - para organizarem o volume.

Assim, nós, os organizadores, decidimos reunir estudos que refletissem aspectos teóricos, legais, metodológicos e experiências em pesquisas que apresentassem aspectos sobre a gestão integrada do território em sinergia com o patrimônio e a paisagem.

Pensar em um território integrando a cultura e seus agentes históricos, precisa atender diferentes expectativas das partes interessadas, em um amplo espectro socio-econômico. Esse enfoque precisa promover oportunidades como a criação de redes de segurança para que avanços sejam perceptíveis localmente e não se percam com o passar do tempo.

Do ponto de vista comportamental, a humanidade se estrutura em territórios que se veem perceptíveis através da mobilidade e interações que ocorrem em sequências temporais nesses mesmos territórios. Essas interações, destinadas a assegurar as necessidades dos grupos humanos, são a matriz econômica e social dos territórios, refletida através de modos de fazer (técnicas, saberes) e representações sociais que diferenciam culturalmente as comunidades.

A gestão integrada do território percebe o espaço físico e seus componentes como entidades dinâmicas que se expandem e retraem permanentemente, e se torna mais eficiente, à medida que são adotadas novas formas de análises do ambiente em diferentes escalas cronológicas.

Com esse ponto de vista, os artigos apresentados no presente dossiê, apresentam a diversidade de enfoques que os trabalhos de gestão relativa ao patrimônio trabalham. Os estudos apresentam reflexões sobre gestão de sítios arqueológicos, patrimônio

material e imaterial e envolvimento de comunidades locais de forma direta com a pesquisa arqueológica.

O primeiro artigo, escrito por Giulia Marciani e colegas, intitulado **Gestão, Pesquisa e Valorização do sítio arqueológico *Grotta Dei Santi* (Toscana-Itália)**, apresenta um exemplo muito interessante e pertinente sobre a co-participação na gestão dos trabalhos de pesquisa relativa a um sítio arqueológico, e sua integração com *stakeholders* locais. Demonstra que a qualidade da pesquisa arqueológica pré-histórica pode ser diretamente influenciada pela comunidade local, formando redes de segurança, presentes não só entre instituições, mas especialmente entre diferentes membros.

O segundo artigo, ***La zonificación arqueológica en la Cuenca Del Río Santa Lucia, Uruguay, como herramienta de Gestión Territorial: sinergias y conflictos en el desarrollo sustentable***, Laura Beovide, demonstra como a definição espacial de zonas arqueológicas auxiliam diretamente estudos de impacto ambiental, incluindo assim, as mesmas nos planos de ordenamento territorial. A metodologia apresentada pela autora integra o patrimônio arqueológico em um contexto de desenvolvimento jurídico e administrativo mais condizente com a importância social e histórica que representa.

No artigo **Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina**, os pesquisadores Rafael Corteletti e Paulo DeBlasis demonstram como um projeto de arqueologia regional pode avançar significativamente os conhecimentos sobre aspectos do passado arqueológico. Os dados discutidos pelos autores demonstram como o território historicamente associado as populações do troco linguístico Jê no Sul do Brasil, era meticolosamente zoneado, gerido e intervencionado, formando espaços diferenciados, interligados entre si, que resultaram atualmente em uma espécie de paisagem estratificada, onde, aspectos naturais e culturais se mesclam e auxiliam a entender as dinâmicas do passado dessas populações.

No artigo **Arqueometria na bacia hidrográfica do rio forqueta/RS: um estudo sobre a cerâmica pré-colonial guarani**, os pesquisadores Neli Galarce Machado, Lauren Waiss da Rosa, Sidnei Wolf, Lucélia Hohne, Eduardo Miranda Ethur, Shiguelo Watanabe, Roseli Gennari apresentam os resultados de análises de fragmentos de cerâmicas provenientes de dois sítios arqueológicos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS. Utilizando o método espectrométrico de massas, os

autores obtiveram os resultados da composição química das pastas. As análises indicaram que a diferença da composição química entre a tipologia física das vasilhas é pequena, indicando que a matéria-prima para a confecção das peças arqueológicas de ambos os sítios provêm de locais com as mesmas características sedimentares. A metodologia aplicada indica a possibilidade de extrapolar as interpretações macroscópicas, bem como, contribuir na compreensão da cadeia operatória referente a manufatura ceramista da região do rio Forqueta, RS.

No artigo **Territorio Patrimonio: La Actual Experiencia Gallega Con Los Caminos De Santiago** os autores Josélia Godoy Portugal e Juan Mario Crecente Maseda analisam as questões relativas a preservação patrimonial e gestão integrada como paradigma que enlaça o conceito de Território Patrimônio, usando como objeto de análise o trecho do caminho de Santiago de Compostela pertencentes ao território da Comunidade Autónoma de Galicia, Espanha. Os resultados dessa pesquisa demonstram como a inclusão de categorias patrimoniais no sistema jurídico do Estado são ferramentas fulcrais em trabalhos que enfoquem a Gestão Integrada do Patrimônio.

Por fim os pesquisadores Marlon Pestana, Pedro Ignacio Schmitz e Jairo Rogge discutem no artigo **O vale do rio Jauru, MT: o estudo de uma fronteira cultural**, algumas interpretações acerca das tradições arqueológicas Uru e Descalvado, no oeste brasileiro e oriente boliviano. Os autores indicam que o vale do rio Jauru, ofereceu um contexto ambiental naturalmente atraente a grupos cultivadores da região, independente do grupo cultural arqueológico associado.

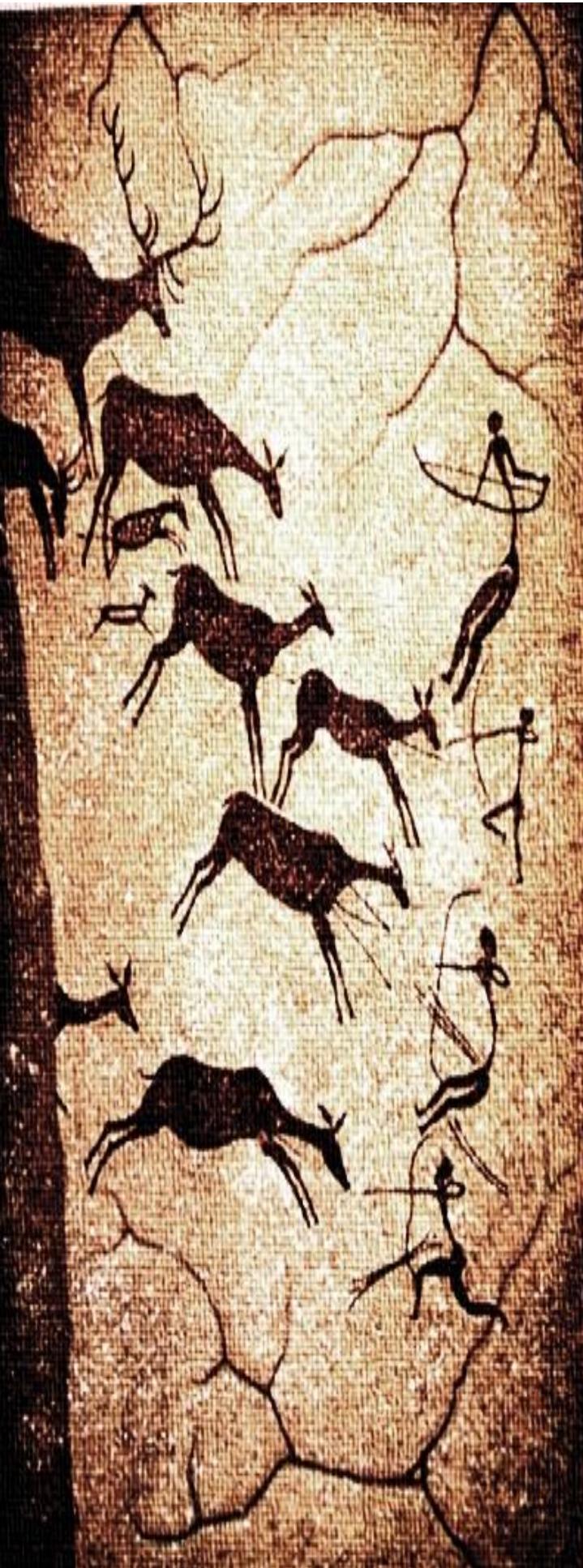
Após essa apresentação, esperamos que os leitores apreciem as discussões contidas em cada artigo. Assim, agradecemos os autores pelas contribuições ao dossiê e desejamos uma ótima leitura.

Dr. Marcos César Pereira Santos (**Laboratório de Arqueologia Pedro Ignacio Schmitz - LAPIS/UNESC**)

Dr. Juliano Bitencourt Campos (**Laboratório de Arqueologia Pedro Ignacio Schmitz - LAPIS/PPGCA/UNESC**)

Organizadores do Dossiê

DOI: 10.19177/memorare.v5e2201883-85



GESTÃO, PESQUISA E VALORIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO GROTTA DEI SANTI (TOSCANA - ITÁLIA)

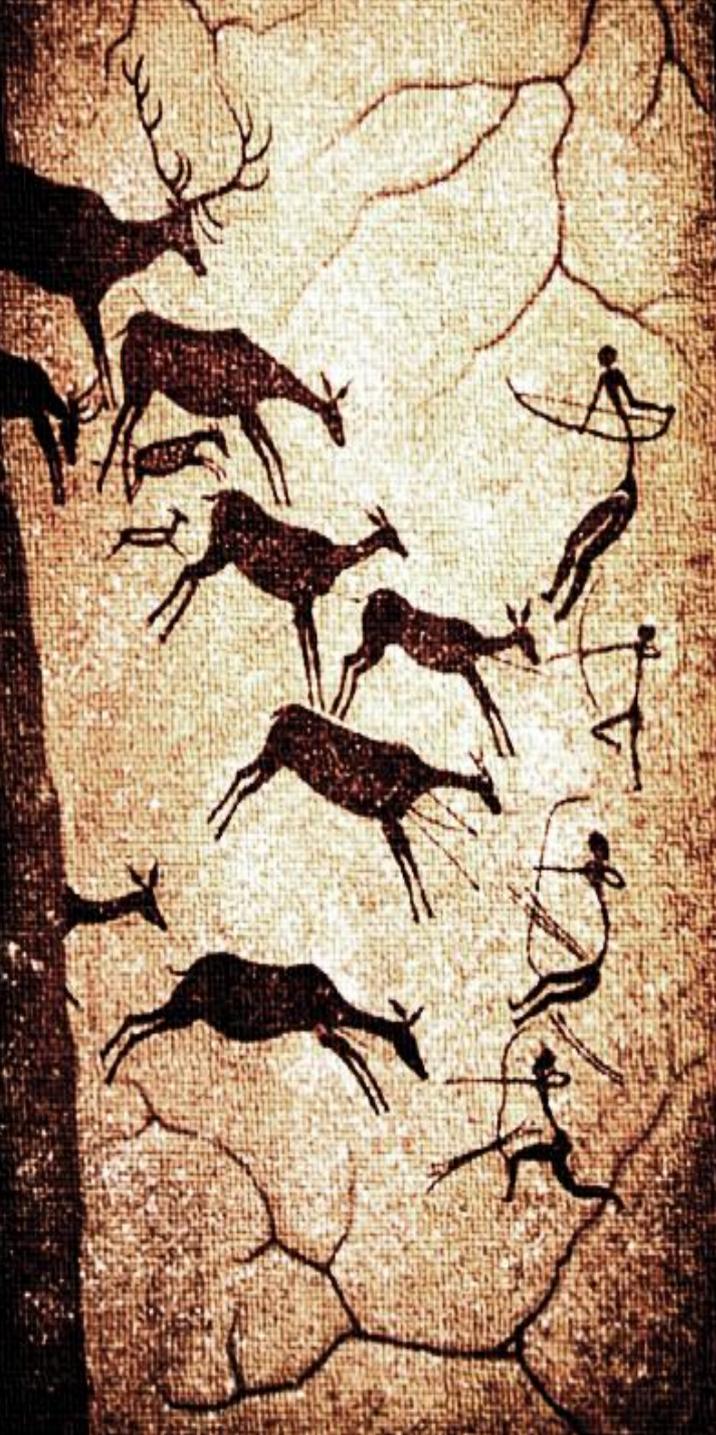
Giulia Marciani*
Giulia Capecchi**
Vincenzo Spagnolo***
Astolfo G. Mello Araujo****
Sérgio A. de M. Chaves*****
Fabio Parenti *****
Adriana Moroni *****

Resumo: *Grotta dei Santi-GDS é um sítio pré-histórico do Paleolítico Médio, situado na região da Toscana (Itália Central). Apresenta vestígios da ocupação neandertalense entre 50.000 e 40.000 anos antes do presente. Por sua importância no panorama paleolítico italiano, o Dipartimento di Scienze Fisiche della Terra e dell'Ambiente-Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia dell'Università di Siena (Itália), há mais de dez anos, conduz as pesquisas, escavações e ações de valorização patrimonial com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o comportamento neandertal na região e também valorizar um sítio que, por sua própria importância científica e localização, se apresenta como único em seu gênero. Neste capítulo, apresentamos o projeto desenvolvido no sítio GDS com foco numa gestão integrada do território.*

Palavras-chave: *Grotta dei Santi. Neandertal. Gestão integrada do território.*

Abstract: *Grotta dei Santi is a prehistoric site dated to the Middle Palaeolithic, located in Toscana (central Italy). The site presents the traces of Neandertal occupations between 50,000 and 40,000 years BP. Due to its importance in the Italian Palaeolithic scenario the Dipartimento di Scienze Fisiche, della Terra e dell'Ambiente, Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia, Università degli Studi di Siena (Italy), since ten years, carries on activities of research, excavation and valorization of the site with the aim to deeper the*





knowledge of Neandertal behavior in central Italy and to enhance a site that for its scientific significance and geographic location is unique. In this chapter we propose the integrated landscape management model applied to GDS.

Keywords: *GDS. Neandertal. Integrated landscape management*

* Dipartimento di Scienze Fisiche, della Terra e dell'Ambiente, Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia, Università degli Studi di Siena, Itàlia.

**Istituto Italiano di Paleontologia Umana, Itàlia.

*** Universidade de São Paulo, Brasil.

**** Fundação Oswaldo Cruz, Brasil.

***** Universidade Federal do Paraná, Brasil.

***** Centro Studi sul Quaternario Onlus, Itàlia.

E-mail: giulia.marciani@unife.it

DOI: 10.19177/memorare.v5e2201887-111



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Rev. Memorare, Tubarão, v.5, n.2, p. 1-226 maio./ago. 2018. ISSN: 2358-0593

1. Introdução

O sítio arqueológico Grotta dei Santi (GDS) encontra-se na costa da Toscana, no município de Monte Argentario (província de Grosseto). O projeto de pesquisa visa à compreensão da ocupação Neandertal no território da Itália Central e foi iniciado em 2006 por iniciativa de uma arqueóloga da Universidade de Siena originária da região do Argentario. O projeto foca em dois aspectos principais: a investigação pré-histórica e a valorização do patrimônio arqueológico, tendo em vista sua proteção e preservação. Hoje, onze anos depois, a GDS é uma fonte de conhecimento e uma parte constitutiva do território, da sua história, sendo reconhecida e valorizada pela comunidade local.

Na Itália, a gestão de um projeto de desenvolvimento local centrado em um problema pré-histórico é uma tarefa complicada, porque, em muitos casos, os sítios pré-históricos não são imediatamente compreensíveis pelo grande público, enquanto os sítios arqueológicos de época histórica (etruscos, romanos, medievais), de que a Itália é rica, são mais acessíveis ao público em geral. Os restos de refeição dos neandertais, as fogueiras e as ferramentas de pedra, como os que abundam na GDS, inicialmente não despertam a mesma emoção dos antigos monumentos romanos e etruscos. Para apreciar um sítio pré-histórico, é preciso de um intermediário: os arqueólogos devem envolver-se não só na pesquisa, mas também na sua apreciação. Devem, portanto, preparar um programa de gestão da investigação científica que anda de mãos dadas com a fruição cultural de um público não especializado. O sítio deve ser colocado em seu contexto geográfico. Idealmente, é possível criar um círculo virtuoso entre os pesquisadores e as comunidades locais. Os arqueólogos, com suas pesquisas, disponibilizam o conhecimento do passado de uma região para a maioria das pessoas, enquanto as comunidades locais podem colaborar e participar na vanguarda da pesquisa, contribuindo assim para a construção de um senso de identidade e incluindo o sítio na história do território, bem como o desenvolvimento de atividades para fins didáticos e turísticos.

Neste capítulo, apresentamos o projeto de pesquisa, gestão e promoção do sítio pré-histórico do Paleolítico Médio GDS. Este projeto ocorre dentro de um programa

mais amplo de estudo sobre a transição Neandertal / sapiens na Itália peninsular, com financiamento do projecto europeu *ERC Consolidator Grants 2016*.

2. Grotta dei Santi

2.1 O sítio

A GDS está localizada na base de um penhasco com cerca de 50 metros de altura, no lado sul do *Monte Argentario*, um maço de calcário de época prevalentemente secundária na costa meridional da Toscana, no lado Oeste da península italiana (Figura 1), frente às ilhas de *Giglio* e *Giannutri*. O território é, por vezes, irregular, com litoral muito recortado e inúmeras cavernas que se abrem em pequenas enseadas rochosas. Monte Argentario, com altitude de 615 m, na verdade uma ilha, é hoje ligada ao continente apenas por duas linhas de terra: o *Tombolo da Giannella* e da *Feniglia* que fecham a lagoa de *Orbetello* (Figura 1).

Figura 1- Localização GDS (Modificado *Google Earth*).



Fonte: Google Earth.

GDS apresenta-se como uma cavidade aberta para o mar e acessível unicamente de barco; essa situação tem desempenhado um papel duplo ao longo do tempo, por um lado, permitindo a preservação do depósito por causa da dificuldade de acesso, por

outro lado, representa uma ameaça, uma vez que, durante as tempestades de inverno, as ondas atingem e erodem progressivamente o depósito arqueológico (SPAGNOLO et al. 2016a).

A entrada da caverna mede cerca de 12m de largura e 6m de altura e está localizada a cerca de 2m acima do nível do mar, dentro de uma pequena enseada denominada como Cala dei Santi e aberta para Leste. Resíduos de outras cavernas (algumas submersas), talvez partes do mesmo sistema cárstico que inclui GDS, podem ser observados sobre a falésia, em alturas diferentes (Figura 2).

Figura 2: Grotta dei Santi de Leste (em vermelho a entrada da gruta).



Fonte: Acervo do autor.

A gruta apresenta evidências da ocupação do Homem de Neandertal durante um período entre 50.000 e 40.000 anos atrás. Devido à importância do sítio no Paleolítico italiano, o *Dipartimento di Scienze Fisiche della Terra e dell'Ambiente-Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia dell'Università di Siena (Italia)* (UNISI), há mais de dez anos, coordena as atividades arqueológicas com o objetivo de aprofundar o conhecimento do comportamento dos Neandertais na Itália central e valorizar um sítio que, por sua importância científica e localização geográfica, é considerado como caso único.



2.2 Histórico das pesquisas

A presença de vestígios arqueológicos na GDS é conhecida desde o fim do sec. XIX (SALVAGNOLI; MARCHETTI, 1843; NICOLUCCI, 1869), mas a primeira pesquisa científica ocorreu nos anos '50, quando o prof. A.G. Segre do *Istituto Italiano di Paleontologia Umana* (ISIPU), durante duas visitas, produziu uma síntese estratigráfica da história geológica e antrópica da cavidade (SEGRE, 1959).

Desde então, o sítio não foi objeto de novos estudos até que, em 2006, Adriana Moroni, Margherita Freguglia (UNISI) e Fabio Parenti (ISIPU) o visitaram, compreenderam imediatamente o seu potencial arqueológico e decidiram iniciar o projeto de escavação e investigação que ainda está em andamento. Os primeiros anos de investigação (2006-2012), realizado em colaboração com a *Soprintendenza Archeologia della Toscana, l'Istituto Italiano di Paleontologia Umana, l'Università di Pisa e l'Università di Firenze*, foram dedicados principalmente à topografia da caverna e a remoção do sedimento erodido pela ação marinha (CREZZINI; MORONI, 2012; FREGUGLIA et al., 2007; 2008; MORONI et al., 2010). Desde 2010, as pesquisas foram realizadas com o apoio logístico do *Corpo dei Vigili del Fuoco di Grosseto* (Bombeiros).

Em 2013, começou uma nova etapa de escavações e pesquisas apoiada por novas parcerias nacionais (*Università di Ferrara-UNIFE*) e internacionais: *Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology Leipzig*, Universidade Federal do Paraná - UFPR e Universidade de São Paulo - USP sob a direção de Adriana Moroni, Vincenzo Spagnolo em colaboração com Giulia Capecchi e Giulia Marciani (AURELI et al., 2014; CAPECCHI et al., 2015; MORONI et al., 2013; 2015; SPAGNOLO et al., 2016b; SPAGNOLO et al., 2017).

2.3 Contexto pré-histórico

O sítio rapresenta um *unicum* no contexto pré-histórico da Toscana e da Itália central. A maioria dos sítios Neandertais da parte central da Itália são geralmente encontrados em superfície ou em sequências estratigráficas menos significativas. Trata-se também de sítios escavados e estudados na década de 1970, com técnicas

ultrapassadas. GDS apresenta um depósito arqueológico bem conservado, seus estratos são ricos em artefatos de pedra lascada, restos faunísticos (mamíferos, répteis, aves e moluscos) e de fogueiras. A localização de GDS também preenche uma lacuna geográfica entre duas áreas bem estudadas em território italiano, a Ligúria e o Lazio. Além disso, do ponto de vista cronológico, o sítio refere-se a uma fase crucial da ocupação humana na Europa, correspondente ao contato, coexistência e posterior substituição do Homem de Neandertal por representantes do primeiro homem anatomicamente moderno. Portanto, o projeto GDS tem grande relevância para o avanço das pesquisas sobre o período que marca a passagem entre o Paleolítico Médio-Superior na Itália.

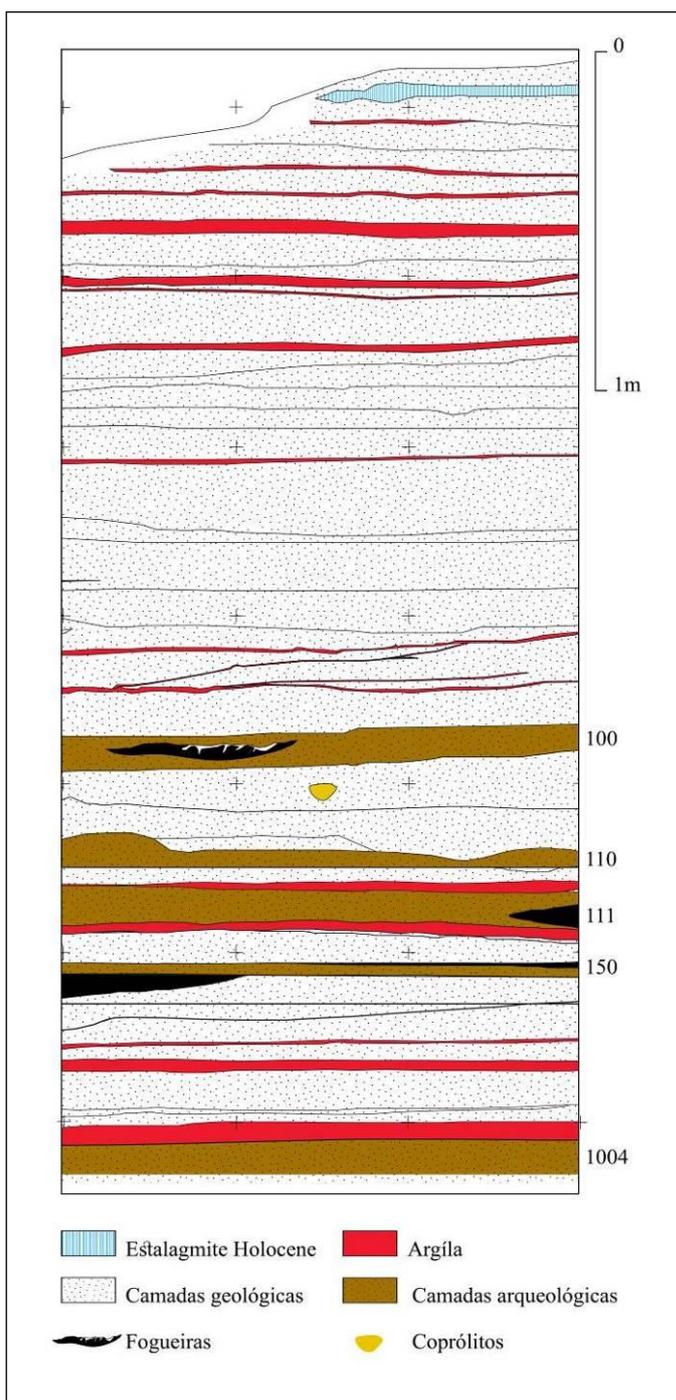
A origem sedimentar do depósito é eólica, a parte superior do preenchimento é um remanescente de uma duna parcialmente erodida pelo mar, que destruiu uma parte do depósito pré-histórico original e expôs a sequência estratigráfica.

A sequência estratigráfica mede aproximadamente 3m. A parte superior da sequência (cerca de 2m de espessura) apresenta uma sucessão de camadas arenosas sobreposta por uma crosta de estalagmite, que marca o início do Holoceno.

A parte inferior é caracterizada por uma sequência de horizontes antropogênicos separados por níveis geológicos. De cima para baixo, a camada 100 é o primeiro destes horizontes: a única evidência é uma pequena fogueira. A camada 110 é formada por três níveis de ocupação: dois são atribuíveis à frequência por *Crocota crocota spelaea*, intercalados por um nível atribuível ao homem. A camada 111 tem no seu interior três níveis de ocupação humana. A camada 150 é constituída por um único nível arqueológico. Por fim, a base da sequência (camada 1004), apresenta diferentes níveis arqueológicos com fogueiras. A espessura desses níveis arqueológicos é variável e intercalada por níveis arqueologicamente estéreis, sendo esse um fator de grande importância, pois permite isolar eventos individuais de ocupação, provavelmente de curta duração (Figura 3).



Figura 3: Estratigrafia dos depósitos



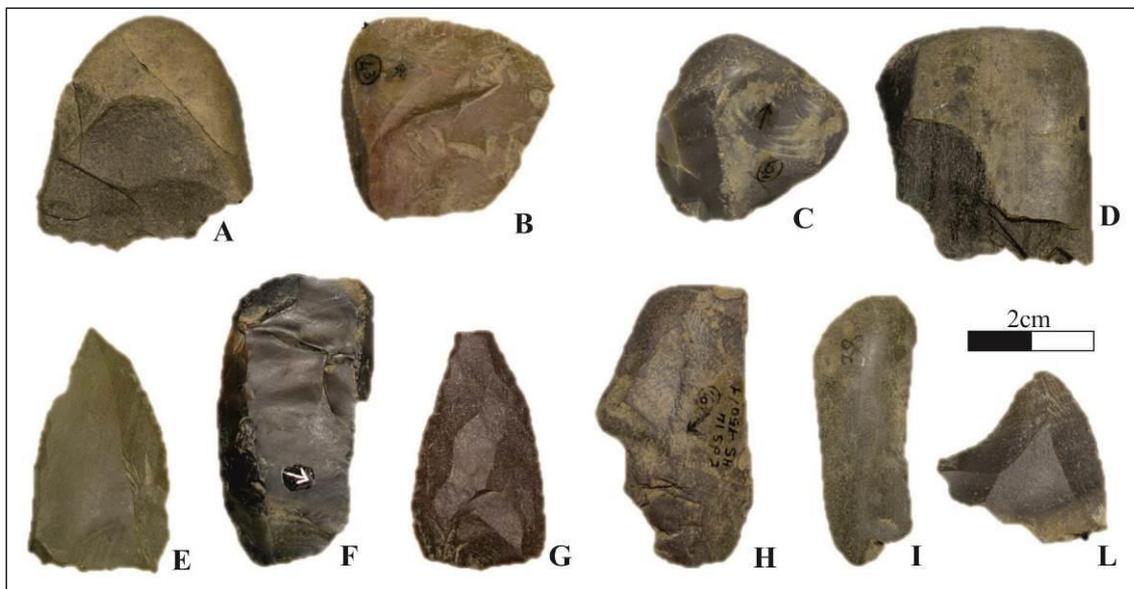
Fonte: A. Araujo, F. Parenti, A. Moroni. Digitalização: V. Spagnolo.

A indústria lítica está sendo estudada (Giulia Marciani) com abordagem tecnológica e tecnofuncional (BOËDA, 2013). Devido à presença de macrotraços de uso, iniciou-se um estudo traceológico com microscópio 3D (Hirox KH 7700) para identificar em que materiais foram utilizados os instrumentos de pedra. No estado atual



da investigação, já é possível delinear algumas características gerais da indústria lítica: a matéria-prima é composta principalmente de pequenos seixos de sílex, jaspe, calcário silicificado e raramente quartzo. Estas rochas, sob forma de seixos, estão presentes em formações geológicas regionais (*Verrucano*, Trias inferior), vários afloramentos dos quais se encontram nas proximidades da caverna, o que indica um abastecimento local de matéria-prima. Dado o pequeno tamanho de seixos, após a produção das primeiras lascas corticais, só era possível produzir uma única sequência de lascas pré-determinadas, esgotando logo em seguida os núcleos. Por esta razão, a maior parte das lascas são corticais, em alguns casos, é observada a utilização do cortex como parte ativa, ou seja, a parte que entra em contato com o material a ser tratado. Com base em características tecnológicas, podemos considerar que a indústria lítica de GDS apresenta de forma predominante o conceito Levallois, tendo também uma produção volumétrica de núcleos para a produção de lamelas e lascas (Figura 4).

Figura 4: Amostra da indústria lítica. A-D: Núcleos; E: Lasca convergente; F: Raspador lateral; G: Ponta Levallois retocada; H, I: Lascas corticais com macrotraços; L: Ponta pseudo-levallois.



Fonte: Acervo do autor.

O estudo dos vestígios faunísticos (Jacopo Crezzini) mostra um baixo grau de fragmentação e um excelente estado de conservação das superfícies ósseas. A análise



preliminar de uma amostra de restos de macro mamíferos já produziu resultados interessantes. Entre os ungulados, existe a presença de *Cervus elaphus* e *Capreolus capreolus*. O *Bos primigenius* é a única espécie de grandes ungulados identificada. Entre as caprinos, são encontrados ossos de *Capra ibex*. Foram identificados grande quantidade de coprólitos, que, por sua morfologia e tamanho, são semelhantes aos da espécie *Crocuta crocuta spelaea* (Hiena Manchada) (HORWITZ-GOLDBERG, 1989); no entanto, não foram identificados até o momento restos deste carnívoro, que ocupou a caverna em alternância com o homem (CREZZINI MORONI, 2012; MORONI et al., 2010).

Os coprólitos são importantes para estudo paleo-parasitológico (Sérgio Chaves - FIOCRUZ). Os coprólitos apresentam inclusões orgânicas e inorgânicas. Estas inclusões são, fundamentalmente, compostos ingeridos pelos organismos ou que se depositaram sobre a superfície das fezes após a sua deposição. É possível recuperar e identificar estas inclusões que permitem obter informações sobre aspectos paleoecológico-culturais, quando tratamos de populações humanas, como também de condições paleoambientais e sobre paleodietas, para animais e humanos (REINHARD; BRYANT, 1992; VELÁZQUEZ et al., 2014).

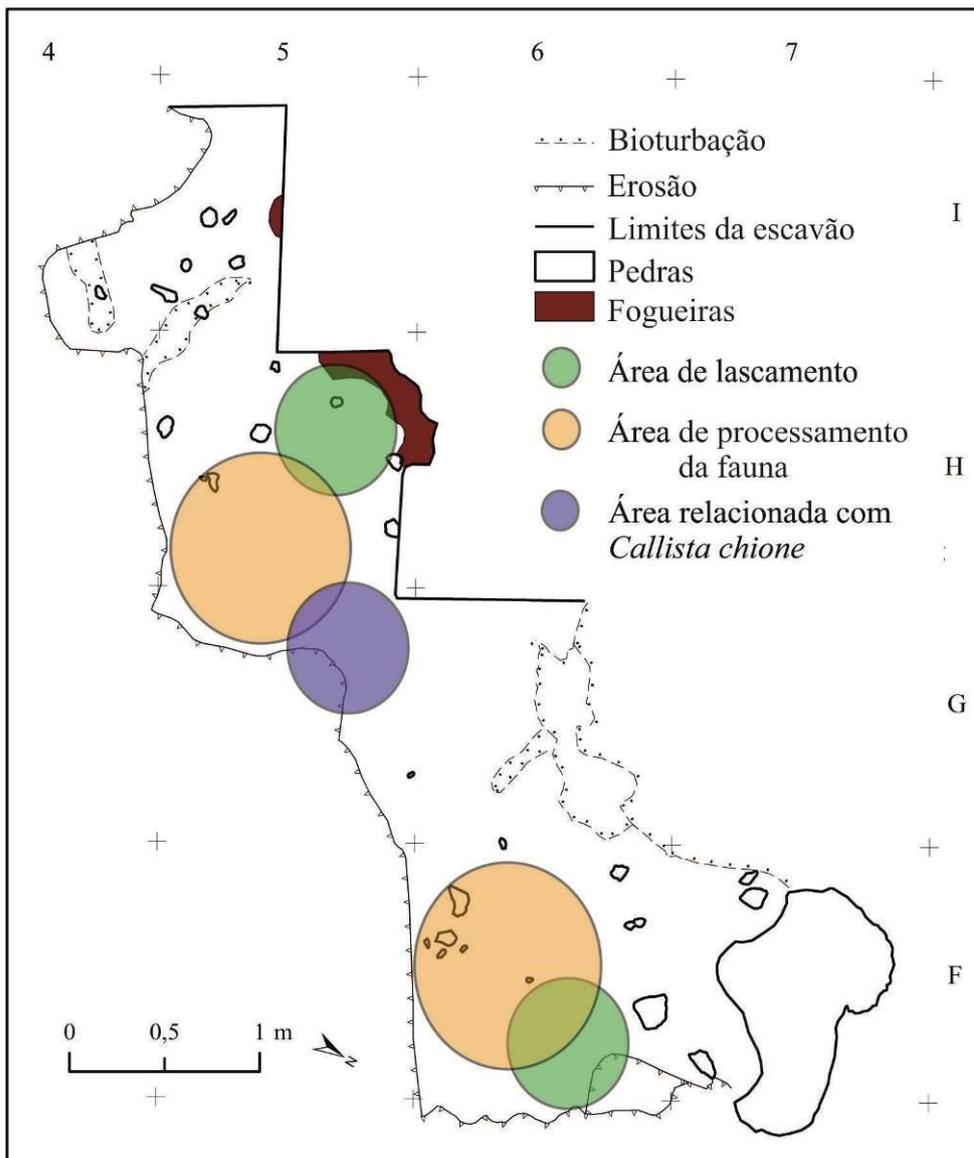
Foram encontrados poucos restos do molusco *Callista chione*. Suas conchas, em outros sítios musterienses (*Grotta del Cavallo, di Uluzzo C e dei Giganti na Puglia; Barma Grande na Liguria; Grotta dei Moscerini no Lazio*), foram retocadas e utilizadas como instrumentos (BLANC, 1955; BORZATTI VON LOWENSTERN, 1965; BULGARELLI, 1975; PALMA DI CESNOLA, 1965; ROMAGNOLI et al., 2015). De acordo com a análise preliminar destas conchas (Vincenzo Spagnolo), elas não apresentam evidência de retoque.

Para o estudo do sítio do ponto de vista espacial, foi criado um *geodatabase* específico, utilizando uma plataforma SIG (Vincenzo Spagnolo). Os primeiros resultados sobre a camada 150 já são particularmente interessantes: de uma perspectiva tafonômica, pode-se destacar um estado excepcional de preservação, o que tornou possível detectar uma estruturação complexa do espaço, com áreas de atividades distintas. Com base na distribuição de várias categorias de achados, identificaram-se áreas de lascamento da pedra, áreas relacionadas com a utilização das conchas e áreas



relacionadas com o processamento das carcaças dos animais (em pelo menos um caso, estas estão associadas a uma fogueira) (Figura 5).

Figura 5: Áreas de atividades específicas da camada 150 de GDS (V. Spagnolo).



Fonte: (V. Spagnolo).

Do ponto de vista cronológico, as associações entre a indústria lítica, os horizontes antrópicos e a fauna pleistocênica indicam uma idade compatível com um momento final do Musteriense, entre 50.000 e 40.000 anos A.P. Além disso, estão sendo realizadas datações ¹⁴C e OSL no *Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology* em Leipzig, Alemanha, para confirmar esta cronologia.



3. Gestão integrada do território-GIT

Ao iniciar um projeto de gestão integrada entre as pessoas e as instituições envolvidas, devem-se cumprir várias expectativas das partes interessadas a fim de promover as oportunidades, garantindo a participação das partes através da criação de uma rede de segurança para as quais os resultados permanecem ativos e não se percam com o tempo (OOSTERBEEK, 2012). Assim, para estruturar um projeto de gestão integrada do território (GIT), devem-se pensar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, as possibilidades e a contribuição que os diferentes pontos de vista são capazes de oferecer para “questionar” um território, neste caso, de modo que a herança arqueológica esteja presente como um excelente agente para sua promoção.

O projeto da GDS foi estruturado de acordo com três temas principais:

1. **Pesquisa e cooperação científica:** abrange todas as questões de pesquisa, objetivos e metodologias.
2. **Educação e cooperação com as autoridades locais:** centra-se em atividades didáticas e relações com as instituições e comunidade local do Argentario.
3. **Organização das campanhas de escavação anuais:** uma vez que a escavação ocorre num ambiente natural complexo para desenvolver uma escavação arqueológica.

3.1 Pesquisa e colaborações científicas

As escavações sistemáticas decorrem anualmente a partir de 2007 (com exceção dos anos 2009 e 2012). As campanhas são realizadas sob a orientação da *Università degli Studi di Siena (Dipartimento di Scienze Fisiche, della Terra e dell’Ambiente, Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia)* e do *Istituto Italiano di Paleontologia Umana*, junto com a *Soprintendenza Archeologia, Belle Arti e Paesaggio da provincia di Siena, Grosseto e Arezzo*. As pesquisas são feitas em colaboração com outras instituições italianas e estrangeiras. A *Università degli Studi di Pisa* é responsável pelo estudo geo-arqueológico sobre a origem e formação sedimentar e dos níveis antrópicos do sítio. A *Università degli Studi di Firenze* estuda os espeleotemas, com o objetivo de obter datações e informações de caráter paleoambiental. Na *Università degli Studi di*

Ferrara, desenvolve-se o estudo da microfauna. O *Max Plank Institute for Evolucionary Anthropology of Leipzig* Alemanha lida com as datações C14 e OSL. A Universidade de São Paulo-USP Brasil está efetuando o estudo de micro vestígios contidos nos sedimentos, e a Fundação Oswaldo Cruz lida com o estudo de fitólitos encontrados nos coprólitos.

Atualmente, um grupo de pesquisadores com diferentes especializações estão efetuando estudos da GDS para fornecer um resultado holístico e abrangente sobre a formação do sítio arqueológico, sua cronologia e sua relação com as variações do nível do mar e os comportamentos de grupos Neandertais que ali habitaram (Tabela 1). Sobre a formação do sítio, estão sendo desenvolvidos estudos micro-estratigráficos de amostras geológicas, análise cronológicas de amostras de estalagmites e estalactites, análises geofísicas da série sedimentar e inúmeras datações de C14 e OSL. Uma contribuição para a cronologia e, acima de tudo, para a caracterização de paleoclimática e paleo-ambiente ao redor do local é fornecida pela análise de conjuntos de micro-fauna e da macro-fauna, bem como por análise de grãos de pólen de coprólitos.

Acerca da reconstrução do comportamento e das estratégias econômicas e de ocupação, dados importantes são fornecidos por uma abordagem multidisciplinar para o estudo de restos macro-faunísticos, indústria lítica e dados espaciais. As características taxonômicas e tafonômicas da macro-fauna com que o homem interagiu fornece informações sobre o tipo de predação, processamento e consumo protéico desenvolvido pelos Neandertais. Além disso, através do estudo tecnológico e funcional das indústrias líticas e da análise de matérias-primas em relação às suas fontes de abastecimento, é possível rastrear tanto o grau de mobilidade quanto à gestão de recursos tão importantes para a caça e o processamento das presas. Enfim, através da aplicação da análise inter-sítio e intra-sítio, os resultados obtidos são analisados dentro de uma plataforma SIG para reconstruir as dinâmicas culturais a luz das reconstruções paleoambientais. O conjunto desses dados permite esclarecer as dinâmicas econômicas e sociais do manejo do território pelos últimos caçadores-coletores Neandertais na Itália Central.

Tabela 1 – Equipe científica. UNISI: Dipartimento di Scienze Fisiche della Terra e dell’Ambiente-Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia dell’Università di Siena, Itália; UNIFE: Dipartimento di Studi Umanistici, Sezione di Scienze Preistoriche e Antropologiche, Università degli Studi di Ferrara, Itália; ISIPU: Istituto Italiano di

Paleontologia Humana, Roma, Itália; UFPR: Universidade Federal do Paraná, Brasil; AnTET: UMR 7041 ArScAn équipe AnTET Université Paris Ouest Nanterre La Defense, França; UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil; UNIFI: Università degli Studi di Firenze, Itália; UNIPI: Università degli Studi di Pisa, Itália; EVA.MPG: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology de Leipzig, Alemanha; USP: Universidade de São Paulo, Brasil; FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

(continua)

Pesquisador	Especialidade	Cargo	Instituição
Profa. Adriana Moroni	Paleo-antropóloga	Coordenadora do projeto Diretora em campo	UNISI ISIPU

Tabela 2 – Equipe científica. UNISI: Dipartimento di Scienze Fisiche della Terra e dell’Ambiente-Unità di Ricerca di Preistoria e Antropologia dell’Università di Siena, Itália; UNIFE: Dipartimento di Studi Umanistici, Sezione di Scienze Preistoriche e Antropologiche, Università degli Studi di Ferrara, Itália; ISIPU: Istituto Italiano di Paleontologia Umana, Roma, Itália; UFPR: Universidade Federal do Paraná, Brasil; AnTET: UMR 7041 ArScAn équipe AnTET Université Paris Ouest Nanterre La Defense, França; UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil; UNIFI: Università degli Studi di Firenze, Itália; UNIPI: Università degli Studi di Pisa, Itália; EVA.MPG: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology de Leipzig, Alemanha; USP: Universidade de São Paulo, Brasil; FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

(conclusão)

Pesquisador	Especialidade	Cargo	Instituição
Ph.D. Giulia Capecchi	Antropóloga	Diretora em campo	UNISI
		Estudo de restos ósseos humanos	ISIPU
Ph.D. Giulia Marciani	Arqueóloga	Diretora em campo	UNISI
		Estudo tecnológico e funcional do lítico	
Ph.D. Vincenzo Spagnolo	Arqueólogo	Coordenador do projeto	UNISI
		Responsável por documentação gráfica e fotográfica 2D/3D, SIG	
Prof. Fabio Parenti	Arqueólogo	Diretor em campo	ISIPU
		SIG	UFPR
Ph.D. Francesco Boschin	Arqueo-zoólogo	Estudo da Macro-fauna, tafonomia e taxonomia	UNISI
		Estudo da Macro-fauna, tafonomia e taxonomia	ISIPU
Ph.D. Jacopo Crezzini	Arqueo-zoólogo	Estudo da Macro-fauna, tafonomia e taxonomia	UNISI
Ph.D. Sem Scaramucci	Arqueólogo	Estudo do lítico, matéria prima	UNISI
Ph.D. Simona Arrighi	Arqueóloga	Estudo do lítico, análise funcional	UNISI
Ph.D. Daniele Aureli	Arqueólogo	Estudo do lítico, tecnológico e tecno-funcional	UNISI
			AnTET
Ph.D. Marcos César Pereira Santos	Arqueólogo	Estudo do lítico, tecnológico e tecno-funcional	UNESC
Stefano Ricci	Antropólogo	Estudo de restos ósseos humanos	UNISI
Me. Guido Montanari	Arqueo-	Estudo da Micro-fauna	UNIFE



Canini	zoólogo		
Prof. Giovanni Boschian	Geo-arqueólogo	Formação geológica do sítio e do depósito arqueológico	UNIFI
Prof. Gianni Zanchetta	Geólogo	Datações sobre espeleotemas	UNIFI
Prof. Leonardo Piccini	Geólogo	Datações sobre espeleotemas	UNIFI
Ph.D. Vera Aldeias	Geólogo	Micro-morfologia	EVA.MPG
Ph.D. Sagra Talamo	Geocronóloga	Datações C14	EVA.MPG
Ph.D. Tobias Lauer	Geocronólogo	Datações OSL	EVA.MPG
Prof. Jaen Jaques Hublin	Antropólogo	Estudo de restos ósseos humanos	EVA.MPG
Prof. Astolfo J. Mello Araujo	Geo-arqueólogo	Estudo de micro artefatos	USP
Sergio A. de M. Chaves	Palinólogo	Grãos de palem e fitólitos nos coprólitos	FIOCRUZ

Fonte: Elaboração nossa.

Atualmente, estão sendo desenvolvidas duas pesquisas de doutorado com questões relativas a GDS (por Vincenzo Spagnolo e Guido Montanari Canini), e foi concluído um mestrado (MONTANARI CANINI, 2014), que ganhou o prêmio "Rodolfo Giannotti", pela *Federazione Speleologica Toscana*.

Um dos objetivos científicos do projeto GDS é a organização de seminários anuais sobre os resultados das escavações e seu potencial informativo. O formato desses seminários foi pensado visando permitir uma formação continuada dos especialistas diretamente envolvidos na pesquisa e, concomitantemente, formar estudantes e novos pesquisadores interessados no tema. O primeiro seminário dessa série ocorreu entre os dias de 23 e 24 de janeiro de 2017. Intitulado "*Dallo scavo al microscopio. Indagine multidisciplinare su un'area di sfruttamento delle carcasse del Paleolitico medio a GDS*" (Da escavação ao microscópio. Pesquisa multidisciplinar sobre uma área de exploração de carcaças do Paleolítico Médio a GDS), foi um seminário\workshop realizado nas instalações do *Dipartimento di Scienze Fisiche della Terra e dell'Ambiente-Università degli Studi di Siena*. O tema do seminário foi a classificação e o estudo da macrofauna e da indústria lítica de um dos níveis escavados na campanha 2016. As atividades se dividiram em duas partes: 1) higienização, eventuais restaurações e inventário; 2) análise taxonômica, tafonômica (sobre os restos faunísticos) e tecnofuncional sobre o material lítico com o microscópio (3D digital microscópio KH 7700 HIROX).



3.2 Divulgação e colaboração com instituições locais

No mais, as atividades didáticas ocorrem durante o período de escavação, pois, dada a sua localização especial relacionada com o turismo costeiro e marítimo, o sítio arqueológico desperta o interesse de turistas e curiosos que atracam seus barcos na enseada em frente à caverna. Por ser uma escavação aberta ao público, esse é amplo e diversificado, fazendo com que a equipe se adapte a realizar as visitas guiadas. Além do atendimento ao público turístico geral, são realizadas atividades com escolas e empresas de mergulho. As atividades com as escolas são divididas entre a visita guiada, almoço arqueológico na gruta e desenho do ambiente arqueológico da caverna pelas crianças para registrar quais informações elas percebem como mais relevantes durante a visita e as atividades realizadas (Figura 6). As empresas de mergulho (*Argentario Divers de Porto Ercole*) introduziram em seus programas de atividade a visita à escavação para mergulhadores interessados nas pesquisas.

Figura 6: Desenhos de crianças que visitaram a GDS.



Fonte: Argentario Divers de Porto Ercole.

Após quase 10 anos de escavação e atividades educacionais, começaram a aparecer resultados mais perceptíveis em relação do sítio arqueológico e seu território. A partir de 2015, a comunidade local e suas organizações institucionais iniciaram atividades para compreender e divulgar a importância do seu patrimônio arqueológico. Essas foram responsáveis pela organização de eventos com a participação de alguns dos membros da equipe tecno-científica de GDS em forma de conferências de divulgação que ocorreram no *Rotary Club de Orbetello* (27-11-2015), *Rotary Club de Monte*

Argentario (22-4-2016) e uma organizada pelo *Centro Studi Don Pietro Fanciulli* (1-4-2016), em *Porto Santo Stefano*, em que os resultados da investigação foram apresentados. Essas atividades de cunho informativo/educativo induziram um auxílio à pesquisa pelo *Rotary Club de Orbetello*. Na publicação da primeira edição de uma revista local sobre a região, são apresentados os trabalhos na gruta (SPAGNOLO et al., 2017); por fim, recebemos anualmente, durante a escavação, as visistas dos sócios da *Accademia Mare Ambiente di Porto Santo Stefano*.

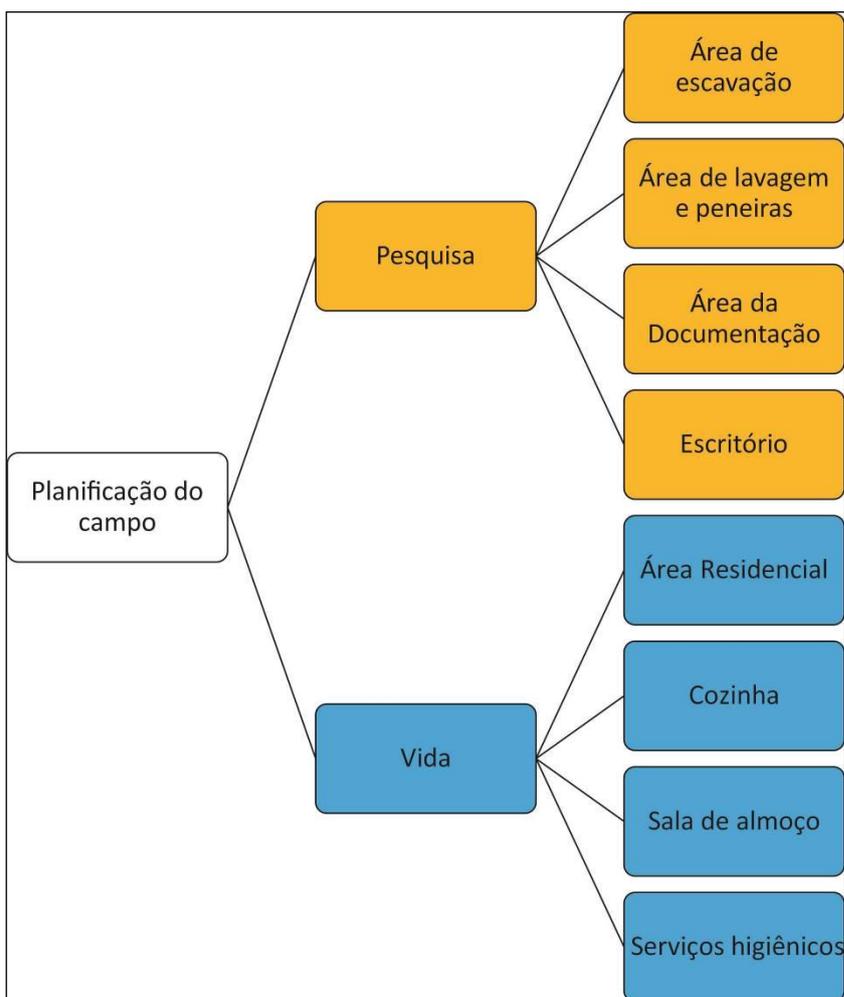
Outras entidades que, de várias maneiras, tem fornecido apoio financeiro e/ou logístico são o *Corpo dei Vigili del Fuoco di Grosseto*, *il Comune di Monte Argentario*, *l' Ufficio Circondariale Marittimo di Porto Santo Stefano*, *la Croce Rossa di Porto Ercole* e *l'Associazione la Venta*.

3.3 Organização da escavação: gestão do espaço no sítio arqueológico

Até 2012, os pesquisadores organizavam a logística da escavação baseada no transporte diário da terra até a caverna e vice-versa. Isso expunha a equipe a uma condição diária de adaptação às condições meteorológicas específicas desse ambiente, além de gerar gastos financeiros, logísticos e físicos.

A partir de 2013, a equipe decidiu criar uma base permanente na Gruta, mudando drasticamente a logística e estrutura da escavação. Esta mudança fez com que o espaço na caverna fosse dividido em duas áreas principais dedicadas a fins diferentes: 1) destinada às necessidades da escavação e à resolução de problemas científicos *in situ* (levando em conta as variáveis das possíveis contingências específicas de cada ano de escavação); 2) com a função de campo de base para a equipe (dispostos a enfrentar a experiência de um mês em caverna, isolada pelo mar). Assim, foi definido o espaço dedicado à investigação e aquele da sobrevivência. A área de pesquisa inclui a área de escavação, área de peneiramento e análise preliminar dos materiais, a área de documentação e a tenda-escritório. O espaço da vida inclui: área residencial, a cozinha, a sala de jantar e os serviços higiênicos (Figura 7).

Figura 7: Divisão do espaço na gruta.



Fonte: Acervo do autor.

A área de escavação é definida e tem o acesso limitado aos pesquisadores, o que permite aos visitantes observarem a escavação em segurança, e aos pesquisadores trabalharem em um ambiente livre de empecílhos, com a disponibilidade de todas as ferramentas necessárias para realizarem seu trabalho. A área de escavação foi definida de acordo com um quadratamento de 1x1m, por sua vez subdividido em quadrantes de 50x50cm. Todos os vestígios de tamanho maior de 3 centímetros são representados graficamente na folha de registro, na qual os dados são inseridos junto à descrição geral e às coordenadas espaciais. De cada camada arqueológica, também se fornece uma documentação gráfica e fotográfica para realizar modelos 3D e fotoplanos.

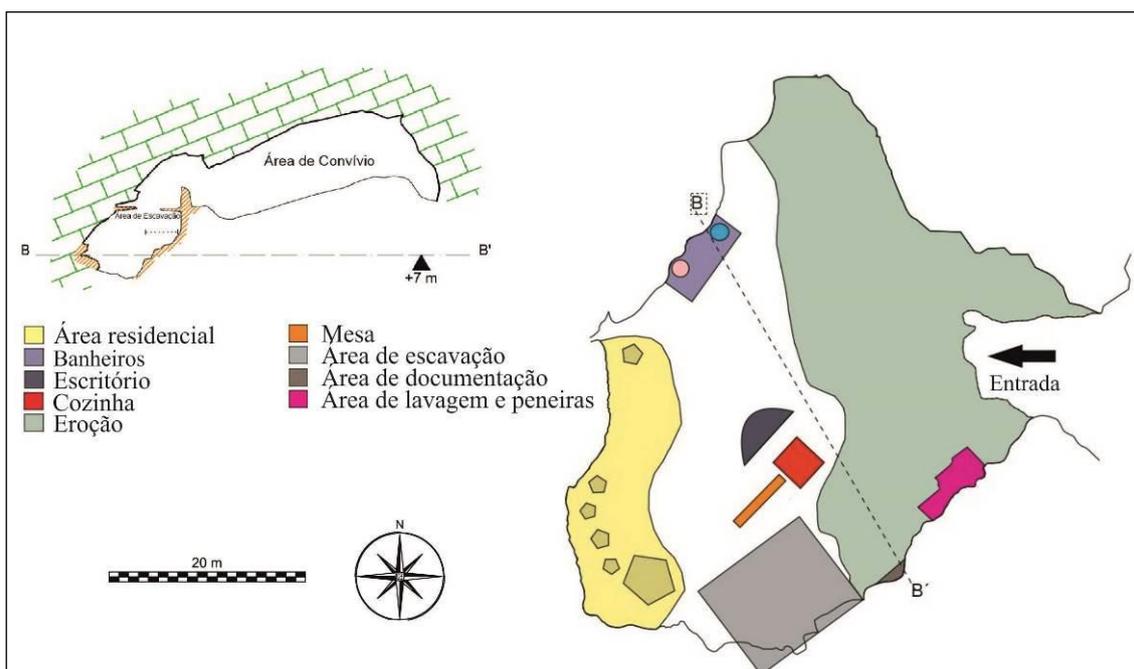
Para otimizar o tempo de trabalho, a área de escavação está equipada com uma mesa sobre a qual são realizados os desenhos da escavação e a documentação gráfica

necessária. O sedimento da escavação é processado na área mais luminosa, que é a entrada da caverna, próxima ao mar. O sedimento é peneirado com malhas de 1mm. A área de peneiramento é adjacente à lavagem. Periodicamente as sacolas com os artefatos recuperados são divididas em macro-categorias (líticos, macro-fauna, micro-fauna, coprólitos, malaco-fauna, carvão) e os materiais são quantificados e inventariados num catálogo digital. Isso atende a dois requisitos: preparar os dados para a documentação do relatório anual destinado à *Soprintendenza* e organizar a fase da pesquisa e estudo de laboratório pelos vários especialistas.

A baraca do escritório é o coração científico da missão. Ali são realizados todos os trabalhos que precisam de recursos informáticos, como observar a distribuição espacial do material escavado, fazer modelos 3D e fotoplanos (para verificar se a qualidade desses modelos atende os requisitos desejados), a administração geral da documentação informática da escavação, compilar o inventário dos materiais e, enfim, reservar uma área de palestra e apresentação do contexto para os alunos e convidados de outras instituições. Todos os anos a equipe de escavação apresenta o trabalho realizado para os recém-chegados; e os colegas de visita à gruta podem apresentar o seu trabalho, de modo a aproveitar a oportunidade para um intercâmbio científico e para discussões de temáticas pré-históricas. Para garantir a energia necessária para o acampamento base, incluindo a iluminação, os bombeiros (*Corpo dei Vigili del Fuoco di Grosseto*) fornecem um gerador 220V a gasolina. Estes também fornecem a iluminação especial para a área de escavação. O gerador é colocado em uma área marginal e externa às áreas da vida por razões de segurança, diminuir o ruído e manter o ar saudável no interior da caverna.

Na parte mais escura da caverna, está localizada a área residencial; cada pesquisador tem sua própria barraca, de modo a manter sua privacidade. A tendacozinha tem um fogão de campo com botijão de gás. A preparação das três principais refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) é executada por turnos. Os suprimentos são armazenados em caixas isolantes. O reabastecimento dos alimentos e água potável é feito semanalmente. As louças são lavadas no mar com sabão marinho biodegradável e o lixo é dividido segundo sua característica reciclável e é removido semanalmente. Por fim, os banheiros químicos estão divididos por gênero em duas tendas (Figura 8, Figura 9).

Figura 8: Divisão do espaço na gruta (Des. F. Parenti, G. Boschian e G. Marciani).



Fonte: (Des. F. Parenti, G. Boschian e G. Marciani).

Figura 9: Panorama do interior da gruta.



Fonte: Acervo do autor.

3.4 Logística e segurança

A organização e a pesquisa na caverna não seria possível sem o apoio dos bombeiros (*Corpo dei Vigili del Fuoco di Grosseto*). De um ponto de vista logístico, o apoio deles consiste em equipar um pequeno pier para atracar com as embarcações. Além disso, outros suprimentos básicos garantidos por eles são o gerador de energia e uma grande lâmpada esférica que permite iluminar e eliminar as sombras durante a escavação. Com relação à segurança, além de verificar a ausência de fatores de perigo

dentro da gruta antes de cada campanha de escavação, eles monitoram o estado do campo e fornecem extintores de incêndio e os posicionam em pontos estratégicos na gruta.

A *Croce Rossa* (Cruz Vermelha) de *Porto Ercole* disponibilizou um espaço para armazenar o equipamento pesado necessário para montar o acampamento base.

3.5 Financiamento

A escavação é regularmente financiada pela *Università degli Studi di Siena* e pela *Comune di Monte Argentario*. A partir de 2016, graças a redes entre a equipe de investigação e a comunidade local, que começou a perceber concretamente a importância do projeto de investigação no território, a escavação também foi patrocinada por instituições como a *Banca di Credito Cooperativo di Castagneto Carducci*, *Rotary Club di Orbetello* e o supermercado *Coop Tirreno di Orbetello*. Esses recursos são investidos na investigação e visibilidade para torná-las mais amplas e mais duráveis.

3.6 Visibilidade sobre *social network*, jornais e televisão

A fim de obter uma maior visibilidade, no ano de 2016, durante a campanha de escavações, foi aberta uma página no Facebook (grottadeisanti@scavo.it) que permite um relacionamento com uma vasta gama de pessoas. Dada a dificuldade de visitar a caverna durante a escavação, são publicadas notícias e fotos durante as campanhas, para envolver as comunidades locais e as pessoas interessadas na pesquisa. Em poucos meses, alcançamos aproximadamente 600 “curtidas”. A ideia de utilizar uma plataforma social para uma escavação arqueológica está ligada à capacidade de ter contato imediato com o usuário. Aqueles que visitam a caverna podem se aproximar rapidamente e podem ter um papel de protagonista, “marcando” as suas fotos na caverna e publicando suas impressões através de mensagens privadas e públicas.

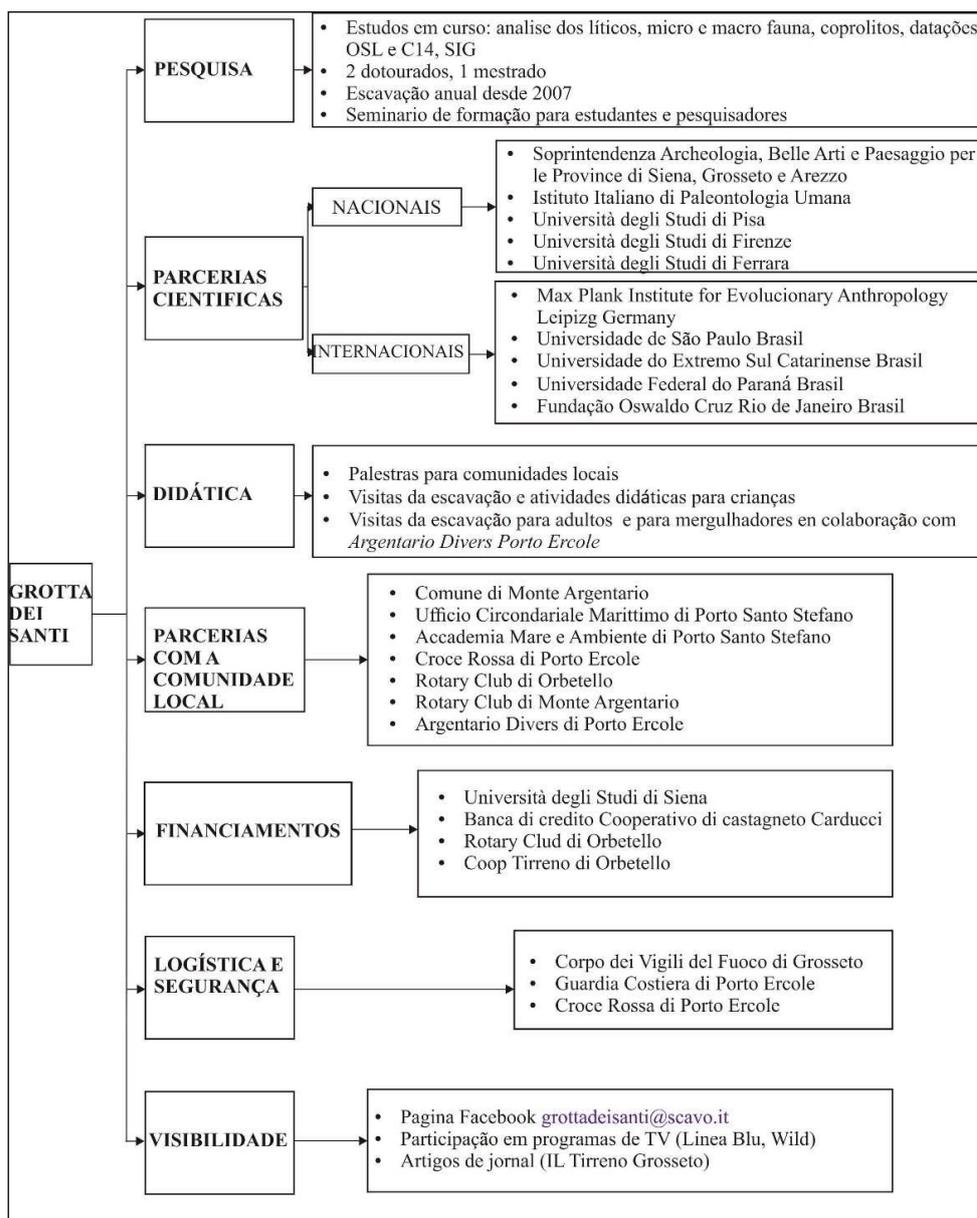
Entre os vários programas de televisão sobre o projeto, citamos *Linea Blu*, um programa nacional de sensibilização sobre o mar e sua cultura que tem dedicado parte de um episódio, exibido em 2/8/2014, às escavações de GDS (disponível em:

<http://www.rai.it/dl/RaiTV/programmi/media/ContentItem-ad7bd97c-9b8a-497a-9bc4-9bb26a1cfaa8.html>) e também o programa *Wild*. Mais informações públicas foram fornecidas por programas e noticiários jornalísticos regionais e o jornal *Il Tirreno di Grosseto*.

4. Considerações Finais

O trabalho realizado ao longo dos anos na GDS mostrou a necessidade de um planejamento cuidadoso e de uma otimização dos recursos humanos. Isto conduziu, não só a um aumento do número de participantes, mas também a sua seleção qualitativa. A mudança na gestão da escavação em 2013 e o apoio fundamental do Corpo de Bombeiros e das comunidades locais permitiram o progresso nos resultados da pesquisa, marcando o início de uma rede de contatos e de um círculo virtuoso que levou à possibilidade de obter financiamentos e à extensão da rede científica e divulgativa graças à visibilidade das redes sociais e da televisão (Figura 10).

Figura 10: Gestão integrada do projeto de pesquisa e valorização de GDS.

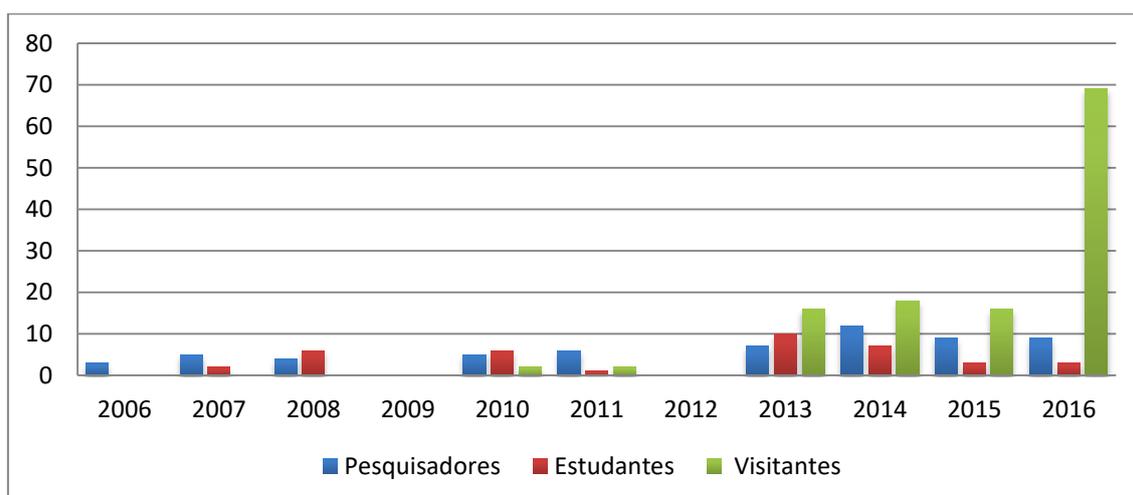


Fonte: Elaboração nossa.

A presença de uma equipe de pesquisadores interdisciplinares proporciona aos alunos o contato com um ambiente de pesquisa extremamente instrutivo. A decisão de manter uma equipe de escavação fixa na gruta aprimorou a logística relacionada a gestão dos recursos financeiros, tempo de escavação e coleta das informações científicas. Além disso, tornou o sítio mais acessível a pesquisadores externos e convidados.



Figura 11: Visitantes turistas, estudantes e pesquisadores na gruta.



Fonte: Elaboração nossa.

Esse modelo de gestão tem como objetivo a pesquisa e a valorização do sítio arqueológico e sua vinculação com o território, e, nos últimos anos, observam-se resultados positivos dessa conduta. Após 10 anos de pesquisa, o projeto GDS está começando a ter seu próprio espaço no mundo acadêmico e a ser apreciado e apoiado localmente. A forma de gestão GDS não nasceu de uma imposição hierárquica, mas por uma co-participação dos integrantes. Tudo isso foi possível graças à colaboração entre universidades e comunidade local, que levaram à formação de redes de segurança, presentes não só entre instituições, mas especialmente entre os membros. Tem que ser enfatizado que há associação de pesquisadores, voluntários e bombeiros. O que proporciona a continuidade do projeto não são pessoas necessariamente vinculadas a instituições de pesquisa, mas sim indivíduos motivados pelo desejo pessoal de garantir que todos os anos a pesquisa possa ser realizada e a equipe possa voltar a se reunir mais uma vez no belíssimo contexto de Grotta dei Santi.

Referências

AURELI, Daniele et al. **Neandertals amongst Neandertals in Central-Southern Italy**. In: ATTI DEL XVII CONGRESSO UISPP, Quaternary International, 2014.

BLANC, Alberto Carlo. **Scavi e ricerche a Monte Circeo e nella regione di Roma**. Quaternaria II, p. 287-291, 1955.

BOËDA, Eric. **Techno-logique & Technologie. Une Paléo-histoire des objets lithiques tranchants**. Paris: @ rchéo-éditions.com, 2013.



BORZATTI VON LÖWENSTERN, Edoardo. La grotta-riparo di Uluzzo C (campagna di scavi 1964). *RivScPreist* XX, v. 1, p. 1-31, 1965.

BULGARELLI, G. M. **Industria musteriana della Barma Grande ai Balzi Rossi di Grimaldi (Liguria)**. In: MEMORIE DELL'ISTITUTO DI PALEONTOLOGIA UMANA 2, 1975.

CAPECCHI, Giulia; MARCIANI, Giulia; SPAGNOLO, Vincenzo. **Scheda di Sito: GDS: indagini 2015**. Disponibile em:
<http://www.fastionline.org/micro_view.php?itemkey=fst_cd&fst_cd=AIAC_3302>.

CREZZINI, Jacopo; MORONI, Adriana. Archeozoologia. La ricostruzione del comportamento umano dall'esame dei resti faunistici recuperati nei siti archeologici. *Etruria Natura*, v. IX, p. 36-43, 2012.

FREGUGLIA, Margherita et al. Monte Argentario (GR). Cala dei Santi: GDS. **Notiziario della Soprintendenza per i Beni Archeologici della Toscana**, v. 3, p. 488-491, 2007.

FREGUGLIA, Margherita et al. Monte Argentario (GR). Cala dei Santi: GDS. **Notiziario della Soprintendenza per i Beni Archeologici della Toscana**, v. 4, p. 377-380, 2008.

HORWITZ, Liora Kolska; GOLDBERG, Paul. A study of Pleistocene and Holocene hyaena coprolites. *J. Archaeol. Sci.*, v. 16, p. 71-94, 1989.

MONTANARI CANINI, G. **Grotta dei Santi, Monte Argentario (GR): i piccoli mammiferi dei livelli musteriani**. Tesi di Master Università degli Studi di Ferrara, 2014.

MORONI, Adriana et al. Nuove ricerche alla GDS (Monte Argentario, Grosseto). In: NEGRONI CATAACCHIO, N. (a cura di). **Atti del Nono Incontro di Studi Preistoria e Protostoria in Etruria - Valentano (Vt) – Pitigliano (Gr)**, 12-14 Settembre 2008, "L'Alba dell'Etruria. Fenomeni di Continuità e trasformazione nei secoli XII-VIII a.C. Ricerche e scavi I, p. 649-662, 2010.

MORONI, Adriana; FREGUGLIA, Margherita; GAMBOGI, Pamela. Gli antichi abitanti del Monte Argentario. **Talp Rivista della Federazione Speleologica Toscana**, v. 47, p. 53-59, 2013.

MORONI, Adriana et al. Monte Argentario (GR). Grotta di Cala dei Santi (Concessione di Scavo). **Notiziario della soprintendenza per i Beni Archeologici della Toscana**, v. 10/2014, p. 364-366, 2015.

NICOLUCCI, Giustignano. Di alcune armi ed utensili in pietra rinvenuti nelle provincie meridionali d'Italia. **Mem Atti R. Acc. Sc. Fis. Mat.**, v. 3, n. 6. 1869.



OOSTERBEEK, Luis. Nosso futuro comum. 25 anos depois: Dez questões da ansiedade para a práxis da gestão do território. In: SCHEUNEMANN, I.;

OOSTERBEEK, L. (Orgs.). **Um novo paradigma da sustentabilidade: teoria e práxis da gestão integrada do território.** Rio de Janeiro: IBIO, 2012. p. 27-44.

PALMA DI CESNOLA, Arturo. Seconda campagna di scavi nella Grotta del Cavallo (Lecce). **RivScPreist XIX**, v. 1-2, p. 23-39, 1965.

REINHARD, Karl J. Y.; BRYANT JR., Vaughn M. **Coprolite analysis: a biological perspective on archaeology.** En Schiffer M.B., Ed. *Archaeological Method and Theory* 4. Tucson, AZ: University of Arizona Press, 1992. p. 245-288.

ROMAGNOLI, Francesca et al. Evaluating the performance of the cutting edge of Neanderthal shell tools: A new experimental approach. Use, mode of operation, and strength of *Callista chione* from a behavioural. **Quina perspective. Quaternary International**, 2015.

SALVAGNOLI, A.; MARCHETTI, A. Armi e utensili nella grotta de'Santi presso il Monte Argentario. **Atti 5 Riunione degli Scienziati Italiani**, p. 264, 1843.

SEGRE, Aldo. Giacimenti pleistocenici con fauna e industria litica a Monte Argentario (Grosseto). **RSP XIV**, v. 1-4, p. 1-18 1959.

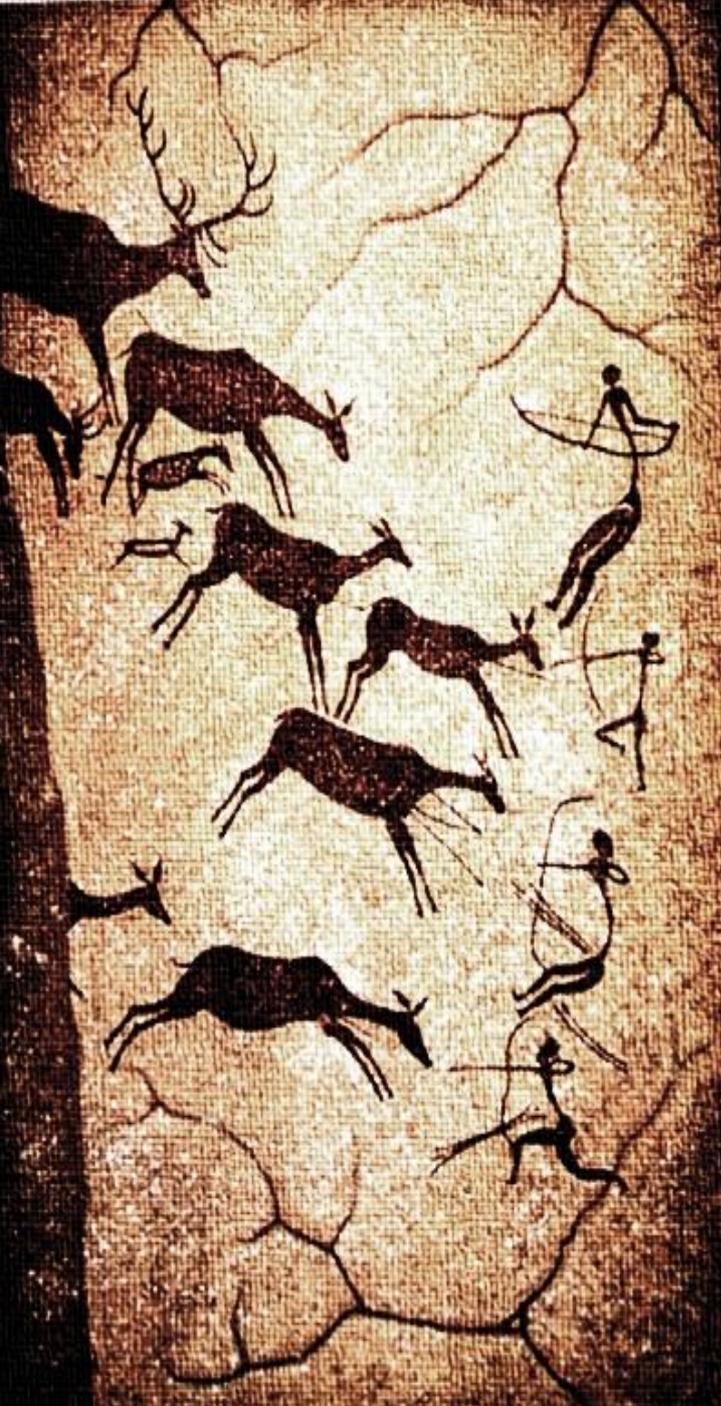
SPAGNOLO, Vincenzo et al. Il mare cancella, il mare conserva. Nuove evidenze sulle dinamiche di popolamento degli ultimi Neandertal in Italia centrale da Grotta di Cala dei Santi (Grosseto). The sea destroys, the sea preserves. New evidence on last Neandertals in Central Italy from Grotta di Cala dei Santi (Grosseto). In: PRIMO INCONTRO ANNUALE DI PREISTORIA E PROTOSTORIA – IIPP, DAFIST, Via Balbi, 2-4, Genova, 4-5 fev., 2016a.

SPAGNOLO, Vincenzo et al. **Scheda di Sito: GDS 2016.** Disponível em; <http://www.fastionline.org/excavation/micro_view.php?fst_cd=AIAC_3302&curcol=sea_cd-AIAC_8628 2016b>.

SPAGNOLO, Vincenzo et al. Un tuffo nel mondo dei Neandertaliani: GDS (Argentario). **Argentariana**, v. I, n. 1, p. 3-7, 2017.

VELÁZQUEZ, Nadia Jimena et al. Palynological analysis of camelid coprolites: seasonality in the use of the site Cerro Casa de Piedra 7 (Santa Cruz, Argentina). **Quaternary Science Reviews**, v. 83, p. 143-156. 2014.

Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.



LA ZONIFICACIÓN ARQUEOLÓGICA EN LA CUENCA DEL RÍO SANTA LUCIA, URUGUAY, COMO HERRAMIENTA DE GESTIÓN TERRITORIAL: SINERGIAS Y CONFLICTOS EN EL DESARROLLO SUSTENTABLE

Laura Beovide*

Resumo: Os estudos arqueológicos pré-históricos com foco na região têm como resultado uma fonte de dados analíticos relevantes para a definição de padrões de assentamento em diferentes escalas espaciais e temporais. Quanto à gestão integral do patrimônio arqueológico, isso pretende ser uma contribuição fundamental para a construção de zonas arqueológicas com diferentes tipos de gestão orientadas à investigação, conservação e valorização. Apresenta-se a experiência adquirida com o uso de zoneamento arqueológico pré-histórico para desenvolver estudos de impacto com a inclusão de grandes áreas de território e a sua utilização no plano de ordenamento territorial para a bacia do Rio Santa Lúcia, no Uruguai. São analisados também as sinergias e os conflitos na aspiração do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Zoneamento arqueológico. Gestão territorial. Arqueologia regional.

Resumen: Los estudios arqueológicos prehistóricos realizados con un enfoque regional resultan en un insumo analítico relevante a la hora de definir patrones de asentamiento a distintas escalas espaciales y temporales. En el camino de la gestión integral del patrimonio arqueológico, lo anterior se plantea como un aporte básico para la construcción de zonas arqueológicas con distintos tipos de manejo orientados hacia la investigación, conservación y puesta en valor. Se exponen las experiencias recogidas en el uso de la zonificación arqueológica prehistórica dirigida a la elaboración de estudios de impacto con afectación de áreas amplias de territorio, así como su uso en el Plan de Ordenamiento para la cuenca del río Santa Lucía, Uruguay. Se analizan las sinergias y conflictos en la aspiración del desarrollo sustentable.

Palabras clave: Zonificación arqueológica. Gestión territorial. Arqueología regional.

* Centro de Investigación Regional Arqueológica y Territorial (CIRAT-San José), Dirección para el Desarrollo de la Ciencia y el Conocimiento, MEC, Uruguay. Dirección. Doctora (especialidad Arqueología); Magister en Ciencias Ambientales, Licenciada en Ciencias Antropológicas con especialidad en Arqueología). UDELAR, Uruguay.
Email: beovide@mec.gub.uy
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018112-131



REVISTA
MEMORARE


www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introducción

El patrimonio arqueológico prehispánico en área metropolitana de la ciudad de Montevideo (figura 1, BEOVIDE; CAPORALE, 2009) se puede caracterizar, por un lado, por casi dos décadas de investigación científica; y por otro, por su baja visibilidad en el paisaje en un área donde se desarrollan actualmente distintos conflictos de intereses mayormente vinculados con el desarrollo urbano, minero e industrial en localidades insertas en la reciente área protegida de los Humedales del río Santa Lucía.

El presente artículo expone brevemente un análisis de tres casos que apuntan a desarrollar aspectos que hacen a la gestión integral arqueológica del área metropolitana de Montevideo ocurridos entre los años 2005-2013. En ellos, se delinea el marco de gestión patrimonial, así como las distintas estrategias y herramientas utilizadas en la misma.

Figura 1: Mapa señalando la ubicación de la Región Metropolitana y el río Santa Lucía.



Fonte: BEOVIDE; CAPORALE, 2009.

En estos tres casos la zonificación arqueológica (construida desde el análisis del registro arqueológico regional hacia áreas arqueológicas, zonificación arqueológica preliminar y zonificación potencial, que serán definidas más adelante) aunada de aspectos vinculados a la coordinación institucional e involucramiento de las comunidades afectadas, se presentan como las herramientas de gestión territorial con mejor resolución en la prevención, corrección y mitigación del impacto arqueológico en los casos de obras de ingeniería que involucran grandes superficies. Se analizará, en ese sentido, el caso del uso de la zonificación para la gestión del patrimonio arqueológico afectado por la obra de la central-línea térmica Punta del Tigre y el proyecto de Plan de Saneamiento IV de Montevideo. A lo anterior se suma otro caso vinculado al uso de la zonificación arqueológica en los Planes de Ordenamiento Territorial de una ciudad (Ciudad del Plata) inserta en el área protegida de los Humedales del río Santa Lucía de reciente promulgación.

2. Marco de Análisis

La cuenca baja del río Santa Lucía (figura 1) ha sido estudiada desde el punto de vista arqueológico desde el año 1998 (BEOVIDE, 2001, 2009, 2013; BEOVIDE; CAPORALE, 2009). La investigación ha logrado sistematizar distintas áreas arqueológicas en relación a un registro arqueológico regional que da cuenta de cinco milenios de presencia humana en el área por parte de grupos horticultores costeros (BEOVIDE, 2013). La investigación de dicho registro arqueológico regional se ha desarrollado fundamentalmente en el marco de la llamada Arqueología del Espacio (ROSSIGNOL; WANDSNIDER, 1992) y se ha hecho énfasis en la interpretación del registro arqueológico desde su forma, función y sentido considerando el desarrollar una visión integradora de esos aspectos (BEOVIDE, 2013) en el entendido de que tienen mucho que aportar a la gestión del patrimonio tanto cultural como natural (AMADO et al., 2002) y al desarrollo creciente de una Teoría de la Gestión del Patrimonio (CRIADO, 1999). En este sentido se puede considerar que el registro arqueológico “es un producto del pasado, está constituido por formas que existen físicamente en el presente, por lo tanto presentan problemas prácticos, de conservación, protección,

recuperación, valoración... en definitiva problemas de gestión” (AMADO et al., 2002, p. 16).

Las distintas áreas arqueológicas han sido delimitadas en base al estudio del registro arqueológico regional, analizado desde los procesos de formación tanto naturales como culturales y sus interrelaciones (BEOVIDE, 2013). Cabe aclarar que, desde la óptica de este trabajo, el estudio del registro arqueológico regional ha sido considerado no como una mera yuxtaposición de elementos en un marco espacial en el que se ubican objetos arqueológicos, sino una síntesis de sus relaciones a lo largo del tiempo (OREJAS, 2001). Esta idea permite presentar un modelo de gestión del patrimonio arqueológico integrado al patrimonio natural, desde las relaciones establecidas en la etapa de la investigación.

Los pasos en los que se enmarca la gestión del patrimonio arqueológico tienden también a considerar los problemas de gestión de forma integral (AMADO et al., 2002) e involucran la investigación que se conecta constantemente con los siguientes pasos de la gestión patrimonial arqueológica como son: la protección-conservación y puesta en valor.

Las áreas arqueológicas analizadas en los casos de estudio se construyeron en base a la consideración de la investigación sistemática en la cuenca del río Santa Lucía y costa del Río de la Plata (BEOVIDE, 2013). Como paso siguiente, se determinaron zonas arqueológicas a partir de la valoración de las áreas arqueológicas en relación a: la integridad del registro arqueológico, potencial de investigación y significación en el estudio de la prehistoria de la región. Se establece posteriormente una Zonificación arqueológica preliminar (basada en las áreas arqueológicas conocidas) y zonificación arqueológica potencial (que se define en base la probabilidad de ubicarse restos arqueológicos en ambientes y paleoambientes similares a los ya conocidos por el emplazamiento de las áreas arqueológicas conocidas). En una siguiente instancia, sobre la zonificación preliminar y potencial arqueológica, se analizaron los impactos que la obra o emprendimiento produciría sobre dichas zonas (si impacta directamente, si hay intervención con modificación del terreno y afectación de sitios, entre otros).

Como resultado de lo anterior, se genera una zonificación relativa al riesgo patrimonial producido por el impacto potencial de la obra y se establecieron

recomendaciones de actuación para la mitigación o corrección del impacto de la obra sobre las zonas arqueológicas.

En los planes de Ordenamiento Territorial arqueológico, se plantearon para cada zona arqueológica recomendaciones de actuación y manejo que fueron analizadas posteriormente junto a factores ambientales y sociales en la elaboración del Plan de Ordenamiento general (por ejemplo: Ciudad del Plata, San José, Uruguay, BEOVIDE et al., 2013).

El marco legal e instrumentos de gestión ambiental, que hacen posible este modelo de gestión que impulsa la gestión integrada del patrimonio arqueológico, están referidos en Uruguay a leyes vinculadas al Patrimonio, Ordenamiento Territorial, Impacto Ambiental, Áreas Naturales Protegidas. En este sentido, a partir del año 1994 se cuenta con el instrumento de preventivo de gestión ambiental llamado: Estudio de Impacto Ambiental. Este ha sido previsto en la ley de Impacto Ambiental (Ley N° 16.466, de 19 de enero de 1994 y su decreto reglamentario - originalmente, el Decreto 435/994, de 21 de setiembre de 1994 - que fue sustituido en el año 2005 por el Decreto 349/005). Hasta el año 2013, el área del Bajo río Santa Lucía se inscribe dentro de una política patrimonial que solo tiende a responder con la herramienta del Impacto Arqueológico, como parte de los Estudios de Impacto Ambiental, como única estrategia dirigida a evitar y/ o mitigar los impactos provocados por las obras de desarrollo económico sobre los sitios arqueológicos. Esto se debe a que la Ley de Patrimonio (Ley 14040, Publicada D.O. 27 oct/971 - N° 18667), promulgada el 14 de octubre de 1971, no tiene en cuenta adecuadamente las características del patrimonio arqueológico prehistórico y los mecanismos para su protección in situ más allá de la figura de Patrimonio Histórico Nacional. Es entonces que la herramienta de protección - el Estudio de Impacto Arqueológico - cobra relevancia presentando sus fortalezas y sus debilidades para la protección del patrimonio arqueológico (BEOVIDE; CAPORALE, 2009b). Una de las debilidades apuntan a que el estudio de Impacto Arqueológico, así como el estudio de Impacto Ambiental, se circunscribe, en la mayoría de los casos, a la problemática del espacio que abarca la obra y no contextualiza sus resultados en la problemática general del área (BEOVIDE; CAPORALE, 2009 a y b).

A partir de la promulgación de la Ley N° 18.308 de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible del 30 de junio de 2008, surge, por primera vez en Uruguay, un



marco legal de gestión planificada del territorio a nivel nacional (Art. 3). Para la gestión del patrimonio cultural-arqueológico, la importancia de esta normativa radica en que se establecen criterios y herramientas para la conservación, uso y valorización del mismo en un aunado a planes de desarrollo territorial. La gestión de los bienes patrimoniales, constituye un criterio ordenador de la gestión territorial, abriendo la posibilidad de tener parámetros de conservación patrimonial a nivel de política pública y para todo el territorio, por ejemplo, en el Art. 4º se especifica que la identificación y definición de áreas, por su interés ecológico, patrimonial, paisajístico, cultural, constituyen materia del ordenamiento territorial (BEOVIDE et al., 2013).

Si bien los casos que se van analizar solo trataran ejemplos vinculados al Estudio de Impacto Arqueológico dentro del Estudio de Impacto Ambiental, o a Estudios de Viabilidad Ambiental de Localización y de Ordenamiento Territorial, es necesario aclarar que a partir del 9 febrero del año 2015 la cuenca inferior del río Santa Lucía se incorpora al Sistema Nacional de áreas Naturales Protegidas. Se ha valorado (BEOVIDE; CAPORALE, 2000, 2001, 2003; BEOVIDE et al., 2013), entonces, que se debe establecer un plan de manejo sustentable de los recursos culturales en torno a la investigación, protección y socialización en el marco de la creación de un área protegida, dentro del Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas, de también reciente promulgación legal en el Uruguay.

3. Metodología

La zona donde se ubican los casos de estudio se localiza en la cuenca inferior del río Santa Lucía y costa del río de la Plata, en el sur del territorio Uruguayo situada en el área metropolitana de Montevideo (figura 1). Parte de dicha área se ubica actualmente en el área protegida Humedales del Santa Lucía y forma parte reciente del sistema de áreas protegidas del Uruguay como se ha mencionado.

Para analizar la construcción de las distintas zonas arqueológicas en el área de la cuenca del río Santa Lucía y su efectividad como instrumento de gestión, se tomaron en cuenta, por un lado, dos estudios de impacto de estos últimos diez años que tuvieron una afectación territorial de ca. 400 Km² cada uno. Uno de ellos vinculado a una línea térmica (BEOVIDE, 2006), y el otro, a obras de saneamiento (BEOVIDE, 2012). Y por



otro, la construcción de zonas arqueológicas orientadas al Plan de Ordenamiento Territorial de la Cuenca Inferior del río Santa Lucía y de Ciudad del Plata (BEOVIDE et al., 2013).

Para la construcción de las áreas arqueológicas, se consideró el registro arqueológico regional (BORRERO; LANATA, 1992) teniendo en cuenta: a) la identificación de los sitios/localidades arqueológicas mediante metodología de prospección superficial y estratificada resultado de la investigación sistemática del área (BEOVIDE, 2012). b) El registro mediante un sistema de información geográfica. c) la identificación de un patrón de asentamiento considerando las variables ambientales y paleoambientales (BEOVIDE, 2013).

En relación a la zonificación arqueológica, se tuvo en cuenta: a) El diagnóstico del estado de conservación y su potencial para la investigación de cada zona arqueológica; b) La valoración del potencial de investigación, conservación, puesta en valor de las áreas arqueológicas. En relación a lo anterior, se construyeron zonas arqueológicas preliminares basadas en las áreas arqueológicas conocidas (BEOVIDE, 2013): Zona A en la que está probada la existencia de restos arqueológicos de valor relevante. Zona B en la que está probada la existencia de restos arqueológicos, pero se requiere la verificación de su valor o de su delimitación espacial definitiva. A su vez, se definen zonas arqueológicas prospectivas: Zona C se define como un área de alta probabilidad de aparición de restos arqueológicos, aunque su ubicación no se pueda establecer con toda seguridad o estos puedan aparecer dañados. Zona D se define como una zona de menor importancia relativa dado los factores de alteración que actúan en los mismos.

Sobre la base de la zonificación preliminar y potencial, para el caso de los Estudios de Impacto Arqueológico, se analizó el impacto de la obra o el emprendimiento sobre las zonas arqueológicas y se propusieron distintas medidas de corrección y mitigación de dichos impactos. En el caso de los estudios de Ordenamiento Territorial, se propusieron medidas de conservación, investigación y de puesta en valor de dichas áreas.

Por último, para analizar la efectividad como instrumento de gestión de las zonas arqueológicas, se tuvo en cuenta las debilidades y conflictos que generan así como las fortalezas y las oportunidades para la gestión territorial integrada.

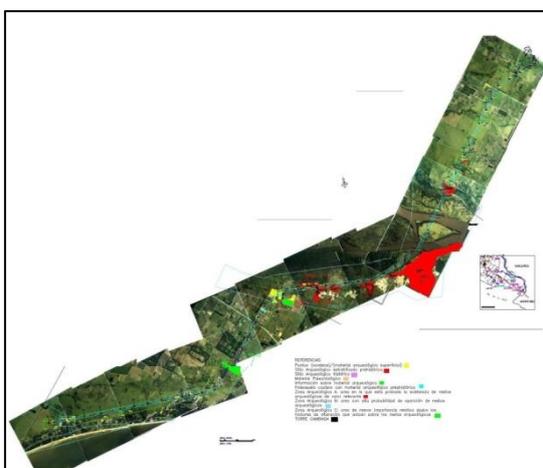


4. Análisis de casos

4.1 Caso 1: Zonificación arqueológica aplicada a estudios de impacto: Línea y Central Térmica de Punta del Tigre

En el año 2005, se toma contacto con el proyecto de Central Térmica de Emergencia de Punta del Tigre (Departamento de San José) y la Línea Térmica LAT 150 Kv. Punta del Tigre - Las Brujas (Departamentos de San José y Canelones) cuyo proponente es la UTE (Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas) (BEOVIDE, 2006). El proyecto se ubicó dentro del área metropolitana que abarca los Departamentos de Montevideo, San José y Canelones. Esta área es muy sensible desde el punto de vista ambiental, ya que se localiza en el tramo costero medio del Río de la Plata, y en la desembocadura de uno de los principales tributarios de agua dulce del Plata como es el río Santa Lucía (figura 2). El área cuenta con la presencia de ecosistemas de humedales mixohalinos con alta productividad biológica que han sido de fundamental relevancia para la ocupación humana desde el Holoceno medio (BEOVIDE, 2009, 2013). Específicamente las obras vinculadas al proyecto de la Central Térmica están insertas, desde el año 2015, en el área que forma parte actualmente del Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Humedales del Santa Lucía).

Figura 2: Zonificación arqueológica vinculada al proyecto de Central Térmica de Emergencia de Punta del Tigre (Departamento de San José) y la Línea Térmica LAT 150 Kv. Punta del Tigre - Las Brujas.



Fonte: (BEOVIDE, 2006).



Sin embargo, el Estudio de Impacto (EIA, Estudio de Impacto Arqueológico) evaluó la edificación de una Central Térmica de Emergencia en la zona de Punta del Tigre, Departamento de San José (BEOVIDE, 2006). Esta Central presentó en una primera etapa implementada entre los años 2005-6 una serie (4) de usinas generadoras de energía localizadas dentro de un área de 130 x 165 metros. La línea térmica se extendió desde la Central Térmica de Emergencia de Punta del Tigre por 20 km hasta a una línea preexistente en la zona de Las Brujas (Canelones). El trayecto se cubrió con 52 torres de alta tensión, ubicadas aproximadamente a 400 metros entre sí, con cableado aéreo, figura 2.

Al trabajar en el diagnóstico inicial de la obra en base a la delimitación de las áreas arqueológicas provenientes del conocimiento arqueológico del área, se observó que había un impacto directo de las torres de alta tensión sobre un área importante de sitios arqueológicos conocidos. Usando la metodología descrita, se realizó la zonificación preliminar (figura 1). A esta zonificación preliminar, se le sumó la zonificación potencial y actividades de prospección en el terreno (BEOVIDE, 2006) que terminaron de categorizar la zonificación del área. En este sentido, después del trabajo de campo, muchas zonas que habían estado en la categoría C pasaron a B. En función de la nueva categorización, se propusieron, para cada una de las zonas arqueológicas distintas, medidas de corrección de la obra o de mitigación de sus impactos.

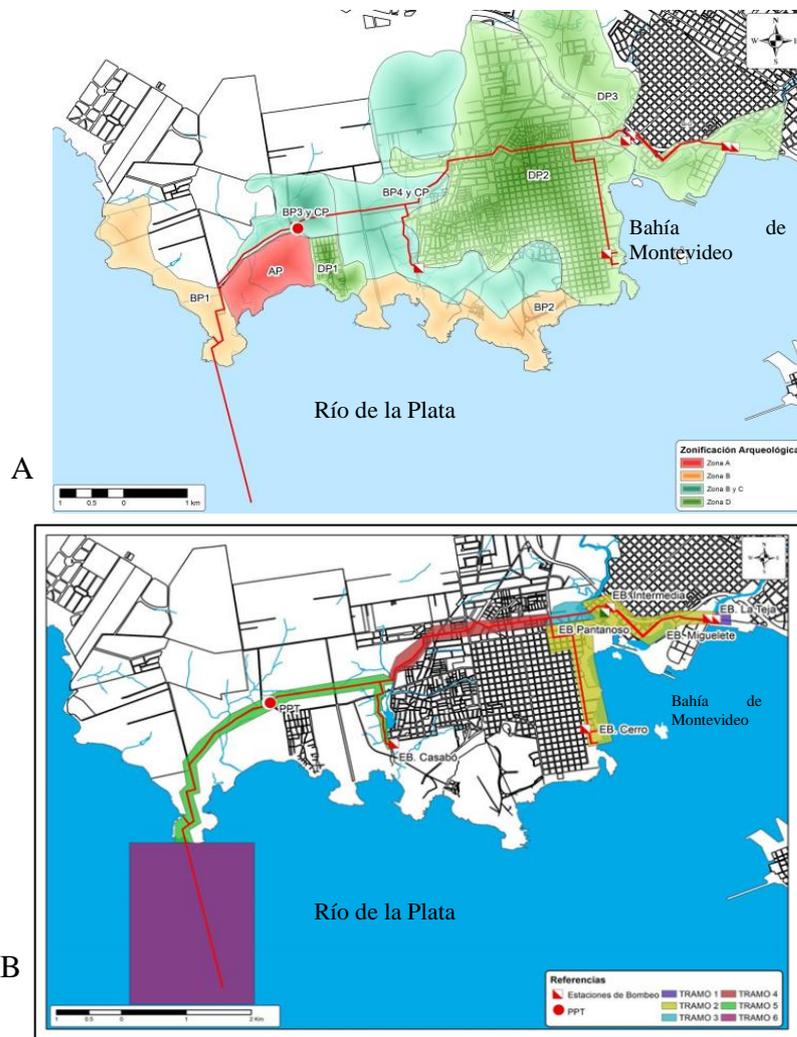
La valoración arqueológica en relación a cada zona fue un instrumento eficaz para trabajar con un tipo de registro arqueológico con visibilidad media a baja en el paisaje. Algunas de las medidas de mitigación comprendieron: el cambio de lugar de las torres de alta tensión con el consecuente cambio de trazado y la generación vías de circulación hacia las torres que no impactaran los sitios (BEOVIDE, 2006). Estas medidas fueron fruto de un proceso de negociación entre organismos del Estado (UTE, Gobiernos Departamentales de San José y Canelones), las empresas constructoras, los técnicos y distintos actores sociales (BEOVIDE, 2006).

El rescate arqueológico no llegó a plantearse ya que se pudo corregir la obra previo a su instrumentación en el marco de un proceso de negociación.

4.2 Caso 2: Zonificación arqueológica aplicada en planificación de viabilidad y estratégica del plan de Saneamiento IV Montevideo:

En este caso, se presenta el análisis realizado entre los años 2011 y 2012 vinculado al estudio de corrección de los impactos sobre el patrimonio arqueológico a medida de generarse las distintas fases del proyecto de Plan de Saneamiento IV, Montevideo (BEOVIDE, 2012).

Figura 3: Ejemplo de zonificación relativa al Plan de Saneamiento IV. A. Zonificación arqueológica prehistórica, B. Tramos (zonas) con propuestas de distintos tipos de actuación.



Fonte: BEOVIDE, 2012.

El proyecto de plan de saneamiento consideró cuatro tipos de obras: conducciones e emisario sub acuático - obras lineales -, estaciones de bombeos y planta de pre-tratamiento - obras en área - (BEOVIDE, 2012). La dinámica de Estudio de Impacto Arqueológico implicó una primera etapa de estudio de viabilidad de cada componente del proyecto y su impacto patrimonial.

Este trabajo fue realizado coordinado con el equipo de Evaluación de Impacto Ambiental y los ingenieros responsables del proyecto. En ese proceso de trabajo, se evaluaron las diversas alternativas de localización de las obras que conformarían el plan de saneamiento, minimizando o eliminando muchos de los impactos principales sobre el patrimonio arqueológico conocido.

El proceso se ordenó en cuatro actividades principales (BEOVIDE, 2012): 1) Análisis patrimonial de alternativas: elaboración de un análisis patrimonial comparativo de las alternativas existentes a nivel de anteproyecto, con indicación de ventajas y desventajas ambientales, descripción del anteproyecto seleccionado, identificación y evaluación de impactos patrimoniales. 2) Identificación completa de los impactos patrimoniales potenciales: caracterización patrimonial y evaluación de los impactos que resultaron clasificados como patrimonialmente significativos. 3) Identificación de riesgos ambientales y patrimoniales: elaboración de una tabla síntesis de riesgos probables ante fallas de funcionamiento del sistema, con indicación de acciones sugeridas. 4) Medidas de mitigación y plan preliminar de gestión patrimonial: Elaboración de medidas de mitigación y elaboración del plan preliminar de gestión (BEOVIDE, 2012).

La zonificación arqueológica preliminar y potencial se realizó en base a los antecedentes bibliográficos y al conocimiento de patrones de asentamiento prehispánico e histórico de un área, que si bien esta en la zona oeste de Montevideo, no forma actualmente parte del área protegida de los Humedales del río Santa Lucía (figura 3).

El proyecto presentó desde los comienzos una potencial afectación del patrimonio subacuático. En relación al mismo, además de trabajar sobre registro arqueológico subacuático conocido, se utilizó el análisis de las sonografías a partir del relevamiento del lecho del Río de la Plata próximo a Punta Yeguas por el Sonar de Barrido Lateral (BEOVIDE, 2012).



En todo el proceso se fueron brindando elementos para permitir la toma de decisiones vinculadas con las fases de implantación, construcción y desarrollo de la obra de ingeniería con el fin de proteger los bienes patrimoniales. Se propusieron medidas de actuación en relación a las distintas fases del desarrollo de la obra que tuvieran en cuenta recomendaciones a distintos niveles, medidas cautelares y de mitigación del patrimonio histórico y arqueológico.

Como resultado, se relocalizaron muchos de los trazados y estaciones propuestas en el proyecto original. También se logró un proyecto con mínimos impactos sobre el patrimonio arqueológico, y se minimizaron las zonas con probabilidades de recuperar restos arqueológicos en etapas avanzadas de la obra (figura 3a y b).

4.3 Caso 3: Zonificación arqueológica aplicada en Ordenamiento Territorial: Ordenamiento Arqueológico de Ciudad del Plata.

El diseño de directrices y planes de ordenamiento del territorio, constituyen instancias privilegiadas para la construcción de experiencias de aplicación de un modelo de gestión integrada del patrimonio arqueológico, ya que presentan un contexto jurídico y administrativo que permite mejores condiciones para el desarrollo de las actividades que implica esta gestión (BEOVIDE et al., 2013).

El estudio de caso se refiere al relevamiento y sistematización de la información sobre el patrimonio arqueológico prehistórico del municipio de Ciudad del Plata, San José, Uruguay (BEOVIDE et al., 2013) realizado en el año 2012-2013, teniendo como objetivo el diseño de una zonificación arqueológica y la elaboración de recomendaciones en relación a los criterios de gestión y actuación específica de conservación, investigación y puesta en valor de estos recursos culturales.

Se podría mencionar algunos antecedentes al proceso de incorporación de la Arqueología en la planificación y desarrollo sustentable del territorio vinculado a Ciudad del Plata. En ese sentido, en el año 2000, en el marco del denominado Proyecto de Ordenamiento Territorial y Desarrollo de la Región Suroeste (MEDINA et al., 2009 (2000)), se realizó una propuesta de diagnóstico y zonificación arqueológica, la cual ha sido pionera en la incorporación de profesionales de la Arqueología en los equipos interdisciplinarios que diseñan los proyectos de ordenamiento territorial en el Uruguay.



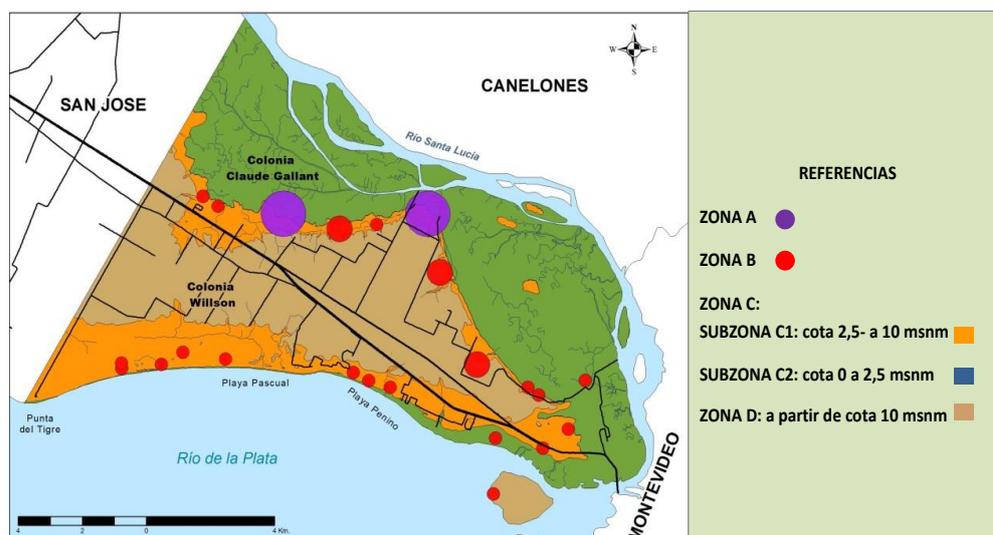
A su vez, a instancia del Gobierno Departamental de San José se colabora en la elaboración de las Directrices Departamentales de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible para el Departamento (RESOLUCIÓN No 1399/2013: Oficio N° 1266/2012 de la Intendencia Departamental de San José, Expediente N° 5641/2012). Estas Directrices Departamentales mencionan en las mismas que los temas de “Protección y Puesta en Valor de los Recurso Patrimoniales” son aspectos prioritarios a desarrollar. También en las directrices se señala como uno de los objetivos estratégicos la consideración del “patrimonio natural y cultural y los sitios arqueológicos como recurso a considerar en el ordenamiento territorial y en las políticas de desarrollo departamental.

A su vez, a instancias del diseño del Plan Local de Ordenamiento Territorial del balneario Kiyu (CAPORALE, 2013; CAPORALE; BEOVIDE, 2010) y sus vecindades, por parte del gobierno departamental de San José, se incorporan los aspectos ligados a la gestión del patrimonio arqueológico prehistórico del área. Constituyendo una experiencia de actuación integrada y consensuada entre distintos actores locales e instituciones departamentales y nacionales, de manejo integrado del patrimonio arqueológico prehistórico costero.

Las estrategias metodológicas planteadas se refirieron por un lado a la actualización del inventario y zonificación arqueológica del territorio de Ciudad del Plata, definiendo pautas de actuación y actividades recomendadas para cada una de las zonas, teniendo en cuenta e integrando las propuestas de zonificación ecológica que fueran definidas a nivel regional (SNAP, 2009). A partir de aquí se plantearon recomendaciones de actuación (BEOVIDE et al., 2013), de acuerdo a la especificidad de los recursos arqueológicos pero que tuvieran la capacidad de integrarse a las problemáticas territoriales, productivas y turísticas del área. Estas estrategias se concretaron a través de las siguientes actividades (BEOVIDE et al., 2013): Obtención y síntesis de datos bibliográficos y de campo: recolección de datos a través de una sistematización de la información bibliográfica generada desde la investigación del área (BEOVIDE, 2013), así como la realización de trabajos de campo, los cuales implicaron el relevamiento de los puntos de interés arqueológicos, con el objetivo de actualizar la información y evaluar su estado de conservación. Procesamiento de los datos: el diseño de un inventario de los puntos arqueológicos del área. Las variables relevadas se

relacionaron con el tipo de bien (sitio superficial, sitio estratificado, hallazgo aislado, entre otros), las características del sitio, tipo de material arqueológico, estado de conservación, situación geomorfológica, situación patrimonial, valoración, aplicación de categorías de protección, uso del suelo actual. Se generó una base de datos, la cual se vinculó a un Sistema de Información Geográfica, utilizando el programa de libre acceso, GVSIG. Síntesis e integración de la información: Se sintetizaron los resultados en una propuesta de zonificación del área en función de la relevancia y sensibilidad arqueológica, a través de la delimitación de zonas de manejo. Se establecieron objetivos y estrategias de intervención y uso de cada zona, siguiendo criterios de valoración arqueológica, vulnerabilidad, propuestas de uso vinculadas a los intereses de la comunidad, valoración ecológica, entre otras. Dicha zonificación se complementó con planes especiales de aquellos puntos y localidades arqueológicas que, por su complejidad arqueológica y patrimonial, requirieran de una profundización en la descripción y en las recomendaciones para su gestión. Se plantean recomendaciones generales para el manejo del patrimonio prehistórico que permitan integrar los recursos culturales arqueológicos a las políticas de ordenamiento territorial, así como guían el diseño de una política pública de gestión del patrimonio cultural (CAPORALE, 2010).

Figura 4: Zonificación arqueológica relativa al Plan de Ordenamiento Territorial de Ciudad del Plata.



Fonte: (BEOVIDE et al., 2013).

5. Discusión

Se pudieron definir zonas arqueológicas en el trabajo de Ordenamiento Territorial y Estudios de Impacto Arqueológico que se desarrollaron como ejemplos de caso. Para cada una de las zonas, se establecieron actuaciones recomendadas en relación a la investigación, conservación y puesta en valor de los bienes arqueológicos identificados y potenciales. De los casos de análisis expuestos, la zonificación arqueológica se presenta como una herramienta relevante de gestión del patrimonio en Estudios de Impacto Arqueológico, diseño de directrices y Planes de Ordenamiento Del Territorio, y en el manejo de áreas protegidas. Como se menciono anteriormente, la gestión integrada del patrimonio arqueológico tiene un mejor contexto de desarrollo tanto por lo jurídico, como por lo administrativo, en el marco de los planes de ordenamiento territorial y en el marco del área protegida (BEOVIDE et al., 2013).

El trabajo relativo a los casos estudiados se enmarcó desde el concepto de desarrollo sostenible con una perspectiva ambiental, económica, social (STRANGE; BAYLEY, 2008), incluyendo la dimensión cultural del mismo (CGLU, 2015). Se pretendió en cada uno de los casos estudiados que se compatibilizara las actividades productivas con la conservación y protección de los recursos culturales, permitiendo el desarrollo ambiental, económico, social y cultural de la población (BEOVIDE et al., 2013). También se trabajó desde la óptica del desarrollo local (AROCENA, 2002; MADOERY, 2008), contribuyendo en los planes de ordenamiento local (BEOVIDE et al., 2013; MARSIGLIA, 2012). Estos aspectos son el marco desde donde se permite trabajar desde una gestión planificada y preventiva: es decir que se realice un proceso de planificación de la conservación del patrimonio cultural diseñado previamente, el cual permitirá aplicar criterios de actuación fruto de una reflexión y orientados a alcanzar determinados objetivos y no seguir actuando como respuesta inmediata a los problemas planteados por factores externos (BEOVIDE et al., 2013). Además se trató de fortalecer los mecanismos legales de protección del patrimonio cultural arqueológico, dadas las carencias de la legislación actual a través de la colaboración en la elaboración de directrices departamentales (pj. RESOLUCIÓN No 1399/2013: Oficio N° 1266/2012 de la Intendencia Departamental de San José, Expediente N° 5641/2012).

Se pretendió desarrollar una gestión integrada contemplando fundamentalmente actividades de coordinación interinstitucional e interdisciplinaria con los actores locales (CAPORALE, 2013). También al diseñar estrategias de conservación y puesta en valor de los recursos arqueológicos identificados teniendo en cuenta su especificidad y que son bienes de interés público (MOLINARI, 1998), lo que implica la responsabilidad del arqueólogo en relación a su conservación así como la necesidad de que se ejerza una protección pública sobre ellos a través de una legislación que los proteja. En este sentido, los casos estudiados acentuaron dos aspectos (BEOVIDE et al., 2013), por un lado la concepción del objeto arqueológico inseparable de su contexto ambiental y, por otro lado, el papel que juega este patrimonio arqueológico para la sociedad. Es decir que más allá del conocimiento científico que la Arqueología puede generar para un ámbito académico restringido, es necesario alcanzar una valoración social del mismo a través de su difusión y puesta en valor. Es decir: “lo verdaderamente importante del Patrimonio Arqueológico, lo que en realidad lo hace, es su incidencia social. O la sociedad participa y disfruta de estos bienes o ni siquiera podrían denominarse Patrimonio; sin embargo, es precisamente la ausencia de una incidencia social positiva el mayor de los varios problemas que afectan al Patrimonio Arqueológico” (QUEROL; MARTÍNEZ, 1996, p. 20).

Las fortalezas que se detectaron en el trabajo de zonificación radican en la facilitación del trabajo interdisciplinario y en la generación de modelos territoriales de gestión del patrimonio. Esto se debe a que la información espacial arqueológica es una “capa” más de información que puede ser analizada en términos espaciales y formular las medidas de manejo correspondientes. A su vez, cuando las áreas se ponen a prueba en el avance de la investigación arqueológica en las zonas propuestas, se verifican mayormente los modelos predictivos de hallazgos arqueológicos en base a un patrón de asentamiento estudiado previamente y se asegura su conservación.

Las debilidades en la aplicación de la gestión del patrimonio arqueológico integral, referido a los casos analizados, se centran sobre todo en los vacíos de legislación en relación a la protección sobre el patrimonio arqueológico. Las oportunidades se generan al fortalecer el proceso de gestión cuando la zonificación arqueológica se vuelca a las comunidades y se disparan distintos conflictos de interés que necesitan de ámbitos de diálogo y concertación para que en los hechos sean

efectivas las medidas propuestas de protección/conservación/puesta del en valor del patrimônio arqueológico más allá de la norma jurídica. En este sentido, se desarrollan oportunidades de poner en valor grandes zonas arqueológicas del territorio en el marco del desarrollo sustentable. Esto se produce con la implementación de redes de trabajo con las poblaciones locales asociadas a la investigación sistemática continua, cuyo epicentro, en la cuenca del río Santa Lucía, desde el año 2014, es el Centro De Investigación Regional Arqueológica Y Territorial (CIRAT-San José, convenio: DICYT -Dirección de Innovación Ciencia y Tecnología—Ministerio de Educación y Cultura-Gobierno Departamental de San José-Agencia de Desarrollo de Ciudad del Plata).

6. Consideraciones Finales

La zonificación arqueológica con base en el análisis espacial de los patrones de asentamiento se presenta como una herramienta de gestión territorial significativa ya que incorpora criterios de conservación y manejo de los bienes arqueológicos. La gestión de los bienes patrimoniales, constituye un parámetro ordenador de la gestión territorial, abriendo la posibilidad de desarrollar un criterio de conservación patrimonial a nivel de política pública y para todo el territorio. Pero esta no es efectiva sin la valoración social de las mismas que surge mayormente a través de la creación de puentes y sinergias desde la investigación, gobierno, comunidad y los actores públicos - privados.

Referencias

AMADO, Xesús et al. Especificaciones para una gestión integral del impacto desde la arqueología del paisaje. **Tapa**, v. 26, 2002.

AROCENA, José. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Editorial Taurus, Universidad Católica del Uruguay. Montevideo, 2002.

BEOVIDE, Laura. Recursos y organización del espacio prehistórico costero en la Cuenca Inferior del Río Santa Lucía, Uruguay. In: **X Congreso Nacional de Arqueología Uruguay: La arqueología uruguaya ante los desafíos del nuevo siglo**: AUA-CD-ROM, 2001. p. 1-30.

_____, Laura. **Proyecto de Central Térmica de Emergencia “Punta Del Tigre” y Línea Térmica Lat-150 Kv “Punta Del Tigre-Las Brujas” Informe realizado para**



la **administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE)**, Montevideo, Uruguay, 2006. Disponible em: <www.ute.com.uy/ptadeltigre.htm>. 13.mar.2018.

_____, Laura. **Transformaciones productivas y dinámica costera: Más allá del concepto de cazadores-recolectores prehispánicos**. In: XXII SIMPOSIO DE INVESTIGACIONES ARQUEOLÓGICAS EN GUATEMALA. MUSEO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA Y ETNOLOGÍA, GUATEMALA (versión digital). 2009, p. 252-266.

_____, Laura. **Estudio arqueológico prospectivo. Proyecto “Plan de Saneamiento IV, Montevideo. In Sistema de Disposición Final del Saneamiento de la Zona Oeste de Montevideo**. Informe Ambiental Resumen. 2012. Disponible em: <<http://www.montevideo.gub.uy/files/iarfinalpsuiv20121pdf#overlay-context=servicios-y-sociedad/limpieza-y-medio-ambiente/saneamiento/plan-de-saneamiento-urbano-iv/psu-iv>>. 13.mar.2018.

_____, Laura. **Las sociedades prehistóricas de la cuenca del río Santa Lucía: una mirada desde la epistemología de la complejidad**. In: CUADERNOS DEL INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA Y PENSAMIENTO LATINOAMERICANO. Series Especiales. Ministerio de Cultura, Argentina. 2013, p.81-93.

_____, Laura; CAPORALE, Marcela. Elementos para el manejo de los Recursos Arqueológicos en los parques Turísticos Santa Lucía y Sierra de Mahoma. In: **Informe. Proyecto de Ordenamiento y Desarrollo Territorial en el Área Suroeste**. Mvotma, Dinot. 2000.

_____, Laura; CAPORALE, Marcela. Propuesta De Gestión De Los Recursos Arqueológicos En La Cuenca Inferior Del Río Santa Lucía. In: **Arqueología Argentina en los inicios de un nuevo siglo**. Mar del Plata, Argentina: Laborde Editor, 2001 (publicado 2009). v. 1, p. 49-61.

_____, Laura; CAPORALE, Marcela. Gestión del Patrimonio Arqueológico en la Cuenca Inferior del Río Santa Lucía, Uruguay, In: XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. ARQUEOLOGÍAS DA AMÉRICA LATINA. **Anais...** San Paulo, Brasil, 2003. CD-ROM.

_____, Laura; CAPORALE, Marcela. La Arqueología de Contrato en el marco de la gestión integral del patrimonio arqueológico de la región metropolitana de Montevideo. **Revista de Arqueología Americana**, Pan American Institute of Geography and History, 2009a. p. 27-37.

_____, Laura; CAPORALE, Marcela. Evaluación de impacto arqueológico y Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas: el caso del área protegida de Los humedales del Río Santa Lucía (Montevideo, Uruguay), In: XI CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA URUGUAYA, ASOCIACIÓN URUGUAYA DE ARQUEOLOGÍA. **La Arqueología como profesión: los primeros 30 años**. Montevideo, Uruguay, 2009b. p. 534-546.



BEOVIDE, Ana; CAPORALE, Marcela; BEOVIDE, Laura. **Ordenamiento, Patrimonio Cultural Y Arqueología. Ordenamiento arqueológico de Ciudad del Plata.** 2013. Disponible em: <www.imsj.gub.uy/portal15/images/stories/pdfs/oa2013.pdf>. 13.mar.2018.

BORRERO, Luis; LANATA, Jorge. **Arqueología espacial en Patagonia: nuestra perspectiva.** en análisis espacial en la arqueología patagónica. Buenos Aires: Ediciones Ayllu, 1992.

CGLU. **La cultura es el cuarto pilar del desarrollo sostenible** [en línea]. 2015. Disponible em: <<http://www.agenda21culture.net/index.php/docman/-1/395-zzculture4pillarsdes/file>>. Acceso em: 1 set. 2015. 13.mar.2018.

CAPORALE, Marcela. Ordenamiento territorial y gestión el patrimonio arqueológico. Una experiencia de manejo costero integrado en el diseño del Plan Local del balneario Kiyù, departamento de San José, Uruguay. In: **Cuadernos, Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano.** Argentina, v. 3, n. 1, p. 146-155, 2013.

_____, Marcela; BEOVIDE, Laura. **Segundo informe sobre la gestión del patrimonio arqueológico para la elaboración del plan local de ordenamiento territorial de Kiyu.** Depto. de San José. Ms. 2010. Disponible em: <<http://www.imsj.gub.uy>>. 13.mar.2018.

CRIADO, Felipe. **Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje.** Criterios e convencions en arqueología da paisaxe, 6. Santiago de Compostela: LAFC, 1999.

MADOERY, Oscar. **Otro Desarrollo. El cambio desde las ciudades y regiones.** Buenos Aires: Editorial UNSAM, 2008.

MARSIGLIA, Javier. **Informe sobre la problemática social y el desarrollo local.** Informe 3. 2012. Disponible em: <www.imsj.gub.uy/portal15/images/stories/pdfs/javiermarsiglia.pdf>. 13.mar.2018.

MEDINA, Mercedes et al. Elementos para el manejo de los Recursos Arqueológicos en los parques Turísticos Santa Lucía y Sierra de Mahoma. **Directrices Regionales de Ordenamiento y Desarrollo Territorial del Área Suroeste-Programa Integrado Turismo-Patrimonio-Ambiente,** v. 1, p. 33-85, 2009 (2000).

MOLINARI, Roberto. Rumbo a lo conocido: causas, condiciones y consecuencias en la difusión de sitios arqueológicos. In: **Desde el País de los Gigantes.** Universidad Nacional de la Patagonia Austral, 1998. p. 635-649.

OREJAS, Almudena. Los parques arqueológicos y el paisaje como patrimonio. **Aqueoweb,** v. 3, n. 1, ejemplar monográfico, 2001.



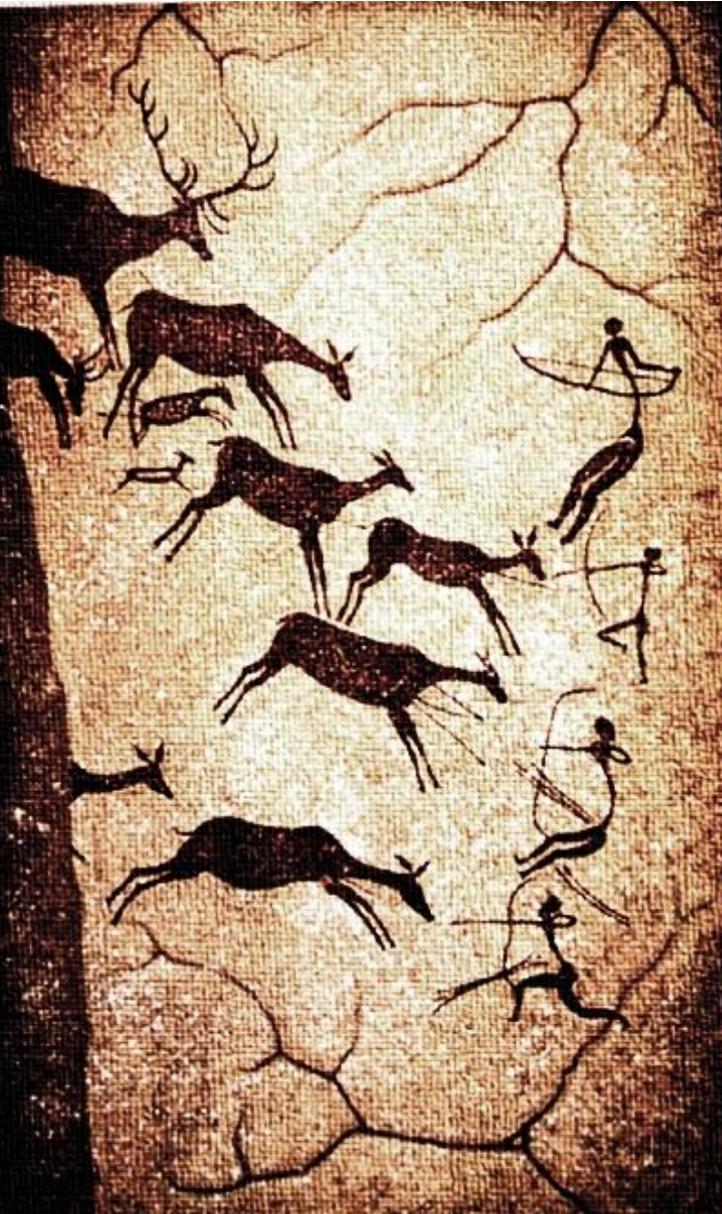
QUEROL, María; MARTÍNEZ, Belén. **La gestión del patrimonio arqueológico en España**. Madrid: Ed. Alianza Universidad, 1996.

ROSSIGNOL, Jaqueline; WANDSNIDER, LuAnn (Ed.). **Space, Time, and Archaeological Landscapes**. Plenum Press, 1992.

SNAP (Sistema Nacional de Áreas Protegidas). **Propuesta de Proyecto de Selección y Delimitación del Área “Humedales del Santa Lucía” para su Ingreso al Sistema Nacional de Áreas Protegidas**. 2009. Disponível em: <<http://archivo.presidencia.gub.uy/metropolitana/news/2009/>>. Acesso em: 13.mar.2018

STRANGE, Tracey; BAYLEY, Anne. Sustainable Development: linking economy, society, environment. **Oecd Insights**, 2008.

Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.



ARQUEOLOGIA JÊ DO SUL DO BRASIL: AMBIENTE, SISTEMA, PODER E EXPERIÊNCIA NA PAISAGEM DE URUBICI, SANTA CATARINA

Rafael Corteletti*
Paulo DeBlasis**

Resumo: Neste texto será debatida uma “estratigrafia da paisagem” Jê do Sul do Brasil, através do uso do conceito paisagem em diversos gradientes, desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural. Será observada a “paisagem como ambiente”, isto é, a paisagem abordada como reconstrução de ambientes específicos, a partir de estudos de paleo-ambiente; a “paisagem como sistema”, ou seja, a paisagem compreendida através da criação de padrões de atividades intra e inter-sítios; a “paisagem como poder”, ou seja, a paisagem interpretada como fator de manipulação ideológica nas relações de dominação e resistência; e a “paisagem como experiência”, isto é, a paisagem percebida e imbuída de significado em função de esquemas sociais ou cosmológicos.

Palavras-chave: Arqueologia da paisagem; Jê do Sul; Santa Catarina.

Abstract ou Resumen: In this text, a “landscape stratigraphy” of the Southern Jê groups of Brazil will be debated through the use of the landscape concept in several gradients, from a natural to a cultural approach. It will observe the “landscape as environment”, i.e. the landscape addressed as reconstruction of specific environments, from paleo-environment studies; the “landscape as system”, that is, the landscape understood through the creation of patterns of activities within and between sites; the “landscape as power”, that is, the landscape interpreted as a factor of ideological manipulation in the relations of domination and resistance; and the “landscape as experience”, that is, the landscape perceived and imbued with meaning in terms of social or cosmological schemes.

Keywords ou Palabras clave: Landscape archaeology; Southern Jê; Brazilian archaeology

* Universidade Federal de Pelotas – UFPel,
Pelotas, RS, Brasil.
Professor do Departamento de Antropologia e
Arqueologia
E-mail: rafacorteletti@hotmail.com

** Universidade de São Paulo – USP,
São Paulo, SP, Brasil.
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e
Etnologia – MAE
E-mail: deblasis@usp.br
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018132-164



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A paisagem é uma imagem cultural, ou seja, um produto cultural e social representando, estruturando ou simbolizando o todo (COSGROVE 1984). É possível ir além e dizer que a paisagem é uma complexa articulação entre o lugar, seus habitantes e seus valores, ou seja, que paisagem é um termo tão complexo e ideologicamente carregado como cultura (SHANKS 2001). Ela se manifesta em produtos materiais de diferentes escalas que se correspondem com os diferentes níveis espaciais das práticas sociais (CRIADO BOADO 1999). Assim sendo, a paisagem vai além da mera descrição de características físicas, pois é uma maneira de ver e de pensar a respeito do mundo físico, congregando a visão de cientistas e de leigos e como cada qual atribui significado e percebe o que é cultura (JOHNSON 2007). Em síntese, a paisagem é o mundo conhecido por quem nele vive, por quem circula pelos seus caminhos e conhece seus lugares (INGOLD 2000). A arqueologia da paisagem é uma “arqueologia de lugares” (numa referência de David & Thomas 2010 a “*archaeology of place*” de Binford 1982), que vai além da caracterização de lugar como pontos que se conectam no espaço, mas com todas as dimensões possíveis – empírica, social, ontológica, epistemológica, emocional – fazendo com que lugar e localização envolvam identidade social, tanto quanto os aspectos econômicos e ambientais da vida. A paisagem é, enfim, o resultado da equação entre pessoas, sua cultura, e a terra em que elas habitam e é central para as sistemáticas do tempo-espaço da arqueologia (SHANKS 2001).

Nesse texto será debatida uma “estratigrafia da paisagem” Jê do Sul do Brasil, através do uso do conceito paisagem em diversos gradientes, desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural: observando a paisagem como ambiente; como sistema; como poder, e como experiência. A organização da paisagem em diferentes camadas retroalimentadas é uma maneira equilibrada de apresentar os dados e possibilita refletir como a paisagem é investigada e interpretada. O mapeamento inicial na região de Urubici, Santa Catarina, realizado em 2009 e 2010, foi uma prospecção extensiva que identificou mais de 100 sítios arqueológicos ao longo do Rio Canoas e de alguns de seus afluentes (a maioria dos sítios é relacionado ao sistema de assentamento Jê Meridional – tradição Taquara-Itararé – veja detalhes em CORTELETTI 2010, 2012). As pessoas que habitaram e construíram esse cenário devem ser entendidas, ao

mesmo tempo, como parte da natureza e à parte dela, ou seja, devemos compreender os antigos habitantes de Urubici como agentes reprodutores e, ao mesmo tempo, transformadores de uma condição historicamente preexistente (PREUCCEL & HODDER 1996). Assim sendo, é possível reconhecer essa região como uma paisagem Jê do Sul, com uma longa sucessão de estórias-até-agora (MASSEY 2009), atestadas pela grande densidade e variabilidade tipológica de sítios arqueológicos distribuídos diacronicamente.

2. Sistemas Jê no Sul do Brasil

O território reconhecido destes povos é uma vasta e ecologicamente diversa região que ocupa terras desde a costa atlântica até o Rio Paraná em áreas dos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), além da província argentina de Misiones (MI) (Noelli 2004). De maneira geral, essa região é composta por quatro ecótonos: na costa atlântica, a planície litorânea com lagoas e restingas; um pouco para o interior, a encosta da serra com vales florestados pela Mata Atlântica; no topo das serras, o planalto com campo e araucárias; e, mais a oeste, onde as altitudes decrescem novamente, os vales da floresta subtropical.

Diversos autores em diferentes momentos da história da arqueologia dos grupos Jê abordaram o tema de como tais grupos se distribuíam e implantavam seus assentamentos, ou seja, como eles organizavam o seu território. É importante apresentar uma síntese destas pesquisas buscando semelhanças e divergências no discurso e interpretações apresentadas, para então podermos analisar a “estratigrafia da paisagem” em Urubici.

Schmitz (1988) propõe que os grupos do planalto tinham “um povoamento estável, [composto] por uma população de certa densidade” e complementa (em SCHMITZ & BECKER 1991), que o domínio sazonal das lagoas costeiras, encostas da Mata Atlântica e do planalto das araucárias daria maiores chances de sobrevivência aos grupos que ocupavam a faixa territorial do nordeste do RS (portadores dos utensílios da subtradição Taquara), já que o sistema econômico deles era “altamente vulnerável e a falta de qualquer uma destas áreas poria em risco a sobrevivência da população”.



Anos depois Reis (1997), em sua síntese da região sul do Brasil, utiliza o modelo de mobilidade proposto por Binford (1990) reiterando a alta mobilidade destes povos pelos ambientes do alto planalto, encosta e litoral. Todavia ele sinaliza para a contradição que o investimento na construção de estruturas semissubterrâneas e este modelo de mobilidade evocam.

Dias (2003), ao estudar a região do Alto Rio dos Sinos (no nordeste do RS), defende o mesmo modelo vertical de mobilidade e assentamento quando sugere que “as estratégias de mobilidade (...) eram representadas por migrações estacionais pluri-familiares” fazendo com que os grupos voltassem “a ocupar os mesmos assentamentos a cada estação” e que “o sistema de cultivo, nas áreas de encosta, [seria] suplementado por estratégias de estocagem de alimentos de origem animal e vegetal, obtidos através de caça e coleta em áreas florestais previamente manejadas no planalto e pesca e coleta de moluscos no litoral”. A autora faz uma ressalva sobre esse modelo sazonal de territorialidade e exploração de recursos ao alertar que o modelo de mobilidade da subtradição Itararé pode apresentar distinções em relação aos da subtradição Taquara, “sendo caracterizado pela circulação de grupos familiares entre assentamentos mais permanentes” (DIAS 2003).

Apoiado na ecologia-cultural, Beber (2004) faz coro a esse grupo quando diz que se pode “caracterizar a ocupação do planalto por grupos baseados na organização tribal, (...) especializados na coleta e utilização do pinhão e muito possivelmente complementada com uma horticultura realizada principalmente na várzea dos rios”. Ele segue sua argumentação inferindo que a subsistência do grupo nos ambientes em que o pinhão não é abundante “deveria ser baseada numa horticultura desenvolvida próxima à várzea dos rios que permitiria, aliada a uma coleta, a densidade demográfica da vida nas aldeias, atestada pela existência de artefatos polidos, como mãos-de-pilão, moedores, lâminas de machados polidos, além da própria cerâmica” (BEBER 2004).

Por outro lado, Saldanha (2005) não considera que a homogeneização cultural seja a saída para a resolução deste problema e considera o modelo de mobilidade vertical e sazonal uma “economia simples, frágil e dependente de movimentos estacionais para cobrir o sustento das populações durante o ano todo”. A partir do estudo de caso da região de Pinhal da Serra (RS), ele sugere um modelo de ocupação territorial que se organiza através do adensamento de sítios. Ele conclui que os



“agrupamentos maiores eram compostos por um sítio com alta densidade de estruturas subterrâneas tendo ao seu redor diversos sítios com baixa densidade (...) Os agrupamentos se distribuiriam de forma a garantir um espaço livre entre eles (cerca de 1,8km de raio) para exploração de recursos”. O autor ainda sugere que esses diferentes agrupamentos de sítios seriam “definidores de áreas domésticas. Cada área seria propriedade de grupos domésticos específicos, que nestes locais desempenhariam suas atividades cotidianas e enterrariam seus mortos” (SALDANHA 2005).

Por sua vez, ao desenvolver estudos no baixo Canoas, DeMasi (2005) defende um padrão de assentamento baseado nos dados etno-históricos do grupo Laklãnõ/Xokleng. Esse modelo organiza diferentes categorias de sítio que juntas formam uma “unidade básica do sistema”, composta por sítios habitação, acampamentos temporários e cemitérios. O autor descarta a abordagem tradicional e insere neste sistema os sítios de grandes bifaces, tradicionalmente classificados como tradição Humaitá, representando áreas de cultivos, e os sítios de pequenos bifaces, tradicionalmente classificados como tradição Umbu, representando acampamentos para a produção de pontas de projétil para caçar.

Também participando deste debate, Copé (2006a) não rejeita a hipótese levantada por Schmitz & Becker (1991), mas ressalta que o sítio RS-AN-03 foi continuamente ocupado, sem evidências de abandono. Este sítio, localizado em Bom Jesus (RS), está numa área em que a cerâmica e a tipologia de sítios é bastante semelhante à das regiões de Pinhal da Serra (RS), Campo Belo do Sul (SC), Campos Novos (SC) e Urubici (SC). Copé (2006b) reitera que a forte possibilidade de a floresta de araucária tratar-se de um ambiente antropizado (conforme Bitencourt & Krauspenhar 2006; Iriarte & Behling 2007) é um fator que contribui para a existência de grandes concentrações de pessoas vivendo em aldeias permanentes em territórios delimitados e defendidos – com comprovada produção de alimentos (CORTELETTI et al. 2015, 2016a; DEMASI 2001, 2007; IRIARTE et al. 2008; GESSERT et al. 2011).

Em Campo Belo do Sul (SC) as pesquisas notaram a maior ocorrência de sítios litocerâmicos em altitudes baixas e próximos ao rio Caveiras (CÁRDENAS et al. 2015; CORTELETTI et al. 2016b). As estruturas anelares estão em topos de colinas destacadas na paisagem, com uma visibilidade ampla do entorno, como no sítio Abreu & Garcia (ROBINSON et al. 2017). Os sítios de estruturas semissubterrâneas



encontram-se, em sua maioria, em altitudes elevadas em direção ao divisor de águas. Ao escavar um destes sítios DeSouza (et al. 2016b) geram dados contundentes, contrariando as tradicionais hipóteses de abandono e reocupação de sítios. A escavação da estrutura semissubterrânea central sítio Baggio 1 revela que durante os primeiros anos de ocupação da aldeia, a casa foi deliberadamente incendiada por cinco ocasiões sucessivas e novos pisos de argila compactada foram preparados por cima dos vestígios de queima do telhado. Ao invés de abandonarem e reocuparem a casa, seus moradores a renovaram periodicamente ao longo de dois séculos e meio, mantendo a ocupação continuamente por várias gerações. Além disso, o fato da cronologia da aldeia de casas subterrânea (Sítio Baggio 1) ser contemporânea a da praça de cerimônias funerárias (sítio Abreu & Garcia), contribui fortemente para a hipótese de sedentariedade e ocupação estruturada da paisagem.

Após muitos anos sem pesquisas sistemáticas realizadas na borda sul do planalto meridional brasileiro, as bacias do Alto Forqueta e Guaporé (RS), entraram na pauta das discussões a partir das prospecções e escavações realizadas por Wolf (2016). O autor identifica um padrão de assentamento em que sítios de estruturas semissubterrâneas encontrados nas áreas mais altas, próximos de divisores de água, são contemporâneos a sítios litocerâmicos e líticos encontrados nas áreas mais baixas no interior dos vales destes rios. O autor sugere que há uma mobilidade entre terras altas e terras baixas e que as duas áreas comporiam o sistema Jê nessa região.

E por último e não menos importante, no limite setentrional do território da tradição Taquara-Itararé as pesquisas de Robrahn (1989) e Araújo (2001, 2007) também contribuem com elementos importantes para a discussão da territorialidade e mobilidade dos Jê Meridionais. Robrahn (1989), em seu estudo sobre a ocupação do vale do Ribeira do Iguape (SP), discute as proposições levantadas por Chmyz (1967) para o vale do Paranapanema de que os grupos da tradição Itararé-Casa de Pedra eram nômades – pois os sítios eram pequenos e com camada estratigráfica pouco espessa. Diferente de Chmyz, ela infere que o vale do Ribeira seria um eixo de ligação entre o litoral e o planalto, onde ocorreu num período tardio uma densa ocupação por sociedades sedentárias com certo grau de mobilidade. Araújo (2001, 2007) propõe um modelo de ocupação territorial para o vale do Alto Taquari e o vale do Paraíba do Sul (SP) baseado na dicotomia entre grupos sedentários e com grande densidade demográfica dos povos



Tupi e Jê, onde os primeiros ocupariam as áreas planas e os segundos as serrarias circundantes.

A partir da síntese destas diferentes pesquisas é possível distinguir um grupo de pesquisadores que propõe uma territorialidade baseada em uma alta mobilidade sazonal, em que a subsistência seria dada pela exploração da coleta e da caça em diferentes ambientes, além da possível prática da agricultura (Schmitz & Becker 1991; Beber 2004; Schmitz & Rogge 2012; Wolf 2016); outro grupo que aceita a alta mobilidade vertical pelos três ambientes, mas que salienta indícios de que pode ter ocorrido um sistema diferenciado (REIS 1997; DIAS 2003); e um terceiro grupo que reforça a existência de unidades sociais em que a mobilidade é menor e que não necessitam de migrações sazonais de larga escala para manter a subsistência (SALDANHA 2005; DEMASI 2005; COPÉ 2006a, 2006b; ROBRAHN 1989; ARAÚJO 2001, 2007; DESOUZA et al. 2016b), como veremos com mais detalhes agora.

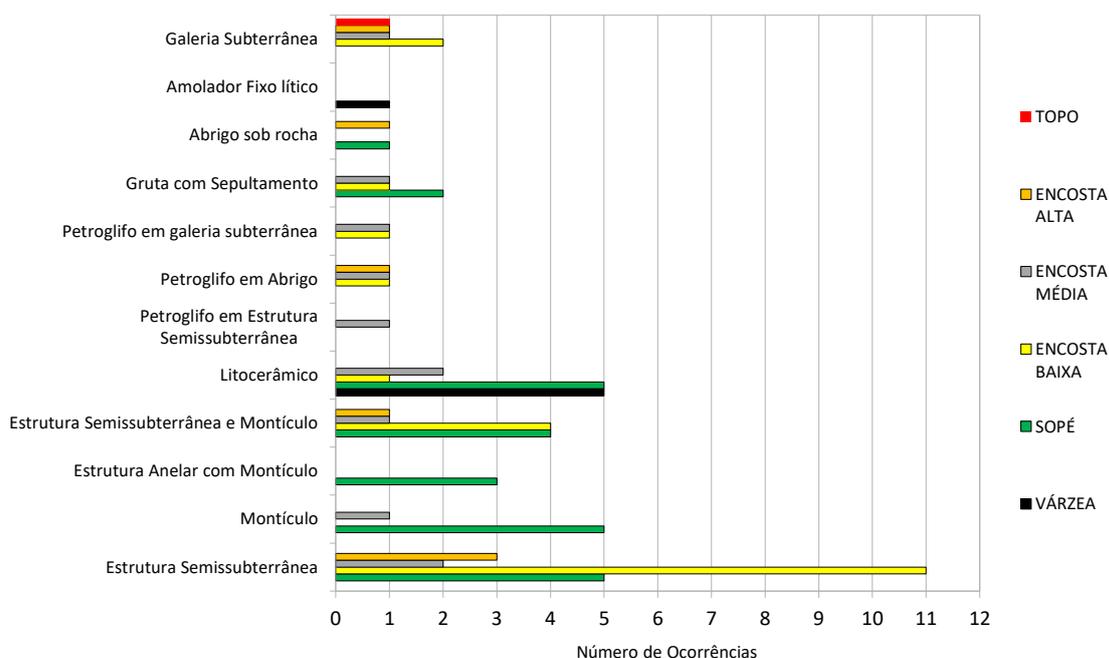
3. A Estratigrafia da Paisagem Jê do Sul em Urubici

3.1 A paisagem como ambiente

Vamos voltar os olhos, nesse momento, para a região de Urubici. Nas áreas mais largas do vale do Alto rio Canoas e de alguns de seus afluentes há uma ocupação Jê bastante densa. Ao compararmos essa paisagem com outras áreas de pesquisa nas terras altas do sul do Brasil, perceberemos que a localização dos sítios é sutilmente diferente. Em Urubici, mais de 75% dos sítios estão na baixa encosta e no fundo do vale, enquanto que em Caxias do Sul (RS), por exemplo, mais de 60% dos sítios estão na porção alta das encostas e no topo de morros (CORTELETTI 2008). A maior parte dos assentamentos com estruturas semissubterrâneas, independente da presença ou não de montículos associados, está implantada no sopé e encosta baixa das vertentes - são 24 sítios nestes compartimentos em oposição a 7 outros implantados na encosta média ou na encosta alta (Gráfico 1). Além disso, podemos inferir que há uma conexão na implantação de aldeias de estruturas semissubterrâneas e sítios litocerâmicos (como SALDANHA 2005, WOLF 2016 e CORTELETTI et al. 2016b já comentaram), localizados principalmente na várzea e no sopé das encostas, e aqui compreendidos

como áreas de produção de alimento. De maneira geral, podemos deduzir que a maioria das atividades cotidianas ocorria nas porções mais baixas e largas do vale, em locais de topografia mais plana, solos mais férteis e, provavelmente, com uma floresta que dispunha da maioria dos recursos necessários para uma sustentabilidade plena.

Gráfico 1: Quantidade de sítios por compartimento da paisagem.

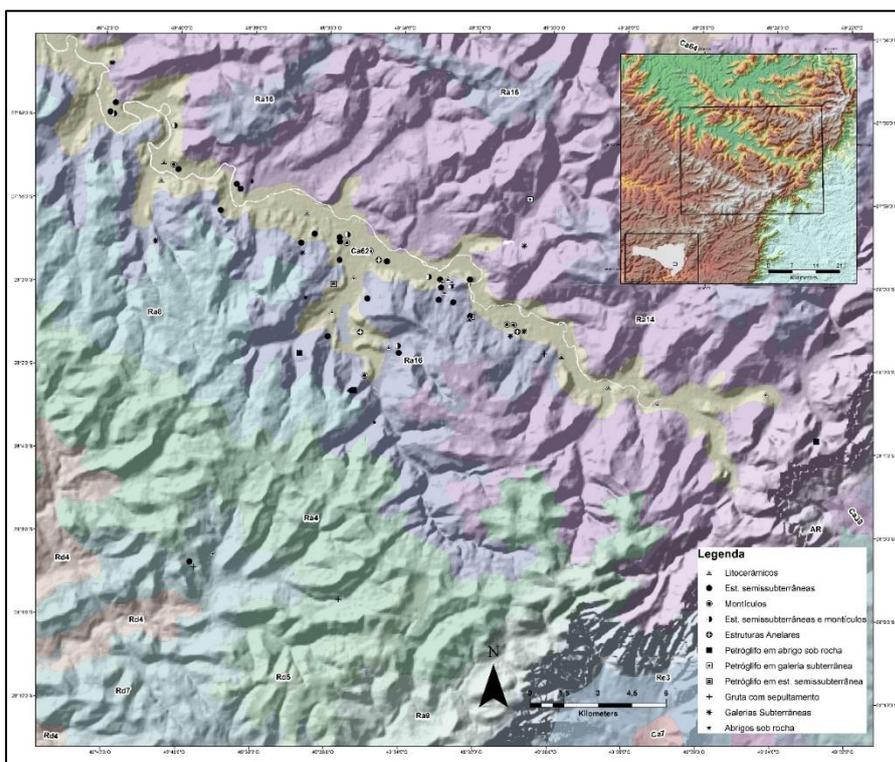


Fonte: Acervo do autor.

Novas prospecções realizadas em Urubici reafirmam o modelo diferenciado de implantação de sítios para o alto Canoas, em que as porções mais baixas são mais densamente ocupadas em detrimento das mais altas (LABRADOR 2016). Tais dados permitem inferir que a região tem um tipo peculiar de apropriação da paisagem exatamente porque a sua topografia tem características específicas no contexto do planalto meridional. Enquanto a maioria dos vales dos rios das terras altas do sul do Brasil tem calhas em V onde predominam rochas basálticas, o vale do alto Canoas é um dos poucos corredores fluviais com vale em forma de U e com predominância de rochas areníticas (SCHEIBE 1986). Essa diferenciação geomorfológica criou um cenário específico para este vale e, provavelmente, facilitou a ocorrência de uma implantação de sítios diferenciada em relação a outras áreas arqueológicas conhecidas, onde a maioria dos assentamentos está localizada na parte alta das encostas e nos topos de morros.

Portanto, mais do que uma questão simbólica ou identitária de uma parcela dos povos Jê Meridionais, a ocupação distinta do vale do alto Canoas, em relação as outras regiões, pode ser um simples reflexo da existência de uma paisagem diferente.

Mapa 1: Implantação dos sítios arqueológicos em função dos solos na região de Urubici

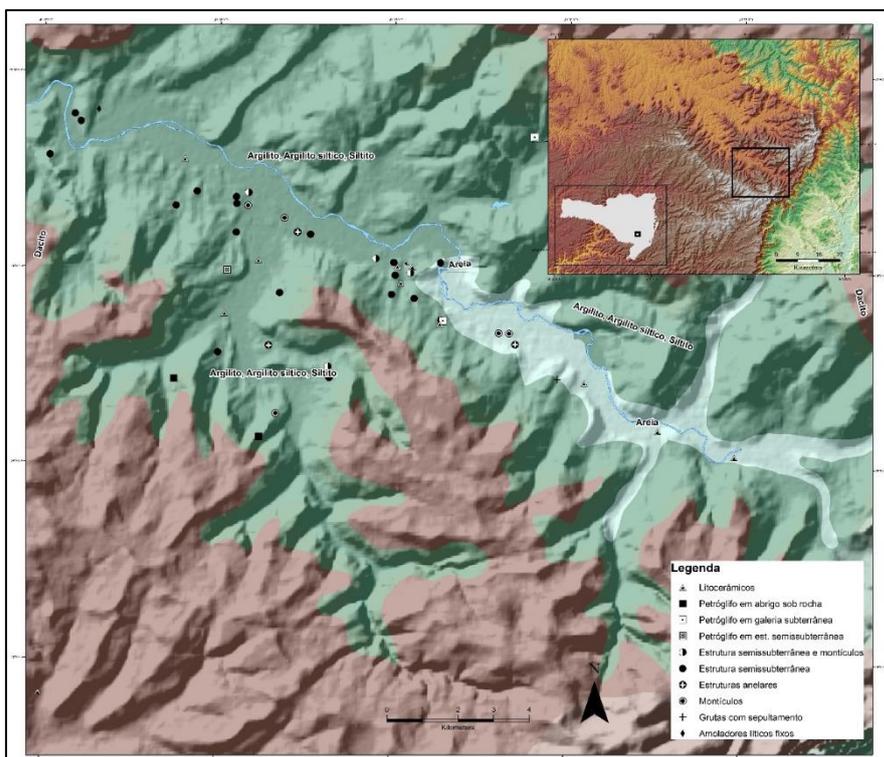


Fonte: Acervo do autor.

Todavia, mesmo numa paisagem estrutural diferenciada, princípios de organização social e econômica são compartilhados entre as diferentes regiões assinaladas. O Mapa 1 representa a implantação dos sítios na região de Urubici, conforme a composição dos solos. A área é composta, basicamente, por Cambissolos (em processo de formação) e solos Litólitos (com contato lítico dentro de 50cm de profundidade) e é possível perceber que a maior parte dos sítios está localizado na área correspondente ao solo Ca62, ou seja, um cambissolo de textura argilosa, moderadamente drenado e húmico (FASOLO et al. 2004). Embora a fertilidade dos cambissolos não seja alta, eles “apresentam aptidão restrita para culturas de verão”, não sendo adequados para cultivos de outras épocas, em função das condições climáticas adversas (STRECK et al. 2002). No Mapa 2 pode ser observada a implantação dos sítios

conforme a litologia da região. Nele aparecem raros sítios nas áreas de fundo de vale com formação litológica mais recente (areia), talvez em função do solo ser basicamente composto por depósitos aluvionares holocênicos derivados, principalmente, do intemperismo do arenito (CPRM 2001) e, talvez, pelo fato da qualidade do solo não ser a mais adequada para a prática de cultivos.

Mapa 2: Implantação dos sítios arqueológicos em função da litologia na região de Urubici



Fonte: Acervo do autor.

Sabendo que os sítios estão preferencialmente nas áreas planas de fundo de vale, onde os cambissolos são mais produtivos na época quente do ano, é importante ressaltar outro aspecto dessa paisagem. A *Araucaria angustifolia* tem nove variedades classificadas por diferenças na forma das folhas e ramos, coloração do pinhão e época de seu amadurecimento – sendo quatro delas classificadas a partir da maturação das sementes (KOCH & CORREA 2002). É bastante significativo perceber que o amadurecimento das variedades *indehiscens* (setembro a janeiro), *sancti josephi* (fevereiro e março), *angustifolia* (abril e maio) e *caiova* (junho e julho) proporciona

uma disponibilidade de sementes por 11 meses durante o ano – agosto é o único mês sem sementes novas (Quadro 1). Em síntese, além de toda a biodiversidade para coleta e caça e pesca, a floresta (que pode ter sido manejada) fornece sementes novas de araucária em mais de 90% do período anual. Como já dito, essa grande disponibilidade de biomassa (COPÉ 2006b) somada às claras evidências de produção de alimentos são fortes indicativos de que esse ambiente dá condições de sustentabilidade às populações ali instaladas, sem a necessidade de que todos os que habitam as terras altas realizem migrações sazonais do planalto à encosta e ao litoral (CORTELETTI et al. 2015, 2016).

Quadro 1: Meses da maturação das sementes das diferentes variedades de *Araucaria angustifolia*.

Variedade de <i>Araucaria angustifolia</i>	Nome popular	Mês do ano											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<i>sancti josephi</i> (Reitz & Klein)	Pinheiro são José		■	■									
<i>angustifolia</i> (Bertol. - Kuntze)	Pinheiro do Paraná				■	■							
<i>indehiscens</i> (Mattos)	Pinheiro macaco	■							■	■	■	■	■
<i>caiova</i> (Reitz & Klein)	Pinheiro caiova						■	■					

3.2 A paisagem como sistema

Somando a implantação preferencial de sítios em áreas de cambissolo na baixa encosta com as informações obtidas a partir dos cálculos de densidade de sítios Point Density (*Kernel density*) (Mapa 3), encontramos mais evidências de uma ocupação planejada do vale do rio Canoas e da construção de uma paisagem retroalimentada. Tais cálculos demonstram existir ao longo do curso do alto Canoas áreas de adensamento de sítios, localizadas próximas da confluência com grandes afluentes e distantes em média 4,5km uma das outras. O maior destes adensamentos, ou nucleações de sítios, está localizado a montante das demais e próxima da confluência do rio dos Bugres. A segunda nucleação fica em torno de 4,5km a jusante, nas imediações da foz do rio Urubici, numa área em que o processo de urbanização já produziu efeitos nocivos a preservação da paisagem. Canoas abaixo encontramos outros três adensamentos, distantes entre si aproximadamente 4km, sendo eles: foz do rio do Sérgio, foz do rio dos Vacarianos e Consolação. Situação semelhante foi percebida no baixo Canoas, onde a



chamada “unidade básica do sistema” é encontrada na confluência de afluentes ao longo do rio (DEMASI 2005). Além destas nucleações identificadas no alto rio Canoas, aparece um adensamento menor de sítios subindo aproximadamente 4km o curso do rio Urubici, próximo da confluência deste com os arroios Capoeira e Riacho.

A partir da observação da implantação dos sítios é possível inferir alguns pensamentos. Primeiro, podemos perceber que os sítios não estão dispostos aleatoriamente na paisagem e que, além de procurarem o fundo de vale onde o solo é mais fértil, estão organizados em nucleações, com maior ou menor densidade, separadas aproximadamente por 4km de distância entre si, dispostas ao longo do curso do rio Canoas e aparentemente posicionadas na confluência com seus afluentes. Entre esses adensamentos também aparecem sítios dispersos, porém, existem intervalos onde não foi anotado nenhum tipo de ocorrência arqueológica. No vale do rio Urubici, há uma nucleação de sítios distante cerca de 4km do adensamento da foz deste rio, o que nos possibilita inferir que esse modelo de ocupação não acontece apenas ao longo do curso do principal rio, mas também nos vales de seus principais afluentes.

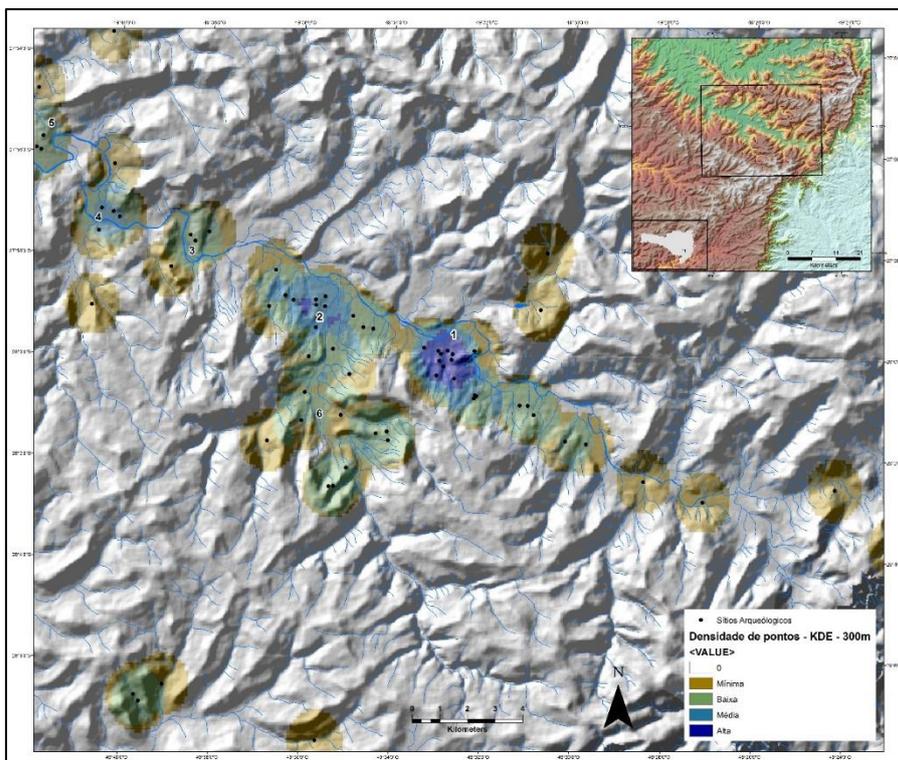
Segundo, apesar de não terem sido encontrados sítios de todos os tipos em cada uma das nucleações (tal qual o baixo Canoas, em DEMASI 2005), elas poderiam representar pontos de estadia cíclica para os habitantes do alto Canoas e, assim sendo, elas seriam a representação do processo de longa duração de uma territorialidade no planalto antes de estarem representando ocupações simultâneas e densamente povoadas. Obviamente, mais escavações e a construção de uma cronologia regional são necessárias para avançar mais na interpretação deste palimpsesto. Nesse sentido, uma investigação mais longa e mais detalhada, talvez possa nos informar quanto à existência de aldeias centrais e sítios periféricos (tal qual Saldanha 2005 sugeriu para Pinhal da Serra).

Terceiro, o fato de não termos encontrado todos os tipos de sítios em cada uma das nucleações se deve, provavelmente, a falhas no mapeamento e também pelo fato de que, principalmente, na zona urbana muitos sítios já desapareceram – a exemplo dos mapeados por Rohr (1971), na região da nucleação da foz do Rio Urubici e não reencontrados. Outra suposição é que os sítios cerimoniais (sejam eles de arte rupestre ou funerários) seriam lugares de convergência (ZEDENHO & BOWSER 2009) e, portanto, não precisariam estar presentes em todos os ambientes de convívio, pois



continuariam sendo visitados, independente da distância e da maior ou menor presença de pessoas na região. Essa inferência reforça a hipótese de que, pelo menos no período tardio, a área era constantemente ocupada e que não ocorriam diásporas sazonais, independentemente de seu motivo. Além disso, como veremos adiante, a cosmologia dos Jê do Sul também pode ser usada para explicar por que nem todos os tipos de sítios estão em todas as nucleações.

Mapa 3: Nucleações de sítios arqueológicos no Alto Canoas, onde 1) rio dos Bugres; 2) rio Urubici; 3) rio do Sérgio; 4) rio Vacarianos; 5) Consolação; e 6) Capoeira/Riacho.



Fonte: Acervo do autor.

Em quarto, vale relembrar que as conclusões expressas por Saldanha (2005), DeMasi (2005) e Copé (2006b) em suas regiões de pesquisa nos dão mais subsídios, principalmente pelo fato daquelas pesquisas possuírem muitos dados cronológicos, para defender a hipótese de que a territorialidade e a mobilidade dos grupos Jê Meridionais do alto Canoas numa situação ideal é baseada em: 1) assentamentos estáveis, sustentados pela produção de alimentos associada à prática de caça, coleta e pesca (conforme CORTELETTI et al. 2015, 2016a); 2) movimentos migratórios de curtas distâncias, na maior parte das vezes (mas não somente) circunscritos ao vale, e

provavelmente relacionados a manutenção do território ou a necessidade de provisão de determinados produtos (fossem eles alimentícios ou não), ou ainda, relacionados a visitas a grupos vizinhos para a realização de cerimônias, manutenção de laços políticos e manutenção de uma rede de trocas (argumentos que também são explorados em DESOUZA et al. 2016a); e 3) existência de comunidades dispersas pelo território, como poderiam ser cada uma das diferentes nucleações de sítios representadas no Mapa 3.

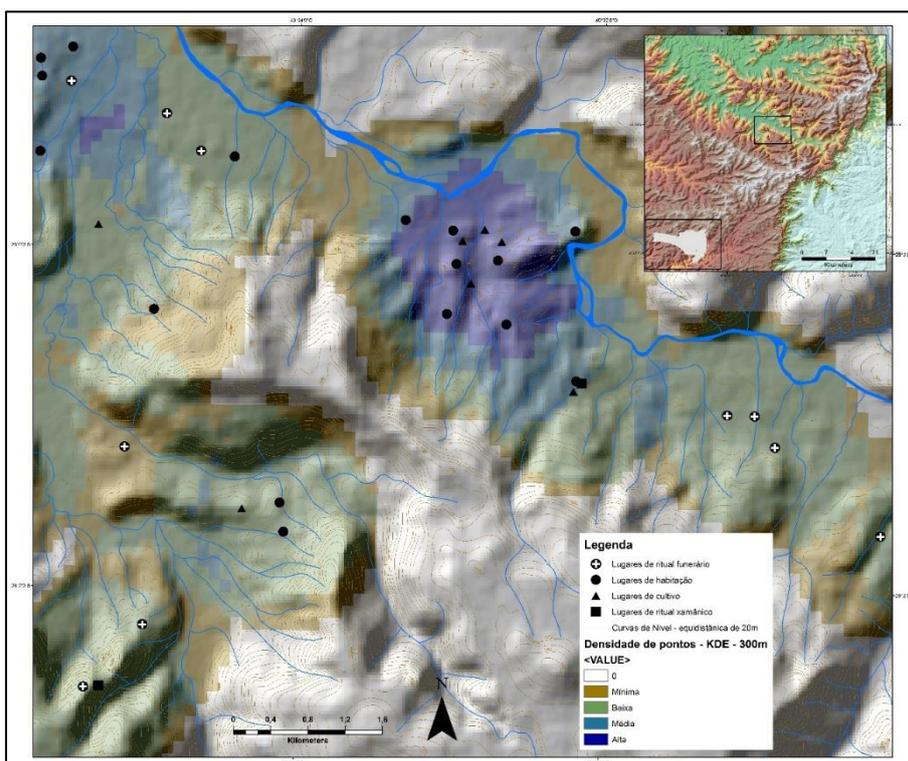
E por último, numa escala territorial mais ampla do sistema proto-Jê, cabe especular sobre a relação de uma série de vestígios materiais dispersos espacial e temporalmente por uma área que envolve as bacias hidrográficas do Rio Pelotas e do Rio Canoas e dentro dela Urubici. Nesta região, nas porções mais altas do planalto sul brasileiro, encontramos a circunscrição de um tipo específico de cerâmica da tradição Taquara-Itararé (tradicionalmente conhecida como as fases Guatambu e/ou Xaxim), associada a tipos específicos de sítios arqueológicos (como as estruturas semissubterrâneas gigantes, as estruturas anelares e as plataformas – CORTELETTI et al. 2016b). As pesquisas realizadas no vale do rio Canoas, como no médio curso (SCHMITZ et al. 2010; SCHMITZ & ROGGE 2012; DESOUZA et al. 2016b; ROBINSON et al. 2017) e no baixo curso (DEMASI 2005; HERBERTS & MÜLLER 2007; DESOUZA et al. 2016a), e pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul (KERN et al. 1989, SCHMITZ et al. 2002; MILLER 1971, COPÉ 2006a, 2015; MENTZ-RIBEIRO & RIBEIRO 1985, SALDANHA 2005, DESOUZA 2009, DESOUZA & COPÉ 2010; e WOLF 2016), dão margem para inferir a possibilidade de ter existido, num período arqueologicamente datado entre os séculos XI e XVIII, a territorialidade de um grupo Jê do sul nos limites circunscritos às bacias do Canoas-Pelotas. A comparação direta com a etnografia e a etno-história não revela nenhum dado sobre um possível território comandado por um cacique específico nessa região (LAROQUE 2007), porém a arqueologia tem trazido à tona indícios de que existiu, a partir das interações entre elementos ambientais e culturais, uma maneira particular de construir a paisagem nessa região.

Imergindo mais na organização da paisagem como sistema no alto Canoas, é importante lançar um olhar sobre o significado que determinados lugares podem ter. Ao longo da história, indivíduos e sociedades têm feito lugares para iniciar, aumentar, festejar ou comemorar as interações entre as pessoas, bem como com a natureza e o

sobrenatural (ZEDEÑO & BOWSER 2009). Portanto, tudo indica que a paisagem em Urubici é repleta de lugares significativos, imbuídos de significado e compostos por memórias Jê. Nesse sentido, a percepção de uma paisagem composta por uma diversidade de sítios sinaliza a existência de lugares e espaços de circulação, que interagem entre si compondo um cenário onde é possível identificar lugares com funções específicas como habitação, produção de cultivares e realização de diferentes rituais, o que nos remete a uma paisagem estruturada, onde existem diferentes lugares com funções culturalmente definidas, ao que tudo indica seguindo princípios sociais e cosmológicos Jê.

Assim sendo, no Mapa 4 é possível perceber nucleação de sítios da foz do rio dos Bugres, onde aparecem diversos sítios de habitação e de cultivo no sopé e baixa vertente das colinas que formam o vale do Rio Canoas. Uma destas colinas (contornada pelo rio Canoas no centro do mapa) é o local de implantação de diversos sítios de estruturas semissubterrâneas e sítios litocerâmicos, sugerindo ser este um lugar para moradia e realização de atividades cotidianas e/ou domésticas. Afastados cerca de 1,5 km para leste desta área de moradia e afazeres cotidianos estão localizados 4 sítios funerários, sendo 3 de montículos e 1 gruta com sepultamento. O posicionamento dos sítios com montículos e/ou estruturas anelares a montante desse adensamento e da gruta com sepultamento mais a montante ainda, corrobora a informação da etnografia Kaingang e Laklãnõ/Xokleng de que os cemitérios ficavam em locais distintos das aldeias (HENRY [1941] 1964; MABILDE [1897] 1988; VEIGA 2006) e remete a organização espacial dos territórios xamânicos dos Kaingang (ROSA 2005), tema que discutiremos em seguida.

Mapa 4: Densidade e tipos de atividade de sítio no alto Canoas



Fonte: Acervo do autor.

3.3 A paisagem como poder

Avançando um pouco mais em nossa proposta metodológica, uma das chaves para pensar a paisagem como poder é inferir que há complexidades socioculturais emergentes a partir de inúmeras evidências sugestivas que estamos percebendo, tais como: 1) a expansão intencional da mata de araucária (BITENCOURT & KRAUSPENHAR 2006; IRIARTE & BEHLING 2007; CÁRDENAS et al. 2015); 2) a produção de alimentos (CORTELETTI et al. 2015, 2016a); 3) a transição de um período pré-cerâmico para um período cerâmico (SCHMITZ & ROGGE 2012); 4) o surgimento de uma arquitetura pública e/ou monumental (IRIARTE et al. 2008, 2013; DESOUZA & COPÉ 2010; DESOUZA et al. 2016a, 2016b; ROBINSON et al. 2017) e junto com ela a possibilidade de trabalho especializado (SALDANHA 2005, CORTELETTI 2012); 5) uma suposta alteração no padrão de sepultamento (CORTELETTI 2012); 6) a ocorrência de arte rupestre relativamente elaborada (BAPTISTA DA SILVA 2001; RIRIS & CORTELETTI 2015); 7) a possibilidade de organização dos assentamentos em função da dualidade Jê (Iriarte et al. 2013); 8) o suposto aumento demográfico em

função do aumento do número de sítios datados após o ano 1000 AD (SCHMITZ & NOVASCO 2013, COPÉ 2015); 9) a permanência por muitas gerações de maneira ininterrupta no mesmo território (DESOUZA et al.2016b); e ainda, 10) as redes de contato e o estabelecimento de fronteiras com outras populações (ROGGE 2005, DESOUZA et al. 2016a).

Dentre essas complexidades em emergência, a arquitetura utilizada dos proto-Jê Meridionais nas terras altas é uma evidência sociocultural e econômica certamente ligada a relações de poder que precisam ser expressadas e mantidas. Portanto, a arquitetura (com a construção de estruturas semissubterrâneas, estruturas anelares e plataformas), além das funções comumente sugeridas, serve como demarcadora de territórios e também como marco identitário – que em última análise, os aproxima dos ancestrais. Há necessidade de coesão social para a realização da tarefa de construir estruturas como estas (principalmente as de grandes dimensões), o que sugere trabalho comunal e, provavelmente, a existência de lideranças que catalisem as estratégias e as ações gerais do grupo todo, como, por exemplo, onde e como construir algo deste tipo. As regularidades encontradas nas características gerais de construção das estruturas semissubterrâneas (CORTELETTI 2008) e das estruturas anelares (IRIARTE et al. 2013; SCHMITZ 2010; DESOUZA & COPÉ 2010) são tantas e percebidas numa escala de tempo tão longa, que elas não podem ter sido produzidas acidentalmente ou sem um planejamento prévio.

Por exemplo, a grande escala da construção de casas subterrâneas gigantes (como as encontradas nos sítios Urubici 4, Canadas 2 e Copetti, em Urubici), e a organização do trabalho e do esforço necessário para sua construção as distingue dos outros lugares domésticos. De Souza et al. (2016b) realizaram modelagem bayesiana nas datações de radiocarbono por AMS da Casa 1, no sítio Baggio I (Cal. A.D. 1395-1650), em Campo Belo do Sul (SC). A estratigrafia dessa casa revelou uma sequência de doze pisos bem preservados, incluindo cinco telhados desabados completamente queimados. Os resultados das datações permitiram uma compreensão da dinâmica de ocupação dessa casa gigante, demonstrando que ela foi sendo reformada e ocupada por mais de dois séculos sem evidência de grandes períodos de abandono. Além disso, na medida em que ela começou a ser ocupada, outras casas pequenas também foram habitadas em sua periferia, evidenciando disparidades emergentes na arquitetura

doméstica depois de 1000 dC. Por outro lado, a arquitetura monumental funerária (também presente em Urubici) também contribui para estabelecer importantes parâmetros sociais. Ao sintetizar as datações e localizações de todas as estruturas anelares nas terras altas, DeSouza et al. (2016a) propõem: 1) que elas surgiram no mesmo período que os grupos Guarani começaram a avançar em direção às terras altas; 2) e que elas só proliferaram em áreas onde os grupos locais não toleravam os invasores. Os autores argumentam que a construção das estruturas anelares representou uma forma inteligente de advertir aos estrangeiros para manterem-se longe; e, no passo em que foram construídas para representar a resistência aos migrantes Guarani, transformaram-se em elementos-chave na integração regional dos povos proto-Jê do Sul sob a égide de novas e poderosas lideranças.

As escolhas relativas a atividades como a produção, uso e manutenção do espaço construído são fundamentais no processo de elaboração de projetos arquitetônicos (MCGUIRE & SCHIFFER 1983). Assim sendo, a arquitetura é responsável por ciclos de desenvolvimento das famílias e das instituições tornando-se, dessa forma, a expressão material de saltos qualitativos em termos organizacionais e sociais. Por isso, pensar quem são os responsáveis pelas atividades de produção, uso e manutenção das estruturas construídas é fundamental para compreender diferenciações sociais. Por exemplo, em sociedades pouco diferenciadas, a família que usa e mantém a estrutura também foi quem a construiu, muitas vezes com assistência de outras famílias. Em sociedades um pouco mais complexas, algumas famílias ou grupos são especializados na construção, enquanto outros na manutenção das estruturas. E, por fim, nas sociedades com maior diferenciação social, há uma série de grupos especializados, uns no projeto, outros na construção ou manutenção e até mesmo na demolição de estruturas. As pesquisas realizadas até o momento não conseguem apontar se a arquitetura em terra dos proto-Jê do Sul era uma atividade familiar ou se ela já tinha passado para uma etapa mais especializada, ou seja, se a atividade de construção se tornou tarefa específica de algum grupo, clã ou família, não temos indícios de quando aconteceu. A existência de grupos especializados em determinadas atividades poderia ser um bom motivo para explicar, por exemplo, por que as atividades de construção caíram no esquecimento dos grupos Jê do Sul atuais, já que no momento do caos gerado



pela conquista, é muito mais complicado preservar e reproduzir conhecimentos pertencentes a poucos do que conhecimento amplamente conhecidos e difundidos.

Todavia, podemos inferir que numa mesma comunidade pode existir grupos especializados na construção e manutenção das estruturas arquitetônicas, enquanto outros são especializados na produção de alimento e/ou na confecção de utensílios domésticos. A interdependência entre os diferentes grupos que detêm diferentes conhecimentos faz emergir heterarquicamente, conforme a necessidade das relações sociais, estruturas de poder (CRUMLEY 1995) – que podem estar associadas a gênero, a idade, a sabedoria, a força, ou ao conhecimento na execução de uma tarefa específica (como plantar, caçar, pescar, tear, construir, etc.). A heterarquia é, ao mesmo tempo, estrutura e condição social, ao passo que as relações heterárquicas em uma linha de análise (uma metade clânica, por exemplo), podem permitir relações hierárquicas em outra linha de análise (como o privilégio aos idosos ou xamãs).

3.4 A paisagem como experiência

Segundo Rosa (2005), o território xamânico Kaingang é composto por três níveis: 1) o nível subterrâneo, formado pelo domínio do “mundo dos mortos” – “*nügme*”; 2) o nível da terra, constituído pelos domínios “casa”, “espaço limpo” e “floresta virgem”; e 3) o nível do mundo do alto, formado pelos domínios “céu” e “*fãg kavã*” ou “*kaikã*”. Cosmologicamente o domínio “floresta virgem” engloba o domínio “casa” e “espaço limpo”, e sociologicamente o domínio “casa” engloba “floresta virgem” e “espaço limpo”. Cada um desses domínios contém diferentes fronteiras, ou espaços em que atividades acontecem. Para os interesses diretos de análise da paisagem como experiência, vou me restringir a pensar os sítios arqueológicos numa escala regional, ou seja, a partir de um exercício de analogia etnográfica com o nível da terra, nos domínios do “espaço limpo” e da “floresta virgem”. O debate sobre o domínio “casa” é também muito importante, pois serve a uma discussão intra-sítio que neste momento não será abordada. As fronteiras do espaço interior do domínio “casa” configuram a espacialidade interna das habitações e as fronteiras do espaço exterior configuram a espacialidade interna das aldeias. As reflexões sobre esse domínio e suas



fronteiras demandam a exposição e reflexão de escavações arqueológicas e, portanto, terão seu lugar em outro texto.

Assim sendo, o domínio do “espaço limpo” é onde as aldeias são construídas. Nele uma das fronteiras é o “sítio”, onde são plantados manualmente diferentes cultivos. As distâncias entre as aldeias e os “sítios” são muito variáveis e muitos deles são instalados ao longo das rotas de deslocamento entre aldeias. Por sua vez, o domínio da “floresta virgem” é o lugar onde estão todas as coisas que não foram transformadas pela mão humana. Esse é o domínio dos espíritos e dos animais selvagens e ferozes (como felinos e aves de rapina). Os Kaingang caçam nas fronteiras do plano sociológico desse domínio, tais como: a montanha, a mata, o capão de mato, o rio, a cachoeira, o caminho estreito e a barra do rio. O plano cosmológico da “floresta virgem” também apresenta diversas fronteiras, como: a casa dos espíritos; a casa do dono dos animais; e a casa de “*Migtán*” (que controla os animais ferozes e é invisível para um Kaingang comum, só aparecendo para rezadores e sonhadores). Antigamente os cemitérios eram uma das fronteiras desse domínio, mas atualmente, em função das transformações que a demarcação de terras impõe, eles foram transferidos para o domínio “espaço limpo” (ROSA 2005).

As nucleações de sítios observadas a pouco podem ser interpretadas como a organização de diversos domínios “espaço limpo” ao longo do vale do alto Canoas (Mapa 3). Dentro de cada uma dessas nucleações, podemos identificar fronteiras desse domínio como as aldeias e os “sítios”. Os sítios de arte rupestre e os sítios de sepultamento, usualmente ficam distantes das aldeias, ou seja, estão fora dessas nucleações mapeadas ou fora do domínio do “espaço limpo” e podem ser interpretados como fronteiras do domínio da “floresta virgem”. Na arte rupestre encontrada no sítio do Avencal 1 estão representados, entre outros, animais como aves e felinos (encontrados no domínio da “floresta virgem”). Podemos inferir que nesse lugar e através da arte parietal nele encontrada, rezadores (*kujà*) podem acessar entes espirituais como “*Migtán*” ao mesmo tempo que contemplam a visibilidade de uma cachoeira e das montanhas circundantes cobertas por mata (fronteiras sociológicas do domínio “floresta virgem”). Tentando aprofundar essa analogia, vamos analisar para onde olhavam e por onde andavam as pessoas que habitaram o vale do alto canoas em Urubici. Ou seja, como elas se movimentavam entre esses domínios e experienciaram essa paisagem.

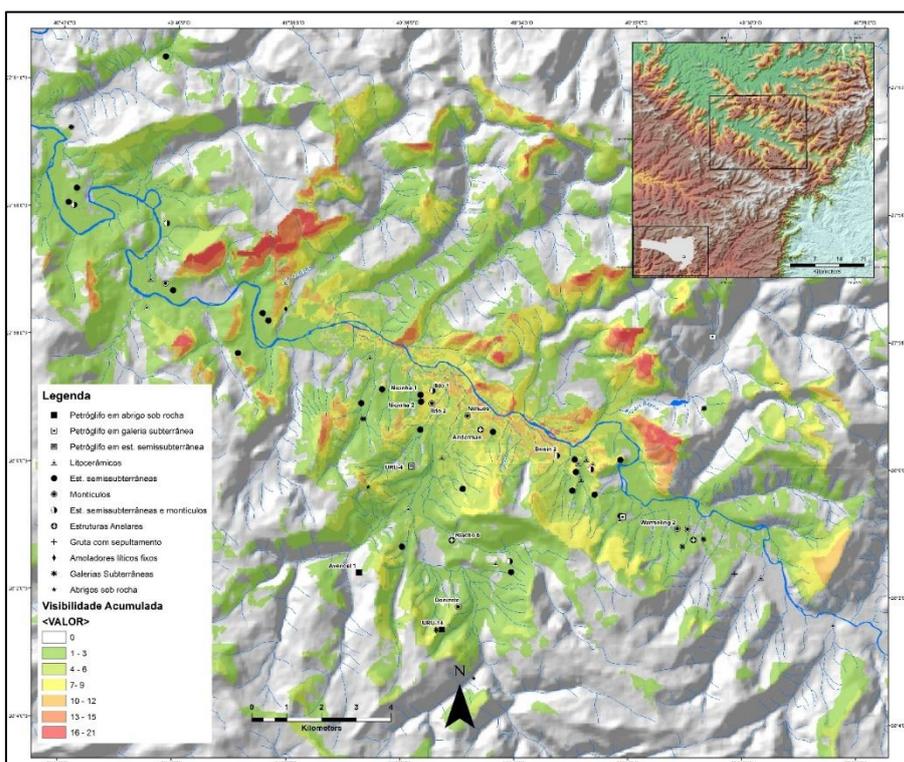


Segundo Llobera (2006) um dos problemas mais comuns na interpretação de mapas de visibilidade acumulada (os *cumulative viewshed maps* de Weathley & Gillings 2002) é a limitação que emerge com a nossa “periodização” dos dados. Muitos dos recortes cronológicos criados pelos arqueólogos englobam longos períodos de tempo, ou muitas gerações, e por isso mesmo, acabam não possibilitando uma clareza para perceber a ordem como foi sendo construída a estrutura visual da paisagem. Todavia a compreensão de como estes padrões visuais foram construídos pode, primeiramente, dar-nos pistas para saber se a visibilidade era um elemento ativo e, dessa forma, criar hipóteses sobre como os territórios foram concebidos e percebidos; e conseqüentemente, revelar determinadas intencionalidades dos construtores, independente disso ser resultado de um esforço consciente ou não. Além disso, a presença de vegetação alta, o “fator árvore” (*tree factor*), tem um efeito significativo na intervisibilidade, pois na prática é bastante difícil obter reconstruções paleoambientais com resolução espacial suficiente para usar nos cálculos das células dos MDE (*digital elevation model*) (CONOLLY & LAKE 2010). Por essa razão, nos testes de intervisibilidade aqui apresentados, a região de Urubici foi considerada como desprovida de vegetação de grande porte. O conhecimento etnográfico e as ressalvas do *tree factor* pretendem reduzir a margem de erro dessa opção metodológica. Segundo Mabilde ([1897] 1988) os Kaingang subiam na árvore mais alta dos arredores da aldeia para ter ampla visibilidade do entorno. Sabemos também que o fogo estava sempre aceso nas casas das aldeias Kaingang (AMBROSETTI 1895), possibilitando inferir a intervisibilidade da fumaça entre assentamentos contemporâneos mesmo que encobertos pela floresta.

O Mapa 5 apresenta a visibilidade acumulada dos sítios de estruturas semissubterrâneas e de estruturas semissubterrâneas e montículos em Urubici, partindo do princípio que estes lugares são habitacionais e/ou domésticos, ou seja, são aldeias do “espaço limpo”. Apesar da escassa cronologia para a região algumas análises são possíveis. A área com maior intervisibilidade acumulada é a parte mais baixa do vale do Rio Canoas, principalmente no trecho entre os rios dos Bugres e do Sérgio. É interessante observar que a maior parte dos sítios está instalada em locais que podem ser intervisíveis de até outros 3 sítios. Os sítios com arte rupestre se dividem, enquanto três deles não são visíveis desde as aldeias de casas subterrâneas (Avencal 1, Urubici 18 e

Casa de Pedra), os sítios Urubici 14 e Urubici 4 são vistos por entre 4 e 6 outros sítios e o sítio Urubici 10 está no campo de visão de até 3 outros assentamentos com estruturas semissubterrâneas e/ou estruturas semissubterrâneas e montículos.

Mapa 5: Visibilidade acumulada dos Sítios de Estruturas Semissubterrâneas e Estruturas Semissubterrâneas e montículos.



Fonte: Acervo do autor.

O fato de Avencal 1 e Casa de Pedra não serem visíveis desde os espaços domésticos pode representar uma diferença funcional destes sítios de arte rupestre em relação aos demais, já que eles apresentam outras características distintas como, por exemplo, a face do paredão com inscrições voltadas para o poente e a visibilidade de uma grande cachoeira ao sul e montanhas ao redor (CORTELETTI 2012, RIRIS & CORTELETTI 2015). A escolha de um lugar com visibilidade do pôr-do-sol (ou seja, de contemplação do nível do mundo do alto e do domínio “céu”) e ao mesmo tempo de uma cachoeira e montanhas (fronteiras do “espaço limpo”) pode não ser aleatória, mas sim uma escolha condicionada por elementos simbólicos da cultura Jê. A cosmologia dos povos Jê do Sul da grande importância a elementos como a água (que seria o único

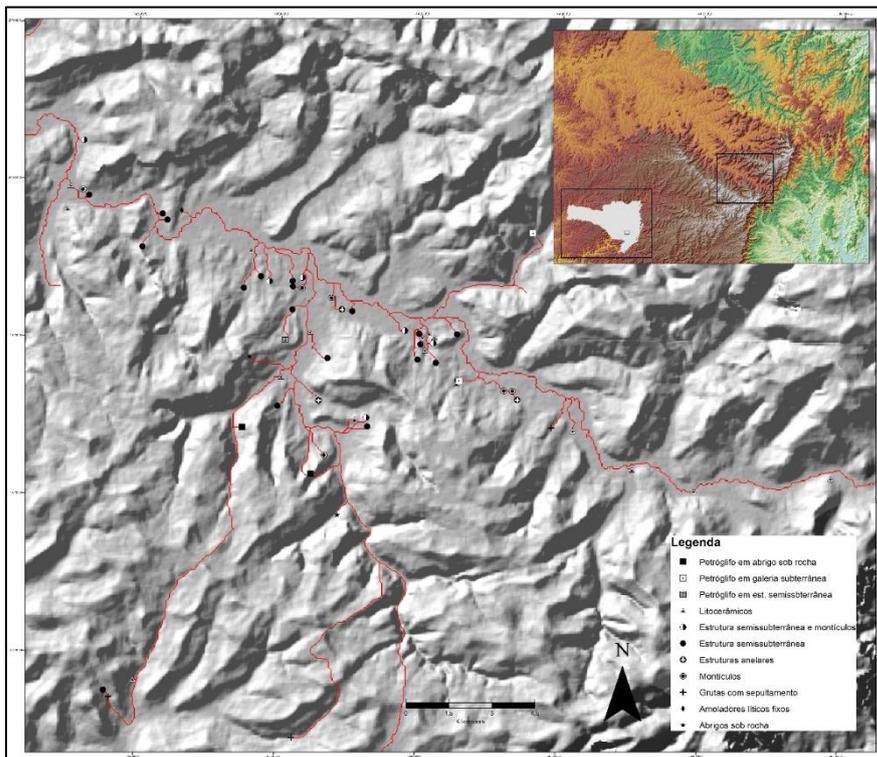


a circular pelos 3 mundos – dos deuses, no céu; dos vivos, na terra; e dos mortos, no subsolo – conforme ROSA, 2005) e a montanha (de onde, por exemplo teriam surgido os irmãos gêmeos que fundaram a sociedade Kaingang, conforme VEIGA, 2006). Por sua vez, o sítio Urubici 18 é uma paleotoca que foi reformada e ocupada por humanos (PADBERG-DRENKPOL 1933; BUCHMANN et al. 2008) e apresenta características muito distintas em relação a todos os demais sítios de arte rupestre, situação que o coloca como exceção até o momento. De qualquer forma é interessante perceber que estes lugares ficam fora do campo de visão dos espaços domésticos, o que pode demonstrar uma organização estruturada da paisagem entre os lugares de convívio amplo (“casa” e “espaço limpo”) e os espaços de ritual (“floresta virgem”). Localizados no domínio da “floresta virgem”, os sítios de arte rupestre podem ser o cenário do contato cosmológico entre rezadores (*kujà*) e espíritos e animais selvagens (poderiam ser inclusive o local de encontro do eixo vertical com o eixo horizontal dos territórios xamânicos explicitados por ROSA 2005).

Os poucos assentamentos que apresentam intervisibilidade acumulada entre 4 e 6 ou entre 7 e 9 outros sítios são os montículos (Ildo 2 e Nehues), a estrutura anelar (Urubici 21/Anderman) e as estruturas semissubterrâneas bem próximas a estes (Nicinha 1, Nicinha 2), além dos sítios de estruturas semissubterrâneas e montículos (Bonin 2 e Ildo1). Apenas o montículo do sítio Donizete está numa área com visibilidade acumulada para entre 4 e 6 outros sítios, em contraposição as outras estruturas anelares (Riacho 6 e Warmeling 2) – que como a maioria dos montículos tem visibilidade acumulada com até outros 3 sítios. Em suma, esta constatação sugere que as estruturas anelares e os montículos estão posicionados em locais para serem vistos desde outros pontos, porém, são vistos de forma restrita; o que poderia indicar uma certa organização familiar ou clânica do espaço – e que pode refletir temporalmente a construção da paisagem. Tilley (2004) infere que padrões de intervisibilidade entre montículos (*barrows*) poderiam revelar a conexão social entre linhagens e um vale em particular. Estes lugares, também localizados na “floresta virgem”, são interpretados como centros cerimoniais e espaços públicos onde são realizados rituais de sepultamentos com cremação ou rituais de passagem como o da furação dos lábios (IRIARTE et. al. 2008, 2013; DEMASI 2009; DESOUZA & COPÉ 2010; ROBINSON et al. 2017). Portanto, em decorrência da localização deles em relação ao ponto de visão

de outros sítios, é possível inferir que eles estavam colocados em lugares previamente planejados, para que as cerimônias que ali acontecessem pudessem ser, de uma maneira ou de outra, acompanhadas desde longe, e particularmente no Alto Canoas desde as áreas habitacionais específicas. Todavia, levando em conta os argumentos de Llobera (2006), não se sabe se a posição das estruturas anelares determinou a posição dos sítios de habitação ou vice-versa; e também não estamos inferindo que as cerimônias realizadas nas estruturas anelares e/ou nos montículos eram vistas integralmente (sem obstáculos, como a vegetação, névoa ou condições de luminosidade) desde os sítios de habitação, mas, mesmo assim, a partir desse posicionamento intervisível, se poderia saber, por exemplo, pela fumaça produzida nos fogos do ritual, que algum tipo de evento estaria acontecendo.

Mapa 6: Rotas de menor custo (least cost pathway) no Alto Canoas.



Fonte: Acervo do autor.

Através do uso de metodologias padrão foi realizada uma modelagem de rotas de baixo custo de locomoção (least cost-path analysis) interconectando os sítios arqueológicos na região de Urubici (WEATHLEY & GILLINGS 2002, CHAPMAN 2009, CONOLLY & LAKE 2010). Como já dito, apesar da irregularidade da

topografia, a maioria dos assentamentos está em áreas relativamente planas na porção mais próxima do fundo do vale. Assim sendo, os caminhos de menor custo de locomoção convergem para as porções mais baixas do vale, traçando o seu desenho pela paisagem praticamente em paralelo aos cursos de água (Mapa 6). Em alguns casos as rotas passam de um sítio de estrutura semissubterrânea para um litocerâmico e só então se dirigem para porção mais baixa do vale. Esta característica de deslocamento de certa forma recorrente (lugar de habitação – lugar de cultivo – várzea) também pode ser comparada a organização dos territórios xamânicos dos Kaingang atuais, já que muitos “sítios” (fronteira do domínio “espaço limpo”) ficam nos caminhos que conectam as aldeias (outra fronteira do “espaço limpo”). Um exemplo é a rota entre o Sítio de estrutura semissubterrânea Urubici 26 (uma “aldeia”), passando pelo litocerâmico Madureira (um “sítio”) e que segue até a várzea do Canoas, conectando outras “aldeias” e “sítios”.

De maneira geral, podemos deduzir que os domínios da “casa” e do “espaço limpo, onde ocorria maioria das atividades cotidianas, ficavam nas porções mais baixas do vale, em locais de topografia mais plana, solos mais férteis e, provavelmente, com um ambiente que disponibilizava a maioria dos recursos necessários para uma sustentabilidade plena. Por outro lado, o domínio da “floresta virgem” ficava em áreas de encosta mais elevada ou áreas pouco ocupadas do fundo do vale, e, então eram os locais para a realização de caçadas, e de realização de rituais de morte e de contato com os espíritos.

4. A estratigrafia da paisagem: Sistema, mobilidade e territorialidade Jê do sul do Brasil

Conforme vimos, a paisagem Jê em Urubici é composta por uma diversidade de lugares e espaços de convivência e de circulação com diferentes funcionalidades, que interagem entre si a partir de uma estruturação sociocosmológica própria. Como estratégia metodológica, essa paisagem foi estratificada em quatro diferentes camadas (ambiente, sistema, poder e experiência) para serem analisadas através de uma série de exercícios, num gradiente de reflexão e interpretação, indo do natural em direção ao cultural. Tais reflexões e interpretações nos mostram que essa paisagem nutriu e ao mesmo tempo foi nutrida pelo processo de longa duração protagonizado pelas

populações Jê. As aldeias de casas subterrâneas, os lugares de sepultamento, os lugares de xamanismo, as montanhas, rios, as matas e os campos são marcos visuais que constroem a paisagem, que integram lugar e povo, que criam uma etnicidade, bem como uma memória, e que indicam claramente a existência de um território e diferentes estágios de territorialidade (conforme ZEDEÑO 2010).

Além disso, com o atual conhecimento sobre mobilidade, territorialidade e organização social, é possível perceber que os distintos contextos materiais encontrados no sul do Brasil representam que a sociedade Jê do Sul é bastante heterogênea e muito mais complexa do que tradicionalmente se supunha. Talvez a variedade de grupos Jê descrita na etnohistória e na etnografia seja equivalente a variedade arqueológica que tem sido percebida através das pesquisas ao evidenciar contextos materiais bastante diferenciados em regiões geográficas relativamente próximas. Poderíamos estar diante de microterritórios espalhados pelo planalto e áreas adjacentes, cada qual com etnicidade própria e vinculados ao *ethos* Jê. Seriam diferentes pessoas, em diferentes territórios, com organizações social e políticas semelhantes, mas não necessariamente o mesmo grupo. As diferenças percebidas no registro arqueológico em áreas relativamente próximas e com certa contemporaneidade, como Bom Jesus (COPE 2006a), Vacaria (SCHMITZ et al. 2002), Campo Belo do Sul (DESOUZA et al. 2016b) e Urubici são indicativos dessa constatação.

Especificamente em Urubici, o sítio Bonin, datado do século XIII e XIV, forneceu informações que sugerem que a mobilidade de larga escala do grupo era reduzida, e que as migrações sazonais para a encosta e o litoral eram menos importantes do que se supunha. Os dados arqueobotânicos obtidos neste sítio (CORTELETTI et al. 2015, 2016) nos proporcionam evidências claras de produção de alimento nas terras altas do sul do Brasil. Os vestígios microbotânicos de milho (*Zea mays*), abóbora (*Cucurbita* sp.), mandioca (*Manihot esculenta*), feijão (*Phaseolus* sp.) e cará (*Dioscorea* sp.), além de criar um cenário onde essas populações são dotadas de uma ampla base alimentar, auxiliam a alterar as proposições de que sua agricultura era incipiente e de que a base alimentar era centrada na arboricultura do pinhão. Como já comentado, podemos falar que a economia dos proto-Jê, por volta do século XIII, não era frágil ou dependente de constantes e distantes movimentos migratórios para manter-se estável. Baseado nas informações que foram sendo expostas ao longo do texto, é possível



sustentar que há assentamentos estáveis, com uma população se alimentando de uma dieta mais variada proveniente de cultivos e do extrativismo, da caça e da pesca numa floresta manejada (CORTELETTI et al. 2015, 2016); e vivendo numa paisagem estruturada, tanto sociologicamente como cosmologicamente – como vimos aqui, com nucleações de sítios indicando padrões comunitários no nível da terra e com lugares específicos para determinadas atividades de conexão com os níveis do subterrâneo e do mundo do alto.

Referências

AMBROSETTI, J.B. **Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario.** Buenos Aires: Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires, tomo II, ent. 10, p. 305-387. 1895.

ARAÚJO, A.G.M. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: Em estudo de Caso no Alto Paranapanema,** Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, USP. 365p. 2001

_____, A.G.M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, 20:09-38. 2007.

BAPTISTA DA SILVA, S. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais.** Tese de Doutorado. USP. 367p. 2001

BEBER, M.V. **O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sulbrasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé.** Tese de Doutorado, UNISINOS: São Leopoldo. 289p. 2004.

BINFORD, L. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology** 1: 5-31. 1982

BINFORD, L. Mobility, housing, and environment: a comparative study. **Journal of Anthropological Research**. Vol. 46, No. 2, pp. 119-152. 1990.

BITENCOURT, A.L.V. & KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia** 9 (1):109-116. 2006.

BUCHMANN, F.S.C.; FARIAS, D.S.E.; FORNARI, M. Ocupação das paleotocas de tatus gigantes extintos por índios do grupo Jê no sul de Santa Catarina, Brasil. **VI Encontro SAB Sul**, Tubarão, SC. Resumos, p.35. 2008.

CÁRDENAS, M.L.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; ULGUIM, P.; DeSOUZA J. G.; IRIARTE, J.; MAYLE F.; FARIAS, D.; DeBLASIS, P. Integrating archaeology and palaeoecology to understand Jê landscapes in southern Brazil. **Antiquity** (Cambridge), v. 89, p. 4. 2015.

CHAPMAN, H. **Landscape Archaeology and GIS.** The History Press, 194p. 2009.



CHMYZ, I. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Publicações Avulsas, n. 6, p.59-78. 1967.

CONOLLY J., & LAKE, M. **Geographical Information System in Archaeology**. Cambridge University Press. 338p. 2010.

COPÉ, S.M. **Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil**. Tese de Doutorado. Universidade de Paris. 395p. 2006a

_____, S.M. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**. no 19:111-123, 2006b.

COPÉ, S.M. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, 29 (83): 149-171, USP, São Paulo. 2015

CORTELETTI, R. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre, Ed. Nova Prova. 200p. 2008.

_____, R. Atividades de campo e contextualização do Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA, Um Estudo da Presença Proto-Jê no Planalto Catarinense. **Cadernos do LEPAARQ**, v. VII, nº13/14. Pelotas, RS: **Editora da UFPEL**.p.121-157. 2010.

_____, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. Tese de Doutorado. USP. 2012.

_____, R. Uma estratigrafia da paisagem proto-Jê Meridional: um estudo de caso em Urubici, SC. **Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, (11):97-116, Criciúma, SC. 2013

_____, R.; DICKAU, R.; DeBLASIS, P.; IRIARTE, J. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. **Journal of Archaeological Science**, v. 58, p. 46-61, 2015. (doi:10.1016/j.jas.2015.03.017)

_____, R.; DICKAU, R.; DeBLASIS, P.; IRIARTE, J. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos proto-Jê meridionais. **Cadernos do LEPAARQ**, 13 (25):163-196. 2016a

_____, R.; DEBLASIS, P.; DE SOUZA, J.G.; ROBINSON, M.; FRADLEY, M.; IRIARTE, J.; CÁRDENAS, M.L.; MAYLE, F.; FARIAS, D.S.E. . News from the field ou como um projeto internacional começa a sair do papel. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 27:000-000, 2016b

COSGROVE, D. **Social Formation and Symbolic Landscape**. New Jersey, Barnes and Noble Books. 293p. 1984.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil GEOBank. Litoestratigrafia folhas SG -22 e SH -22. Disponível em:



http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/Litoestratigrafia.Litoestratigrafia.cadastro?p_cod_unidade_estrat=270&p_webmap=N. Acesso em: 12. Out. 2012.

CRIADO BOADO, F. **Del terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje**. CAPA, 6. Universidade de Santiago de Compostela. 90p. 1999.

CRUMLEY, C.L. Heterarchy and the Analysis of Complex Societies. **Archeological Papers of the American Anthropological Association**. Volume 6, Issue 1, p. 1–5, 1995.

DAVID, B. & THOMAS, J. Landscape Archaeology: Introduction. **In: Handbook of Landscape Archaeology**. B. David, J. Thomas (org.). Left Coast Press. p.27-43. 2010

DeMASI, M.A.N. Pescadores e Coletores da Costa Sul do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 57, São Leopoldo, IAP – UNISINOS. 136p. 2001

DeMASI, M.A.N. **Relatório Final – Projeto de Salvamento Arqueológico Usina Hidrelétrica Campos Novos**. 277p. 2005.

_____, M.A.N. Análise de Isótopos Estáveis de $^{13}/^{12}C$ e $^{15}/^{14}N$ em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil. Anais do I Congresso Internacional da SAB, Florianópolis. **Ed. Habilis**, Erechim, RS:13p. 2007.

_____, M.A.N. As Terras Altas do Sul do Brasil e o Litoral de Santa Catarina, a arqueologia dos mortos e evidências de hierarquia social. Simpósio “Mas alla de los Andes II: Monumentalidad y espacios públicos en las tierras bajas sudamericanas” Jose Iriarte (cord). **XV Congresso SAB**. Belém. 20p. 2009.

_____, J.G. **A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados**. Monografia. UFRGS. Porto Alegre. 61p. 2009

_____, J.G. & COPÉ, S.M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. **Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2010. São Paulo: SAB, 2010, V. 23, M.1, pp. 104-117. 2010.

_____, J. G.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; IRIARTE, J...The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology** (Print), v. 41, p. 196-212, 2016a.

_____, J. G.; ROBINSON, M.; CORTELETTI, R. ; CÁRDENAS, M. L. ; WOLF, S. ; IRIARTE, J.; MAYLE, F. ;DEBLASIS, P. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. **Plos One**, v. 11, p. e0158127, 2016b.

DIAS, A.S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. USP. 401p. 2003.

DIVA-GIS. **Dados espaciais livres disponíveis em diva-gis.org**. 2017.



EPAGRI – CIRAM. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina** <http://www.ciram.epagri.sc.gov.br>. 2010

FASOLO P. J.; POTTER R. O.; CARVALHO A. P.; et. al. **Levantamento de Reconhecimento de Solos do Estado de Santa Catarina - Solos – SHP. EMBRAPA Solos / EMBRAPA Floresta**. Disponível em <http://mapoteca.cnps.embrapa.br/geoacervo/>. 2004.

GESSERT, S.; IRIARTE, J.; RÍOS, R.C.; BEHLING, H.. Late Holocene vegetation and environmental dynamics of the Araucaria forest region in Misiones Province, NE Argentina. **Review of Palaeobotany and Palynology** 166 (2011) 29–37 2011

HENRY, J. **Jungle People. A Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil**. Vintage Books. New York. 215p. 1964.

HERBERTS, A.L. & MÜLLER, L. Os Sítios Funerários do “Projeto de Arqueologia Compensatória UHE Barra Grande – SC”. **CD-rom dos Anais do XIV Congresso da SAB**. Florianópolis. 2007.

INGOLD, T.. **The Perception of the Environment**. Routledge. Londres. 465p. 2000.

IRIARTE, J. & BEHLING, H.. **The expansion of Araucaria Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications of the Taquara/Itararé Tradition**. **Environmental Archaeology**, Vol 12, no 2: 115-127. 2007.

_____, J., GILLAM J.C. & MAROZZI, O. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. **Antiquity** 82: 947-961. 2008.

_____, J., COPÉ, S., FRADLEY, M., LOCKHART, J. J., & GILLAM, J. C.. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. **Journal of Anthropological Archaeology**, 32, 74-96. 2013

JOHNSON, M.. **Ideas of Landscape**. Blackwell Publishing. 266p. 2007.

KERN, A.; SOUZA, J.O. & SEFFNER, F. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação do Vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). **Veritas**, vol. 35, nº. 133. Porto Alegre: PUCRS. p.99-127. 1989

KOCH, Z. & CORREA, M.C. **Araucária. A Floresta do Brasil Meridional**. Ed. Olhar Brasileiro. Curitiba. 2002

LABRADOR, B. Prospecção arqueológica no vale do rio Urubici. **In Anexo 4 do Relatório Científico Anual FAPESP - fevereiro de 2015 a março de 2016. Jê Landscapes of Southern Brazil - Projeto Temático FAPESP - RCUK/AHRC - 2012/51328-3**. 2016.

LAROQUE, L.F.S. Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas Lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas, Antropologia**, 64. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. 343p. 2007.

LLOBERA, M. What you see is what you get? Visualscapes, visual genesis and hierarchy. In: **Digital Archaeology: bridging method and theory**. Routledge. p.148-167. 2006



MABILDE, A.P.T.. O índio Kaingáng no Século XIX. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos** 02. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p.141-172. 1988.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 314p. 2009

MENTZ-RIBEIRO, P.A. & RIBEIRO, C.T. Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do Cepa** vol. 12, nº. 14. Santa Cruz do Sul: UNISC. p.51-92. 1985.

MILLER, E.T. Pesquisas Arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul, Rios Uruguai, Pelotas e das Antas. In PRONAPA – Resultados Preliminares do Quarto Ano (1968-1969). Belém, **Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas**, n. 15, p.37-70. 1971.

MCGUIRE, R.H. & SCHIFFER, M. A Theory of Architectural Design. **Journal of Anthropological Archaeology**. 2, 277-303. 1983.

NOELLI, F.S. O mapa arqueológico dos povos Jê do Sul do Brasil. In **Tommasino, K., Motta L.T., Noelli, F.S., (Eds.)** Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Eduel. Londrina, pp. 17-55. 2004.

PADBERG-DRENKPOL, J.A. Misteriosas galerias subterrâneas em Santa Catharina. **Boletim do Museu Nacional, Rio De Janeiro**, 9:83-91. 1933

PREUCEL, R.W. & HODDER, I. Nature and Culture. In: **Contemporary archaeology in theory: a reader**. Editado por Robert Preucel e Ian Hodder. Blackwell Publishing. Oxford. p.23-38. 1996.

REIS, J.A. **Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor**. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre. 262p. 1997.

RIRIS, P., AND CORTELETTI, R. A new record of pre-Columbian engravings in Urubici (SC), Brazil using polynomial texture mapping. **Internet Archaeology** 38. http://intarch.ac.uk/journal/issue38/riris_toc.html. 2015

ROBINSON, M.; IRIARTE, J.; SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R.; ULGUIM, P. F.; FRADLEY, M.; CARDENAS, M. L.; DEBLASIS, P.; MAYLE, F.; FARIAS, D. S. E. Moieties and mortuary mounds: dualism at a mound and enclosure complex in the southern Brazilian Highlands. **Latin American Antiquity**, 2017.

ROBRAHN, E. M. **A ocupação pré-colonial do vale do rio Ribeira de Iguape, São Paulo: os grupos ceramistas do médio curso**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. FFLCH-USP. 1989.

ROGGE, J.H.. Fenômenos de Fronteira: um Estudo das Situações de Contato entre os portadores das Tradições Cerâmicas Pré-Históricas no Rio Grande Do Sul. **Pesquisas, Antropologia**, 62. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. 120p. 2005.

ROHR, J.A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 24, São Leopoldo, IAP – UNISINOS. 72p. 1971.



ROSA, R. R. G. O Território Xamânico Kaingang vinculado às Bacias Hidrográficas e à Floresta de Araucária. **Cadernos do LEPAARQ**, v. II, n.4, Pelotas, RS: Editora da UFPEL. p 99-115. 2005.

SALDANHA, J.D.M.. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre: 177p. 2005.

SCHEIBE, L.F. **A Geologia de Santa Catarina - Sinopse Provisória**. Geosul (1) p.7-38. 1986.

SCHMITZ, P.I. As Tradições Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, **Documentos 02**. São Leopoldo, IAP – UNISINOS, p.75-130. 1988.

_____, P.I & BECKER, Í.I.B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, **Documentos 05**. São Leopoldo: IAP – UNISINOS p.67-105. 1991.

SCHMITZ P.I. & NOVASCO R.V. Pequena História Jê Meridional Através do Mapeamento dos Sítios Datados. **Pesquisas, Antropologia**, IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 70, p.35-41. 2013.

_____, P.I. & ROGGE, J.H . Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. **Anais do II CIAEE**. Dourados, MS. 31p. 2012.

_____, P.I. et. al. O Projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. **Pesquisas, Antropologia**, 58. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p.11-105. 2002.

_____, P.I. et. al. Casas Subterrâneas no Planalto de Santa Catarina – São José do Cerrito. **Pesquisas, Antropologia**, 68. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p. 7-78. 2010.

SHANKS, M. Culture / Archaeology. The Dispersion of a Discipline and its Objects. **In Archaeological Theory Today (Ian Hodder, Ed.)** Polity Press: Cambridge, p.284-305. 2001.

STRECK, E. V. et. al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EMATER/RS, UFRGS Editora. 107p. 2002.

TILLEY, C. Round Barrows and Dykes as Landscape Metaphors. **Cambridge Archaeological Journal** 14:2, 185-203. 2004.

VEIGA, J. **Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang**. Ed Curt Nimuendajú. Campinas. 256p. 2006.

WEATHLEY, D. & GILLINGS, M. **Spatial Technology and Archaeology: the archaeological applications of GIS**. Taylor & Francis Ed. 250p. 2002.

WOLF, S.. **Arqueologia Jê no Alto Forqueta e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto**. Tese de Doutorado. UNIVATES, Lajeado, RS. 353 p. 2016.

ZEDEÑO, M. N. The archaeology of territory and territoriality. **In: Handbook of Landscape Archaeology**. B. David, J. Thomas (org.). Left Coast Press. p.210-217. 2010.



_____, M.N. & BOWSER, B.J. The Archeology of Meaningful Places. **In: The Archeology of Meaningful Places. Bowser & Zedeño (Org).** University Utah Press. 1-14. 2009.

Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.

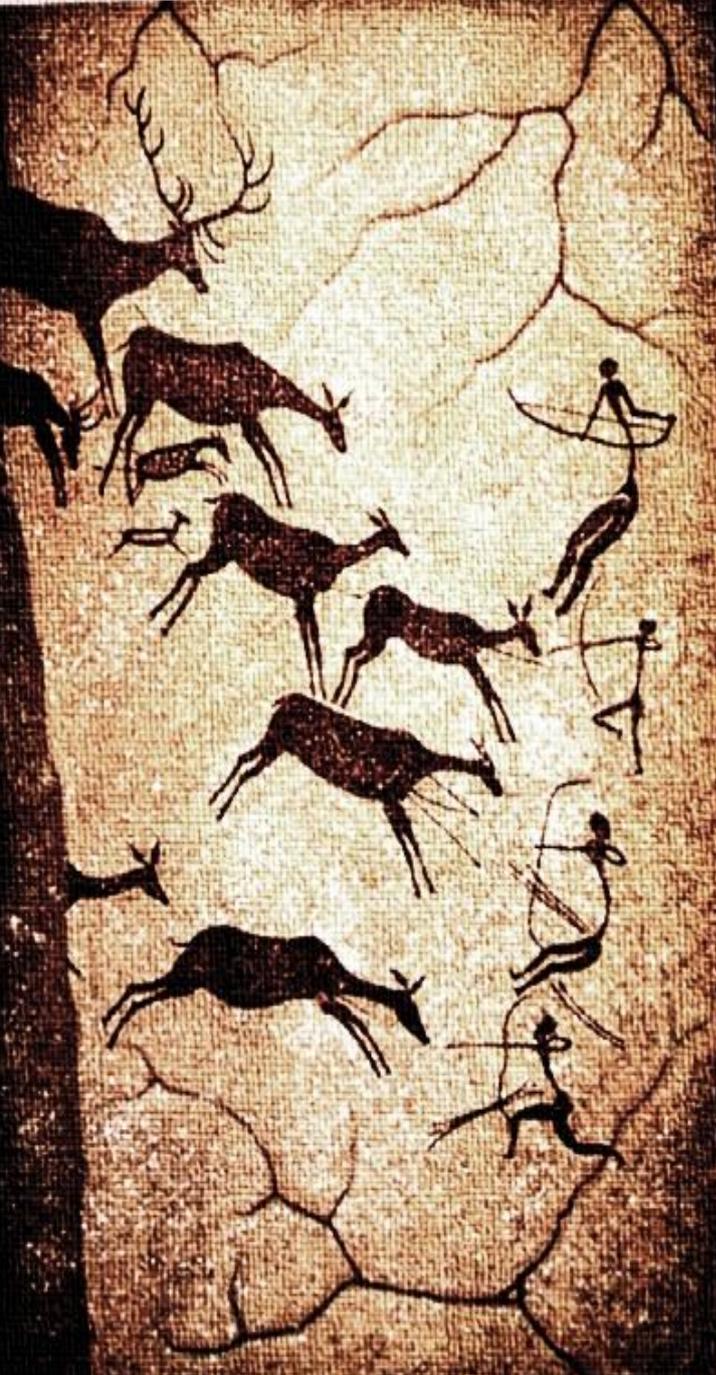


REVISTA
MEMORARE

 UNISUL

www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593



ARQUEOMETRIA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORQUETA/RS: UM ESTUDO SOBRE A CERÂMICA PRÉ-COLONIAL GUARANI

Neli Galarce Machado*
Lauren Waiss da Rosa **
Sidnei Wolf ***
Lucélia Hohne ****
Eduardo Miranda Ethur *****
Shiguelo Watanabe *****
Roseli Gennari *****

Resumo: As análises físico-químicas elucidam aspectos importantes no entendimento da complexidade de ocupações pré-coloniais. Objetivava-se analisar a pasta cerâmica de fragmentos de vasilhas provenientes de dois sítios arqueológicos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS. Por meio da Espectrometria de Massas com Fonte de Plasma Indutivo (ICP-MS) foram obtidos os resultados da composição química das pastas. As análises multivariadas se deram através do programa Bioestat®. Percebe-se que entre a tipologia física das vasilhas, a diferença da composição química é sutil. É possível considerar que a matéria-prima para a confecção das peças de ambos os sítios provêm de locais com as mesmas características sedimentares.

Palavras-chave: Arqueometria. Análises multivariadas. Cerâmica.

Abstract: The physicochemical analyzes elucidate aspects of supreme importance in understanding of precolonial occupations complexity. It aims to analyze the ceramic paste of bowls fragments from two archaeological sites located in the Forqueta River Watershed, state of Rio Grande do Sul. Through Inductively Coupled Plasma Mass Spectrometry (ICP-MS) paste chemical composition results were obtained. The multivariate analyzes were performed by Bioestat® software. It is noticed that among the bowls physical typology, the chemical difference composition is subtle. It is possible to consider that the raw material for making of pieces in both sites come from locations with the same characteristics.

Keywords: Archeometry. Multivariate analyzes. Ceramic.

* Universidade do Vale do Taquari/Univates,
Lajeado, RS, Brasil.
Pesquisadores do Laboratório de Arqueologia,
Museu de Ciências e do Programa de Pós-
Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da
Universidade do Vale do Taquari/Univates.
Professores da Universidade do Vale do
Taquari/Univates;
Pesquisadores da Universidade de São Paulo,
Departamento de Física Nuclear, Instituto de
Física.
E-mail: ngalarce@univates.br
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018165-184



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

As análises arqueométricas representam uma importante ferramenta de pesquisa para os arqueólogos, atuando multidisciplinarmente, dialogando com as mais variadas ciências, produzindo resultados específicos, que por tempo foram negligenciados pela arqueologia brasileira. O surgimento de novas abordagens teóricas e metodológicas, como a utilização das Geociências, trouxeram aos estudos arqueológicos diferentes perspectivas de investigação.

Os estudos arqueométricos apresentam vários temas a serem pesquisados, perpassando pelas análises químicas (pigmentação, pasta cerâmica, engobo, etc), bem como as físicas, que elucidam, por exemplo, o período de fabrico das peças, a partir da termoluminescência.

Entre os trabalhos referentes à arqueometria, existe um comum acordo entre os arqueólogos, no que diz respeito à importância desse método para as pesquisas. Segundo Silva et al. (2004) esta análise permite compreender as características de performances dos artefatos cerâmicos, possibilitando a construção de tipologias mais refinadas e, por outro lado, ampliando o entendimento sobre as características das tradições arqueológicas.

Em comum acordo, Milheira et al. (2009) contestam as análises formais, as quais os arqueólogos tão rigorosamente seguem. Para isso, os autores apontam no método arqueométrico a possibilidade de extrapolar as normas rígidas da cerâmica. Considerando que essas metodologias são tão importantes a ponto de colocar em dúvida ou refutar as tradicionais análises, principalmente aquelas que se procedem a “olho nu”.

Os estudos arqueométricos permitem diferentes possibilidades de interpretação na resolução de problemas arqueológicos. Bona et al. (2007) ressaltam esse aspecto quando definem que a arqueometria é um ramo multidisciplinar de pesquisa, que estuda problemas relacionados com a herança cultural. Tem como base a obtenção de informações sobre a origem e história dos achados, análise de material relacionado com a estrutura química e modificações e técnicas de datação.

Entre as técnicas analíticas comumente empregadas podemos citar: a) Microscopia Eletrônica de Varredura e Espectroscopia de Energia Dispersiva; b) Espectroscopia de Ressonância Paramagnética Eletrônica e Espectroscopia Mössbauer;

c) Espectroscopia de Fotoemissão por Raios-X (XPS), d) Ativação Neutrônica e e) Espectroscopia de Absorção Atômica e Espectroscopia de Emissão de Raios-X Induzida por Feixe de Prótons (PIXE). Cada uma destas técnicas apresenta suas potencialidades e limitações, como por exemplo, faixa linear de trabalho reduzida a apenas uma ou duas ordens de magnitude, com pouca ou nenhuma flexibilidade no tocante ao estado físico da amostra (SKOOG, 2002; ALBAREDE, 2011).

Existem várias técnicas analíticas que podem ser utilizadas na caracterização química dos minerais, como por exemplo, a Espectrometria de Fluorescência de Raios X (XRF), a Espectrometria de Absorção Atômica (AAS), a Espectrometria de Emissão Óptica com Arco (DCArcOES) ou com Plasma (ICPOES), Espectrometria de Massas com Fonte Plasma Indutivo (ICP-MS)¹ e a Análise Instrumental por Ativação Neurônica (INAA). No entanto, somente as técnicas analíticas com fonte de plasma não apresentam restrições relacionadas ao número de elementos passíveis de serem determinados simultaneamente e nem à faixa linear dinâmica de resposta, o que possibilita uma única sequência analítica, as determinações de elementos presentes em reduzidíssimos teores ($\mu\text{g}/\text{kg}$) e os elementos majoritários (% massa).

A espectrometria de massas é uma ferramenta analítica onde íons gasosos gerados, na fonte de íons, são introduzidos no espectrômetro de massas e separados, em função da razão massa/carga, durante o transporte e sob a ação de campos elétricos e magnéticos que modificam suas trajetórias. Várias fontes de íons são utilizadas na espectrometria de massas, entre elas o plasma indutivo (ICP-MS). A Espectrometria de Massas com Fonte Plasma Indutivo (ICP-MS) oferece uma série de vantagens como a elevada frequência analítica, a possibilidade em se determinar uma faixa ampla de elementos, inclusive de elementos com potencial de ionização elevado, a viabilidade de determinação de razões isotópicas, a ampla faixa dinâmica linear e a possibilidade em analisar as amostras líquidas (via nebulização) ou sólidas (vaporização [ablação] com laser). Esta característica de ser viável a análise das amostras em seu estado físico original (sólido) ou após serem solubilizadas, é um fato marcante uma vez que, a homogeneidade, e conseqüentemente a representatividade do resultado, é mais facilmente obtida em amostras presentes no estado líquido.

¹ Mester, Z.; Sturgeon, R. E. (Eds.) **Sample preparation for trace element analysis**. Elsevier: Amsterdam, 2003, 1286 p.

O uso da técnica de aplicação de ICP-MS tem se difundido nos últimos anos, principalmente devido à exatidão e acurácia usualmente obtidas nas determinações elementares e nas medidas das razões isotópicas, muitas vezes restringidas apenas às contribuições da radiação de fundo e/ou aos efeitos discriminantes das massas. De qualquer modo, a capacidade de determinações rápidas torna o ICP-MS uma ferramenta analítica com grandes potencialidades quando se referem às ciências da terra. Neste contexto, a aplicação de ICP-MS para fins de arqueometria é algo plenamente adequado e justificável.

Com o avanço das técnicas físico-químicas e das facilidades operacionais, há uma intensa geração de resultados de uma única amostra, sendo necessário usar ferramentas matemáticas para correlacionar os dados (BRUNS, 1985; POPPI, 2003).

A quimiometria é uma subdivisão da química onde o foco é o agrupamento de uma quantidade considerável de informações, reduzindo a representação dimensional organizando em uma estrutura que facilita a visualização para a interpretação dos dados. A técnica de análise hierárquica (HCA) contempla um diagnóstico exploratório que visa evidenciar similaridade ou discrepância entre as amostras de um determinado conjunto⁹, tornando-se ferramenta útil para estudos de classificação de peças cerâmicas do mesmo sítio ou diferentes (SOUSA, 2006).

Dessa forma, a análise multivariada pode ser usada em estudos de metais dos solos para verificar sua composição química e associá-las por semelhança. Sendo possível verificar a origem geográfica das matérias-primas utilizadas e ou matriz sedimentar (SENA, 2002).

As pesquisas arqueológicas realizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS, com o perpassar dos anos, tiveram por objetivo analisar os sítios arqueológicos em essência, o que vem resultando em variada produção de pesquisas. Citam-se trabalhos sobre os artefatos líticos e cerâmicos e paisagem (SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; KREUTZ, 2008; SCHMIDT, 2010).

Porém há poucos relatos na literatura sobre análises do solo da região sul do Brasil e sua caracterização físico-química (HORN, 2013; MARTINHO, 2008).

A cerâmica constatada nos sítios arqueológicos da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, é uma das principais evidências de ocupação da região por grupos Guarani



pré-coloniais que, segundo consenso arqueológico, tem sua origem a partir dos grupos Tupiguarani habitantes do território Amazônico (NOELLI, 1995).

Após a migração e instalação na mata sulina, duas populações distintas se formaram: uma situada a norte do Paranapanema e ao longo da costa brasileira, falante do tronco linguístico Tupi; enquanto a outra, falante do tronco linguístico Guarani, estava distribuída pelos três estados do sul do Brasil, entre o Paraguai e nordeste da Argentina (HOELTZ, 2005).

No Rio Grande do Sul, os Guarani estavam dispersos em áreas de matas subtropicais, abrangendo áreas do Rio Uruguai e seus afluentes, como também o Rio Jacuí, do Rio Pardo, rio dos Sinos e rio Taquari. Com o decorrer dos séculos estes grupos passaram a ocupar áreas como a Laguna dos Patos e a Serra do Sudeste (SCHMITZ, 2006; ROGGE, 2005).

Algumas características dessa cultura destacam-se como a dinâmica migratória, seguindo o curso dos rios em busca de terras favoráveis a criação de novas áreas agricultáveis, a intensa atividade horticultora e caçadora e a orientação agrícola manifestada especialmente nas culturas do milho e mandioca (NOELLI, 1995).

Segundo a bibliografia (HOELTZ, 2005; SCHMITZ, 2006; ROGGE, 2005), a mulher Guarani é responsável pelas tarefas básicas de subsistência do grupo. Dentro do conjunto de afazeres, cabe a esta personagem a fabricação do mobiliário doméstico, caracterizado pelas panelas, vasilhas e travessas de argila.

A primeira etapa da produção cerâmica caracterizava-se na expedição em grupo para a captação da argila e do barro. Esta matéria prima deveria atender as necessidades plásticas das artesãs, facilitando o manuseio e produção das peças. A priori, os lugares de captação estão situados nos taludes dos rios, ou, em solos com consistência apropriada (SILVA, 2000).

Segundo Landa (1995), entre as argilas mais utilizadas estavam: barro negro de louça, barro de louça branca, barro negro, barro grosso, barro branco e barro colorado. Logo após a coleta, a matéria prima era armazenada em cestos cargueiros, envolta em folhas para preservar a umidade natural.

Posteriormente o material precisava ser limpo antes de ser trabalhado, nesse sentido, fazia-se necessário retirar as impurezas da argila, adicionando-se também os antiplásticos. Com a conclusão dessas etapas, a pasta estava pronta para a confecção da

cerâmica. Tal tarefa era realizada dentro da aldeia em local específico²². Durante esse processo, caberia à artesã escolher os modelos e decorações plásticas utilizadas: corrugado, ungulado, alisado, pintado, etc (LANDA, 1995).

A cerâmica corrugada possui como expressão decorativa a dobra, sendo a incisão feita com a lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando a argila, o que resultará em um acúmulo de argila arrastada (SILVA, 2000). Já a cerâmica com decoração ungulada é analisada por La Salvia e Brochado (1989), como uma ação de força frontal da unha sob a pasta cerâmica, resultando em formato de arco. Seu sentido varia de acordo com a ceramista que o produz.

Dentro do mobiliário cerâmico Guarani, também se fazem presentes as cerâmicas pintadas, que são elaboradas com funcionalidades diferentes das outras peças. Geralmente são utilizadas para a guarda de alimentos considerados especiais dentro do grupo, como para o acondicionamento de bebidas como o “cauim” e também, para o sepultamento de algum indivíduo importante do grupo. Durante a decoração das peças pintadas, o imaginário das indígenas Guarani está permeado de figuras geométricas, característica cosmologicamente marcante do grupo (PROUS, 2005).

As próximas etapas consistiriam na secagem e queima das peças. Para secar a cerâmica, era necessário deixá-la de lado por alguns dias para que perdesse a água restante de sua argila. Já a queima poderia ser feita individualmente ou de maneira coletiva, tal processo para atingir certo grau de dureza e resistência poderiam durar 20 minutos. Ao final de todas essas etapas, algumas peças recebiam tratamento diferenciado, sobressaindo à pintura e a impermeabilização (LA SALVIA, BROCHADO, 1989; PROUS, 2005).

Os elementos químicos estão presentes em todo o Universo e conseqüentemente estão igualmente presentes na Terra, onde são encontrados nas águas, nos solos e no ar. Cerca de 99% da crosta terrestre é constituída basicamente por elementos majoritários (O, Si, Al, Fe, Ca, Na, K, Mg, Ti e P). A concentração remanescente é de elementos minoritários. Os elementos químicos majoritários ocorrem como constituintes básicos dos materiais, como as rochas. Os minoritários estão igualmente presentes nestes materiais, que por serem naturais, durante sua cristalização acabam incorporando em sua rede cristalina um grande número de elementos estranhos ao cristal base, os quais são as impurezas e os elementos-traços.



Há certamente uma mobilidade dos elementos químicos entre os diversos compartimentos terrestres, isto é, solo, água e ar. Essa mobilidade é causada tanto por atividades naturais como antropogênicas. Dentre as atividades naturais podemos ressaltar a erosão dos solos e o intemperismo. E, entre as atividades exercidas pelo homem que promovem a mobilidade cabe destacar a mineração, as atividades agrícolas, a urbanização, dentre outras. E, a transferência dos elementos químicos seja para o meio ambiente ou para os materiais produzidos depende basicamente de sua fonte original e dos processos químicos e físicos a que foram submetidos.

Dessa forma o objetivo deste trabalho foi avaliar a composição química de fragmentos de cerâmica oriundas de dois sítios arqueológicos localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS usando a técnica de ICP-MS e posterior quimiometria. Esses dados foram utilizados para determinar a origem da matéria-prima e diferenças em virtude das possíveis funcionalidades.

Assim sendo, estruturou-se o documento da seguinte maneira: inicialmente elenca-se o método, com descrição da paisagem onde se encontram os sítios arqueológicos e o contexto de deposição dos fragmentos cerâmicos coletados, evidenciando também o processo de análise química das peças; por seguinte propõem-se apresentar os resultados obtidos pela técnica de análise por ICP-MS e posterior análise multivariada por HCA para a interpretação dos resultados, agrupando-os de acordo com suas similaridades.

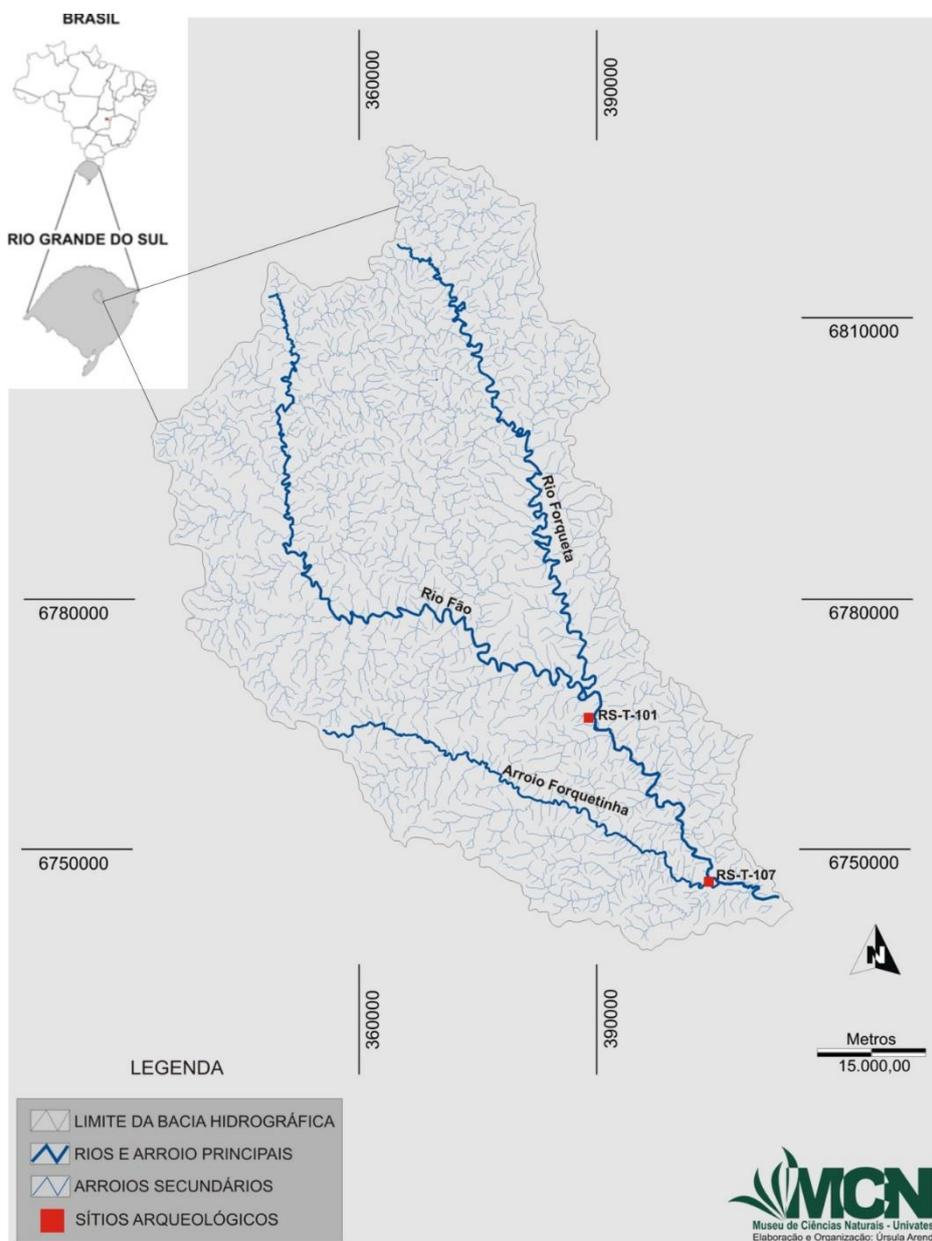
2. Método

Coletaram-se fragmentos de cerâmica de dois sítios arqueológicos pré-coloniais, localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS, nos municípios de Lajeado e Marques de Souza, respectivamente nos sítios RS-T-107 e o RS-T-101. Estes locais estão associados à ocupação de grupos Guarani (SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; SCHMIDT, 2010).

A Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS está situada na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencendo a Bacia Taquari-Antas, onde deságua o Rio

Forqueta (FIGURA 1). A área abrange aproximadamente 2.800km², divididos em 22 municípios.

Figura 1: Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS no contexto brasileiro e sul-rio-grandense, com destaque para os dois sítios arqueológicos pesquisados.



Fonte: Ducatti et al.,2011.

Geomorfologicamente a região encontra-se situada no Planalto das Araucárias, apresentando morros e encostas, além de áreas de planície. A vegetação nativa da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS engloba formações arbóreas

e campos. Originalmente constituída pela Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista - Mata de Araucária, em altitudes superiores a 600 m. Os campos localizam-se na região noroeste, enquanto que nas várzeas e locais com pouca declividade, a vegetação original inexistente, sendo comuns o uso agrícola e pastagens (SCHMIDT, 2010).

As planícies de inundação encontram-se principalmente nas regiões intermediárias e próximas à foz do Rio Forqueta, acompanhando a sinuosidade dos recursos hídricos (FIEGENBAUM, 2009).

Os sítios estão localizados em planícies de inundação de aproximadamente 100.000m², ao longo da margem direita do Rio Forqueta, num raio de 40 km. Foram selecionados fragmentos de parede maiores de cinco cm de comprimento, com o tratamento de superfície corrugado, unglado e pintado, procedentes de diferentes profundidades do horizonte antrópico. As análises foram realizadas no Laboratório de Cristais Iônicos, Filmes Finos e Datação (LACIFID-USP).

Os fragmentos analisados foram coletados junto à camada de solo antropogênica (terra preta). Este horizonte antrópico é associado à presença de evidências materiais e ao processo de ocupação dos sítios. Noelli (1993) justifica o surgimento da camada de solo antropogênico, a partir do processo de acúmulo de matéria orgânica durante o assentamento, estando normalmente relacionada ao colapso da unidade habitacional.

No sítio arqueológico RS-T-101, a área de intervenção situa-se junto ao talude do Rio Forqueta, numa distância de 20 m da lâmina d'água. O horizonte antrópico encontra-se situado numa profundidade entre 16 cm e 40 cm, abaixo do primeiro horizonte. Sua textura é argilo-arenosa, com espessura entre 15 cm e 25 cm, estendendo-se lateralmente pelo talude por 6,2 m, adentrando o espaço da planície de inundação. Além da cerâmica constatou-se uma alta concentração de evidências líticas de menor porte (lascas, núcleos e estilhas de lascamento), vestígios de arqueofauna e restos vegetais carbonizados (FIEGENBAUM, 2009).

No RS-T-107 a área de coleta dos fragmentos cerâmicos está localizada no talude do Rio Forqueta, distante 200 m da foz do Arroio Forquetinha, e 15 m da lâmina d'água, defronte há um depósito de seixos de araste fluvial na margem oposta, utilizado provavelmente para obtenção de matérias primas para confecção de artefatos líticos. Observa-se a presença de um horizonte A superficial (15 cm) com vegetação e solo



areno-argiloso, seguida de uma camada arenosa com a presença de manchas escuras, onde o material está concentrado. A cultura material é composta por fragmentos de cerâmica e evidências líticas em menor proporção.

Em ambos os sítios coletaram-se os fragmentos junto à camada de solo antropogênico, às vezes descrito na literatura arqueológica como “terra preta”, envolvendo as peças em papel alumínio e em sacos plásticos *zip*.

No Laboratório de Arqueologia da Univates, os fragmentos arqueológicos são limpos manualmente e somente para retirada do excesso de sedimento. Nos fragmentos com tratamento de superfície corrugado e unglado procedeu-se uma lavagem superficial com água, enquanto que nas peças pintadas essa limpeza foi realizada a seco com ajuda de uma escova seca de cerdas macias, com o objetivo de não danificar a pintura externa ou interna das peças (FIGURA 02).

Figura 2: Fragmentos de cerâmica analisados provenientes do sítio arqueológico RS-T-107, onde: 1 – refere-se a fragmento com tratamento de superfície pintado de branco com desenhos em vermelho; 2 e 3 – referem-se a fragmentos com tratamento de superfície corrugado; e 4 – refere-se a fragmento com tratamento de superfície unglado.



Fonte: Arquivo do Laboratório de Arqueologia, 2012.

Na sequência realizaram-se os registros dos fragmentos, com descrição das características (tipo de fragmento, tratamento de superfície, tamanho e procedência). As

peças foram acondicionadas isoladamente em sacos plásticos para transporte e enviadas ao Laboratório de Cristais Iônicos, Filmes Finos e Datação (LACIFID) na Universidade de São Paulo - USP.

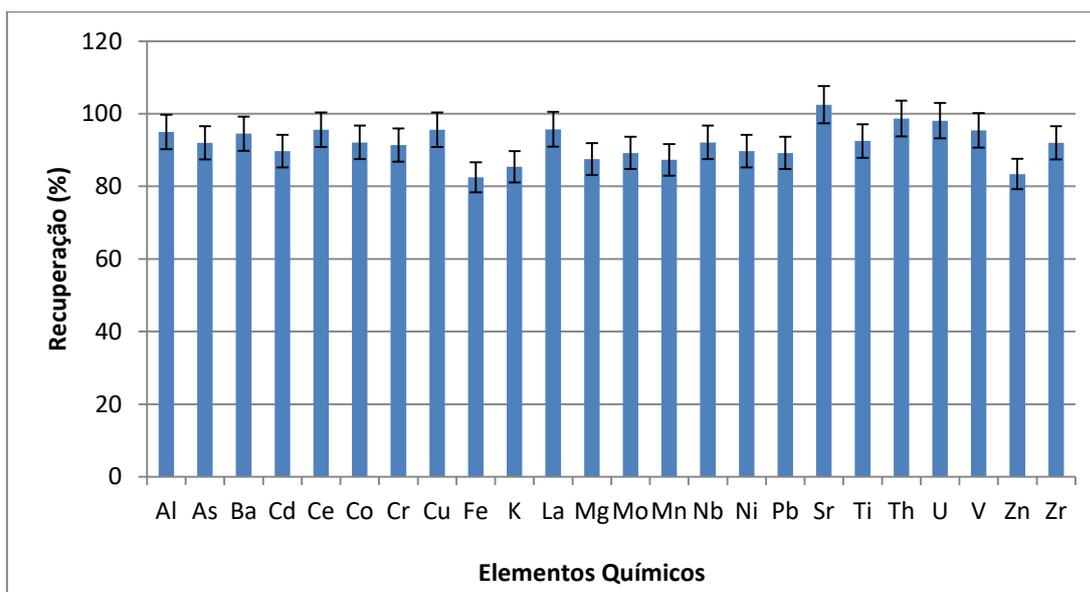
3. A análise química

Foram utilizados 50 mg de cada amostra seca e moída, com granulometria de 0,037mm. Em seguida as amostras foram digeridas através da solubilização assistida com microondas (DGT 100 plus - Provecto Analítica) e empregando uma mistura de ácido nítrico (HNO_3 , 65% P. A. ACS, Merck) e ácido fluorídrico (HF 37%, P. A. ACS, Flucka) na proporção de 5:2. Uma vez solubilizadas, as soluções foram transferidas para balões volumétricos de 50 ml e avolumadas com água purificada (18,2Mohm, Gehaka Master System) e analisados com um Espectrômetro de Massas Quadrupolar com Fonte Plasma - ICP- MS (ELAN Perkin Elmer 6100). Os elementos determinados quantitativamente foram: Na, Mg, Al, K, Ca, Ti, V, Cr, Mn, Fe, Ni, Cu, Zn, As, Sr, Zr, Mo, Cd, Ba, La, Ce, Pb, Th e U. A seleção dos elementos baseou-se nas características do solo brasileiro, rico em silicatos. Para tanto, utilizaram-se os seguintes elementos na análise multivariada de conglomerados: Na, Mg, Al, K, Ti, V, Mn, Fe, Ni, Cu, Zn, As, Mo, Ba e Pb.

Um programa analítico foi desenvolvido a partir da análise de ICP-MS, formulado pela diluição de solução de referência certificada estoque (Spex®) cada elemento, com o intuito de obter curvas analíticas individuais. Para garantir o desempenho analítico, uma série de materiais de referência certificados (CRMs) do solo e geológicos foi utilizada (IAEA Soil-7 e GSJ-JG1a, JA-3, JB2 E JB-3). Desta forma, o controle analítico dos resultados foi comparado aos CRMs e ao obtido após a solubilização e consequente análise no ICP-MS. Nas Figuras 03 e 04 estão apresentadas as porcentagens de recuperação média obtidas. Para a análise multivariada, os resultados foram avaliados por meio do agrupamento hierárquico (HCA) e a aplicação das distâncias euclidianas ao quadrado com o intuito de calcular diferenças entre as amostras.

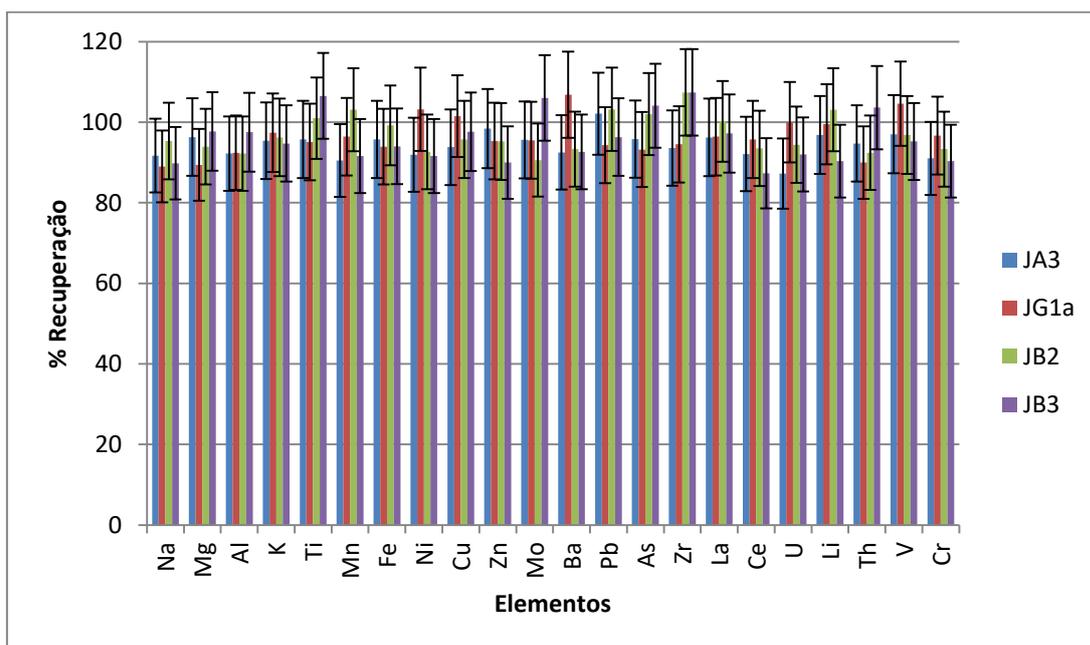


Figura 3: Teor Percentual de Recuperação Médio após a análise de IAEA Soil 7.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4: Teor Percentual de Recuperação Médio após a análise dos MRCs GSJ.



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com as Figuras 03 e 04, pode ser visto a recuperação de mais de 80% dos elementos determinados nos CRMs. Para as análises multivariadas das amostras, foi usado o programa *Bioestat*[®], que organiza as amostragens por meio dos valores utilizados, aglutinando-os em conglomerados, através dos quais, criaram-se estatísticas

de agrupamento e divisão, com base em distâncias euclidianas. Depois desse processo, os dendogramas gerados foram interpretados.

4. Resultados

A partir da análise dos componentes da pasta cerâmica dos sítios RS-T-101 e RS-T-107 chegou-se a resultados que propiciam o esclarecimento de questões atinentes às características químicas das cerâmicas pré-coloniais da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS.

A Tabela 01 apresenta os resultados das concentrações dos elementos químicos dos fragmentos analisados. As amostras de número 01 a 07 relacionam-se ao sítio RS-T-101; já as amostras de número 08 a 11, relacionam-se ao sítio RS-T-107.

Tabela 01: Concentrações de elementos químicos das amostras analisadas. <LD- limite de detecção do método: 0.002.

Elementos Químicos	Amostra 01	Amostra 02	Amostra 03	Amostra 04	Amostra 05	Amostra 06	Amostra 07	Amostra 08	Amostra 09	Amostra 10	Amostra 11
Na%	0.06	0.24	0.13	0.27	0.28	0.27	0.23	0.17	0.09	0.08	0.11
Mg%	0.04	0.26	0.38	0.31	0.45	0.36	0.48	0.22	0.26	0.41	0.43
Al%	0.62	3.65	1.30	4.31	7.42	6.32	7.03	4.84	17.52	36.79	29.88
K%	0.52	2.90	0.45	2.40	3.40	2.93	8.07	0.87	0.24	46.81	4.14
Ti%	0.43	0.63	0.35	0.64	0.61	0.54	0.57	0.82	0.41	0.7	0.55
Fe%	2.29	0.44	1.6	0.45	5.72	5.14	5.50	3.26	48.97	18.89	20.26
V%	0.03	0.566	0.01	0.58	0.02	0.01	0.01	0.02	0.03	0.03	0.03
Mn%	0.17	0.50	0.44	0.52	0.06	0.06	0.05	0.24	0.02	0.03	0.03
Ni ug/g	81.70	3779.28	21.43	3894.56	19.73	18.16	19.92	0.01	43.53	52.39	59.62
Cu ug/g	87.50	3152.95	63.85	3222.68	54.43	43.04	35.00	0.01	75.97	75.09	86.04
Zn ug/g	119.13	2526.62	165.27	2580.80	126.72	127.97	141.07	0.01	183.41	99.76	66.89
As ug/g	3.80	1900.29	3.07	1938.92	5.67	5.44	5.88	<LD	1.57	2.9	4.74
Mo ug/g	1.12	127.96	1.08	1297.04	0.42	0.34	1.57	<LD	0.69	1.00	0.01
Ba ug/g	447.97	647.63	663.27	655.16	1134.37	1670.09	2009.57	0.07	137.1	653.65	414.71
Pb ug/g	3.42	21.30	4.19	13.28	2.23	2.12	1.60	<LD	3.95	4.47	0.00

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto ao tratamento de superfície dos fragmentos analisados, as amostras 01, 09 e 10, referem-se a fragmentos com tratamento de superfície corrugado; amostras 03 e 11 a fragmentos com tratamento de superfície unglado; amostras 04, 05, 06 e 08 a fragmentos com tratamento de superfície pintado em branco com desenhos em

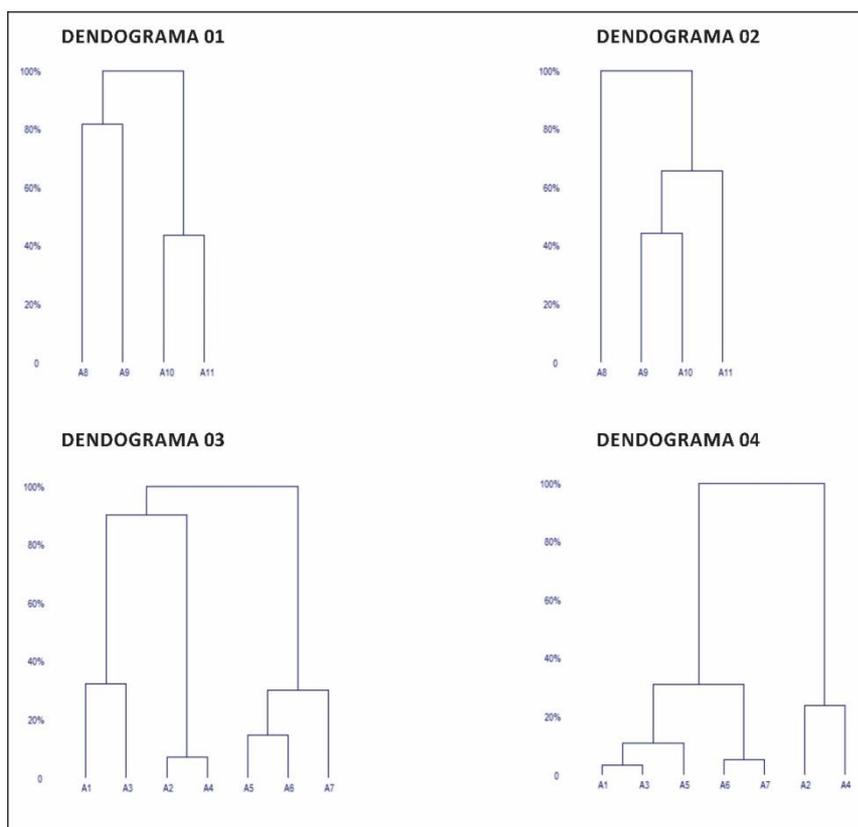


vermelho; amostra 02 com tratamento de superfície pintada em vermelho; amostra 07 com tratamento de superfície pintado em branco.

Observa-se a partir dos resultados expostos uma diferenciação entre os diferentes elementos identificados nas amostras de fragmentos cerâmicos. Estas demonstraram uma diferenciação dos elementos em dois grupos distintos: um composto pelos elementos majoritários (Na, Mg, Al, K, Ti, Fe, V e Mn) e outro composto por elementos minoritários (Ni, Cu, Zn, As, Mo, Ba e Pb).

O programa *Bioestat*[®] possibilitou a realização das análises multivariadas de conglomerados, a partir da avaliação entre elementos majoritários e minoritários. Como resultado desse processo está a criação dos dendogramas na sequência (FIGURA 04).

Figura 05: Dendogramas construídos para os sítios RS-T-107 (Dendogramas 01 e 02) e RS-T-101 (Dendogramas 03 e 04) a partir das concentrações de elementos majoritários (01 e 03) e minoritários (02 e 04). As amostras foram denominadas pela inicial “A” e seu número, como supracitado.



Fonte: Elaborado pelos autores.



Com base na Figura 05, constatam-se os seguintes resultados:

1. A partir da análise multivariada dos dendogramas, foi possível perceber duas diferenças entre as composições das pastas cerâmicas. No primeiro exemplo, o Dendograma 01, analisou-se as cerâmicas do RS-T-107, levando em conta somente as concentrações de macroelementos da pasta. A análise permite identificar que a cerâmica pintada (A8) possui concentração de elementos majoritários muito próximos das cerâmicas corrugadas e unguladas. Sendo assim, é possível concluir que, tanto as peças decoradas por pigmento ou as de decoração mais simples, são retiradas das mesmas fontes de matéria prima.
2. Tal similaridade na concentração macroelementos na pasta cerâmica também é encontrada no Dendograma 03. Neste quadro se analisou apenas as concentrações majoritárias das cerâmicas pertencentes ao RS-T-101. Percebeu-se que as composições macroelementares não variam muito em detrimento do estilo decorativo das peças cerâmicas. Como tais elementos: Na, Mg, Al, K, Ti, Fe, V e Mn são amplamente encontrados no solo, foi possível definir que estes são responsáveis pela composição de todas as peças cerâmicas, não apresentando grandes variações de elementos majoritários. As sutis alterações estão em conformidade com a obtenção de novas matérias primas, bem como a inserção dos elementos minoritários, que seriam responsáveis por fornecer características tão específicas à cerâmica pintada.
3. Dendogramas 02 e 04: Estes dendogramas foram elaborados a partir das concentrações de elementos minoritários (Ni, Cu, Zn, As, Mo, Ba e Pb) de todas as peças, corrugadas, unguladas e pintadas. No entanto, foi possível observar que as cerâmicas pintadas possuem características elementares muito específicas, tornando-as diferentes das demais peças cerâmicas. O Dendograma 02, que analisou as concentrações minoritárias do RS-T-107, evidenciou de modo claro que a concentração de elementos minoritários da peça pintada diferencia das demais peças corrugadas e unguladas. Já o Dendograma 04, representando o RS-T-101, apresenta pouca variação entre as concentrações minoritárias. Sendo possível observar que praticamente todas as peças pintadas



encontram-se aglutinadas no mesmo grupo de similaridade, fugindo apenas deste conjunto a Amostra 5, podendo-se supor que esta tenha sido catalogada de maneira assistemática, na medida em que sua composição química assemelha-se a das peças corrugadas e unguladas.

5. Considerações Finais

Com base nos estudos e pesquisas realizadas, é possível compreender que os sítios foram ocupados de maneira simultânea em determinados períodos, isto comprovado pelas inúmeras datações (WOLF, 2012; NOELLI & DIAS, 1995; RAMBO, 2000; CANO et al. 2012). No entanto, cabe aqui mencionar que existe uma correlação entre as matérias primas utilizadas para a fabricação da pasta cerâmica entre os dois sítios, na medida em que assemelham-se a composição natural dos solos regionais³⁰, sugerindo uma apropriação local de matéria prima.

Dados etnográficos e etnohistóricos (RAMBO, 2000), assim como as datações (SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; KREUTZ, 2008; NOELLI, 1993), indicam que os sítios foram ocupados e reocupados, apesar de não serem observadas mudanças ao longo do horizonte antrópico. A informação do processo de manufatura da cerâmica pode ter sido perpassada de geração para geração (LANDA, 1995), representando forte indício de que houve trocas entre os grupos, de caráter material e cognitivo. Por outro lado, em menor número, evidenciam-se fragmentos com composições diferenciadas, provindas de outras fontes de argila.

Tendo em mãos os valores mineralógicos das composições cerâmicas, pode-se afirmar que uma conclusão importante deste documento, reside no fato de todas as cerâmicas possuírem composição química muito similar, diferenciando-se a priori apenas pela composição de minoritário ou microelementar. Tais estão presentes basicamente na composição química dos fragmentos pintados, em concentrações menores do que os metais formadores da pasta cerâmica. Fazem parte do grupo dos elementos minoritários: Níquel, Cobre, Zinco, Arsênio, Molibdênio, Bário, Chumbo, associados a óxidos e outros compostos, responsáveis pela cor dos pigmentos. Os valores de Bário estão concordantes com o encontrado por Horn, Pereira e Schultz



(2013), onde fizeram análises de solo contendo carbonatos na região central do Rio Grande do Sul.

Percebeu-se também, de acordo com os resultados, que as cerâmicas pintadas continham teor de cobre e arsênio. Esses valores, para cobre, considerados relativamente altos em solos arenosos, já foram encontrados em um trabalho de Pestana et al. (1997), onde avaliaram amostras de sedimentos do Rio Camaquã, no Rio Grande do Sul, onde o solo é rico e cobre, porém não foi analisado o teor de arsênio. No entanto, segundo a literatura, o arsênio pode ser encontrado em locais onde há grande concentração de cobre no solo. Dessa forma, os resultados encontrados nesse trabalho, vão de acordo com a teoria, pois quando se deu o aumento de cobre, houve aumento de arsênio (QUINÁGLIA, 2008).

Esses grupos possuíam conhecimento do ambiente que os circundavam, explorando-o de maneira a satisfazerem suas necessidades físicas e simbólicas. Associada à cerâmica pintada, cuja funcionalidade ainda é desconhecida, as oleiras tinham em seu modo de produção uma preocupação especial, verificada a partir dos resultados desta pesquisa. Como demonstrado pela comparação entre os fragmentos do RS-T-101 e 107, a composição química destas evidências é diferenciada, em virtude dos elementos naturais ou químicos utilizados.

Cabe salientar que não existem estudos a respeito da composição do solo onde foram retirados os fragmentos em questão, por isso, um estudo posterior será necessário para associar a composição dos elementos majoritários e minoritários do local e das peças. Ressalta-se que esses dados são preliminares, pois se pretende associar o tipo de vegetação, do solo, da atividade humana nestes locais onde foram coletadas as amostras e talvez da região e desta forma mapear as possíveis rotas migratórias dos grupos indígenas.

Por fim, pode-se concluir que a utilização da técnica de ICP-MS e análise multivariada têm contribuindo para o surgimento de novas pesquisas e metodologias dentro da ciência arqueológica. Sendo assim, vê-se na perspectiva arqueométrica a possibilidade de extrapolar as rotineiras análises a “olho nu”, bem como facilitar a compreensão e entendimento de processos químicos condizentes com as etapas de captação, cozimento e acabamento das pastas cerâmicas. Tais processos carregam consigo, não somente suas características químicas detectadas pelo ICP-MS, mas

também aspectos cosmológicos, únicos e pessoais, que dependem das escolhas da artesã durante o manejo da argila.

As interpretações sugeridas, a partir dos resultados apresentados, indicam a utilização de matérias primas locais, demonstrando assim um intenso conhecimento dos recursos disponibilizados às populações ali instaladas. As sutis diferenças observadas referiam-se as concentrações de elementos minoritários. Assim, associaram-se as variações constatadas às tintas utilizadas nas cerâmicas pintadas, refletindo-se numa especificidade na manufatura, como na funcionalidade dessas.

Mesmo sendo uma análise preliminar das cerâmicas arqueológicas da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, verifica-se trocas de informações dentro dos sítios que, se espelham nas semelhanças químicas e tecnológicas das cerâmicas pré-coloniais analisadas. De modo que, para que se tenha compreensão total dos mecanismos que concernem à fabricação das peças, ainda é preciso aprofundar as análises de cunho arqueométrico para obtenção de dados cada vez mais específicos. Uma vez que há poucos relatos na literatura sobre análises do solo na região sul do Brasil e pouco sobre a região específica dos sítios analisados.

Referências

ALBAREDE, F. **Geoquímica: Uma Introdução**, Editora Oficina dos Textos, 2011.

ARAUJO, A. G. de M. **Teoria e método regional: Um estudo de caso no alto Paranapanema, estado de São Paulo**. São Paulo: PPGAD, Universidade de São Paulo, 2001. Tese de doutoramento.

BONA, I. A. T.; SARKIS, J. E.; SALVADOR, V. L. R.; SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. Análise Arqueométrica de Cerâmica Tupiguarani na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, usando fluorescência de raios X por dispersão de energia (EDXRF). **Revista Química Nova**, v. 30, n. 4, 2007.

BRUNS, R. E.; FAIGLE, J. F. Quimiometria. **Revista Química Nova**, São Paulo, v. 8, n. 2, p.84-99, 1985.

FIGENBAUM, J. **Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. São Leopoldo: PGH, Unisinos, 2009. Dissertação de mestrado.

FOGAÇA, E.; BOEDA, E. A antropologia das técnicas e o povoamento da América do Sul pré-histórica. **Revista Habitus**, 2006.



HOELTZ, S. E. Tecnologia Lítica: **Uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos.** Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2 volumes, 2005. Tese de Doutorado.

HORN, B. D.; PEREIRA, V. P.; SCHULTZ C. L. Calcretes of the Santa Maria Supersequence, Middle Triassic, Rio Grande do Sul, Brazil: Classification, genesis and paleoclimatic implications. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology.** 2013. n. 376, v. 39.

KREUTZ, M. R. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari.** Lajeado: PPGAD, Centro Universitário Univates, 2008. Dissertação de Mestrado.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani.** Porto alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LANDA, B. dos S. **Mulher Guarani: atividades e cultura material.** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

MARTINHO C. T., DILLENBURG S.R., HESP P. A. Mid to Late Holocene evolution of transgressive dunefields from Rio Grande do Sul coast, southern Brazil. **Marine Geology**, 256, p. 49-64, 2008.

MESTER, Z.; STURGEON, R. E. (Eds.) **Sample preparation for trace element analysis.** Elsevier: Amsterdam, 2003, 1286 p.

MILHEIRA, R. G., APPOLONI, C. R., PARREIRA, P. S. Arqueometria em cerâmicas Guarani no sul do Brasil: um estudo de caso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: 355-364, 2009.

NOELLI, F. S.; DIAS, A. S. Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v.19, n. 22, 1995.
Noelli, F. S.; Dias, A. S.; Revista do CEPA, 1995, 19, 07.

OLIVEIRA, K. **Estudando a Cerâmica Pintada da Tradição Tupiguarani: coleção Itapiranga, Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2008.

POPPI, R. J.; TREVISAN, M. Determination of doxorubicin in human plasma by excitation-emission matrix fluorescence and multi-way analysis. **Analytica Chimica Acta.** Amsterdam, v. 493, p. 69-81, 2003.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul.** Org. Faculdade de Filosofia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2000.



REBELLATO, L. **Interpretando a variabilidade cerâmica e as assinaturas químicas e físicas di solo no sítio arqueológico Hatahara-AM.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de mestrado.

ROGGE, J. H. **Fenômeno de Fronteira: Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul.** Pesquisas Antropologia, n. 62. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2005.

SCHMIDT, E. O. **Avaliação antracológica de fragmentos de charcoal em porções do sítio arqueológico RS-T-114: um estudo multidisciplinar para a determinação de histórico ambiental.** Lajeado: Centro Universitário Univates, 2010. Dissertação de Mestrado.

SCHMITZ, P. I. **Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani.** Documentos 5. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006.

SCHNEIDER, P. **Cozer, Guardar e Servir: a cultura material do cotidiano no sítio Pré-colonial RS T 101 – Marques de Souza/RS.** Lajeado: Centro Universitário Univates, 2008. Monografia.

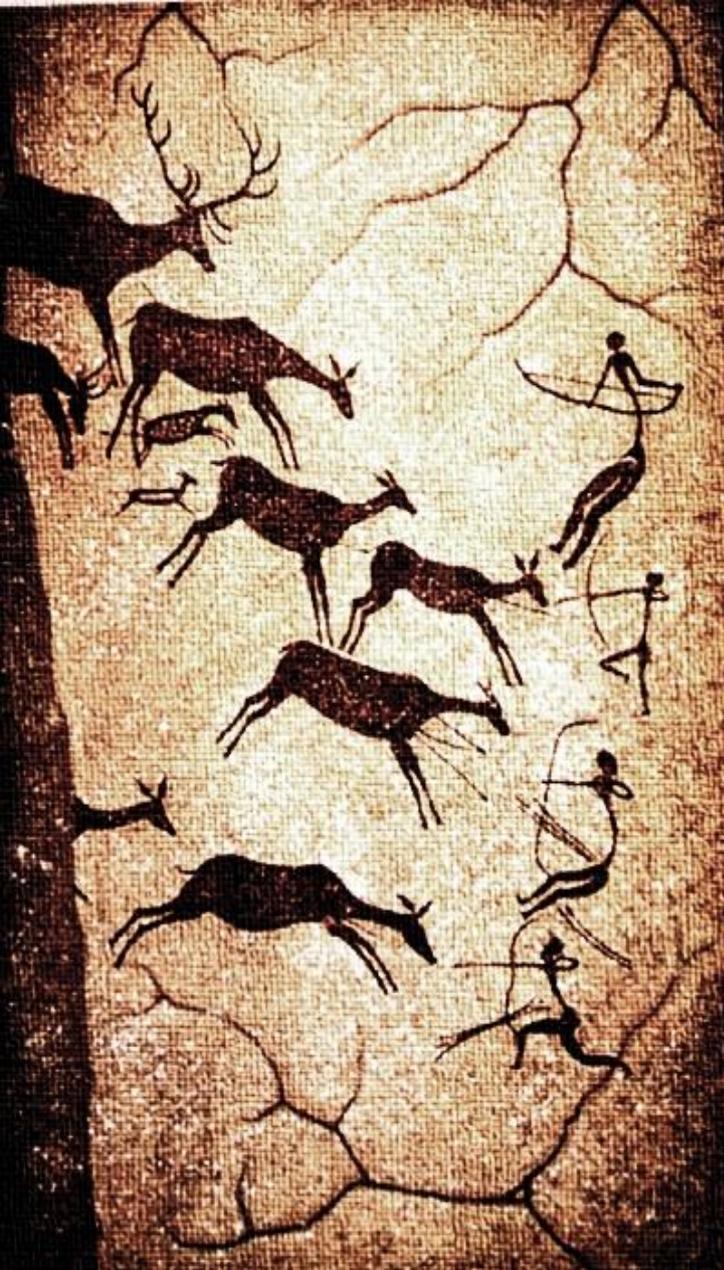
SENA, M. M.; FRIGHETTO, R. S. T.; VALARINI, P. J.; TOKESHI, H., POPPI, R. J. **Soil and Tillage Research**, 2002, 67,171.

SILVA, F. A.; APPOLONI, C. R.; QUIÑONES, F. R. E; SANTOS, A.; SILVA, L. M.; BARBIERI, P. F.; FILHO, V. F. N. A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. **Revista de Arqueologia**, 17, p. 41-61, 2004.

SKOOG, D. A.; HOLLER J. F.; NIEMAN, T. A. **Princípios de Análise Instrumental**, Editora Bookman, 2002.

WOLF, S. **Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS.** Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.



TERRITORIO PATRIMONIO: LA ACTUAL EXPERIENCIA GALLEGA CON LOS CAMINOS DE SANTIAGO

Josélia Godoy Portugal*
Juan Mario Crecente Maseda**

Resumo: Este trabalho é sobre a experiência desenvolvida na Comunidade Autónoma de Galicia, em Espanha, em relação à preservação patrimonial e gestão integrada de um caso paradigmático como o Caminho de Santiago de Compostela, e todas as rotas jacobeanas que são patrimônio. O objetivo é analisar as potencialidades e desafios atuais da gestão de um patrimônio a escala territorial sob o enfoque da ideia de território patrimônio. O trabalho está estruturado em três partes: 1 - contexto da recuperação histórica do caminho; 2 - proteção patrimonial integrada; 3 - gestão e planejamento territorial. Galicia se apresenta como uma experiência da inserção de novas categorias patrimoniais em seu sistema legal de proteção e gestão patrimonial com resultados interessantes.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Planejamento Territorial. Caminhos de Santiago.

Resumen: En este trabajo presentamos la experiencia desarrollada en la Comunidad Autónoma de Galicia, en España, sobre la preservación patrimonial y gestión integrada del paradigmático ejemplo del Camino de Santiago de Compostela, y por extensión, todas las rutas históricas de peregrinación jacobea patrimonializadas. Trátase de reflexionar sobre las contribuciones y los actuales desafíos de la gestión del patrimonio a la escala territorial, bajo el enfoque de la idea de territorio patrimonio. El trabajo se estructura en tres apartados: 1 - el contexto de la recuperación histórica del camino; 2 - la protección patrimonial integrada; 3 - la gestión y planificación territorial. Galicia se presenta como un ejemplo de inserción de nuevas categorías patrimoniales en su sistema legal de protección y gestión patrimonial con resultado muy interesantes.

Palabras clave: Patrimonio Cultural. Planificación Territorial. Caminos de Santiago.

* Doctoranda en Gestión Sostenible de la Tierra y el Territorio, Universidad de Santiago de Compostela, USC – España.
Profesora en el Departamento de Arquitectura y Urbanismo de la Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, Brasil.
E-mail: joselia.portugal@ufv.br

**Profesor em la Universidad de Santiago de Compostela, USC; Universidad de Vigo, UV; Fundación Juana de Vega – España.
Áreas: Paisaje Cultural, Turismo Sostenible, Patrimonio Arquitectónico.
Director de la Oficina de Arquitectura Crecente Asociados – La Coruña, España.
E-mail: mario@crecenteasociados.es
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018185-210



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

La reflexión que presentamos se enmarca en los recientes desafíos de la protección y gestión patrimonial a la escala territorial. Con los cambios semánticos en el ámbito patrimonial hacia el territorio, juntamente a la condición imperativa del diálogo con distintos campos del conocimiento en la búsqueda por respuestas a las realidades territoriales complejas, la extensión física de la protección es una de las más innovadoras propuestas del pensamiento a nivel internacional sobre los bienes culturales (BANDARIN y VAN OERS, 2014). Situación que tiene justificación en el hecho de que, “cuando un territorio o una ciudad pierden las propias referencias históricas, culturales y ambientales corren el riesgo de que los invada el desorden más temible” (MILANI, 2007, p.70).

Bajo la clave de la modernidad y la globalización, la cual redireccionaron las reflexiones sobre el espacio hacia una dimensión cultural, “*one of the most significant spatial and cultural phenomena of our time is the importance we give to the concept of territorial heritage*” (MIGUEL, 2017, p.29). Eso porque la paradoja de la globalización está en conducir a una padronización del mundo (valores, comportamientos, modos de vida, etc.) que amenaza las diferencias regionales, a la vez que, como forma de reacción a esta, trae a la luz la potencia de las identidades culturales locales (SCHLÖGEL, 2007).

Inserido en esta contemporánea problemática está el caso de la patrimonialización del Camino de Santiago de Compostela, parte de la tradición jacobea que es “una de las más prolongadas creaciones espirituales, culturales y sociales de cuantas se han desarrollado en Europa en los últimos mil años” (RODRÍGUEZ, 2004, p.21). El Camino de Santiago, mejor dicho, los caminos de Santiago, tienen por fundamento las rutas de peregrinación cristiana del mundo occidental, que en los últimos treinta años ha alcanzado un gran reconocimiento como ruta patrimonial e histórica, poniendo en destaque su singular condición para la humanidad (GONZÁLEZ, 2016).

A todo lo anterior, hay que añadir su papel *avant-garde* al impulsar las revisiones clasificatorias en los organismos de protección patrimonial a distintas escalas, con especial destaque para la UNESCO, bien como demandando propuestas de protección y gestión de su dimensión territorial (material e inmaterial) con impacto en

las políticas y acciones locales, sea en el ámbito del patrimonio o de la planificación territorial (SOUTO y FREIRE, 2013). Tenemos como objetivo presentar los logros y desafíos de la experiencia de la Comunidad Autónoma de Galicia, en España, en lo que toca a la preservación patrimonial y la gestión integrada de los caminos jacobeos.

La exposición consiste en una caracterización somera de la cultura jacobea y las peregrinaciones hasta el siglo XIX, seguida por una presentación más detallada del tratamiento del Camino de Santiago en el siglo XX a la raíz de los avances en el campo patrimonial, y por fin, reflexiona sobre las peculiaridades gallegas de la aproximación del contexto patrimonial de los caminos a la planificación territorial, como forma de incentivo a experiencias similares.

2. Cultura Jacobea y el Camino de Santiago de Compostela

La cultura jacobea tiene origen en los iniciales procesos de culto al apóstol Santiago, el Mayor, que fue martirizado en Jerusalén entre los años 42 y 44 d.C., cuyo cuerpo fue llevado por sus discípulos a la cuesta noroeste de España, donde había predicado el evangelio de Cristo. Estas narrativas componen la diáspora apostólica² que ha puesto España en el mapa del cristianismo (GONZÁLEZ, 2016).

Siglos después del olvido de su tumba, entre los años 820 y 830, se dió la descubierta del sepulcro³, episodio conocido como *inventio*, hito inicial del proceso que conformaría la estructuración del culto jacobeo (CASTELAO, 2006). El *locus Sancti Iacobi*, origen de la ciudad de Compostela⁴, está vinculado a la primera iglesia que fue consagrada en el año de 899, convirtiéndose inmediatamente en lugar de peregrinación.

La culminación de la sistematización de una cultura propia ha sido expresada en la obra *Liber sancti Iacobi*⁵, el Códice Calixtino, manuscrito del siglo XII. Gran

² Para explicar cómo los apóstoles predicaron el evangelio después de Pentecostés, se han escritos los textos conocidos como *Sortes Apostolicae* (textos de la iglesia oriental, siglo IV) y el denominado *Breviarium Apostolorum* (siglo VI), en lo cual se afirma que Santiago, el Mayor, predicó en España.

³ Conforme recogida en *Concordia de Antealtares* (1077), el ermitaño Pelayo vio unas luces sobre el bosque cerca de donde vivía y llamando al obispo Teodomiro encontraron 3 sepulturas, una de Santiago y las otras dos de sus discípulos Atanasio y Teodoro.

⁴ Del latín *compositum tellus*, ‘tierra removida’, ‘tierra de cementerio’. Bajo la actual basílica hay restos de una necrópolis del medievo (siglos V al VIII), bien como de la antigua iglesia y su cementerio. Desde el siglo XII el topónimo se refiere al ‘campo de estrellas’, *campus stellae*, conforme el sueño del emperador Carlomagno, propagador de la devoción (GONZÁLEZ, 2016).

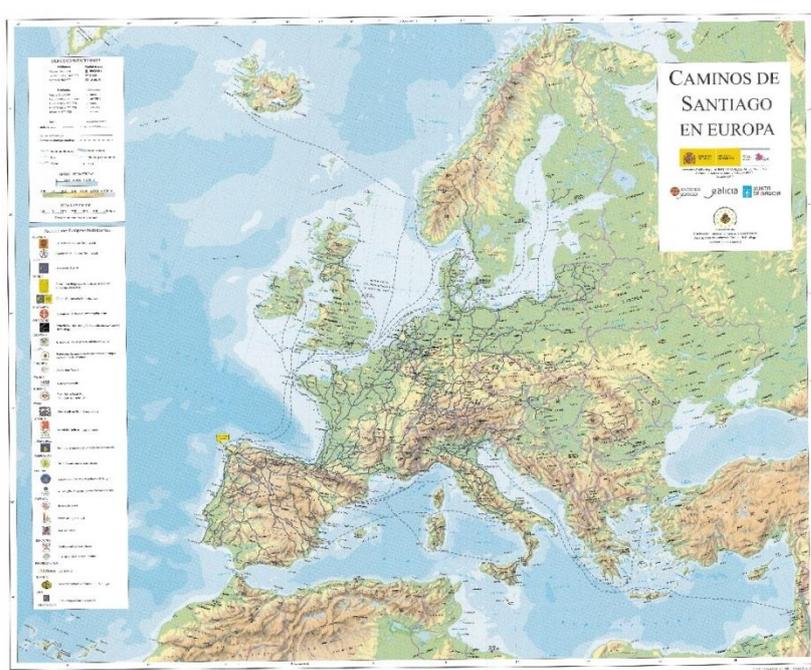
⁵ En el libro I se recogen los textos litúrgicos, orientaciones para la peregrinación y algunas oraciones. El libro II relata los milagros de Santiago, en concreto 22, donde los franceses e italianos son los protagonistas. La historia del traslado del cuerpo de Santiago de Jerusalén hacia Galicia está narrada en el libro III. El libro IV contiene la



testimonio del fenómeno jacobeo en la Edad Media, formula a la vez, las primeras ideas de civilización europea, proporcionando conocimientos sobre liturgias, cosmologías, tradiciones, literatura, artes y música (DÍAZ, 2013).

En la descripción del Camino Francés, y sus tramos complementares, la conexión con Europa se daba por Francia pasando por los monumentos donde se encontraban los cuerpos santos y las reliquias sacras. Con la propagación del culto, muchas otras rutas (antiguas o nuevas) se conformaron como opción para llegar a Compostela⁶. Desde el siglo XI la peregrinación jacobea ha entrado en la categoría de las peregrinaciones mayores, es decir, las de Roma y Jerusalén, dibujando la unidad del mundo cristiano simbólicamente expresada por la unión de las rutas (LACARRA, 1971) (Fig.1).

Figura 1: Mapa de las rutas jacobeanas en Europa (2017), con 82 mil Km señalizados.



Fuente: Instituto Geográfico Nacional de España. Disponible en: http://www2.ign.es/MapasAbsysJPG/42-B-20_01.jpg. Accedido en: 12. Jul.2018.

exaltación de la cultura carolingia pela narrativa de la peregrinación del pseudo-Turpín, compañero de Carlomagno. Por fin, en el libro V, está lo que se denomina la Guía del Peregrino, describiendo las principales rutas, marcos y villas que se debería cruzar para, desde Francia, irse en peregrinación a Compostela (DÍAZ, 2013).

⁶ Las principales vías desde Europa fueron; 1 - vías marítimas - utilizadas por los ingleses, irlandeses, flamencos, escandinavos y hanseáticos, generando una red terrestre radial local que unía Compostela a los principales puertos de Galicia (Vivero, La Coruña, Ferrol, Ribadeo, Muros, Laxe, Muxía y Noya); 2 - conexiones con Francia - a través de puertos marítimos y puertos de montaña en los Pirineos, necesitando transcurrir por zonas urbanizadas en función a los servicios de apoyo demandado por los peregrinos (vías Francígena, Tolosana, Turonensis, Tedesca, Podiensis, etc.) (SINGUL, 1999).

Con la afluencia de peregrinos y para solucionar especialmente la problemática situación de las rutas terrestres, los reinos hispánicos fomentaron el comercio y la riqueza, facilitaron los viajes a través de exenciones de peajes, invirtieron en la protección contra los bandidos, además de promovieren la construcción de puentes, hospitales y calzadas, contemplando también a los mercaderes y otros viajeros⁷ (GUZMÁN, 2016).

Así, más que rutas de peregrinación, también han sido rutas comerciales y culturales, eje militar y vía pecuaria, cuya significativa expresión de su importancia es el gran número de núcleos urbanos vinculados a los caminos (PASSINI, 1993). Eran ciudades o pueblos que recibían las franquicias tan necesarias para el comercio impulsado por los nuevos pobladores, especialmente los francos (franceses), extranjeros que colaboraron en la repoblación de importante franja del norte peninsular (LUARCA, 2000). Todos estos cambios se han conformado como verdaderos testimonios materiales e inmateriales de la estructuración de los territorios.

Uno de los marcos elementales de la cultura jacobea es la hospitalidad y acogida de peregrinos a lo largo de los caminos (PLÖTZ, 2012), particularmente expresada en la protección y la acogida caritativa y religiosa. Los tres tipos básicos de instituciones asistenciales fueron los hospitales, los monasterios y las cofradías⁸, que hacían su labor independiente de atender a peregrinos o no, pues respondían a los mandatos evangélicos (CASTELAO, 2006, p.135).

Esta tradición es muy fuerte, y remonta a la ocupación territorial monástica en el medievo, especialmente los benedictinos, cistercienses y cluniacenses, y, en el final de la Edad Media, los franciscanos con su labor marcadamente urbana. Las órdenes militares también son presencias constantes en las rutas jacobeanas (Caballeros de San Juan de Jerusalén, Caballeros de la Orden del Temple, El Orden de Santiago, El Orden

⁷ Por la condición pública de los caminos medievales era función del rey su policía, mantenimiento y construcción, además de proveer toda la infraestructura para su funcionamiento y modernización. También el zelo por la protección de los peregrinos, especialmente por su seguridad, es función real, la cual muchas veces fue delegada a los señores de las tierras por donde iban los caminos (LUARCA, 2000).

⁸ Con las especializaciones funcionales en la vida urbana a partir del siglo XIII, los burgueses también patrocinaron estos servicios en la forma de cofradías profesionales, apareciendo los hospitales para enfermos, para pobres y los específicos para los peregrinos, o mismo para asistir a las necesidades específicas de cada cofradía. Las ciudades de Burgos y Astorga son buenos ejemplos, aunque, en la época moderna los hospitales pasan a ser una tipología muy particular de la vida urbana, como función pública para manutención de la sanidad de una región (LUARCA, 2000).



de San Lázaro). En el medievo estas órdenes tenían dupla función: bélica y hospitalario-asistencial (LUARCA, 2000) (Fig.2).

Figura 2: Monasterio Benedictino de San Julian de Samos, Lugo/Galicia, Camino Francés.



Fuente: Archivo personal (primavera, 2017).

De modo complementario, pero no menos importante, otras infraestructuras (nuevas o existentes) se asociaron al universo cultural jacobeo, como las ventas, posadas y mesones, las ferias y mercados, los pasos de montaña, los pasos de pequeños ríos, los puentes, barcas, portazgos, señalizaciones diversas, cruceiros, petos de ánimas, fuentes de agua potable, etc. También la cultura artística, especialmente la religiosa, es un importante documento histórico con múltiples expresiones: imaginería (Santiago Peregrino, Santiago Matamoros, Santos Peregrinos, Virgen María, etc.), la arquitectura y artes plásticas (románico, gótico, barroco, etc.), la literatura, la música, y otros. La toponimia también es un medio para los estudios jacobeos, una potente señal de la inmaterialidad del contexto en fuerte relación con la ocupación territorial⁹. Así, “la peregrinación, en definitiva, constituye para la comunidad latina medieval un tesoro

⁹ En el caso de Galicia especial atención se debe tener con los estudios toponímicos, pues, “cualquier referencia o invocación al apóstol Santiago en la toponimia, en las advocaciones de parroquias e iglesias, en la liturgia, etcétera, se asocia indefectiblemente con Compostela y sus tradiciones, cuando una cosa es el culto al apóstol Santiago y otra, de muy diferente envergadura, el culto desarrollado en Galicia” (CASTELAO, 2006, p.12).



espiritual y cultural que forma parte de su vivencia religiosa y de su concepción del mundo” (SINGUL, 2009, p.7).

El el siglo XV, el despertar económico y comercial en Europa también influenció en los hechos religiosos, y un renovado impulso se hizo con la concesión papal de indulgencias plenarias para la peregrinación hacia los santuarios de Santiago, Oviedo y otros en el camino. Era una condición específica para los años jubilares, o sea, los Años Santos, aquellos en que el día de Santiago - 25 de julio - tiene fecha en el domingo.

Sin embargo, entre los siglos XVII y XIX, la práctica de las peregrinaciones se ve afectada por factores externos como las guerras, las crisis de subsistencia, las pestes y contagios, los cuales ponían todo tipo de barrera para los viajeros. A estas condiciones había de sumarse las reformas religiosas que interfirieron en el carácter sacro del peregrino, la hostilidad iluminista, la política vaticana favoreciendo a Roma, la secularización del mundo moderno, bien como la fragmentación del territorio derivada de la formación de los diversos Estados Nacionales europeos, que proporcionó un cambio de paradigmas al considerar todo extranjero como potencial enemigo (LUARCA, 2000).

En el siglo XIX, en función de la ocultación de los restos del apóstol desde el siglo XVI (PAZOS, 2017), tiene lugar una segunda *inventio*, o redescubierta de los restos del apóstol, que fue reconocida oficialmente por el papa León XIII en 1884 por medio de la bula *Deus Omnipotens* (PLÖTZ, 2012). Los años entre 1879 y 1886 fueron clave, tanto por la reactivación moderna del santuario compostelano, y en menor medida, por el proceso de renovación y ampliación urbana de la ciudad, que asociado al resurgimiento cultural gallego fue decisivo para la retomada de la cultura jacobea¹⁰ (PAZOS, 2017).

Las peregrinaciones jacobeanas nunca se han interrumpido totalmente, y según Von Saucken (1998, p.13), eso se debe “al reclamo de los Años Santos y a la persistencia física del Camino de Santiago como imagen, símbolo y memoria bien visible de las posibilidades de peregrinar a Compostela”. Los jubileos han sido

¹⁰ Según Pazos (2017), la primordial intención era transformar Compostela en un centro de peregrinación internacional de la era moderna, como o era Roma y Lourdes. El autor también llama atención para el hecho de que el siglo XIX ha sido la centuria de la expansión de los grandes viajes de masa en función de las mejoras en los medios de transporte, replanteando la tradición jacobea sin grandes intereses por el camino.

decisivos, y en el siglo XX¹¹ se confirmaron como una clave para la identidad de Galicia. De hecho, como estrategia, primero se ha recuperado la tradición jacobea y después los caminos.

Así, en la historia reciente del Camino de Santiago, los años 50 son un hito con relación al inicio del proceso de internacionalización del mismo, además del refuerzo de la ciudad de Compostela como meta jacobea¹². El destaque para la ciudad se vuelve cada vez más civil, hasta que, con la creación de la autonomía gallega en 1981, Compostela tórnase su capital. Desde entonces se implementa estratégicamente una política de refuerzo identitario que apuesta por hacer de la celebración jacobea una representación cultural de todo territorio (SOUTO y FREIRE, 2013).

Esta dimensión local encontró respaldo a la escala regional europea en su proyecto de una política identitaria común, al declarar el Camino de Santiago como primer Itinerario Cultural Europeo en 1987, bajo justificación de ser un gran espacio de memoria colectiva (RODRÍGUEZ, 2004) (Fig.3). Sin embargo, considerando que en la UNESCO no se había elaborado el concepto patrimonial de itinerario cultural, y dado la importancia creciente del Camino de Santiago como un bien cultural, la institución reconoce como bienes culturales (bienes en serie) el Camino Francés en España, en 1993, y el camino en Francia, en 1998.

Fig.3. Peregrinos y turistas en la Plaza del Obradoiro, Santiago de Compostela.



Fuente: Archivo personal (verano, 2016).

¹¹ Años Santos en el siglo XX: 1909, 1915, 1920, 1926, 1937/1938, 1943, 1948, 1954, 1965, 1971, 1976, 1982, 1993 y 1999. Años Santos en el siglo XXI: 2004, 2010 y el próximo en 2021.

¹² A partir de lo jubileo de 1965, el gobierno español utiliza de forma inédita el Camino de Santiago como medio de desarrollo económico, a través de la promoción turística (cine, cartelería, folletos en varios idiomas, exposiciones y conferencias). Empiezan las primeras infraestructuras específicas de acogida para visitantes y peregrinos y acciones de mejora en el Camino Francés (RODRÍGUEZ, 2004).



3. Camino de Santiago y marcos internacionales de protección y gestión

El campo de estudio de la conservación del patrimonio cultural es muy amplio y difuso, a la vez que altamente especializado (GONZÁLEZ-VARAS, 2015). De hecho, patrimonio es un concepto en evolución que denota el carácter cambiante de la cultura y que se alarga en sus objetos y dimensiones de protección. Como consecuencia pasa a exigir equipos multidisciplinares para trabajar la percepción de los valores y significados, a partir de vínculos entre los contextos cultural, social, histórico, espacial y la necesidad de contestar a qué, por qué y para quien se debe preservar (MIGUEL, 2017). Según Bandarin y Van Oers (2014, p.166), la ampliación reciente en la percepción y valoración del patrimonio “ha sido acompañada de una creciente complejidad en las formas y medios para identificar, proteger, conservar, presentar y transmitir los bienes patrimoniales”.

Bajo la premisa de que la configuración espacial es capaz de revelar las transformaciones culturales y el nivel de desarrollo tecnológico a lo largo del tiempo, la UNESCO poco a poco ha introducido cambios de gran significado en las políticas de concesión del título de Patrimonio de la Humanidad, donde ha sido evidente el desplazamiento del énfasis patrimonial hacia la valoración de bienes territoriales (RÖSSLER, 2012). Así que, desde los años 90, los itinerarios culturales representan un cambio cualitativo de la noción de conservación y uso del patrimonio (TRESSERRAS, 2007), cuya meta es dilatar el alcance físico de la protección patrimonial y poner fin a la dicotomía entre desarrollo y conservación con acciones prácticas conjuntas cuyo fin sea el desarrollo sostenible¹³ (SUÁREZ-INCLÁN, 2003).

En consecuencia, a la declaración del Camino de Santiago de Compostela como Patrimonio de la Humanidad (1993), y apoyado por el reconocimiento como Itinerario Cultural Europeo (1987), hubo un gran debate internacional sobre las nuevas categorías planteadas para las declaraciones de la UNESCO, especialmente la del itinerario cultural (TRESSERRAS, 2007). El marco es precisamente la creación del Comité

¹³ Con la Conferencia de la ONU sobre el medio ambiente y el desarrollo en 1992 (Río 92), naturaleza y cultura se han fortalecido en una renovada visión de desarrollo sostenible. Así, tanto para la UNESCO como para el Consejo de Europa, el desarrollo sostenible ha sido el origen y la meta para sus acciones sobre el patrimonio y el territorio. Sin embargo, la cuestión patrimonial, y mismo cualquiera otra referencia a la cultura, se han quedado fuera de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), y en la Agenda 2030 de la ONU el punto de vista considerado no revela su potencia cuanto al tema (NOCCA, 2017).

Internacional de los Itinerarios Culturales (CIIC) en 1998 por el Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (ICOMOS). El objetivo era dedicarse a la especialización de trabajos científicos sobre la nueva categoría patrimonial, la cual pretendía independencia conceptual y operativa de las demás. Los avances subsecuentes, de manera general, han fortalecido las acciones de la UNESCO rumbo a la patrimonialización de la cultura¹⁴ (RUIZ, 2007).

Como patrimonio cultural, los itinerarios culturales (*heritage routes*) son fenómenos singulares en el tiempo y espacio, a saber, fenómenos históricos que no pueden ser creados deliberadamente. Según definición de la Carta de los Itinerarios Culturales, elaborada en 2008 por el CIIC¹⁵, estos son vías físicamente determinadas con dinámicas y funcionalidades históricas características, con un patrimonio cultural asociado que revela la cultura derivada de las movilidades (material e inmaterial)¹⁶. Así concebidos, los itinerarios culturales “llevan a su límite y perfección la noción italiana del bien cultural como testimonio material – y en este caso también inmaterial – portador de un valor de civilización” (YÁÑEZ, 2010, p.197).

Por fin, desarrollan una perspectiva metodológica que no es solamente para la investigación del bien, sino para su valoración, protección, conservación y gestión, que, por medio de una aproximación más coherente a su dimensión espacial y histórica, o sea, la condición de territorio histórico, tiende a llevar a la conservación integral y sostenible de su conjunto patrimonial. Por lo tanto, conlleva la necesidad de formulación de un plan de salvaguarda con medidas de protección y gestión para todos sus elementos, compatibilizado con las políticas de ordenación del territorio, desarrollo sostenible y el turismo (SOUTO y FREIRE, 2013).

¹⁴ Como documentos marcos en la UNESCO, que fomentaron las argumentaciones sobre los itinerarios culturales, se pueden citar: Convención del Patrimonio Mundial (1972), Carta de Nara (1994), Declaración de Xi'an (2000), Convención para la Salvaguarda del Patrimonio Inmaterial (2003), Convención sobre la Protección y Promoción de las Expresiones de Diversidad Cultural (2005).

¹⁵ Desde la labor del CIIC, además de establecer la definición científica, su metodología de estudio, criterios de identificación, integridad y autenticidad, tipologías e instrumentos más apropiados para su conservación, gestión, financiación y uso, la carta ha dejado claro la necesidad de investigación y bases científicas para la definición de un itinerario cultural.

¹⁶ Según la Carta de los Itinerario Culturales hay que considerar para su valoración patrimonial (autenticidad e integridad) el sustrato material (existencia tangible de la ruta) y el sustrato histórico (otorga el valor cultural de la ruta). La autenticidad se aplica a la ruta y a su contexto cultural y natural, identificando los vestigios del trazado, además de ser posible el rescate de algunos tramos y caracterización de otros. La integridad se garantiza cuando los elementos de un itinerario son representativos del significado global, pudiendo transmitir los valores que representa el bien.

Otra influencia internacional importante al tema de los itinerarios culturales viene del Consejo de Europa, en concreto, del *European Institute of Cultural Routes*. Posee importante papel de agencia técnica para apoyar, coordinar y promocionar actualmente el Programa Europeo de Itinerarios Culturales, creado en 1987. Compete al instituto conceder el sello de Itinerario Cultural Europeo, como pasó con el Camino de Santiago en 1987. De hecho, son acciones que se enmarcan en la promoción del desarrollo económico de los sitios a través de prácticas del turismo cultural sostenible, creando sus itinerarios a partir de un camino histórico o creando un camino físico para esta finalidad.

Así, aunque la UNESCO y el Consejo de Europa sean hoy los definidores del contexto internacional sobre los itinerarios culturales, no cabe duda de que apuntan tendencias distintas. No obstante, ambos promueven cuatro tipos de políticas públicas (SOUTO y FREIRE, 2013): 1 - identificación e inventario de los bienes de valor cultural; 2 - elaboración de medidas legales de protección y planes de salvaguarda; 3 - creación de órganos que sean responsables por las acciones de protección; 4 - fomento o estímulo por medio de ayudas directas (subvenciones) o indirectas (beneficios fiscales).

Tal como destaca Yáñez (2010), los itinerarios culturales tienen un importante papel en las acciones de preservación por su amplitud territorial y integración cultural, además de revelar la concepción de patrimonio como un recurso dinamizador en la sociedad actual. Sin embargo, al tener un bien inscrito en la lista del patrimonio de la UNESCO, es muy frecuente que los Estados apoyen y potencialicen la dimensión político-simbólica y turística de la inclusión, lo que lleva a disminuir las exigencias de la protección correcta de un bien patrimonial, cuya primera acción sería su delimitación como forma de garantizar la integridad y autenticidad del conjunto (SOUTO y FREIRE, 2013). Por lo tanto, es necesario insistir más en su valor patrimonial, lo cual es muy diferente del éxito del creciente número de rutas culturales y turísticas que se dibuja desde el Consejo de Europa.

En definitiva, la cuestión primordial del patrimonio hoy es su reconocimiento como un bien cultural por parte de una determinada colectividad, es decir, su proceso de patrimonialización (GONZÁLEZ-VARAS, 2015). Los controladores de esos procesos no son neutrales, y deben tener sus intereses confrontados, como mínimo, por la legitimación social. En este punto es fundamental el papel del Estado al ser el actor que



proporciona (desde diversificados métodos) un aparato jurídico/legal instrumentalizado que sea capaz de llevar a cabo acciones prácticas compatibles con los objetivos planteados, es decir, la protección integrada y la gestión sostenibles de los bienes culturales (MIGUEL, 2017).

4. Protección Patrimonial en Galicia: logros y retos del Camino de Santiago

Para reflejarnos sobre la protección patrimonial del Camino de Santiago y sus implicaciones en Galicia, se hace necesario comentar sobre el contexto de la protección patrimonial en el Estado español. Hay que acordarse los impactos de la preferencia ochocentista por una modernización que se plasmó en promover carreteras pavimentadas en detrimento a los caminos tradicionales. Como caminos públicos, los caminos antiguos estuvieron hasta la segunda mitad del siglo XX muy olvidados por la administración central, y la principal consecuencia fue un avanzado proceso de pérdida de la red caminera histórica (SOUTO y FREIRE, 2013).

Entre los años 30 y 80 del siglo XX, España pasó por su más intensa modernización desarrollista, la cual produjo significativo impacto sobre los bienes patrimoniales (LUARCA, 2000), una vez que la Ley de Patrimonio de 1933 no profundizó sobre la relación de los bienes y los procesos de planificación urbana y territorial. Todavía, la cultura jacobea se vió contemplada por medio de dos declaraciones como conjunto histórico-artísticos, definiéndose como importante patrimonio nacional: 1 - la ciudad de Santiago de Compostela, en 1940; 2 - el Camino de Santiago de Compostela, en 1962¹⁷.

A la raíz de la Constitución Española de 1978, se formula una nueva Ley del Patrimonio Histórico Español en 1985 (en uso), para abarcar la nueva realidad política y territorial de las autonomías y los nuevos compromisos internacionales (SEOANE, 2015). La ley tuvo dos principios por base, a saber, la ampliación de las categorías de protección y la ampliación al territorio de la escala protectora, además de proponer las siguientes categorías para protección: 1 - Bienes de Interés cultural (BIC): muebles y/o

¹⁷ Seoane (2015) comenta que, en una declaración muy sencilla, se hace una descripción del Camino de Santiago desde una perspectiva inmaterial, además de puntuar la existencia de edificios y conjuntos de indudable valor histórico y artístico, la posibilidad de restablecimiento de partes de los tramos perdidos, y emitiendo juicio de valor sobre sus peculiaridades. Así, al ser declarado sin ser delimitado no há logrado una protección patrimonial efectiva.

inmuebles, con declaración individual; 2 - Bienes incluidos en el Inventario General: muebles de singular relevancia; 3 - Bienes de Carácter Residual: para los que no se adecuan a las otras dos categorías.

En relación al Camino de Santiago, bien como todos los otros bienes declarados conjuntos histórico-artístico desde la antigua legislación, la nueva ley los convirtió en BIC, sin identificar las subcategorías para el debido ajuste jurídico de protección del bien (SOUTO y FREIRE, 2013). Con eso, hasta los años 90 aún no se habían iniciado los procesos de delimitación de las rutas jacobeanas, ahora responsabilidad de las autonomías, las cuales recogen distintamente en sus legislaciones los caminos jacobeanos (rutas culturales, vías históricas, vía cultural, etc.). Esto deja claro la difícil tarea de la protección del bien cuya naturaleza de su condición patrimonial cuestiona los sistemas establecidos.

En Galicia, la Ley de Protección Patrimonial de 1995, explicitó la vinculación del patrimonio con la identidad gallega, y asoció los caminos jacobeanos a las categorías de conjuntos, sitios y territorios históricos. Sin embargo, en 1996, Galicia formula una innovadora legislación específica, la Ley de Protección de los Caminos de Santiago¹⁸ (en uso), que los reconocen como territorio histórico, en atención a la ley de patrimonio.

La ley de 1996 destaca los aspectos históricos, monumentales y urbanísticos, a la vez que distingue entre el Camino Francés (BIC) y los otros tramos jacobeanos reconocidos (catalogados). Por el régimen específico de protección propuesto, los planes generales de protección u otros planes (municipales o autonómicos) que incidan en el territorio histórico jacobeano deben someterse a esta ley. Aún así, se define como indispensable para cualquier intervención en estos territorios la evaluación de impacto ambiental. Por fin, para coordinar y acompañar estas dinámicas la ley propone la creación del Comité Asesor del Camino, establecido en 2007.

La premisa considerada desde la Xunta de Galicia, Dirección del Patrimonio, es que, el auténtico fundamento del valor cultural está en establecer la unidad del todo de un camino histórico (SOUTO y FREIRE, 2013). Por esa razón, la administración se ha empeñado en desarrollar una metodología para el estudio de la materialidad de los

¹⁸ Además de definir los caminos de Santiago como rutas históricas e introducir la posibilidad de que sean recuperados por medio de procesos específicos, también establece 2 zonas de protección para los tramos que no estén delimitados: 3 m para las zonas laterales y 30 m para el entorno. Com eso, implica a los propietarios de las parcelas y el Estado en la conservación del bien.



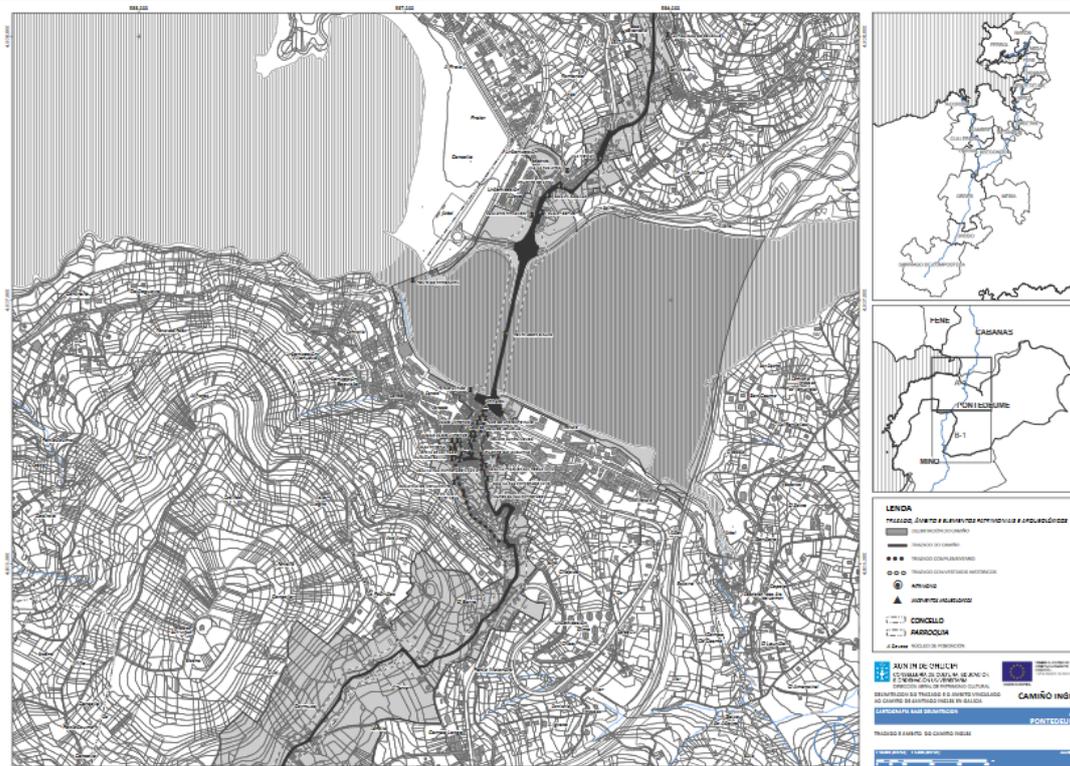
caminos, apoyándose en la Carta de los Itinerarios Culturales (1998), como primer paso para la reflexión de su naturaleza patrimonial, y por consecuencia, su papel en la planificación territorial y urbanística.

Según Gonzalo y Rodríguez (2014), con la metodología de delimitación de los caminos jacobeos habría de cumplirse un doble objetivo: 1 - definir una senda continua practicable para el peregrino, siendo lo más fiel posible a la ruta histórica reconocida documentalmente; 2 - como un BIC, definir el entorno de protección para proceder a la redacción del Plan Especial, conforme previsto en la ley de 1996¹⁹. Para tal, se establecieron categorías de tramos (oficiales, complementares y vestigios históricos) y produjeron un SIG específico. Para los casos en que hay más de una alternativa de traza histórica, se opta preferentemente por las que están conservadas y que son practicables hoy en día. Para los caminos desaparecidos o en situaciones en que es inviable su recuperación, se propone una traza funcional discurriendo por caminos públicos, siempre bajo la lógica del territorio tradicional y criterios más contemporáneos (seguridad, valores patrimoniales y ambientales, etc.).

Al día de hoy, están aprobados la delimitación del Camino Francés (2011 y 2012), las rutas del Norte (2012 y 2014) y el Camino Inglés (2012), bien como todas las alternativas de paso en el municipio de Santiago de Compostela (2012) (Fig.4).

¹⁹ La metodología compatibiliza fuentes documentales (bibliográficas y cartográficas), nuevas tecnologías (planimetría y fotografía histórica), metodologías etno-antropológicas, estudios y trabajos de campo, sistematización y unificación de todas las fuentes (SOUTO y FREIRE, 2013).

Figura 4: Ejemplo del material producido por la Xunta de Galicia sobre la delimitación del Camino Inglés a su paso por Pontevedra.



Fuente: Xunta de Galicia. Disponible en: http://ficheiros-web.xunta.gal/patrimonio/DELIMITACION_CINGLES/06_PONTEDEUME_A3.pdf. Accedido en: 12. Maio. 018.

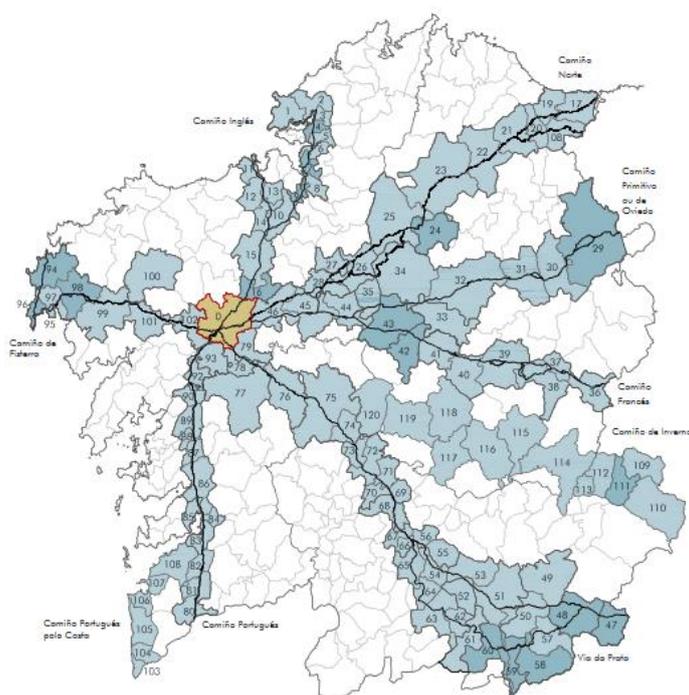
En 2016 se aprobó la nueva Ley de Patrimonio Cultural de Galicia, teniendo el Título VI exclusivo para el tema de los Caminos de Santiago. Para su correcta protección la ley define la compatibilización de la conservación y protección de sus valores propios. Así, al asumir el territorio como elemento fundamental de la condición patrimonial de los caminos jacobeos, la nueva ley contribuye para la defensa de las tradiciones locales²⁰, ahora elemento clave para las acciones de planificación urbanística y territorial.

Sin embargo, al reconocer 8 rutas históricas (Fig.5), de las cuales 4 aún están por delimitarse oficialmente, ha implicado que el Plan Especial de Protección de los

²⁰ Como forma de apoyo a los municipios por el paso del Camino Francés en lo que se refiere a los regímenes jurídicos de los ámbitos delimitados, en 2012 la Xunta de Galicia elaboró la Guía de Protección del Camino de Santiago (https://www.cultura.gal/sites/default/files/documents/basico/121029_guia_definitiva_proteccion_csf.pdf). En 2016, contemplando las nuevas tendencias patrimoniales se publica la Guía de Buenas Prácticas para Actuaciones en los Caminos (http://ficheiros-web.xunta.gal/cultura/publicacions/guia_boas_practicas_actuacions_camino_santiago.pdf).

Caminos de Santiago, previsto en la ley de 1996, permanezca pendiente, al menos en su totalidad. Asimismo, con la inclusión de las rutas jacobeanas en la ley de patrimonio, por defecto son inseridas en el Plan Básico Autonómico de Galicia²¹, a partir del cual todos los municipios gallegos actualizarán sus planteamientos municipales a partir de 2019, lo que implica que, de cierta manera, será posible lograr la protección efectiva del bien a nivel local.

Figura 5: Caminos de Santiago y sus municipios en Galicia.



Fuente: Guía de Buenas Prácticas, 2016, p. 192.

Por fin, con estos avances desde la consideración patrimonial de los caminos jacobeanos, se materializa la comprensión de que la dimensión cultural de los caminos históricos y su protección va más allá de su trazado, pues hay un territorio construido a su alrededor que es un artificio cultural, lo que implica que la protección de los caminos sea la protección del territorio (ORTIZ, 2013). Con la concepción del camino como herencia, la conservación y transmisión a las nuevas generaciones de su valor histórico-cultural, plasmado en el territorio, revela “a súa enorme potencia significativa; a súa rica avenza de identidade cultural” (SOUTO y FREIRE, 2013, p.36).

²¹ Este es un instrumento urbanístico, regulado por la Ley de Suelo de Galicia (2016), aprobado en 2017, y que será la base de la Ley de Ordenación del Territorio prevista para 2019.



5. Gestión turística de un bien patrimonial

Los Caminos de Santiago, muy particularmente el Camino Francés, son una gran referencia internacional en el tema de las rutas históricas y culturales, sea desde la dimensión patrimonial o turística²². En los años 80, con la retomada de las peregrinaciones en el marco de la cultura pós-moderna a nivel global, donde los caminos jacobeos retoman el modo medieval de peregrinar a pie, se pone en foco el papel de la jornada más que de la meta final. Condición plenamente en consonancia al reclamo del papel de los caminos históricos como ejes estructuradores del territorio gallego y medios idóneos de la expresión de una cultura territorial identitária (ORTIZ, 2013).

En los años subsecuentes a la declaración como Itinerario Cultural Europeo (1987), se ha configurado como un fenómeno de gran interés económico. Con las nuevas condiciones políticas, económicas y culturales, los caminos jacobeos pasaron por un proceso de resignificación al asumir el papel de recurso catalizador de una dinámica de desarrollo territorial, proyectando una renovada e innovadora imagen de Galicia y España en el exterior (RODRÍGUEZ, 2004). Las primeras motivaciones además de la belleza de los paisajes y la aproximación al arte medieval europea, también tuvieron importancia el ámbito ecológico de las rutas y los intereses socio-culturales “en los cuales se mezclan el medio ambiente, la cultura y la historia de Europa” (SINGUL, 1999, p.78) (Fig.6).

²² Los reconocimientos que legitiman el Camino de Santiago son: 1952 - España - Bien de Interés Cultural (BIC) declarado como Conjunto Histórico-artístico; 1987 - Consejo de Europa - Primer Itinerario Cultural Europeo (vías principales); 1993 - UNESCO - Patrimonio Mundial el Camino en España, Camino Francés; - 1998 - UNESCO - Patrimonio Mundial el Camino en Francia; 2004 - Consejo de Europa - Gran Itinerario Cultural Europeo; 2004 - España - Premio Asturias de la Concordia; 2015 - UNESCO - Patrimonio Mundial los caminos del norte peninsular: Camino Primitivo, Camino de la Costa, Camino Interior Vasco-Riojano y el Camino Lebaniego.



Figura 6: Peregrinas en el Cabo de Fisterra, Galicia, final del Camino de Fisterra y Muxía, para presenciar la última posta del sol en Europa.



Fuente: Archivo personal (primavera, 2015).

Hay que mencionar el fenómeno socio-cultural del papel de las asociaciones del Camino de Santiago, de los estudios y de la difusión jacobea en el mundo²³, además de la expansión del turismo cultural y alternativo (RODRÍGUEZ, 2004). Con esto, se hizo mucha publicidad para promocionar el Camino en cuanto una oferta turística, de gran impacto para Galicia y, de hecho, desde los 90, el Camino de Santiago se mantiene como eje central de la política turística gallega, involucrando también valores contemporáneos (SOUTO y FREIRE, 2013).

El Año Santo de 1993, se configuró como el marco civil de la celebración jacobea, con la creación de la *S.A. de Xestión do Plan Xacobeo 93* (empresa pública destinada a ejecutar las políticas de la Administración autonómica). El Xacobeo 93 fue un plan infraestructural, cultural y promocional, cuya meta era articular mecanismos que hicieron con que “la población de los lugares por donde pasaba el Camino lo reconocieran como un bien colectivo, que los gallegos respetaran a esta ruta y a los peregrinos que andan por ella” (ÁLVAREZ, 2013, p.50). También tenía el apoyo de la

²³ Fue fundamental el trabajo de la asociación gallega Amigos de los Pazos junto al Consejo de Europa, que desde 1982 presentaba la solicitud del reconocimiento del Camino de Santiago a la escala Europea. Hoy son 350 asociaciones oficiales en todo el mundo, siendo el 60% de ellas de fuera de España. También en 1992, fue creado en la *Università degli Studi di Perugia* (Umbria) el *Centro di Studi Compostellani*, con el objetivo de investigar acerca de la temática jacobea en Italia, vinculado a la *Confraternita di San Jacopo de Compostella*. En 1992 fue instituido el Comité Internacional de Expertos del Camino para asesorar en el ámbito científico y cultural a la Xunta de Galicia, y hoy también asesora a la Cátedra del Camino de Santiago y las Peregrinaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, creada en 2017. El comité mantiene el periódico científico *Revista Ad Limia*: revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones, publicación anual creada en 2010. Disponible en: <http://www.confraternitadisanjacopo.it/> y también en: <http://www.caminodesantiago.gal/es/conocimiento-e-investigacion/comite-internacional-de-expertos-del-camino>. Accedido en: 11/04/2017.



Iglesia Católica, las Asociaciones de Amigos del Camino, las administraciones autonómicas y municipales, bien como un gran interés del sector empresarial. En concreto, las acciones de 1993 incidieron en la ciudad de Compostela y en el Camino Francés, dando un potente impulso al tema de la recuperación de los caminos históricos en Galicia.

En la ciudad de Santiago de Compostela se dió una acción conjunta con el Consorcio de la ciudad (programa cultural y de mejoras infraestructurales). Cuanto al Camino Francés el plan actuó en la recuperación de la ambientación rural (pavimentación tradicional de los tramos, arbolados fructíferos también para sombrear, paredes de piedra, vados, etc), saneamiento del agua y implantación de fuentes potables, integración paisajística en los tramos nuevos, rehabilitación de asentamientos tradicionales, creación de albergues, a la vez que recuperaban edificaciones rurales antiguas, entre otras (ÁLVAREZ, 2013).

Los Xacobeos de 1999 y 2004, siguieron las huellas del Xacobeo 93, y se alejaron cada vez más del ámbito de las celebraciones religiosas (Años Santos) para presentarse como la festividad civil de uno de los pilares de la identidad gallega (RODRÍGUEZ, 2004). Sin embargo, el tema de los caminos jacobeos más allá del Camino Francés ganaría fuerza a partir del Xacobeo 2010, pues, ampliava y diversificava la experiencia de peregrinación en el territorio gallego, bien como la experiencia cultural y turística. Por lo tanto, como principal consecuencia del siempre creciente éxito turístico de las celebraciones jacobneas, la administración central traspasa el tema del departamento de cultura al de turismo.

El turismo se ha configurado, desde los años 90, una de las actividades básicas de la economía gallega, y en 2017 fueron más 5 millones de turistas en Galicia. Sin embargo, la condición especialísima del Camino de Santiago para su sector turístico sólo hizo crecer, y en la Estrategia de Turismo de Galicia 2020, establecida en 2017, los caminos jacobeos están considerados como uno de los recursos turísticos clave del territorio gallego, con especial capacidad de divulgación internacional. En 2017, según datos de la Oficina del Peregrino, han llegado 301.036 peregrinos, siendo que 55,99% eran extranjeros²⁴.

²⁴ Los datos de la Oficina del Peregrino refiérese solamente a los que recogen la compostela, llevando a la Dirección de Turismo de la Xunta de Galicia a considerar, para fines de gestión, los datos turísticos sobre la peregrinación. Disponible en: <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/>. Accedido en: 01/06/2018.

Hoy, el Xacobeo, como todos los recursos especialmente estratégicos para Galicia, se encuentra directamente sometido, a la presidencia autonómica. Su papel es gestionar lo que la Dirección de Patrimonio reconocer como Camino de Santiago, pese su declarada apuesta por el Camino Francés, lo que lleva a una actuación más sencilla en las otras rutas. La actual misión es la gestión compartida de los caminos, coforme sintetizado en la Tabla 1:

Tabla 1: Gestión de los caminos de Santiago en Galicia por el Xacobeo.

Acción	Especificidades
Señalización	- populares: flechas amarillas - oficiales: morrones con el símbolo del camino (Fig.7)
Mantenimiento	- como camino y no como carretera - limpieza constante - intervenciones más consistentes a largo plazo: cuidado con pavimentación
Hospitalidad	- ofrecer una red de albergues y acogidas ²⁵
Relación con las asociaciones del camino	- grandes embajadores del camino por todo el mundo
Investigación del conocimiento histórico	- Comité internacional de expertos del camino - manutención de un periódico científico - <i>Revista Ad Limia</i> : revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones
Actividades culturales	- promover y apoyar eventos que se relacionan con la cultura jacobea
Plan Director Estratégico del Camino de Santiago	- garantizar la identidad de la peregrinación

Fuente: Elaboración propia.

²⁵ Los albergues tienen importante papel para la dinamización de los caminos jacobeos y sus territorios, al contribuir para la consolidación de las rutas y también recuperar bienes inmuebles y patrimoniales con la reabilitación de antiguos edificios para el servicio de acogida, como los de Cea, Rendela, Lalín, etc. No obstante, Galicia es distinta de otras autonomías al disponer de 70 albergues públicos a lo largo de los tramos gallegos, que sólo permiten una instancia, además de no admitir reservas y de tener costo fijo. La red pública de Albergues de los Caminos de Santiago en Galicia se puede consultar en: <http://www.caminodesantiago.gal/es/durante-el-camino/red-publica-de-albergues>.



Figura 7: Señalización en A Rúa de Valdeorras, Galicia, paso del Camino de Invierno.



Fuente: Archivo personal (invierno, 2018).

El último ítem de la tabla es el más reciente instrumento para la gestión de los caminos jacobeos, el Plan Director Estratégico del Camino de Santiago (2015-2021), que invertirá 56 millones de euros hasta el Xacobeo 2021. Los fundamentos de la gestión propuesta, están en valores de espiritualidad, identidad histórica, patrimonial e intercambio cultural, que reflejan bien la idea de itinerario cultural del Consejo de Europa. A partir de 4 ejes (gobernanza, gestión, uso y difusión), el plan propone 8 líneas estratégicas en que tiene destaque la potenciación de los valores patrimoniales, la conservación y mantenimiento de los caminos, su sostenibilidad, además de la divulgación de todas las rutas. Por fin, como forma de ejemplificar la materialización de lo propuesto, el plan presenta una sistematización como propuesta de etapa modelo de 21 Km (Fig. 8).

Figura 8: Etapa Modelo propuesta en el Plan Director de los Caminos de Santiago.



Fuente: Disponible en:

<http://www.caminodesantiago.gal/documents/17639/293816/Plan%20director%20estraxetico%20Cami%C3%B1o%20de%20Santiago.pdf?version=1.0>. Accedido en: 15. Ago.2017.

No obstante ser el gran logro actual para la gestión de los Caminos de Santiago, la etapa modelo posee un marcado carácter generalista. Por supuesto uno se pone a pensar en cómo compatibilizar la idea patrimonial del territorio histórico, que confiere la coherencia a nivel local para comprender los elementos del conjunto. Este se queda sin protagonismo en la propuesta, y parece no tener tanta importancia para el gran recurso que son los Caminos de Santiago en su consideración para el turismo cultural.

El abordaje turístico, sin embargo, habrá que ir en consonancia con la realidad del propio bien, y considerar que, cuando la experiencia personal se torna un hecho colectivo, cambiamos su relación con el territorio, y demandamos por una planificación, ordenación y gestión que sea capaz de garantizar que el bien patrimonial, en sus ámbitos inmaterial y material, permanezca a servicio de sus propósitos. La gestión turística sin considerar como premisa la condición patrimonial del bien es seguramente uno de los riesgos de cambiar la cultura por la economía de la cultura, pues al impactar en su esencia, impactará también en su autenticidad.

Así, se hace hincapié en la necesidad de una cultura territorial sólida y con respaldo científico, como medio de garantizar la salvaguardia del patrimonio territorial, por ser capaz de revelar,

The scope of the strategies that societies adopt through their practices, relations and behaviour with respect to the heritage elements perceived as a reality inseparable from its historic personality, the characteristics of its environmental frame and, in short, from its cultural identity (MIGUEL, 2017, p.52).

Garantizar la continuidad de los valores patrimoniales, la neutralización de las contradicciones y el riesgo al que está sujeto el patrimonio territorial son las metas de una conservación integrada y una gestión sostenible.

6. Consideraciones Finales

La importancia que atribuimos al concepto de patrimonio territorial es uno de los fenómenos significativos de las primeras décadas del siglo XXI, y debe ser comprendido desde las acciones oriundas principalmente de los impactos de la globalización en la configuración actual de los territorios. Una clave bastante evidente desde los años 80 es la comprensión del territorio como herencia, es decir, como patrimonio que debe desarrollarse respetuosamente en favor de la implementación de un desarrollo sostenible de los recursos que contiene.

Este nuevo paradigma refuerza el papel del territorio en la resiliencia de los bienes culturales a esta escala, que por medio de una comprensión integradora y multidisciplinar puede lograr impedir la fragmentación, discontinuidad y deshumanización de los lugares. Así, la dimensión patrimonial de los bienes territoriales conforman el gran reto de su planificación y gestión para el presente y futuro próximo.

Enmarcado en este contexto se dió la retomada del Camino de Santiago como uno de los elementos fundamentales de la cultura jacobea, bien como una seña de identidad para el territorio gallego y la civilización europea. Sin embargo, hoy se dibuja nuevos valores que van encontrando en los caminos jacobeos medios de expresarse y permanecer, haciendo con que estos se vuelvan un fenómeno cultural y turístico de los tiempos presente.

La recuperación histórica junto a las potencialidades actuales, es decir, la dimensión patrimonial y turística de los caminos de Santiago implican, en función de garantizar su integridad y autenticidad, acciones de protección integrada y gestión sostenible, que apoyen a la gobernanza territorial. Así, vemos los passos dados em Galicia com la revisión de su sistema legal y jurídico em favor de incorporar los cambios y tendências más actuales, la evolución de la metodología de delimitación de los caminos y su territorio histórico, el Plan Director Estratégico, entre otras. Com eso, las administraciones regionales y locales vienen respondiendo al gran reto que sigue siendo inserir los caminos en la planificación territorial como condición *sine qua non* para su correcta protección y gestión.

Cabe enfatizar que las implicaciones de todo proceso de patrimonialización, en realidad, trátase de cómo enfrentar a nivel local los impactos que convierte ciertos bienes em globales. Asumiendo que muchos de los impactos son locales, las respuestas más eficazes también tienen que venir desde esta escala, de modo a minimizar los efectos negativos a la vez que garantiza los beneficios en una perspectiva sostenible. La experiencia gallega con los Caminos de Santiago, si considerada en clave positiva, es un gran ejemplo de la búsqueda por la conservación de um bien identitario, y que también lo assume como un elemento fundamental para la promoción de la economía local, tal como propone ser los itinerarios culturales, sea desde la UNESCO o del Consejo de Europa.

Referencias

ÁLVAREZ, Luis Celeiro. Xacobeo 93. El renacer del Camino. In NOVELLO, Simone *et al* (eds.). **Xacobeo: de un recurso a un evento turístico global**. Santiago de Compostela: Andavira, 2013, p.47-63.

BANDARIN, Francesco; VON OERS, Ron. **El paisaje urbano histórico**. La gestión del patrimonio en un siglo urbano. Madrid: Abada Editores, S. L., 2014.

CASTELAO, Ofelia Rey. **Los mitos del Apóstol Santiago**. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago; Gijón: NigraTrea, 2006.

DÍAZ, Xosé López (td. y notas). **Códice Calixtino - O Liber Sancti Iacobi en galego**. 2 ed. Santiago: Xunta de Galicia, 2013.

GONZÁLEZ, Manuel Antonio Castiñeiras. **Galicia e os camiños de Santiago**. Xunta de Galicia, 2016.



GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates y Problemas**. Madrid: Cátedra, 2015.

GONZALO, Ignacio Cerrada; RODRÍGUEZ, María Diz. El proceso de delimitación del Camino de Santiago francés a su paso por Galicia. Primer paso para su eficaz protección. In **Planur-e: territorio, urbanismo, paisaje, sostenibilidad y diseño urbano**, n.3, 11 pags, 2011.

GUZMÁN, Ana Arranz. La plenitud medieval. In SORIA, J. M. N. (coord.). **Europa en la Edad Media**. Madrid: Akal, D.L., 2016, p.171-387.

LACARRA, Jose Maria. El Camno de Santiago en España. In MIRACLE, E. O. (dir.). **Santiago en España, Europa y America**. Madrid: Editora Nacional, 1971, p.59-144.

LUARCA, José Ramón Menéndez de. **La recuperación de los caminos históricos como medio de conocimiento**. 2016. Disponible en: <https://joseramonmenendezdeluarca.files.wordpress.com/2016/07/caminar.pdf>.
Accedido en: 26/04/2017.

_____. **La construcción del territorio**. Mapa histórico del noroeste de la Península Ibérica. Barcelona: Lunwerg, D.L. 2000.

MIGUEL, Fernando Manero. Spatial heritage and culture of the territory. In MIGUEL, F. M.; CUESTA, J. L. (cords). **Territorial Heritage & Spatial Planning**. A geographical perspective. Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi, 2017, p.29-56.

MILANI, Raffaele. **El arte del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

NOCCA, Francesca. The role of cultural heritage in Sustainable development: multidimensional indicator as decision-making tool. In **Sustainability**, 9 [1882], 2017, pp.1-28.

ORTIZ, Carlos Nárdiz. La dimensión cultural y el dominio público de los caminos históricos en Galicia. In **Xornada A protección dos camiños históricos en Galicia. Concello da Cultura Galega**, Santiago de Compostela, 2013. Conferencia. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=AzId4iP7BV8>. Accedido en: 12/07/16.

PASSINI, Jean. **El camino Santiago**. Itinerario y núcleos de población. Madrid: MOPT, 1993.

PAZOS, Antón. La reinventio de la tumba de Santiago en 1879: objetivos y logros. In _____. (ed.). **La renovación de las peregrinaciones a Santiago de Compostela en el siglo XIX: entre tradición y modernidad**. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2017, p.62-86.

PLÖTZ, Robert. El peregrino y su entorno. Historia, infraestructura y espacio. In **Ad Limina**, Santiago de Compostela, v.3, n.3, p.165-180, 2012.



RODRÍGUEZ, Manuel F. **Los años Santos compostelanos del siglo XX** - Crónica de un renacimiento. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2004.

RÖSSLER, Mechtild. EL valor universal excepcional de los paisajes culturales y los criterios para su inscripción en la lista del Patrimonio Mundial. In LUENGO, A; RÖSSLER, M. (eds). **Paisajes culturales del patrimonio mundial**. Elche: Ayuntamiento de Elche, 2012, p.25-34.

RUIZ, José Castillo. El futuro del patrimonio: la patrimonialización del hombre. In **E-rph: Revista electrónica de Patrimonio Histórico**, n.1, 36p, 2007. Disponible en: <http://www.revistadepatrimonio.es/revistas/numero1/concepto/estudios/articulo.php>.
Accedido en: 10.jan. 2015.

SCHLÖGEL, Karl. **En el espacio leemos el tiempo**. Sobre Historia de la civilización y Geopolítica. Madrid: Siruela, 2007.

SEOANE, Juan Antonio Naveira. Delimitación y gestión de los caminos. In **Fairway - I Forum do Camino de Santiago**, Santiago de Compostela, 2015. Conferencia. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=sTh4OXQlf4k&list=PLHpMrIHK4aHg7TweQ8Rf5Y8S4jeQGldpr&index=2>. Accedido en: 8.maio.2016.

SINGUL, Franciso. **Historia Cultural do Camiño de Santiago**. Vigo: Galaxia, 1999.

SOUTO, Carlos Amoedo; FREIRE, Teresa Nieto. **Camiños de Santiago** - 50 anos de desprotección patrimonial dun itinerario cultural. Pontevedra: Nigratrea, 2013.

SUÁREZ-INCLÁN, Maria Rosa. Los Itinerarios Culturales. In **The ciic scientific magazine**, 2003. Disponible en: http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/TCSM/ponencia_MARIAROSASUAREZ.htm.
Accedido en: 20.maio. 2016.

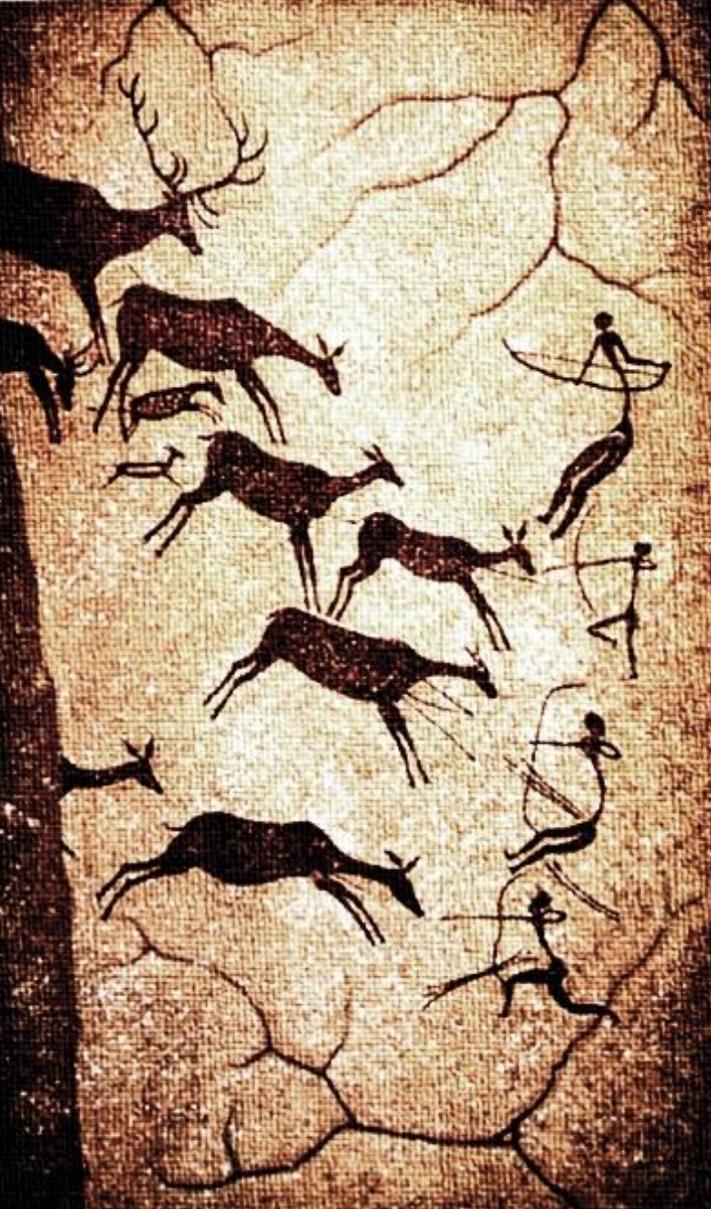
TRESSERRAS, Jordi. **El Camino de Santiago: la gestión sostenible un itinerario cultural transnacional**. 2007.
Disponible en: http://www.fundacioabertis.org/rcs_jor/pdf_tresserras.pdf. Acceso em: 20.nov.2014.

VON SAUCKEN, Paolo Caucci (ed). **El mundo de las peregrinaciones** - Roma, Santiago, Jerusalén. Madrid: Lunwerg, 1999.

YÁÑEZ, Celia Martínez. **Los itinerarios culturales: caracterización y desafíos de una nueva categoría del patrimonio cultural mundial**. In Apuntes. Bogotá, vol. 23, n.2, p. 194-211, 2010.

Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.





O VALE DO RIO JAURU, MT: O ESTUDO DE UMA FRONTEIRA CULTURAL

Marlon Borges Pestana*
Pedro Ignácio Schmitz**
Jairo Henrique Rogge***

Resumo: Este artigo discute algumas interpretações obtidas através das atividades de resgate arqueológico no reservatório da PCH Figueirópolis instalada no município de Indiavaí, Estado do Mato Grosso, no período de setembro a dezembro de 2008. Entre os resultados estão a descoberta de 34 sítios arqueológicos, sendo destes 25 escavados parcialmente. Os novos dados sobre a Arqueologia do oeste brasileiro e oriente boliviano, em específico com relação à tradição Uru e à tradição Descalvado serviu de base a tese de doutorado, cuja qual este artigo é um breve resumo.

Palavras-chave: Arqueologia, horticultores, rio Jauru

Abstract: This paper discusses some of the most important interpretations about archaeological rescue activities in the PCH Figueirópolis lakes, to be build at Indiavaí town, Mato Grosso State, between September and December 2008. The results are a discovery of 34 archaeological sites, the partial excavation of 25, this new data to the Descalvado and Uru ceramic traditions in the Brazilian west and the Bolivian east are the main result of a doctoring thesis which this article it has been a brief abstract.

Keywords: Archaeology, horticultors, Jauru River.

* Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Rio Grande, RS, Brasil.
Professor da Universidade Federal do Rio
Grande – FURG.
E-mail: mbpestanda@furg.br

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS,
São Leopoldo, RS, Brasil.
Professor do Programa de Pós-Graduação em
História – PPGH
Pesquisador do Instituto Anchietano de
Pesquisas – IAP/UNISINOS
Email: anchietano@unisinobr

*** Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS,
São Leopoldo, RS, Brasil.
Pesquisador do Instituto Anchietano de
Pesquisas – IAP/UNISINOS
Email: rogge@unisinobr
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018211-226



REVISTA
MEMORARE

UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A área de pesquisa se estende por 16,0 km a partir dos 21L 0323756E 8298272N até os 21L 0317212E 8307359N. O ambiente é de cerrado, limitado ao sul pelo bioma do Pantanal mato-grossense, ao norte pela floresta amazônica. No espaço da pesquisa existem três tipos de vegetação característica: a floresta aluvial, em neossoloquartzarênico, na planície de inundação; a savana arbórea densa ou cerradão, em argissolo vermelho-amarelo eutrófico, no terraço fluvial; a savana arbórea aberta em galeria ou campo cerrado, em solo podzólico com a presença de um horizonte de cascalho a cerca de 0,60 m de profundidade, na meia encosta.

O estudo de 34 sítios cerâmicos aponta para três formas de implantação: o predominante é em cima da borda do terraço fluvial, distante entre 30,0 e 80,0 m do rio, com 40,0 a 65,0 m de tamanho, espessura estratigráfica entre 20,0 e 40,0 cm e de 5,0 a 10,0 cm abaixo da superfície; a 2ª ocorre na planície de inundação, entre 20,0 e 45,0 m distante da linha d'água, com 20,0 a 45,0 m de tamanho, uma camada arqueológica variando entre 20,0 e 60,0 cm, a partir de 10,0 a 20,0 cm da superfície; a 3ª, na meia encosta, afastada entre 120,0 e 340,0 m da margem do rio Jauru, com 10,0 a 15,0 m de extensão, predominantemente superficial, eventualmente com uma camada arqueológica entre 5,0 e 10,0 cm a partir da superfície.

O resultado da análise do material e da implantação dos sítios interroga se os diferentes tipos de sítios representam a mesma ou diferentes culturas; ele será comparado com as culturas ceramistas da área propostas em trabalhos anteriores que se referem à tradição Uru, característica dos cerrados do Brasil Central, à tradição Descalvado característica da borda setentrional do Pantanal e à tradição Pantanal, característica do ambiente alagado. O estudo pretende dar uma contribuição para uma área hoje ambiental e socialmente de fronteira, verificando se no passado arqueológico ela teria tido a mesma característica.

2. Área de Estudo e Meio Ambiente

Segundo Marostega (2011) a bacia do rio Jauru possui uma superfície de aproximadamente 15.844,02 km². Tem como coordenadas geográficas de seus



extremos, as Latitudes Sul de 14° 36' 20" 39" e 16° 36' 23" e Longitudes Oeste entre 57° 37' 13" e 59° 35' 49". Caracteriza-se pela presença de vegetação de três Biomas: Pantanal, Cerrado e Amazônico.

Foram percorridos 16,0 km de extensão, sentido norte-sul, por 2,0 km de largura (acompanhando as margens do rio Jauru), sentido leste-oeste, entre as coordenadas 21L 0323756E 8298272N até os 21L 0317212E 8307359N. Os sítios arqueológicos foram identificados dentro deste limite, em ambiente de cerrado.

A zona de tensão ambiental, entre o pantanal e o cerrado, é uma faixa de território que acompanha a borda elevada do pantanal, entre o campo cerrado e a planície alagada (LACERDA FILHO, 2004, p. 174). Essa faixa de terra é composta por solos de notável fertilidade e amplamente irrigada. A presença do calcário em associação com rochas ígneas favoreceu o equilíbrio químico do solo, com relação a acidez, formando interflúvios tabulares de argila sedimentar com representativa fertilidade, sobre o argissolo vermelho-amarelo eutrófico. Marostega (2011, p. 51) afirma:

O Argissolo possui boa reserva de elementos nutrientes, com médios e altos valores de soma e saturação de bases. O alumínio trocável é inferior a unidade de saturação com o alumínio praticamente zero, dando-lhe um aspecto de fertilidade, condições favoráveis à implantação de qualquer empreendimento agropecuário devido às condições climáticas com umidade e temperaturas favoráveis a intemperização intensiva, com aparecimento de todo tipo (BRASIL – MME, 1982 apud MAROSTEGA, 2011, p. 51).

Nesta zona de tensão ecológica ocorrem ecótonos e encraves. Os ecótonos são áreas ou manchas de contato com a savana aberta (cerrado) e a savana estépica (chaco). Os encraves são contatos efusivos ou interpenetrações sem a perda da identidade de ambas as vegetações, ocorrendo um e outro ambiente. Assim:

As áreas de Tensão Ecológica são de características diversas. A litologia, formas de relevo e transição climática propiciam interpenetrações (encraves) ou misturas (ecótonos) de formações das diferentes regiões fitoecológicas. Na depressão pantaneira ocorre apenas uma grande mancha de contato entre a Savana e a Savana-Estépica, onde se verifica a mistura florística entre esses dois tipos de vegetação. Ela se verifica nas imediações do Rio Negro, na divisa do Pantanal da Nhecolândia com o Pantanal de Miranda. Em toda a extensão do Pantanal ocorre o contato entre duas regiões fitoecológicas, cada qual guardando sua identidade ecológica, sem se misturar, sendo que, verifica-se na região a predominância, do contato da Savana com a Savana-Estépica (PEREIRA, 2009, p. 18).



Pode-se caracterizar então, a faixa de tensão ecológica, como um território de interpenetração e simbiose de fauna e flora de ambos os biomas, pantanal e cerrado, com solos de alta fertilidade. A extensão da faixa de tensão ecológica respeita as áreas de pressão ambiental entre o planalto central e a planície pantaneira, representada no mapa, indicando visualmente a inserção desta na área de pesquisa.

O mapa hidrológico ilustra melhor a situação da faixa de tensão ambiental, verdadeira fronteira entre pantanal, cerrado e Amazônia, visível na distribuição irregular dos rios nos diferentes biomas.

Os encraves são interpenetrações do cerrado nas florestas úmidas no vale do rio Jauru. Acompanham os solos podzólicos e levam consigo, uma mancha vegetal de savana aberta de galeria que adentra as florestas aluviais, criando bolsões com resquícios de cerrado. A interpenetração do ambiente com florestas ribeirinhas, cerradão e faixas de cerrado paralelas ao rio proporcionou bases para a instalação de populações que vão usar as três faixas de vegetação para cultivos, de formas parecidas, mas não iguais: uma se concentrando mais fortemente nas áreas de floresta e cerradão e a outra usando mais fortemente a floresta e o cerrado.

3. História e Metodologia da Pesquisa

A Agência Nacional de Energia Elétrica fomentou em 2004, a construção de pequenas centrais hidrelétricas – PCH. Engenheiros hidroelétricos encontraram no oeste do Estado de Mato Grosso uma malha abundante de rios com significativos potenciais de produção energética. Destacam-se entre eles os rios do Sangue, Sapezal, Xingu, Nhandu, Braço Norte e Braço Sul, Papagaio, Alto Guaporé, rio Claro, Arinos, Teles Pires e Jauru. O rio Jauru recebe até o momento a ação de quatro pequenas centrais hidroelétricas, sendo duas concluídas (PCH Salto Jauru e PCH Figueirópolis), duas em construção; existem projetos para outras oito, totalizando doze.

As pesquisas arqueológicas nas duas usinas hidrelétricas mais antigas: a UHE Jauru (no alto rio Guaporé, município de Jauru) e a PCH Salto Jauru serviram de modelo para as atividades no recente projeto (PCH Figueirópolis), aceito e aprovado pela ANEEL em março de 2005. Deste período até o final do mesmo ano foram

estabelecidos os prazos de entrega dos estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA), aprovados e previstos no projeto básico ambiental (PBA-CONAMA).

Posteriormente, construída na porção jusante do rio com relação ao outro empreendimento hidrelétrico, instala-se a PCH Figueirópolis. A equipe retorna, então, em 2007 para realizar as atividades complementares nas margens do rio Jauru, entre elas a execução completa do diagnóstico da nova PCH e os desdobramentos necessários de prospecção e resgate arqueológico. Após o resultado da contratação, ocorrido em fevereiro de 2007, o projeto é encaminhado ao IPHAN para aprovação e emissão de portaria. O resgate arqueológico ocorreu entre agosto e dezembro de 2008.

Em campo permanecem dois profissionais, o bacharel em História Rodrigo Germano Fonseca e Marlon Borges Pestana, responsáveis pela logística de campo. Na primeira semana houve a integração com a sociedade, agrupando auxiliares e técnicos, alguns que já haviam trabalhado no projeto anterior. O apoio da comunidade foi fundamental. Cerca de três meses depois, junta-se à equipe de campo o arqueólogo Cassiano Bervig.

Antes das atividades de campo, para orientação, foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica. Durante o levantamento e o diagnóstico arqueológico, foram percorridos 16,0 km de rio, prospectando uma área de aproximadamente 46.438 m², representando 16,1 % das margens do rio. Os caminhamentos permaneceram junto à linha d'água, afastadas em até 1,0 km. Durante o trabalho prospectivo, neste mesmo espaço, foram aplicados 226 poços-teste, com 1,0 m de profundidade e 40,0 cm de boca, nas áreas de potencial arqueológico que estavam próximas à linha d'água, ou afastadas em até 300,0 m da margem. Foram usados dois barcos para locomoção da equipe que era deixada nas praias do rio (bebedouros do gado), e dali percorriam a pé até serem encontradas na próxima praia. A área proposta foi percorrida completamente.

O resultado da prospecção foi a identificação de 34 sítios arqueológicos; destes apenas 26 apresentavam possibilidade de escavação, todos, porém receberam algum tipo de intervenção. Em cada sítio escavado foram aplicadas duas linhas perpendiculares e entrecruzadas de poços-teste. Na proximidade dos poços-teste com maior densidade cerâmica eram abertas cinco sondagens; dependendo da concentração do material o local ainda recebia uma ampla área de escavação de 3,0 x 3,0 m. As intervenções, tanto



nas sondagens como nas áreas de escavação, eram abertas por níveis artificiais de 10,0 cm. Escavava-se até dois níveis estéreis abaixo da camada arqueológica mais profunda.

O sedimento foi peneirado em malha de 0,5 cm. O argissolo eutrófico ou distrófico vermelho, duro, agregado e compacto não permitiu a escolha de uma malha menor, podendo ter resultado daí a perda de alguma informação. O material recolhido foi separado em sacos plásticos e acompanhado de etiqueta identificadora.

A teoria aplicada em campo, nas intervenções e escolhas das áreas, foi orientada pela obra de Martinez (1990) e Meggers; Evans (1958). Ambos os trabalhos orientaram as diretrizes de escolha de áreas e a sequência metodológica que foi aplicada em campo. Com base no levantamento arqueológico foi priorizado o estudo do sistema de assentamento que resultou na tentativa de recriar o modelo da história do povoamento pré-colonial no médio vale do rio Jauru.

Outros estudos, no Brasil Central, identificaram relações entre os grupos ceramistas (SCHMITZ *et al.*, 1982) e com isso identificaram a presença de uma fronteira cultural entre os povos horticultores associados à calha de rios no cerrado (OLIVEIRA, 2005). O percorrimto por estas fontes secundárias instigaram o questionamento sobre as evidências de uma situação de fronteira, e os tipos de interação sócio-cultural, entre os grupos ceramistas pré-coloniais no vale do rio Jauru. A presente pesquisa se caracteriza por ser o estudo de uma zona de contato, com elementos diagnósticos de difícil identificação, com densos atributos simbólicos associados às formas cerâmicas e aos tipos de assentamentos.

As fontes primárias arqueológicas se referem ao material arqueológico do médio rio Jauru, especificamente os conjuntos cerâmicos e o material oriundo dos sítios arqueológicos escavados, que foram salvaguardados no Instituto do Homem Brasileiro – IHB/Cuiabá. As fotos, desenhos e tabelas confeccionados durante as atividades de campo (2005 a 2008) ficaram sob a responsabilidade da coordenação de campo, bem como o desenho das formas das vasilhas cerâmicas reconstituídas a partir das bordas, fotos do material arqueológico *in situ* e das intervenções em campo. Foram usados também os resultados da classificação e da análise do material arqueológico (inventário, dimensões e análise dos artefatos); mapas do Google Earth, croquis de sítio, perfis estratigráficos confeccionados pelo primeiro autor e pela Empresa Documento Ltda.

